UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda

Luiz Augusto Módolo de Paula

Faculdade de Direito

**São Paulo
2011**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda

Luiz Augusto Módolo de Paula

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Internacional

Professor Orientador: Masato Ninomiya

Faculdade de Direito

São Paulo
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: Luiz Augusto Módolo de Paula

Título: Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Internacional

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Masato Ninomiya, pela orientação paciente deste trabalho e por todas as lições de Direito e de vida.

Ao Professor Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, pelos conselhos e dicas preciosas.

À memória do Professor Guido Fernando Silva Soares, meu primeiro mestre em Direito Internacional.

Aos meus amigos, e em especial aos queridos Raul, Jorge e Luiz Philipe, pelas dicas, conselhos, ideias, apoio e conversas na Faculdade ao longo do curso de Mestrado.

À juíza Sylvia Helena de Figueiredo Steiner, pela gentil acolhida na visita empreendida ao Tribunal Penal Internacional em 2007.

A todos os funcionários da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, pelo apoio na pesquisa.

Ao revisor Hugo Maciel, que formatou e zelou pela adequação deste trabalho à norma culta e às regras de ortografia.

Aos meus pais, Adalberto e Maria Ivani, e à minha irmã, Fernanda, simplesmente por existirem.

À minha esposa, amiga, companheira, colega de trabalho e de viagens, Larissa. Este trabalho é seu.

“A aldeia global se deteriora em ritmo acelerado, e nas crianças do mundo o resultado é o ódio. É o ódio que eu vi nos olhos dos milicianos adolescentes da *Interahamwe* em Ruanda, é o ódio que eu senti nos corações das crianças em Serra Leoa, é o ódio que eu senti nas multidões de civis comuns em Ruanda, e é o ódio que resultou no 11 de Setembro.”

Roméo Dallaire, “Shake Hands with the Devil”

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa a atuação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, corte com sede na Tanzânia, criada sob os auspícios da ONU e encarregada de processar as pessoas responsáveis por sérias violações ao Direito Internacional Humanitário cometidas durante o genocídio da população tutsi organizado por membros do governo e do exército de Ruanda em 1994, e que vitimou mais de 800.000 civis. Estuda-se a evolução do Direito Internacional Penal ao longo do século XX até a criação do Tribunal e a história e a organização política de Ruanda até a eclosão da guerra civil e do genocídio. Apresenta-se a estrutura, a competência e a dinâmica dos julgamentos, promove-se o estudo de quatro casos paradigmáticos julgados, e verificam-se os resultados concretos alcançados pelo Tribunal para impedir a impunidade, apontando este órgão judicial como importante precursor do Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Roma em 1998. O trabalho também ambiciona perpetuar a lembrança de um dos maiores massacres da história, comparável ao próprio Holocausto, e o tratamento dado pelo Direito e pela comunidade internacional ao episódio.

Palavras-chave: crimes contra a humanidade; crimes de guerra; genocídio; Ruanda; Tribunal Penal Internacional para Ruanda.

ABSTRACT

This dissertation examines the performance of the International Criminal Tribunal for Rwanda, Tanzania-based court, created under the auspices of the UN, in charge of prosecuting people responsible for serious violations of International Humanitarian Law committed during the genocide of the Tutsi population, organized by members of the government and the army of Rwanda in 1994, which killed over 800,000 civilians. It is studied the evolution of International Criminal Law over the twentieth century until the establishment of the Court, and also the history and the political organization in Rwanda until the outbreak of civil war and genocide. This dissertation presents the structure, competence and dynamics of the trials, promotes the study of four paradigmatic cases tried, and verifies the concrete results achieved by the Court to prevent impunity, pointing this judicial body as an important forerunner of the International Criminal Court created by the Rome Statute in 1998. The study also aspires to perpetuate the memory of one of the greatest massacres in history, comparable to the Holocaust itself, and treatment given by the law and by the international community to the episode.

Keywords: crimes against humanity; war crimes; genocide; Rwanda; International Criminal Tribunal for Rwanda.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMASASU	Alliance des Militaires Agacés par les Séculaires Acts Sournois des Unaristes (Aliança de soldados irritados pelos atos dissimulados dos pertencentes ao partido União Nacional Ruandesa)
CDR	Coalition pour La Défense de La Republique (Coalização para a Defesa da República)
DIH	Direito Internacional Humanitário
ETPII	Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
ETPIR	Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda
FAO	Food and Agriculture Organization of United Nations (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
FPR	Frente Patriótica Ruandesa (v. RPF)
IAMSEA	Institut Africain et Mauricien de Statistiques et d'Economie (Instituto Africano e Mauritano de Estatística e Economia)
ICC	International Criminal Court (v. TPI)
ICTR	International Criminal Tribunal for Rwanda (v. TPIR)
ICTY	International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (v. TPII)
INTERPOL	International Criminal Police Organization (Organização Internacional de Polícia Criminal)
IRC	International Rescue Committee (Comitê de Resgate Internacional)
MDR	Mouvement Démocratique Républicain (Movimento Democrático Republicano)
MRND	Mouvement Révolutionnaire National pour la Démocratie et le Développement (Movimento Revolucionário Nacional para a Democracia e o Desenvolvimento)
ONU	Organização das Nações Unidas (v. UN)
ORINFOR	Rwandan Office of Information (Agência Ruandesa de Informação)
PSD	Parti Social Démocrate (Partido Social Democrata)
RP	Regulamento Processual do Tribunal Penal Internacional para Ruanda
RPF	Rwandan [Rwandese] Patriotic Front (v. FPR)
RTL	Radio Télévision Libre des Mille Collines (Rádio-Televisão Livre das Mil Colinas)
TMIEO	Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente
TMIN	Tribunal Militar Internacional de Nuremberg
TPI	Tribunal Penal Internacional (v. ICC)
TPII	Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (v. ICTY)
TPIR	Tribunal Penal Internacional para Ruanda (v. ICTR)
UN	United Nations (v. ONU)
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda)
UNAR	Union Nationale Rwandaise (União Nacional Ruandesa)
UNHCR	Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL PENAL NO SÉCULO XX	15
1.1 A emergência do Direito Internacional Penal.....	15
1.2 A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto: a criação da ONU	18
1.3 Os Tribunais de Nuremberg e Tóquio	18
1.4 A Convenção de Genocídio e as Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais...	20
1.5 A criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) e do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR).....	21
1.6 Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional	22
2 CONFLITO CIVIL E GENOCÍDIO EM RUANDA.....	24
2.1 Ruanda: noções geográficas	24
2.2 Organização Política de Ruanda em 1994.....	26
2.3 A História de Ruanda	27
2.3.1 Da colonização à independência.....	27
2.3.2 Primeiros conflitos étnicos: a presidência de Gregoire Kayibanda.....	29
2.3.3 Do golpe de Juvénal Habyarimana até a crise econômica (1973-1990).....	29
2.3.4 O surgimento da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) e a Guerra Civil (1990 a 1993) ..	30
2.3.5 Os Acordos de Arusha: a UNAMIR (1993-1994).....	32
2.3.6 A derrubada do avião presidencial: o começo do genocídio (06 de abril de 1994)	35
2.3.7 O genocídio (06 de abril de 1994 a 21 de julho de 1994)	36
2.3.8 A FPR toma o poder: acontecimentos posteriores (de 21 de julho de 1994 a 2011) ...	42
2.4 Uma análise do genocídio em Ruanda	43
2.4.1 O que foi o “genocídio de Ruanda”?	44
2.4.2 Fatores políticos para o genocídio	45
2.4.3 Fatores geográficos para o genocídio	48
2.4.4 As vítimas do genocídio	49
2.4.5 Responsáveis pelo genocídio (planejamento e organização)	50
2.4.6 Os executores do genocídio.....	51
2.4.7 Direito soberano ao genocídio?	51
3 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA	53
3.1 A criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR).....	53
3.2 Legislação aplicável ao TPIR	53
3.3 Composição e estrutura do TPIR.....	56
3.3.1 As Câmaras de Julgamento e Apelação (juízes).....	57
3.3.2 A Promotoria	58
3.3.3 A Secretaria	58
3.4 Jurisdição do TPIR	58
4 OS CRIMES SOB A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA.....	60
4.1 Aspectos gerais	60
4.2 Crimes de genocídio	61

4.3 Crimes contra a humanidade	64
4.4 Crimes de guerra.....	69
5 DINÂMICA DO JULGAMENTO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA.....	74
5.1 O processo na fase de pré-julgamento.....	74
5.2 O processo na fase de julgamento	76
5.3 O processo na fase de apelação e revisão	79
5.4 Questões procedimentais de interesse	80
5.4.1 Locais das prisões provisórias e do cumprimento das penas definitivas.....	80
5.4.2 Colaboração internacional	80
5.4.3 Direitos dos acusados na investigação e no julgamento.....	82
5.4.4 Provas	84
5.4.5 Proteção de vítimas e testemunhas	87
5.4.6 Perdão ou comutação das sentenças	89
6 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA.....	91
6.1 O primeiro julgamento do TPIR: Jean Paul Akayesu	91
6.1.1 O acusado	91
6.1.2 As acusações.....	92
6.1.3 Julgamento e sentença	93
6.1.4 Apelação	99
6.2 A confissão de um dos líderes políticos do genocídio: Jean Kambanda.....	100
6.2.1 O acusado	100
6.2.2 As acusações.....	101
6.2.3 Julgamento e sentença	102
6.2.4 Apelação	103
6.3 Mídia e propagandistas do genocídio: Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza e Hassan Ngeze	104
6.3.1 Os acusados	104
6.3.2 As acusações.....	106
6.3.3 Julgamento e sentença	107
6.3.4 Apelação	113
6.4 O julgamento do mentor e líder militar do genocídio, Théoneste Bagosora, e de Gratien Kalibigi, Aloys Ntabakuze e Anatole Nsengiyumva.....	114
6.4.1 Os acusados	114
6.4.2 As acusações.....	116
6.4.3 Julgamento e sentença	117
6.4.4 Apelação	126
7 BALANÇO DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA.....	127
CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS.....	147
APÊNDICE A: MAPA DE RUANDA	147

APÊNDICE B: ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA (2010)	148
APÊNDICE C: REGULAMENTO PROCESSUAL DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA (2009).....	168
ANEXO D: SUMÁRIO DOS CASOS ANALISADOS NO CAPÍTULO 6 (ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA).....	252
GLOSSÁRIO (KINYARWANDA).....	265

INTRODUÇÃO

A República de Ruanda é um país encravado no coração da África, na região dos Grandes Lagos. Tem como vizinhos: a República Democrática do Congo, a oeste; o Burundi, ao sul; a Tanzânia, a leste; e Uganda, ao norte.

Ruanda seguiu, até o século XIX, o regime monárquico. Foi colonizada por potências europeias e só veio a recobrar sua independência em 1962.

Em 1994, no espaço de pouco mais de três meses, ocorreu no território de Ruanda um dos maiores genocídios da história — tanto em números absolutos (de 800.000 a 1 milhão de vítimas) quanto em porcentagem da população atingida.

Ruanda, após o genocídio, se tornou um Estado falido, condição que manteria por algum tempo. Uma terra fantasma de órfãos, sobreviventes, mutilados, encarcerados sem processo e assassinos soltos.

De início, tudo parecia ser um conflito racial entre as duas maiores etnias do território de Ruanda, os hutus e os tutsis, levado ao extremo. Os tutsis formaram a maioria das vítimas. Investigações posteriores demonstraram que, em verdade, o conflito étnico foi um pretexto para que a maioria hutu, no poder em Ruanda em 1994, mantivesse seu *status*.

As grandes potências mundiais à época assistiram impassíveis aos massacres. A própria Organização das Nações Unidas (ONU),¹ apesar de manter uma missão em Ruanda, pouco pôde fazer.

Após o genocídio, uma das providências da ONU foi criar o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR),² com o fim de julgar os mentores e os executores da matança sistemática lá ocorrida.

¹ Em inglês, United Nations (UN).

² A criação do Tribunal se deu através da Resolução n. 955 do Conselho de Segurança da ONU, de 08 de novembro de 1994. O nome completo do mencionado Tribunal, em inglês, é “International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and Other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan Citizens Responsible for Genocide and Other Such Violations Committed in the Territory of Neighboring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994” (“Tribunal Penal Internacional para a Acusação das Pessoas Responsáveis por Genocídio e Outras Sérias Violações do Direito Internacional Humanitário Cometidas no Território de Ruanda e dos Cidadãos de Ruanda Responsáveis por Genocídio e por Outras Violações Cometidas no Território de Estados Vizinhos, entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994”), e será referido no trabalho doravante como “Tribunal Penal Internacional para Ruanda”, ou por sua sigla, “TPIR”. A sigla em inglês para o TPIR é ICTR (*International Criminal Tribunal for Rwanda*). Vide UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 955**, 08 nov. 1994.

O TPIR tem sede na cidade de Arusha, Tanzânia, e, em seus mais de 16 anos de atividade, julgou 76 casos, com 57 réus condenados.³

O objetivo deste trabalho é estudar o genocídio ocorrido em Ruanda em 1994 e analisar o funcionamento, a competência e a jurisprudência formada no Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), especialmente a jurisprudência relativa aos delitos contra a humanidade, ao delito de genocídio e aos crimes de guerra, à luz do advento e da evolução do Direito Internacional Penal ocorrida ao longo do século XX.

O capítulo 1 (Direitos Humanos e Direito Internacional Penal no século XX) trata da emergência de um novo ramo do Direito durante o século XX, o Direito Internacional Penal, movimento paralelo à própria criação da ONU. Trata, ainda, do advento de convenções de Direitos Humanos e de cortes que julgaram os responsáveis por graves violações aos direitos da pessoa, culminando na criação do Tribunal Penal Internacional.

O capítulo 2 (Conflito civil e genocídio em Ruanda) apresenta informações geográficas sobre Ruanda, sua economia, seu povo e suas etnias, além de um sumário da história de Ruanda, da Guerra Civil iniciada em 1990, e dos eventos ocorridos durante o ano de 1994, quando o genocídio ocorreu, sintetizando alguns dos eventos posteriores nesse país até 2011⁴ e fazendo uma análise sobre os fatores que levaram ao genocídio.

O capítulo 3 (O Tribunal Penal Internacional para Ruanda) aborda a criação do TPIR, com detalhes sobre sua sede, sobre a legislação aplicável ao Tribunal e sobre a sua composição, estrutura e jurisdição.

O capítulo 4 (Os crimes sob a competência do Tribunal Penal Internacional para Ruanda) define e diferencia os crimes sob a jurisdição do TPIR (crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra), e serve como pré-requisito para a análise da jurisprudência do TPIR, feita no Capítulo 6.

O capítulo 5 (Dinâmica do julgamento no Tribunal Penal Internacional para Ruanda) trata do funcionamento prático do TPIR e aborda a investigação, a acusação, as fases de pré-

³ Até a data de 05 de julho de 2011, o TPIR havia julgado 76 casos, sendo que 11 desses casos estão aguardando julgamento em primeira instância, 57 resultaram em condenações (19 destas estão pendentes de julgamento de apelação) e oito dos casos resultaram na absolvição dos réus. Ainda até a referida data, sete casos não chegaram a ser julgados (com dois réus mortos antes do julgamento, três casos transferidos para jurisdições nacionais e duas desistências pela Promotoria). Há nove acusados foragidos. *Vide* “Status of cases” no site do TPIR: <<http://www.unictr.org/Cases/StatusofCases/tabid/204/Default.aspx>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

⁴ Ano de conclusão deste trabalho.

juízo, julgamento e apelação, e analisa algumas questões processuais de interesse. Esse capítulo também surge como pré-requisito para o Capítulo 6.

No capítulo 6 (Análise da jurisprudência do Tribunal Penal Internacional para Ruanda), são analisados os principais casos julgados pelo TPIR, em quatro seções. Cada seção contém uma breve biografia de alguns dos principais réus, a acusação, o julgamento e o veredicto do TPIR, e uma análise do resultado.

Foram escolhidos para análise nesse capítulo alguns casos paradigmáticos do TPIR, cada réu apresentando características e qualidades distintas, visando um painel amplo da participação no genocídio: a) um líder político local (Akayesu); b) um líder político nacional (Kambanda); c) ideólogos e instigadores do genocídio (Nahimana, Barayagwiza e Ngeze, julgados em conjunto); e d) o réu considerado o líder máximo do genocídio (Bagosora).

A seção 1 do capítulo 6 trata do primeiro julgamento realizado pelo TPIR, Jean-Paul Akayesu, um líder político local que participou do assassinato do próprio povo de sua comunidade, e que se omitiu enquanto vítimas eram mortas ou sexualmente violentadas enquanto se refugiavam nos prédios das repartições públicas que comandava.

A seção 2 desse capítulo cuida do caso do criminoso confesso Jean Kambanda, Primeiro-Ministro de Ruanda à época do genocídio.

A seção 3 cuida de um caso concernente ao uso da mídia durante o genocídio e à incitação ao genocídio. Trata-se do julgamento conjunto de três acusados perante o TPIR, Ferdinand Nahimana (acadêmico ruandês ideólogo do genocídio), Jean-Bosco Barayagwiza (coproprietário da RTLM⁵ e líder político) e Hassan Ngeze (editor da revista Kangura⁶), que se utilizaram de suas posições na sociedade para incentivar massacres e assassinatos.

A seção 4, encerrando o capítulo 6, cuida do mentor e líder militar Théoneste Bagosora (e de outros três militares) — este, para muitos estudiosos, é apontado como o próprio comandante supremo do genocídio.

O capítulo 7 (Balanço da atuação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda) busca avaliar a consecução da missão do TPIR e seus resultados concretos, e antecede nossas breves conclusões.

⁵ Tradução livre do francês: “Rádio-Televisão Livre das Mil Colinas” (alcunha de Ruanda). Esta rádio incitou e apoiou o genocídio.

⁶ “Acordar os outros”, em kinyarwanda.

1 DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL PENAL NO SÉCULO XX

O século XX foi o século dos assassinatos em massa: perseguição e matança dos armênios em 1915; perseguições e expurgos na União Soviética na década de 1930; a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, na década de 1940; o regime do Khmer Vermelho no Camboja nos anos 1970; genocídios na ex-Iugoslávia e em Ruanda, na década de 1990.

Ao longo do século, em resposta a essas atrocidades, surge e evolui um novo ramo do Direito, o Direito Internacional Penal. Surge também, em 1945, uma Organização Internacional destinada a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, a ONU, conforme o Preâmbulo de sua Carta. Convenções de Direitos Humanos também emergem ao longo do século, algumas delas prevendo a criminalização de crimes contra a pessoa (Convenção de Genocídio).

A fim de entender o genocídio em Ruanda e a criação do TPIR, é preciso traçar um breve histórico do Direito Internacional Penal durante o século XX, e da evolução vista no campo dos Direitos Humanos.

1.1 A emergência do Direito Internacional Penal

Cumprir definir, primeiramente, o que é o Direito Internacional Penal.

O Prof. René Ariel Dotti define e diferencia o Direito Penal Internacional e o Direito Internacional Penal:

Enquanto o primeiro é definido como o conjunto de disposições penais de interesse de dois ou mais países em seus respectivos territórios, o segundo é conceituado como o complexo de normas penais visando à repressão das infrações que constituem violações do Direito Internacional.⁷

Cumprir ainda desfazer um equívoco terminológico que ocorre no Brasil ao estudarem-se esses dois ramos do Direito. Como bem aponta Jorge Fontoura:

⁷ DOTTI, René Ariel. Prefácio. In: JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito Internacional Penal: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. XXII.

[...] Infelizmente, no Brasil, mas não só aqui, tem-se sistematicamente desconsiderado a ordem das palavras, com a adoção da infeliz expressão “Tribunal Penal Internacional”, o que desde logo demonstra falta de percepção para o correto estudo das fontes de direito internacional público. É cediço que tribunais internacionais como os que cuidam de crimes de guerra e aqueles perpetrados contra a humanidade e que tais são cortes criadas por tratados dizem respeito a international criminal law, nessa ordem, por favor, como assentado com todas as letras no texto em inglês do Estatuto de Roma.⁸

Antonio Cassese define o que são crimes internacionais: “Os crimes internacionais são violações às normas internacionais, as quais acarretam a responsabilidade pessoal dos indivíduos relacionados (opondo-se à responsabilidade do Estado, no qual este indivíduo pode agir como parte de um órgão)”.⁹

Para o professor Jorge Bacelar Gouveia (sobre o Direito Internacional Penal): “Pune-se aqueles que tenham infringido os mais altos valores protegidos pelo Direito Internacional Público, submetendo-os, assim, a penas de prisão por terem cometido crimes internacionais”.¹⁰

Gouveia ainda leciona que o conceito de Direito Internacional Penal decompõe-se em três elementos fundamentais:

- a) Um elemento formal: o sistema de princípios e de normas jurídico-internacionais;
- b) Um elemento material: a definição dos crimes internacionais, bem como a enunciação das penas que lhes correspondem;
- c) Um elemento funcional: a criação de instituições internacionais a quem compete essa aplicação, incluindo os próprios mecanismos processuais destinados à sua efetivação.¹¹

Segundo a professora Fernanda Jankov, os crimes internacionais devem, cumulativamente, implicar:

1. Violações às normas costumeiras internacionais, abrangendo também as disposições dos tratados, que codificam ou consagram o direito consuetudinário, ou ainda contribuem para a formação deste;
2. Normas com o objetivo de

⁸ FONTOURA, Jorge. Apresentação. In: JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito Internacional Penal: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. XXVII.

⁹ CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. New York: Oxford University Press, 2003, p. 23, *apud* JANKOV, F. F. F. Op. cit., p. 57.

¹⁰ GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Direito Internacional Penal: uma perspectiva dogmático-crítica**. Coimbra: Almedina, 2008, p. 59.

¹¹ Ibidem, p. 66.

proteger valores considerados importantes por toda a comunidade internacional, consequentemente obrigatórias a todos os Estados e indivíduos [...];

3. Além disso, existe interesse universal na repressão desses crimes. Respeitados certos requisitos, os acusados podem, em princípio, ser julgados e punidos por qualquer Estado, independentemente do vínculo territorial ou de nacionalidade com o autor ou com a vítima. [...].¹²

Para Jorge Bacelar Gouveia, a evolução do Direito Internacional Penal se deu em cinco fases. Note-se que todas as fases emergiram durante o século XX:

- a) **Afirmação costumeira geral**, que foi a criação consuetudinária de crimes internacionais e a autorização para seu julgamento pelas jurisdições dos Estados;
- b) **Afirmação circunstancial, substantiva e processual**, que compreende a criação dos primeiros Tribunais penais internacionais de Nuremberg e de Tóquio e a definição de outros crimes internacionais por meio de tratados;
- c) **Afirmação substantiva geral**: a celebração de alguns relevantes tratados internacionais sobre crimes internacionais;
- d) **Afirmação pontual e processual**, com a criação dos Tribunais penais internacionais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda e de tribunais internacionalizados que funcionam dentro do âmbito de Estados;
- e) **Afirmação global, substantiva e processual**, que culminou com a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) pelo Estatuto de Roma.¹³ Muito dessa fase foi resultado da experiência da criação, na fase anterior, dos Tribunais *ad hoc* para Ruanda e para a ex-Iugoslávia.

Utilizando a classificação de Jorge Bacelar Gouveia, podemos confirmar, na evolução histórica do Direito Internacional Penal, a existência das cinco fases por ele preconizadas.

A primeira fase (**afirmação costumeira geral**) tem base apenas no direito consuetudinário, qualificando algumas condutas como crimes internacionais — como pirataria no

¹² A autora citada menciona, entre outros instrumentos internacionais, a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). *Vide* JANKOV, F. F. F. Op. cit., p. 57-58.

¹³ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 105-106.

alto mar e tráfico de escravos —, mas que seriam punidas na órbita dos Estados, e não por cortes ou organizações internacionais.¹⁴

Desse período, as exceções (no que tange à criação de cortes) foram a criação de um Tribunal Internacional de Presas (*International Prize Court*), destinado a julgar os indivíduos envolvidos na captura de barcos e respectivas mercadorias, consagrado na XII Convenção da Haia de 1907, e a previsão de um Tribunal que julgaria o Kaiser Guilherme II, considerado pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial o responsável pela própria Guerra.¹⁵

1.2 A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto: a criação da ONU

Para Ian Kershaw, nunca na história tamanha ruína, física e moral, fora associada ao nome de um único homem: Hitler. O ex-cabo da Primeira Guerra Mundial, alçado na década de 1930 à frente da rica e industrializada Alemanha, foi o principal autor da Segunda Guerra Mundial, que deixou mais de 50 milhões de mortos, e a principal inspiração de um genocídio inédito (a morte de milhões de judeus, deficientes físicos e mentais, homossexuais e ciganos).¹⁶

Imbuídos do propósito de evitar futuras guerras e proteger os direitos fundamentais do homem, representantes de diversas nações do globo, em 26 de junho de 1945, firmaram a Carta da ONU, que inspiraria um Direito Internacional moderno e advindo como resposta às grandes atrocidades vistas na última Guerra.¹⁷ Essa inspiração ultimaria na criação de importantes convenções de proteção de Direitos Humanos e, posteriormente, na criação dos Tribunais Penais Internacionais *ad hoc*, na década de 1990, e do próprio Tribunal Penal Internacional.

1.3 Os Tribunais de Nuremberg e Tóquio

As criações dos Tribunais Militares Internacionais de Nuremberg e de Tóquio, após a Segunda Guerra Mundial, são os principais marcos da chamada “segunda fase da evolução do Direito Internacional Penal” (seguindo a divisão didática de Jorge Bacelar Gouveia). O intento

¹⁴ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 106.

¹⁵ Ibidem, p. 107. Ressalve-se que o Kaiser nunca chegaria a ser julgado, pois a Holanda recusou a sua extradição para a Alemanha.

¹⁶ KERSHAW, Ian. **Hitler**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 1004.

¹⁷ FERNANDES, David Augusto. **Tribunal Penal Internacional: a concretização de um sonho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 16.

desses Tribunais era julgar na esfera criminal os responsáveis pelos conflitos bélicos (no lado dos vencidos).

A inovação nessa fase foi a criação de estruturas judiciais de foro internacional, com autorização para condenar civis e militares, sendo que esses tribunais não seriam baseados em suas respectivas legislações internas.

O Acordo de Londres, de 08 de agosto de 1945, criou o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg (TMIN), com jurisdição sobre “[...] criminosos de guerra cujas ofensas não tenham uma localização geográfica particular, quer sejam acusados individualmente ou na sua qualidade de membros de organizações ou grupos, ou em ambas as qualidades”, julgando crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.¹⁸

A estrutura judicial do TMIN era destinada para “[...] o julgamento e a punição dos maiores criminosos de guerra dos países do Eixo Europeu”. Os julgamentos tiveram lugar na cidade alemã de Nuremberg, de 20 de novembro de 1945 a 1º de outubro de 1946, e resultaram em 12 condenações à morte por enforcamento, sete condenações a penas de prisão variadas e três absolvições.¹⁹

Já a Corte conhecida como “Tribunal de Tóquio”, cujo nome oficial é “Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente” (TMIEO), foi criada em 19 de janeiro de 1946, com sede na cidade japonesa de mesmo nome. Seu fim era “o justo e rápido julgamento e punição dos principais criminosos de guerra do Extremo Oriente”, sendo formada por 11 juízes, representando 11 Estados aliados.

A jurisdição do TMIEO era “julgar e punir os criminosos de guerra do Extremo Oriente que, como indivíduos ou como membros de organizações, são acusados de ofensas que incluam crimes contra a paz”. Os crimes julgados pelo TMIEO eram de três categorias: crimes contra a paz, crimes de guerra convencionais e crimes contra a humanidade. Todos os 28 acusados no TMIEO foram condenados, sendo sete condenados à morte e os demais condenados a penas de prisão variadas.²⁰

As críticas comuns que os dois Tribunais em questão receberam relacionam-se à sua parcialidade (seriam a aplicação de uma “Justiça dos vencedores”) e à violação aos princípios da

¹⁸ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 111.

¹⁹ Um dos réus, Goering, se suicidaria, em 15 de outubro de 1946, antes da execução. *Vide Ibidem*, p. 114.

²⁰ *Ibidem*, p. 116.

irretroatividade das leis e do juiz natural (as Cortes foram criadas após os fatos e julgariam crimes não tipificados à época dos fatos).

1.4 A Convenção de Genocídio e as Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais

A terceira fase da evolução do Direito Internacional Penal, na didática de Jorge Gouveia, ocorreu após os julgamentos dos Tribunais Militares da Segunda Guerra Mundial e diz respeito ao fortalecimento desse ramo do Direito no campo das normas existentes e da doutrina.

De 1945 até a década de 1990, houve muito avanço na normatização do Direito Internacional Penal (sendo algumas das novidades patrocinadas pela ONU), como o advento da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948) e das quatro Convenções de Genebra de 1949 (e de seus três Protocolos Adicionais).²¹ Esses tratados viriam a ser a base dos Estatutos do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII),²² do TPIR e do TPI.

No pós-guerra, fez-se necessária a criação de um novo tipo penal, o genocídio. O termo “genocídio” foi cunhado pelo jurista Raphael Lemkin nesse período, sendo um híbrido entre a palavra grega “*genos*” (“povo” ou “tribo”) e o sufixo latino “*cide*” (“matar” ou “matança”).²³ Em 1948 surgiu a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.²⁴

Segundo Roberto de Campos Andrade:

A convenção [...] definiu o delito e estabeleceu que as Partes Contratantes assumem o compromisso de adotarem as medidas legislativas pertinentes para assegurar a sua aplicação e determina em seu artigo VI que as pessoas acusadas pela prática do delito serão julgadas pelos tribunais competentes do Estado em

²¹ Os dois primeiros protocolos adicionais são de 1977, e o terceiro protocolo é de 2007.

²² O nome completo do TPII em inglês é “*International Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of the Former Yugoslavia since 1991*” (Tribunal Internacional para a Acusação de Pessoas Responsáveis por Sérias Violações do Direito Internacional Humanitário Cometidas no Território da Antiga Iugoslávia desde 1991, em tradução livre). A sigla em inglês para o TPII é ICTY (International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia).

²³ NSEREKO, Daniel D. Ntanda. *Genocide: a Crime Against Mankind*. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 113.

²⁴ Raphael Lemkin, mais que cunhar o termo “genocídio”, também foi o grande lobista e defensor da adoção da Convenção do Genocídio, tendo trabalhado de forma incansável pela sua aprovação na Assembleia Geral da ONU. Vide POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

cujo território foi o ato cometido ou pela corte penal internacional competente com relação às Partes Contratantes que lhe tiverem reconhecido a jurisdição.²⁵

Fora do âmbito da ONU também surgiram desenvolvimentos de vulto. Em 1949, vieram a lume as quatro Convenções de Genebra sobre as vítimas de guerra. A quarta Convenção trazia como novidade a proteção de civis em tempo de guerra, já que estes, anteriormente, eram abandonados à mercê dos beligerantes.²⁶ Dois Protocolos, em 1977, e um outro Protocolo, em 2005, viriam a complementar as quatro Convenções.

1.5 A criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) e do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)

A quarta fase da evolução do Direito Internacional Penal, segundo Jorge Gouveia, de cunho mais prático, foi a da criação dos Tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda, como resposta a violentos conflitos civis com fundos étnicos ocorridos na década de 1990.

A primeira experiência de criação de uma corte internacional com base em prévia normatização internacional foi o surgimento do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII), com a edição da Resolução n. 827, do Conselho de Segurança da ONU, em 25 de maio de 1993.²⁷

O TPII, com sede na Haia, Holanda, começou seus trabalhos em 1993, sendo incumbido de, segundo os artigos 1º a 5º de seu Estatuto, processar as pessoas suspeitas de serem responsáveis por violações graves ao Direito Internacional Humanitário cometidas no território da ex-Iugoslávia desde 1991, julgando violações graves às Convenções de Genebra de 1949, às leis ou aos costumes da guerra, além do crime de genocídio e dos crimes contra a humanidade.

O genocídio em Ruanda, em 1994, levaria também à criação de um Tribunal, o TPIR, por parte da ONU. No que concerne à criação do TPIR, pode-se afirmar, no que somos corroborados

²⁵ ANDRADE, Roberto de Campos. **Estatuto de Roma e a Ordem Pública Internacional**. 2006, 201 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 142.

²⁶ BIERZANEK, Remigiusz. War Crimes: History and Definition. In: BASSIOUNI, M. Cherif (ed.). **International Criminal Law**, v. 3: Enforcement. Dobbs Ferry: Transnational Publishers, 1987, p. 46.

²⁷ UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 827**, 25 maio 1993.

por Theodor Meron, que a sua criação só se deu devido ao precedente do Tribunal para julgar os responsáveis pelos crimes dos Bálcãs.²⁸

Os dois Tribunais, o TPIR e o TPII, compartilham a sua Câmara de Apelações, com sede na Haia. Os mesmos juízes julgam os recursos vindos de Arusha (TPIR) e os da própria Haia (TPII), permitindo a criação de uma jurisprudência conjunta para as duas Cortes. Esse compartilhamento da Câmara de Apelações, na visão de Guénael Mettraux, criou um bem-vindo grau de uniformidade entre as decisões dos dois Tribunais.²⁹

O conflito em Ruanda e o TPIR serão estudados com mais profundidade no decorrer deste trabalho.

1.6 Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional

A experiência das Cortes Internacional *ad hoc* da década de 1990 acelerou o movimento pela criação de uma Corte permanente, encarregada de julgar os responsáveis por genocídio e por crimes contra a humanidade.

Essa seria a quinta fase da evolução do Direito Internacional Penal, segundo a divisão didática de Jorge Gouveia (**afirmação global, substantiva e processual**), que culminou com a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) pelo Estatuto de Roma.³⁰

David Augusto Fernandes bem resume o momento de criação do Tribunal Penal Internacional, na Conferência de Roma, em 1998:

No período compreendido entre 15 de junho e 17 de julho de 1998, nas dependências da FAO (Food and Agriculture Organization of United Nations), em Roma [...], 160 países, 17 organizações intergovernamentais, 14 agências das Nações Unidas e 124 organizações não-governamentais participaram da Conferência Diplomática dos Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o estabelecimento de uma Corte Penal Internacional. O Estatuto da Corte Penal Internacional foi aprovado, em 17 de julho de 1998 [...].³¹

²⁸ MERON, Theodor. Answering for War Crimes. **Foreign Affairs**. New York, v. 76, n. 1, p. 2-8, jan./fev. 1997, p. 7.

²⁹ METTRAUX, Guénael. Crimes against humanity in the jurisprudence of the international criminal tribunals for the former Yugoslavia and for Rwanda. **Harvard International Law Journal**. Cambridge, v. 43, n. 1, p. 237-316, 2002, p. 238.

³⁰ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 105-106. O nome desta Corte em inglês é “*International Criminal Court*” (ICC).

³¹ Trata-se do advento do chamado “Estatuto de Roma”. Vide FERNANDES, D. A. Op. cit., p. 142. Fernandes ainda ensina que, pelas regras do próprio Estatuto de Roma, este entrou em vigor em 1º de julho de 2002, com a sexagésima ratificação de um país, e se tornou vinculante para todos os países que o tenham ratificado ou aderido ao

Segundo a professora Cláudia Perrone-Moisés:

[...] a criação do Tribunal Penal Internacional, prevista no Estatuto de Roma de 1998, não significa apenas o estabelecimento de uma nova instituição internacional dotada de competências específicas, mas insere-se na evolução do Direito Internacional como sistema de coexistência e cooperação entre os Estados.³²

O Tribunal Penal Internacional encontra-se hoje em pleno funcionamento, e tem sede na Haia, Holanda.³³

Pode-se dizer que o TPI é fruto direto das experiências das Cortes *ad hoc* estabelecidas durante a década de 1990 do século XX.

Estatuto e para aqueles que vierem a aderir, posteriormente à sua entrada em vigor. O Brasil depositou o instrumento de ratificação do Estatuto em 20 de junho de 2002 e o Presidente da República promulgou-o por força do Decreto n. 4.388, de 25 de setembro de 2002. *Vide* FERNANDES, D. A. Op. cit., p. 146-147.

³² PERRONE-MOISÉS, Cláudia. O princípio de complementaridade no Estatuto do Tribunal Penal Internacional e a soberania contemporânea. **Política Externa**. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-11, 2000, p. 4.

³³ Para uma análise detalhada do Tribunal Penal Internacional, seu Estatuto e seus órgãos *vide* FERNANDES, D. A. Op. cit.

2 CONFLITO CIVIL E GENOCÍDIO EM RUANDA

A intenção deste trabalho é analisar com mais vagar o conflito civil em Ruanda, que levou à morte de quase um milhão de pessoas, dentro do contexto da evolução do Direito Internacional Penal no século XX. O genocídio em Ruanda e a criação do TPIR, como vimos acima, se insere na quarta fase da evolução do Direito Internacional Penal, segundo Jorge Gouveia. Cumpre então, no presente capítulo, contar um triste período da história de Ruanda, um pequeno país africano.

2.1 Ruanda: noções geográficas

Ruanda localiza-se na região dos Grandes Lagos, na África.³⁴ Tem como vizinhos a República Democrática do Congo, a oeste; o Burundi, ao sul; a Tanzânia, a leste; e Uganda, ao norte. Ruanda não tem saída para o mar.

É um país pequeno para os padrões africanos, possuindo um território de 26.338 km².³⁵ Seu terreno é, na maioria, montanhoso, estando o país inteiro acima da altura de mil metros, mas sem possuir picos elevados (exceto na fronteira com Uganda). Esta geografia peculiar vale ao país o apelido de “Terra das Mil Colinas”.³⁶

Segundo Gérard Prunier, as altitudes médias do território fizeram de Ruanda um lugar naturalmente protegido. As terras altas sempre foram uma defesa contra as moscas Tsé-Tsé e os mosquitos da malária, e um bastião contra tribos rivais. Ruanda permaneceu livre de influências estrangeiras até a chegada das potências ocidentais.³⁷

Estas condições de segurança levaram a uma alta ocupação do território ruandês, que sempre foi uma das nações mais povoadas do planeta.

Ruanda é um país rural onde as antigas tribos Bahutu (hoje os hutus) e Batutsi (os atuais tutsis) dividem as suas muitas colinas e ocupam cada pedaço de terra fértil disponível para plantar

³⁴ O círculo de lagos ao redor do fluxo principal do Nilo Branco veio a definir a região. Os lagos incluem o Lago Vitória, a sudeste; Lagos Albert e Edward, a oeste, e os Lagos Kivu e Tanganyika (que são parte da bacia do Congo), a sudoeste. CHRÉTIEN, Jean-Pierre. **The Great Lakes of Africa: Two Thousand Years of History**. New York: Zone Books, 2003, p. 23.

³⁵ PRUNIER, Gérard. **The Rwanda Crisis: History of a Genocide**. London: Hurst & Company, 2005, p. 1.

³⁶ Jean-Pierre Chrétien faz interessante estudo da geografia da região dos Grandes Lagos. *Vide* CHRÉTIEN, J.-P. Op. cit., p. 23-24.

³⁷ PRUNIER, G. Op. cit., p. 2.

café e banana. A agricultura e, em menor grau, a pecuária, são as principais atividades econômicas de Ruanda.

Em Ruanda havia três grupos ou etnias: Hutu, Tutsi e Twa.³⁸ O grupo Twa é bem minoritário, menos de 1% da sociedade, e se distinguem bem dos demais grupos por serem pigmeus. O grupo Hutu é majoritário, 84% da população. O grupo Tutsi corresponde a 15% da população.

Cabe uma breve explanação sobre os grupos de pessoas existentes em Ruanda.

Os twas são pigmeus, e bastante minoritários e marginais na sociedade ruandesa. Isso não os poupou de serem vitimizados no genocídio.³⁹ Os hutus compõem a etnia mais numerosa. A característica física principal, em comparação com os tutsis, é o fato de que os hutus seriam mais baixos e de constituição física mais compacta.⁴⁰ Os tutsis seriam mais altos e teriam feições angulosas.⁴¹

As demais diferenças entre as etnias (como posição na sociedade, escolaridade, grau de riqueza) viriam a ser definidas devido à própria história da pré-colonização e da colonização de Ruanda.

Antes da colonização pelas grandes potências, Ruanda era uma monarquia, em que o rei era tutsi. Os tutsis ocupavam a burocracia do reinado e eram pastores. Os hutus ocupavam um estrato inferior da sociedade e eram agricultores, atividade econômica menos rentável.⁴²

Segundo Philip Gourevitch, convencionou-se dizer que os hutus seriam um povo banto, e que os tutsis seriam um povo nilótico, mas isso seria mais lenda que fato, já que, com o tempo, os dois povos passaram a viver juntos, a falar a mesma língua e a casar entre si, o que leva alguns etnógrafos a dizer que eles não são grupos étnicos distintos.⁴³

³⁸ MELVERN, Linda. **Conspiracy to Murder: the Rwandan Genocide**. London: Verso, 2004, p. 4-5.

³⁹ Segundo Philip Gourevitch: “Os pigmeus [...] eram um povo da selva, olhado de cima para baixo pelos hutus e os tutsis, como um resquício primitivo. Na monarquia pré-colonial, os pigmeus serviam como bobos da corte, e, uma vez que os reis de Ruanda eram tutsis, a lembrança deste papel ancestral fez com que, durante o genocídio, os pigmeus às vezes fossem condenados à morte como serviçais do governo real, enquanto em outros lugares eles eram recrutados pelas milícias hutus como estupradores — para acrescentar uma nota de sarcasmo à violação das mulheres tutsis.” GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**: histórias de Ruanda. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006, p. 9-10.

⁴⁰ Para Philip Gourevitch os arquétipos físicos seriam “para os hutus rostos redondos e sólidos, pele escura, nariz achatado, lábios grossos e mandíbulas quadradas; para os tutsis, rostos delgados e compridos, pele não tão escura, nariz estreito, lábios finos, queixo estreito.” Ibidem, p. 48.

⁴¹ MELVERN, Linda. Op. cit., p. 4-5.

⁴² Ibidem.

⁴³ GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 45.

Os tutsis, favorecidos pelos belgas na administração colonial, em que pese serem menos representados na população, viriam a ser, até a independência de Ruanda, o grupo dominante na política, na economia e na vida acadêmica. Mesmo após a independência os tutsis manteriam enorme poder econômico e cultural em Ruanda.

2.2 Organização Política de Ruanda em 1994

É necessária uma breve digressão sobre o sistema político de Ruanda existente em 1994.

A principal autoridade de Ruanda é o presidente, que, de 1973 a 1994, foi o general Juvénal Nabyarimana. Ele controlava um Estado de partido único e filiação obrigatória para todos os habitantes de Ruanda, o *Mouvement Révolutionnaire National pour la Démocratie et le Développement* (MRND),⁴⁴ sendo proibidos todos os demais partidos e mesmo a oposição ao Presidente.⁴⁵ O presidente governava auxiliado por seus ministros e comandava o Exército.

No ano de 1994, Ruanda era dividida em onze Prefeituras, cada uma delas governada por um prefeito e subdivididas em Comunas, por sua vez governadas por burgomestres. Até o advento do multipartidarismo, os prefeitos e burgomestres eram nomeados e exonerados pelo presidente, sendo a lealdade política o principal critério de escolha.

Os prefeitos tinham funções de manutenção da ordem pública (incluindo a proteção de pessoas e propriedades), implementação de programas do Governo, além de serem encarregados de manter o Governo central informado sobre a situação da respectiva Prefeitura.⁴⁶

As Prefeituras são subdivididas em Comunas (no total de 140), que são colocadas sob a autoridade de um burgomestre, nomeado pelo presidente da República, sob recomendação do ministro do Interior.⁴⁷

Em Ruanda, o burgomestre é a pessoa mais poderosa da Comuna. Sua autoridade de fato é maior do que os poderes legais que lhe são conferidos. É responsável pela ordem pública dentro da Comuna, com controle exclusivo sobre a polícia comunal e sobre outros policiais postos à

⁴⁴ Em tradução livre do francês: “Movimento Revolucionário Nacional para a Democracia e o Desenvolvimento”.

⁴⁵ Esta situação perdurou até o começo da década de 1990, quando o ataque da FPR (Frente Patriótica Ruandesa) levou a uma certa abertura política, permitindo a existência de outros partidos, conforme será visto no item 1.3.4 deste capítulo. MELVERN, L. Op. cit., p. 11.

⁴⁶ INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Jean Kambanda**: Case No. ICTR-97-23-DP, Indictment, 16 out. 1997, item 3.7.

⁴⁷ MELVERN, Linda. **A People Betrayed**: the Role of the West in Rwanda’s Genocide. London: Zed Books, 2007, p. 167. Sobre o número total de Burgomestres em Ruanda vide MELVERN, L. Conspiracy to Murder. Op. cit., p. 11.

disposição deste ente político. Além disso, é responsável pela execução das leis e pela administração da justiça, estando sujeito apenas à autoridade do prefeito.⁴⁸

2.3 A História de Ruanda

2.3.1 Da colonização à independência

Em 1884, as potências europeias, na Conferência de Berlim, dividiram o continente africano entre si, determinando que as regiões de Ruanda e do Burundi seriam colônias alemãs.

O pequeno país de Ruanda era então um reino bem organizado, com uma monarquia estruturada, seguindo o regime econômico de um semifeudalismo, com suseranos e vassalos, e uma ordem hierárquica que partia desde o rei até os chefes das colinas.⁴⁹

Mas as divisões da África feitas na Europa nos anos 1880 não guardavam relação com a política ou com os territórios dos lugares demarcados. Muitas tribos e reinos africanos foram separados ou aglutinados como colônias europeias. Ruanda e Burundi tiveram melhor sorte e escaparam da divisão, mantendo sua integridade territorial, tendo sido atribuídos à Alemanha.⁵⁰

Em 1894, o conde alemão Gustav Adolf Von Gotzen foi até Ruanda tomar posse da colônia em nome da Alemanha. O rei de Ruanda nem poderia imaginar a existência da divisão feita dez anos antes e que terminou por acabar com a independência do país. A monarquia ainda prosseguiu, com menos poderes.⁵¹

Não durou muito o domínio da Alemanha sobre a região. Após a sua derrota na Primeira Guerra Mundial, os territórios alemães da África Oriental, Ruanda e Burundi, passaram a ser administrados pela Bélgica sob um mandato da Liga das Nações, no que foi considerado como uma “missão de civilização e desenvolvimento”. Na prática, o jugo belga se mostrou cruel, levando ao descrédito da monarquia e do antigo regime ruandês.⁵²

⁴⁸ MELVERN, L. **A People Betrayed**. Op. cit., p. 167.

⁴⁹ O rei e a maioria do corpo político eram tutsis. MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 5.

⁵⁰ GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 51-52.

⁵¹ MELVERN, L. Op. cit., p. 4-5.

⁵² Ibidem, p. 5.

Em 1933, a administração belga organizou um censo e a população foi arbitrariamente classificada em Hutu, Tutsi ou Twa, recebendo, cada habitante, um cartão de identidade com expressa indicação da etnia.⁵³

John S. Speke, um dos pioneiros exploradores da região dos Grandes Lagos, enxergava diferenças entre as etnias e considerava a Tutsi como sendo superior.⁵⁴ Os tutsis seriam poderosos pastores vindos do Chifre da África — uma visão que por muito tempo regrou as visões existentes sobre os hutus e os tutsis.⁵⁵

Reforçada pela divisão belga, e pelos cartões de identidade étnica, a divisão entre hutus e tutsis tornou-se uma profecia autorrealizável, já que fatores hereditários levaram a definições raciais. Um tutsi o é porque nasceu de um pai tutsi, assim como um hutu era nascido de pai hutu. Alguns, mais abastados, possuidores de terras ou gados, eram simplesmente designados como tutsis, e favorecidos na sociedade e na hierarquia administrativa do governo.⁵⁶

Em 1959, ainda sob o jugo belga, Ruanda foi sacudida por uma série de eventos violentos. O rei ruandês morreu, após ser tratado por um médico belga, o que levou a elite tutsi a culpar os belgas e os extremistas hutus. Uma série de matanças de membros das etnias principais levou a uma perseguição em massa dos tutsis, levando à primeira onda de exilados ruandeses e à morte de milhares de pessoas.⁵⁷

Esses tumultos levariam à independência de Ruanda, na esteira dos movimentos de descolonização da África.

⁵³ As alturas e medidas dos narizes eram alguns dos parâmetros para classificar os habitantes pela etnia. Tal critério arbitrário, absolutamente não científico, apenas gerou discriminação, alijando ainda mais os hutus e twas. MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 5-6.

⁵⁴ Ao chegar à corte real de Karagwe, em 1861, Speke observou, sobre os chamados tutsis, que eles não eram como os nativos dos distritos vizinhos, já que eles teriam faces ovais, grandes olhos e narizes diferentes, o que, para ele, denotaria o melhor sangue da Abissínia. CHRÉTIEN, J.-P. Op. cit., p. 70.

⁵⁵ Ibidem, p. 71.

⁵⁶ Ibidem, p. 74.

⁵⁷ O integrante mais conhecido desta onda de refugiados é o próprio Paul Kagame, líder da FPR e atual presidente de Ruanda, refugiado ainda criança em Uganda, onde seguiu a carreira militar. Vide MELVERN, L. Op. cit., p. 7-8.

2.3.2 Primeiros conflitos étnicos: a presidência de Gregoire Kayibanda

Ruanda teve sua independência declarada em julho de 1962 e o primeiro presidente eleito foi Gregoire Kayibanda, um professor hutu cujo governo foi formado apenas por hutus. Os tutsis começavam a ser aliçados da vida política de Ruanda.⁵⁸

As primeiras matanças organizadas de tutsis começaram algum tempo após a posse de Kayibanda, e as primeiras vítimas foram oponentes políticos. Cada Prefeitura tinha um responsável pela organização dos massacres.⁵⁹

As mortes ocorreram numa escala bem menor do genocídio de 1994, mas o *modus operandi* dos assassinos era bastante similar: bandos organizados, excursões a áreas remotas em busca de vítimas, bloqueios nas estradas e uso de armas brancas. O Conselho Mundial de Igrejas estima que de 10.000 a 14.000 mortes tenham ocorrido nesse período.⁶⁰

Kayibanda ficaria aproximadamente 11 anos no poder — um período turbulento na história de Ruanda.

2.3.3 Do golpe de Juvénal Habyarimana até a crise econômica (1973-1990)

Em 05 de julho de 1973, um golpe de estado derrubou o presidente Kayibanda. Dez oficiais do exército ruandês tomaram o poder, sendo seu líder Juvénal Habyarimana, um militar de carreira que tinha sido chefe de polícia e ministro da Guarda Nacional e que, pouco antes do golpe, havia sido nomeado ministro da Defesa.⁶¹

Habyarimana centralizou o poder em suas mãos. A corrupção de seu governo era generalizada. Sendo o seu partido, o MRND, o único permitido, a democracia e a oposição ao governo eram inexistentes, bem como uma imprensa livre. Em compensação, as perseguições aos tutsis praticamente cessaram, e o país viveu quase duas décadas de relativa calmaria, interna e externa, com a economia se mantendo estável.

⁵⁸ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit

⁵⁹ A primeira referência histórica em Ruanda a uma agressão por motivos étnicos foi o espancamento de Dominique Mbonyumutwa (que sobreviveu), um hutu, ocorrido em 01 de novembro de 1959. GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 57.

⁶⁰ MELVERN, L. Op. cit., p. 8-9.

⁶¹ Ibidem, p. 10-11.

Os tutsis seguiram aliados do poder durante o regime de Habyarimana.⁶²

Em 1989, entretanto, Ruanda passou a viver uma grave crise econômica, com a súbita queda dos preços do café, o principal produto de exportação do país, o que levou a um déficit nas contas externas de mais de 50%. A renda dos impostos caiu drasticamente, levando ao colapso os sistemas de saúde e educação estatais. Uma população já empobrecida se tornava miserável.⁶³

2.3.4 O surgimento da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) e a Guerra Civil (1990 a 1993)

Além da crise econômica, o presidente Habyarimana se veria forçado a enfrentar uma guerra civil.

Um exército rebelde formado na vizinha Uganda, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR),⁶⁴ invadiu Ruanda em 1º de outubro de 1990, com um reduzido contingente de 50 combatentes.

Essa facção era formada principalmente por tutsis e seus filhos exilados em Uganda durante as perseguições ocorridas entre 1959 e 1963. As principais demandas da FPR eram: o retorno ao seu país e um fim às perseguições étnicas e às carteiras de identidade étnicas obrigatórias.⁶⁵

Essa primeira incursão de outubro de 1990 foi frustrada, graças ao apoio que Ruanda recebeu da França e do Zaire.⁶⁶ Os combates iniciais foram tão desastrosos para a FPR que seu próprio líder, Fred Rwigyema, foi morto no dia seguinte à invasão.

O sucessor de Fred Rwigyema, Paul Kagame, era um ruandês que se refugiou em Uganda ainda criança e que fez carreira no exército deste país. Kagame, um tático militar de talento reconhecido, treinado nos EUA, reorganizou os remanescentes da FPR, dando-lhes disciplina e direção.⁶⁷

⁶² Durante o citado regime, praticamente não havia Prefeitos ou Burgomestres tutsis, e estes não participavam do oficialato do Exército e do Parlamento, tendo representação simbólica nessas instituições. MELVERN, L. I *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 12.

⁶³ Ibidem, p. 13.

⁶⁴ Em inglês “RPF”, “*Rwandan [ou Rwandese] Patriotic Front*”.

⁶⁵ O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (em inglês “UNHCR”, “*Office of the United Nations High Commissioner for Refugees*”) estima que, em 1990, havia 900.000 ruandeses vivendo nos vizinhos Uganda, Burundi, Zaire e Tanzânia, sendo então o maior contingente de refugiados da África. *Vide* Ibidem, p. 13-14.

⁶⁶ Philip Gourevitch detalha o apoio que o governo de Habyarimana recebeu da França em 1990. GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 86.

⁶⁷ MELVERN, L. Op. cit., p. 16.

Ainda mesmo em outubro de 1990, dez dias depois da invasão da FPR, os hutus da aldeia de Kibilira, na cidade de Gisenyi, foram incitados por funcionários públicos a atacar os tutsis da região, o que levou à morte de 350 pessoas.⁶⁸

A guerra civil prosseguiu, em menor escala, até 1994.⁶⁹ Kagame tinha poucos homens e equipamento militar, mas acreditava que só um conflito de guerrilhas derrubaria o regime de Habyarimana.⁷⁰

No período entre 1990 e 1994, a estratégia de Kagame e da RPF foi adotar ataques localizados e planejados com o intuito de humilhar o regime. Exemplo disso foi o ataque empreendido em 22 de janeiro de 1991 a uma notória prisão ruandesa localizada na cidade setentrional de Ruhengeri, que terminou com a libertação de 1.500 presos.⁷¹

O exército de Ruanda, diante do desafio criado pela FPR, cresceu de 9.335 soldados, em outubro de 1990 (início da guerra civil), a 27.913, ainda em 1991. Mas a maioria dos recrutas eram camponeses sem educação, treinamento e disciplina.⁷²

Apesar do crescimento do exército ruandês, a FPR ganhava apoios e tinha sucessos militares, como em um ataque ocorrido em 08 de fevereiro de 1993, ofensiva que levou a FPR a alcançar a distância de meros 23 quilômetros da capital Kigali, sinalizando para todo o país que eles tinham condições reais de alcançar o poder.⁷³

A FPR começava a ter uma certa força política e a ser uma participante do processo político.⁷⁴

A contestação ao regime de Habyarimana, sintetizada na figura da FPR, causou pânico na elite ruandesa, que se viu obrigada a confrontar as questões da crise econômica e dos refugiados. As ideias de uma solução genocida para essas questões começavam a se desenhar, e reuniões em que a ideia do extermínio de todos os tutsis eram aventadas se realizavam. O plano era aprofundar a organização e a escala das matanças dos anos 1960.

Rumores e desinformação sobre o inimigo tutsi (o invasor de Ruanda), que viria tomar as terras aráveis e o poder, circulavam em Ruanda.⁷⁵

⁶⁸ GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 82.

⁶⁹ Com um período de cessar-fogo durante o período de discussão dos Acordos de Arusha, como veremos *infra*, item 2.3.5.

⁷⁰ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 17.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem, p. 21.

⁷³ Ibidem, p. 40.

⁷⁴ MELVERN, L. **A People Betrayed**. Op. cit., p. 39.

A conspiração pró-genocídio foi tratada em segredo por uma rede de oficiais de exército, empresários e membros do governo, todos bem conectados, que se autointitulariam “Rede Zero” (*Zero Network*) e que manteriam suas comunicações em segredo, por meio de um sistema de rádio privado. O nome seria uma alusão ao número de tutsis que os extremistas deixariam em Ruanda.⁷⁶

O MRND formou uma milícia jovem em 1991, chamada *Interahamwe*.⁷⁷ Eles tinham uma boa organização e uma estrutura definida, com comitês de propaganda, pesquisa e assuntos jurídicos. Há relatos de que, entre o fim de 1991 e o começo do ano seguinte, a *Interahamwe* teria atuado em seus primeiros massacres.⁷⁸

Em 1991, Habyarimana se viu obrigado a afrouxar o controle sobre a política de Ruanda, sendo adotada uma nova Constituição em junho daquele mesmo ano, que reformou o sistema político com a adoção do multipartidarismo, criando o cargo de primeiro-ministro.

O MRND passou a conviver com partidos de oposição. Nessa época surgiu uma dissidência do MRND, chamada *Coalition pour la Défense de La Republique*⁷⁹ (CDR), que adotava políticas anti-Tutsi e servia de abrigo para os extremistas do Poder Hutu. O CDR também possuía uma milícia similar à *Interahamwe*, a *Impuzamugambi*.⁸⁰

Do começo dos anos 1990 também data a criação da *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTLM), rádio fundada e mantida por extremistas ligados ao CDR e que pregava a destruição dos tutsis, e a fundação do jornal *Kangura*, que servia de veículo para o extremismo e para o ódio racial.

2.3.5 Os Acordos de Arusha: a UNAMIR (1993-1994)

A escalada da guerra civil em Ruanda chamou a atenção do Ocidente. Pressões da França, da Bélgica, dos EUA, de outros países africanos e da ONU forçaram o presidente Habyarimana a

⁷⁵ Alguns anos mais tarde, os investigadores do TPIR traçaram as raízes da conspiração. Oficiais extremistas do exército ruandês passaram a divulgar suas crenças racistas, e grande parte do planejamento de genocídio de 1994 foi feito nas dependências do Exército. Alguns dos conspiradores viriam a ser réus no TPIR, como Théoneste Bagosora e Jean-Bosco Barayagwiza. MELVERN, L. *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 23.

⁷⁶ Ibidem, p. 32-33.

⁷⁷ Em kinyarwanda “Aqueles que trabalham juntos”.

⁷⁸ Ibidem, p. 26.

⁷⁹ “Coalizão para a Defesa da República”, em tradução livre.

⁸⁰ Em kinyarwanda “aqueles que têm um mesmo objetivo”.

negociar com a FPR e a eventualmente assinar os chamados “Acordos de Arusha”, celebrados na cidade da Tanzânia de mesmo nome.

Os Acordos, ao menos no papel, eram um sucesso exemplar de diplomacia preventiva e previam o direito de retorno dos refugiados ruandeses e a divisão do poder entre a FPR e o MRND, onde cada um indicaria 5 ministros, de um total de 21, e onde o oficialato do Exército seria igualmente dividido; previam também um cessar-fogo entre os beligerantes.⁸¹

Mas os Acordos de Arusha não foram suficientes nem para barrar a conspiração genocida nem, tampouco, os preparativos da FPR para a tomada do poder.

Em 1993, Ruanda importou em grande escala um enorme número de machetes e outras ferramentas agrícolas (incluindo martelos, machados, facas e tesouras). Dezoito lotes desses instrumentos, importados por companhias não ligadas à agricultura, chegaram a Ruanda naquele ano, a maioria vindos da China.⁸²

Apesar da economia em colapso, as milícias hutus extremistas se expandiam com novos recrutas, incorporando desempregados, miseráveis e agricultores e criadores de gado falidos. Distribuíam-se rifles de assalto, armas brancas e granadas.⁸³

Enquanto os dois lados prosseguiram com seus planos ocultos, a ONU passou a intervir no processo de paz. Para monitorar a implementação do cessar-fogo e a implantação do governo conjunto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 05 de outubro de 1993, a Resolução n. 872, criando uma missão, a *United Nations Assistance Mission for Rwanda* (UNAMIR).⁸⁴ Até 2.548 soldados seriam enviados a Ruanda para acompanhar a criação do novo exército ruandês. A missão seria chefiada pelo general canadense Roméo Dallaire.⁸⁵

O começo da missão parecia alvissareiro. Em primeira análise, uma guerra civil de três anos teria acabado num acordo entre o governo e os rebeldes invasores, com a criação de um

⁸¹ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 211.

⁸² A um custo de 725.669 dólares, trouxeram-se machetes para um terço da população masculina do país, e em muitas Comunas já se estocavam pilhas dessas armas. De 1990 a 1993, Ruanda, um dos países mais pobres do mundo, se tornou o terceiro maior importador de armas da África, gastando nisso 100 milhões de dólares. Ainda sobre a compra de armas, uma sinistra curiosidade, relatada por Linda Melvern, foi a intermediação feita por Boutros Boutros-Ghali, então funcionário do governo egípcio, e depois Secretário-Geral da ONU, e que estava neste posto em 1994 (durante o genocídio), para que Ruanda comprasse armas do Egito durante a década de 1990. *Vide* MELVERN, Linda. *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 56-58.

⁸³ *Ibidem*, p. 56.

⁸⁴ Em tradução livre: “Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda”. *Vide* UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 872**, 05 out. 1993.

⁸⁵ WHEELER, N. J. Op. cit., p. 211.

governo de união nacional.⁸⁶ Mas as condições de trabalho dadas ao general Dallaire não refletiam o otimismo inicial e ele logo percebeu que chefiava uma missão fantasma, com um grande contingente de tropas destreinadas e equipamentos e armas distantes do necessário para a missão.⁸⁷

A missão da UNAMIR deveria ser regida pelo Capítulo VI da Carta da ONU (Solução Pacífica de Controvérsias), uma missão de manutenção da paz. Ela deveria arbitrar os então beligerantes até a implantação do processo de paz, garantindo a observância das leis. Soldados e observadores desarmados estariam a postos nos possíveis locais de conflito. Os capacetes-azuis teriam regras de engajamento bem definidas: apenas poderiam atuar em autodefesa.⁸⁸

A proposta de Dallaire para Ruanda previa algo além da mera aplicação do Capítulo VI da Carta: uma espécie de “Capítulo seis e meio”, em que as tropas da ONU teriam autorização para usar a força para prevenir e reprimir “crimes contra a humanidade”, com regras de engajamento diferenciadas. Dallaire acreditava que a natureza étnica do conflito e a virulenta oposição dos extremistas aos Acordos de Arusha deveria ser objeto de uma abordagem diferente.⁸⁹

Em 21 de outubro de 1993, o presidente hutu Melchoir Ndadaye, do vizinho Burundi, foi assassinado por oficiais tutsis do seu exército, numa tentativa de golpe, o que fez regredir o avanço daquele país à democracia. Em Ruanda, as notícias do assassinato serviram de combustível para que os extremistas atacassem os Acordos de Arusha e a paz com os tutsis. A FPR foi acusada de ter participado do crime. A rádio RTLM, utilizada por propagandistas do

⁸⁶ Os bastidores da votação da Resolução n. 872 do Conselho de Segurança da ONU (criação da UNAMIR) no dia 03 de outubro de 1993 não podem ser dissociados do combate ocorrido dois antes em Mogadíscio, Somália, entre forças da ONU e rebeldes, e que resultou na morte de 18 soldados estadunidenses (e que resultou na retirada completa da ONU da Somália). A missão para Ruanda deveria ter orçamento e número de soldados reduzido e ter o mandato mais restritivo possível. Daí decorreu, como veremos adiante neste trabalho, a fraqueza da missão da ONU. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 71.

⁸⁷ O número de veículos de transporte de tropas era insuficiente e a UNAMIR não tinha helicópteros. Quase mil soldados foram fornecidos por Bangladesh, mas eles eram praticamente destreinados. *Vide* Ibidem, p. 74.

⁸⁸ Caso a missão fosse regida pelo Capítulo VII da Carta da ONU (Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão) a dinâmica da missão seria outra, segundo o General Roméo Dallaire: uma coalizão de nações sob os auspícios da ONU invadiria o país com força militar ofensiva e impor a lei aos beligerantes. Dallaire acreditava que o caos de Ruanda comportava uma mera missão pelo Capítulo VI da Carta, acrescentando ainda que nenhuma nação colaboraria com uma missão pelo Capítulo VII para intervir em Ruanda, uma nação sem importância econômica ou estratégica. *Vide* DALLAIRE, Roméo. **Shake Hands With The Devil: the Failure of Humanity in Rwanda**. London: Arrow Books, 2004, p. 71.

⁸⁹ Ibidem, p. 72.

genocídio, falava em “conspiração para eliminar os hutus”, insuflando medo na maioria hutu.⁹⁰

Após os Acordos de Arusha, o presidente Habyarimana postergou enquanto pôde a formação do governo de união previsto, agarrando-se ao poder que lhe escapava.

2.3.6 A derrubada do avião presidencial: o começo do genocídio (06 de abril de 1994)

No dia 06 de abril de 1994, o presidente Habyarimana foi assassinado, num atentado espetacular. Esse dia foi uma data-chave na história de Ruanda, no que pode ser considerado o dia de início dos principais atos de genocídio ocorridos.

Nesse dia, o presidente foi no avião presidencial para Dar-es-Salaam, na Tanzânia, para participar de uma cúpula regional. Na mesma noite ele voltaria a Ruanda, oferecendo carona no avião ao colega Cyprien Ntaryamira, do Burundi.

Um pouco antes das 20h20, o avião presidencial se aproximava do aeroporto internacional da capital, Kigali, quando um míssil terra-ar atingiu uma das asas do avião. Um segundo míssil atingiu, em seguida, a cauda. As explosões derrubaram o avião e mataram todos a bordo. Presentes no avião, além dos dois presidentes, estavam diversos membros de alto escalão do governo de Ruanda.⁹¹

A controvérsia persiste até hoje sobre os culpados pelo atentado. Os membros remanescentes do governo acusavam a FPR, e esta, por sua vez, culpava o governo.⁹²

⁹⁰ Ndadaye era hutu, eleito presidente de um país de maioria tutsi, com um exército tutsi. Oficiais do Exército foram os responsáveis pelo assassinato. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p.71-72.

⁹¹ *Ibidem*, p. 133.

⁹² Até hoje não foi resolvido o mistério que cerca a identidade dos responsáveis pelo atentado. Investigações paralelas do governo belga levavam à conclusão de que membros do exército ruandês, descontentes com a iminente partilha de poder, teriam sido os responsáveis pelo atentado, e que eles teriam sido liderados por Theoneste Bagosora, o mentor do genocídio, numa ação em que as forças de segurança de Ruanda foram coordenadas para agir em conjunto. Meia hora antes da queda do avião, já haviam começado ataques no solo a alvos estabelecidos. Outra versão para os fatos sustenta que a FPR era a responsável pelo atentado, de acordo com uma investigação realizada por um magistrado francês, Jean-Louis Bruguière. As provas seriam os lançadores de mísseis abandonados no aeroporto, e que teriam sido fornecidos pelo governo de Uganda à FPR. Um dissidente da FPR, o comandante Abdul Joshua Ruzibiza, informante do juiz Bruguière, responsabiliza a FPR pelo ataque (Ruzibiza escreveria um livro sobre a derrubada do avião e sobre o genocídio, *vide* RUZIBIZA, Abdul Joshua. **Rwanda: l'histoire secrète**. Paris: Panamá, 2005). Para Ruzibiza, a FPR assassinou Habyarimana como um meio de provocar os extremistas do entorno do Presidente, gerar novos massacres e justificar a ofensiva final rumo ao poder. *Vide* *Ibidem*, p. 239-240. Esta versão sobre o atentado levou a um rompimento entre Paul Kagame, então presidente de Ruanda em 2004, e o governo francês, já que Kagame negava enfaticamente envolvimento no atentado, culpando, por sua vez, conspiradores dentro do próprio governo de Habyarimana. Linda Melvern trata das teorias sobre a queda do avião, v. MELVERN, Linda. Op. cit., p. 260-266.

Fato é que, pouco antes ou após a queda do avião, Ruanda se viu engolfada numa onda de terror, sendo a morte do presidente o estopim para o início das matanças de tutsis e hutus moderados, com a perseguição dos integrantes das listas de marcados para morrer coletadas há meses.⁹³

Kigali logo se viu repleta de bloqueios nas estradas e ruas. Ao longo do dia 06 de abril de 1994 e no dia seguinte, diversas companhias de soldados de Ruanda logo estavam nas ruas com ordens para pedir os cartões de identidade e matar os identificados como tutsis.⁹⁴

2.3.7 O genocídio (06 de abril de 1994 a 21 de julho de 1994)

Ao longo dos dias posteriores à queda do avião, e até o mês de julho de 1994, membros das Forças Armadas de Ruanda, da Guarda Presidencial e das milícias *Interahamwe* e *Impuzamugambi* atuaram eliminando tutsis, twas e hutus moderados ou de oposição, utilizando armas de fogo, machetes ou outras armas brancas, removendo corpos em caminhões, manejando e controlando bloqueios de estradas, estuprando mulheres e saqueando propriedades das vítimas assassinadas ou de sobreviventes em fuga.⁹⁵

Oponentes políticos foram mortos nos dias seguintes ao atentado, incluindo a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana. Dez capacetes-azuis belgas, que a estavam protegendo, terminaram rendidos por integrantes da Guarda Presidencial, sequestrados e espancados até a morte.⁹⁶

As matanças logo se espalharam por todo o país. Desde a capital até as Prefeituras de Ruhengeri, Gisenyi, Kibuye, Kibungo, Cyangugu e Gikongoro, abarcando todas as regiões de Ruanda.

A queda do avião de Habyarimana, além do estopim para o genocídio, sinalizou a invasão final da FPR ao território ruandês. Já cansados de aguardar a formação do governo de coalizão, e

⁹³ Uma hora depois da queda do avião, o coronel Bagosora já presidia a reunião de um “comitê de crise”, onde o Poder Hutu ratificou o próprio golpe. GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 111.

⁹⁴ MELVERN, Linda. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 145.

⁹⁵ Segundo Gérard Prunier, a arma de escolha do genocídio foi a machete por ser instrumento barato e bastante comum em Ruanda. Outra razão foi que, após eventual conclusão bem-sucedida do genocídio, seria mais fácil desarmar as milícias armadas com armas brancas do que se estivessem portando armas de fogo. PRUNIER, G. Op. cit., p. 243, nota 53.

⁹⁶ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p.152-153.

precipitados pela queda do avião presidencial e pelos ataques das milícias à população, a FPR deu início à luta final para tomar o poder e proteger os tutsis que tombavam em todo o país.

Os organizadores do genocídio, a seu turno, estavam de prontidão para explorar a morte de Habyarimana. A tarefa dos assassinos era facilitada pela informação sobre a etnia contida nos documentos de identidade. Alguém sem seus documentos ou reconhecido como tutsi, se barrado num bloqueio, era morto na hora.

As milícias extremistas e o Exército de Ruanda (incluindo a Guarda Presidencial) organizavam verdadeiras caçadas humanas, cercando suas vítimas em escolas, igrejas e hospitais.⁹⁷ Alguns dos locais foram simplesmente incendiados ou bombardeados com morteiros e granadas. Em outros, as vítimas encurraladas eram fuziladas ou mortas com facões ou machetes. Algumas vítimas eram forçadas ao suicídio, obrigadas a matar seus próprios parentes ou queimadas vivas. Os campos, colinas e pântanos de Ruanda foram palco para as perseguições.⁹⁸

O terror era complementado pela violência sexual maciça. As mulheres tutsis eram estupradas e algumas, em seguida, eram mortas.⁹⁹

A geografia de Ruanda, um país pequeno, em que as paisagens mais comuns são as colinas e as áreas de cultivo e criação de gado, sendo praticamente inexistentes as áreas selvagens, colaborou para o massacre. As vítimas das zonas rurais não tinham esconderijos.¹⁰⁰

As igrejas, escolhidas por muitos fugitivos como abrigo, não foram eficazes para este fim, e terminaram por ser verdadeiras armadilhas para as vítimas. Os hospitais também não eram

⁹⁷ Gourevitch relata que “durante os meses de extermínio os bandos de abutres, milhafres e corvos que sobrevoavam os locais de massacre desenhavam um mapa nacional no céu, sinalizando as zonas proibidas a pessoas [...] que se esconderam no mato para sobreviver”. *Vide* GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 29.

⁹⁸ Um oficial da FPR, Tito Rutaremara, citado por Linda Melvern, documentou 56 meios usados pela milícia para matar, incluindo toda espécie de ferramenta, afogamentos forçados e incineração. Algumas porcentagens sobre o genocídio citadas por Melvern: a) 53,7% das vítimas eram jovens até de 24 anos de idade; b) 56,4% das vítimas eram homens; c) 37,9% das vítimas foram mortas por machetes, 16,8% por bastões e 14,8% por armas de fogo. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 253.

⁹⁹ O Relator Especial das Nações Unidas em Ruanda, René Degni-Segui concluiu que “estupro era a regra e sua ausência a exceção em Ruanda”, calculando que de 250.000 a 500.000 mulheres foram vítimas de estupros em Ruanda em 1994. *Vide* NEUFFER, Elizabeth. **The Key to my Neighbour's House: Seeking Justice in Bosnia and Rwanda**. London: Bloomsbury, 2002, p. 276.

¹⁰⁰ PRUNIER, G. Op. cit., p. 253. Prunier relata alguns dos esconderijos das vítimas: sótãos, plantações de bananas, carros abandonados, latrinas, pântanos, armários. A sobrevivência dependia do silêncio dos vizinhos e da colaboração destes em fornecer água e comida e na retirada do lixo produzido.

poupados, sendo mortos tanto pacientes como funcionários. O estádio Amahoro, em Kigali, abrigou muitos refugiados em seu interior, e foi protegido por contingentes da UNAMIR.¹⁰¹

Oitenta por cento das vítimas do genocídio foram mortas no período de seis semanas, entre a segunda semana de abril e a terceira semana de maio de 1994. Se considerado o número de 800.000 vítimas, a taxa diária de morte era cinco vezes maior que a dos campos de concentração nazistas.¹⁰²

As pessoas também morriam não apenas assassinadas por membros das milícias ou por soldados, mas também por doenças e pela falta de água limpa e comida. Um número estimado de 5.000 pessoas morria por dia entre abril e julho de 1994 devido à ausência de necessidades básicas.¹⁰³

Na capital, Kigali, o prefeito, coronel Tharcisse Renzaho, informou ao chefe da Cruz Vermelha que mais de 67.000 corpos foram recolhidos na primeira semana (quase 10.000 pessoas mortas por dia). Mas o próprio Renzaho coordenava os esforços genocidas na cidade, incentivando as milícias e mantendo o fluxo de armas e munições aos bloqueios.¹⁰⁴

Alguns rios de Ruanda, como o Kagera, ficaram repletos de corpos e seriamente poluídos. Mais de 40.000 corpos foram recolhidos do Lago Vitória.¹⁰⁵

O sistema de identidade étnica, introduzido durante o período de colonização belga, além de servir para escolher as vítimas, também colaborou para a impunidade. Para Roméo Dallaire, com a destruição dos cartões e dos registros civis nas comunas as vítimas eram simplesmente apagadas da humanidade. Muitos dos genocidas eram apenas burocratas responsáveis por voltar às comunas para destruir documentos e ocultar as provas.¹⁰⁶

O rádio era o principal meio de comunicação em Ruanda. Aproveitando-se dessas condições, a rádio RTLM, controlada por extremistas, incitava ao genocídio estimulando o trabalho das milícias, indicando a lista das vítimas e apontando seus esconderijos.

¹⁰¹ Algumas das maiores igrejas de Ruanda chegaram a abrigar 4.000 pessoas durante o genocídio. Mas elas não eram reconhecidas como santuário pelos beligerantes, e encurralavam as vítimas, que se tornavam alvo fácil de morteiros e granadas. *Vide* PRUNIER, G. Op. cit., p.253-254.

¹⁰² *Ibidem*, p. 261.

¹⁰³ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 242.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 207.

¹⁰⁵ PRUNIER, G. Op. cit., p. 255.

¹⁰⁶ DALLAIRE, R. Op. cit., p. 281.

O Ocidente praticamente deixou Ruanda à própria sorte. A UNAMIR, com seus recursos limitados e um mandato restrito, pouco pôde fazer além de proteger alguns poucos locais de refúgio.

A ONU em si teve atuação tímida. O curioso é que Ruanda tinha assento no Conselho de Segurança em 1994, mas era um membro do governo extremista, Jean-Damascene Bizimana, que representava Ruanda no órgão, e ele defendia a posição de que as mortes ocorridas eram mera consequência da guerra civil. Os extremistas, com seu posto privilegiado, estavam bem informados sobre as ações futuras da ONU.¹⁰⁷

O representante de Ruanda no Conselho de Segurança, portanto, representava o grupo no poder, que sempre tinha sido contra os Acordos de Arusha, e, nesse órgão, teve como aliados os EUA, a China e a Rússia na posição pelo fim da UNAMIR ou pela redução de seu mandato e tamanho.¹⁰⁸

Os matadores possuíam uma organização muito eficiente. Segundo Jean Kambanda, primeiro-ministro à época do genocídio, havia uma burocracia da morte, organizada em cinco níveis, relacionados em ordem decrescente de importância:

- a) O topo era ocupado pelo Comitê de Crise do Exército, que o comandava, tendo sido formado após a queda do avião presidencial e cujo integrante principal era Théoneste Bagosora, o apontado mentor do genocídio;
- b) A hierarquia militar;
- c) Os líderes políticos;
- d) O Governo de Ruanda;
- e) A rede de “defesa civil”, que, na verdade, estava encarregada de executar o genocídio.¹⁰⁹

Muitos eram encarregados de atuar de forma paralela aos genocidas: a) bispos e clérigos que afirmaram seu apoio ao governo interino, dando-lhe legitimidade e abandonando seu rebanho, morto em igrejas e escolas, ou atrasando as evacuações e retiradas de áreas protegidas, ou mesmo atraindo as vítimas para locais onde elas eram encurraladas e mortas; b) acadêmicos

¹⁰⁷ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 205.

¹⁰⁸ DALLAIRE, R. Op. cit., p. 219.

¹⁰⁹ Segundo Melvern, a rede de “defesa civil” era uma estrutura fantasma de três cabeças, que englobava as milícias, militares e desertores e gangues urbanas. *Vide* MELVERN, Linda. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 215.

que disseminavam desinformação; c) médicos que franquearam o acesso das milícias aos hospitais; d) jornalistas que denunciavam os *inyenzis*¹¹⁰ na mídia escrita e nas rádios e se regozijavam com sua morte.¹¹¹

Dentro do partido CDR (dos extremistas hutus), já em 1992 passou a ser gestada a organização de uma “Solução Final” para a questão tutsi, centrada em quatro elementos: a) os arquitetos do genocídio, incluindo membros da família do presidente e assessores de confiança; b) organizadores rurais, encarregados de elaborar a lista das vítimas (tutsis e hutus moderados); c) as milícias armadas (*Interahamwe* e *Impuzamugambi*), que atuavam como o braço operacional do genocídio, recrutando os assassinos entre a marginalidade de Ruanda; d) a Guarda Presidencial, que dava apoio aos matadores quando necessário.¹¹²

As forças da ONU, que cumpriam a missão original de apenas monitorar um cessar-fogo entre o governo e os rebeldes, viram-se no meio de um genocídio urdido há anos e posto em prática instantaneamente. O número de soldados na missão era insuficiente para uma intervenção, tampouco havia armamento ou material suficiente para deter os assassinos.¹¹³

O general Roméo Dallaire pediu em diversas ocasiões ao quartel-general da ONU em Nova York que fossem enviadas forças adicionais a Ruanda, mas seus pedidos foram recusados.¹¹⁴

A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, que prevê que os signatários teriam a obrigação legal de prevenir e punir o crime em referência, foi ignorada. A ONU e os países ocidentais evitaram chamar o ocorrido em Ruanda de genocídio, pois isso seria reconhecer o seu dever de atuar no país e pôr fim às matanças.

Em 22 de junho de 1994, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução n. 929, dando um mandato de dois meses à França para atuar em Ruanda, com a permissão de uso da força.¹¹⁵

¹¹⁰ Termo injurioso em kinyarwanda para se referir aos tutsis.

¹¹¹ CHRÉTIEN, J.-P. Op. cit., p. 331-332.

¹¹² WHEELER, N. J. Op. cit., p. 212.

¹¹³ Sobre a importância de Ruanda para a ordem mundial, e sobre a omissão das grandes potências, disse Philip Gourevitch: “Ruanda é um país cercado e paupérrimo, um pouco maior que Vermont e um pouco menos populoso que Chicago, um lugar tão espremido pelos vizinhos Congo, Uganda e Tanzânia que, na maioria dos mapas, seu nome, para ser legível, precisa ser impresso fora dos limites de seu território. No que diz respeito aos interesses políticos, militares e econômicos das potências mundiais, tem tanta importância quanto Marte.” *Vide* GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 145.

¹¹⁴ Segundo o general Roméo Dallaire, uma UNAMIR com tamanho e mandato suficientes (ao menos 5.000 soldados encarregados de combater o Poder Hutu) nas primeiras semanas do genocídio teria detido a carnificina. *Vide* WHEELER, N. J. Op. cit., p. 208-209.

A França organizou uma força de intervenção humanitária chamada de “*Opération Turquoise*”, que foi recebida pelos genocidas com entusiasmo, já que os franceses, com tropas bem equipadas, e antigos aliados do regime de Habyarimana, não iriam deter o genocídio. A atuação dessa força apenas terminou adiando a vitória da FPR.¹¹⁶

A operação francesa conseguiu salvar 10 mil tutsis no oeste de Ruanda, mas, no geral, foi bastante criticada, por agir principalmente para proteger os genocidas, e por tratar a FPR como inimiga.

Philip Gourevitch, falando sobre a operação francesa, diz que: “[...] o feito marcante da *Opération Turquoise* foi permitir que a matança de tutsis continuasse por um mês extra, e garantir ao comando genocida uma travessia segura, com grande parte de suas armas, para o Zaire”.¹¹⁷

Durante o genocídio, a FPR controlava a parte leste de Ruanda e movimentava suas forças (então de aproximadamente 20 mil combatentes) para o oeste, em direção à capital, Kigali. Para a maioria das vítimas, alcançar ou ser alcançado pela área sob controle da FPR era a única saída para se salvar.¹¹⁸

Entretanto, a estratégia de Kagame priorizou a tomada do poder, enfatizando táticas de avanço rápido em direção à capital, Kigali, e não a salvação dos tutsis.¹¹⁹

Os líderes do genocídio, no final, concentraram seus esforços nas matanças étnicas, abandonaram o que restou do país e da população à FPR, e conduziram grande parte da população restante ao exílio.¹²⁰ Muitos dos líderes genocidas se abrigaram no Zaire e passaram a comandar os campos de refugiados.¹²¹

¹¹⁵ UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 929**, 22 jun. 1994.

¹¹⁶ Os franceses contaram nesta operação com 2.500 soldados de elite e armamento moderno, veículos blindados, jatos e helicópteros. A força francesa atrasou a FPR ao proteger algumas das Prefeituras ameaçadas pelos rebeldes, como Cyangugu, Gikongoro e Kibuye. *Vide* WHEELER, N. J. Op. cit., p. 247-248.

¹¹⁷ GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 157.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 153.

¹¹⁹ Ruzibiza, ex-integrante da FPR, relata que, em muitos casos, Kagame, o líder militar dos rebeldes, priorizava excessivamente a manutenção da posição estratégica nas colinas, deixando os tutsis morrerem no fundo dos vales. Uma ofensiva da FPR de avanço mais lento (resgatando os tutsis no caminho) teria salvado mais vidas. *Vide* RUZIBIZA, A. J. Op. cit., p. 353-354.

¹²⁰ Em paralelo com o dispêndio de recursos determinado por Hitler em meio à Segunda Guerra Mundial para pôr em prática a Solução Final, priorizando as deportações de judeus dos territórios ocupados e seu extermínio, ao invés de investir nas duas frentes de guerra do Eixo.

¹²¹ Em 16 de julho, o presidente do governo provisório e parte de seu gabinete fugiram para a zona controlada pela França, que não os prendeu. No dia seguinte, eles se juntaram ao grupo de fuga do coronel Bagosora no Zaire. *Vide* GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 159.

Em 02 de julho de 1994, a FPR conquistou a cidade de Butare e, dois dias depois, a capital, Kigali, esvaziando a *Opération Turquoise*, e praticamente selando a vitória na guerra civil.

2.3.8 A FPR toma o poder: acontecimentos posteriores (de 21 de julho de 1994 a 2011)

As principais hostilidades relacionadas à guerra civil e ao genocídio cessaram com a tomada do poder pela FPR. Nos meses posteriores, a violência seguiu elevada no país. Agravou-se a situação na região, com a formação de uma crise humanitária nos campos de refugiados situados nos países vizinhos (o então Zaire e Burundi), com 1,8 milhão de ruandeses expulsos ou fugidos do país, sendo muitos deles genocidas foragidos.

Mas a matança sistemática e disseminada cessou.

Um cessar-fogo unilateral foi declarado pela FPR em 20 de julho de 1994. No dia seguinte, os rebeldes tomaram o poder central de Ruanda, sendo empossado um novo governo, tendo como presidente Pasteur Bizimungu, um empresário que estava exilado em Uganda desde 1990. O ministro da Defesa e vice-presidente seria o líder militar da RPF, Paul Kagame.¹²²

A região dos Grandes Lagos da África seguiu tensa após o genocídio de Ruanda. Milhões de exilados se abrigaram no então Zaire (hoje Congo), muitos deles membros das milícias, o que gerou nova crise humanitária (incluindo uma epidemia de cólera), agora naquele país. Cinco milhões de pessoas teriam morrido desde 1994 no leste do Congo.¹²³ A ONG *International Rescue Committee* (IRC) tem um número mais modesto sobre os mortos nos conflitos posteriores ao genocídio, mas igualmente elevado: 3,8 milhões.¹²⁴ Fala-se até em um outro genocídio na região.¹²⁵

Após a FPR tomar o poder, ruandeses passaram a regressar de toda a África, alguns vindos da Europa e da América. Nove meses depois da libertação de Kigali, 750 mil ex-exilados

¹²² Paul Kagame, em 2000, se tornaria presidente de Ruanda. Em 2010, ele foi reeleito presidente com 93% dos votos, e é considerado um herói por ter posto fim ao genocídio. *Vide* SILVA, Gustavo. Eleição de Kagame testa a democracia em Ruanda. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2010, p. A-24.

¹²³ SHERIDAN, Mary Beth. Nova lei de reforma de Obama e os minérios da guerra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2010, p. A-18.

¹²⁴ LAPOUGE, Gilles. A era de horror no Congo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2010, p. A-21.

¹²⁵ Este teria sido cometido pelo governo ruandês pós-1994 contra membros da etnia hutu refugiados na República Democrática do Congo na década de 1990 e até 2003. *Vide* ONU indica outro genocídio na África na década de 90. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2010, p. A-20.

tutsis estavam de volta a Ruanda, quase o número de mortos.¹²⁶ Apesar da destruição, muitos desses exilados ou seus filhos (que nunca haviam sequer pisado em Ruanda) estabeleceram-se no país e enriqueceram. Havia grande demanda por bens e serviços no país arrasado.

Mas o espaço para os recém-chegados prosperarem, com novas oportunidades num novo país, era contrabalançado por outros fatores econômicos e sociais adversos. Após o genocídio, Ruanda era um país arrasado, sem instituições funcionais, com a economia paralisada e reduzido à condição de nação mais pobre do planeta, com uma renda média de 80 dólares por ano.¹²⁷ Os cadáveres ainda seguiam empilhados nos locais de massacres, nas ruas das cidades e no campo. Os serviços de coleta de lixo não eram suficientes para recolher os corpos e uma epidemia de cólera se instalou.

Não havia juízes, policiais e advogados suficientes para lidar com a demanda de justiça existente (processar, julgar e punir os responsáveis pelo genocídio). Inúmeros acusados pelos massacres eram presos sem acusação formal.

As cadeias ficaram superlotadas. As 15.000 vagas no sistema prisional de Ruanda foram preenchidas por um contingente de 100.000 acusados de participação nos massacres. Seriam necessários 200 anos para que todos os acusados fossem devidamente processados por seus crimes.¹²⁸

Apesar de tudo, a situação atual de Ruanda permite vislumbrar um país promissor.¹²⁹

2.4 Uma análise do genocídio em Ruanda

Cabe aqui uma análise geral sobre o genocídio de Ruanda, em diversos tópicos.

¹²⁶ A conta do retorno inclui um milhão de cabeças de gado dos recém-chegados. *Vide* GOUREVITCH, P. Op. cit., p. 224.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 264.

¹²⁸ Uma solução para lidar com as necessidades da Justiça pós-genocídio, desafogando as instituições oficiais, foi a implantação de cortes locais chamadas de “*Gacaca*” (v. o Glossário deste trabalho para o significado). Era um sistema baseado em métodos tradicionais, em que cada comunidade elegia pessoas íntegras da comunidade para decidir sobre a punição de acusados, com participação de vítimas e seus parentes. Nesses julgamentos, elas confrontariam os acusados e tomariam conhecimento do ocorrido com seus entes queridos. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 254-255. Segundo Philip Gourevitch, esse sistema ainda funciona em Ruanda. *Vide* GOUREVITCH, Philip. The life after. **New Yorker**. New York, p. 37-47, 4 maio 2009, p. 37.

¹²⁹ Philip Gourevitch, numa visita realizada em meio ao 15º aniversário do genocídio (2009), encontrou em Ruanda um dos países mais seguros e ordeiros da África, com o PIB *per capita* triplicado desde 1994, sistemas de educação e saúde pública funcionais, respeito ao meio ambiente e uma burocracia estatal bem organizada. *Vide* *Idem*.

2.4.1 O que foi o “genocídio de Ruanda”?

Primeiramente, é preciso delimitar o que será considerado como sendo o “genocídio de Ruanda”.

Para Linda Melvern, o genocídio começou em outubro de 1990 nas Prefeituras de Gisenyi, Byumba e Ruhengeri, com a eclosão da guerra civil.¹³⁰ Essa posição poderia ser aceita ainda se considerarmos que o planejamento dos atos de genocídio teria começado com a guerra civil. Os atos preparatórios incluiriam: a) as importações e distribuições de armas; b) a organização das milícias e das listas de vítimas; c) a arregimentação dos assassinos; d) a derrubada do avião presidencial; e) as incitações ao genocídio por meio do rádio e da mídia impressa.¹³¹

Entretanto, preferimos nos ater à posição evidenciada na jurisdição temporal do próprio TPIR de que o “genocídio de Ruanda” é a matança organizada e sistemática ocorrida entre 06 de abril de 1994 (queda do avião presidencial) e 20 de julho de 1994 (tomada do poder pela FPR), ou, ao menos, todos os atos genocidas ocorridos no ano de 1994, pelas seguintes razões:¹³²

- a) A jurisdição temporal do TPIR é para crimes cometidos entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994;¹³³
- b) Há dois termos bem delimitados que precisam o genocídio de Ruanda — o que inexistente em qualquer outro genocídio conhecido. O termo inicial é a derrubada do avião

¹³⁰ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 253.

¹³¹ Veja-se que o TPIR, para justificar algumas das condenações, analisou atos de réus cometidos antes de 1994, em que pese a jurisdição temporal do TPIR ser apenas o ano de 1994. *Vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza, Hassan Ngeze**: Case No. ICTR-99-52-T, Trial Chamber I, Judgement and Sentence, 3 dez. 2003, p. 28, § 104.

¹³² A própria Linda Melvern, adepta da corrente que acredita que o marco inicial do genocídio foi outubro de 1990, relata que uma Comissão de Especialistas, criada pelo Conselho de Segurança em julho de 1994, reconheceu que uma campanha organizada, sistemática e metódica contra os tutsis e hutus moderados foi posta em marcha, com violação da convenção sobre Genocídio de 1948, no período entre 06 de abril de 1994 e 05 de julho de 1994. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 254. Jacques Sémelin nos acompanha na posição de que o genocídio ocorreu em 1994, por não entender que os massacres isolados ocorridos em outubro de 1990 configurem um querer genocida. *Vide* SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e genocídios. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2009, p. 251, nota 1.

¹³³ Artigo 1º, ETPIR 2010.

presidencial, em 06 de abril de 1994, e o termo final é a tomada do poder pela FPR, em 20 de julho de 1994. Tais marcos bem definidos inexistem, por exemplo, no Holocausto;¹³⁴

c) 99,2% das vítimas foram mortas entre abril e dezembro de 1994.¹³⁵

2.4.2 Fatores políticos para o genocídio

Não se pode reduzir o genocídio a um mero conflito tribal, ou a uma disputa pelo poder, ou a uma vingança aleatória contra os tutsis levada a cabo pelos hutus, por causa do presidente assassinado em abril de 1994. Foi uma disputa pelo governo central, sim, mas levada ao extremo de procurar privar a facção rebelde (na iminência de tomar o poder) de um povo para governar.¹³⁶ Houve um plano, organizado nos altos escalões do poder de Ruanda, para exterminar todos os tutsis. As mortes não decorreram de uma mera guerra civil.

Os líderes do partido MRND (do presidente assassinado) e muitos membros do governo eram ligados à milícia *Interahamwe*. Essa simbiose levou os empobrecidos camponeses de Ruanda e os marginais e desempregados das cidades a se tornarem um exército de assassinos, recrutados pelos burgomestres e prefeitos para as milícias. Intelectuais e pessoas ligadas à rádio RTLM insuflaram o ódio racial.¹³⁷

Segundo Linda Melvern, a matança dos tutsis só se tornou algo natural para os assassinos após anos de incitação de ódio racial e de insuflação de boatos. A invasão dos exilados tutsis em outubro de 1990 foi habilmente explorada pelos extremistas como pretexto para incutir ou restaurar na população o medo dos antigos mandatários dessa etnia, que comandavam o país durante o período monárquico e que foram favorecidos ao tempo da colonização alemã e belga. O objetivo era marginalizar os tutsis e criar uma atmosfera em que a sua eliminação física seria algo inevitável.¹³⁸

Ao fim da guerra civil, a FPR terminou por conquistar um país fantasma. Mais algumas semanas de atraso e eles não teriam sequer um povo para governar. Bizimungu, um dos

¹³⁴ No que se refere ao Holocausto, a chegada de Hitler ao poder, em 30 de janeiro de 1933, ou a “*Kristallnacht*”, em 09 de novembro de 1938, ou qualquer outra data posterior, não são marcos suficientemente precisos do termo inicial dos atos genocidas da “Solução Final”.

¹³⁵ MELVERN, L. *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 253.

¹³⁶ Ibidem, p. 237.

¹³⁷ Ibidem, p. 278.

¹³⁸ KEANE, Fergal. *Season of blood: a Rwandan Journey*. London: Penguin Books, 1996, p. 8-9.

extremistas, chegou a dizer: “Eles podem ganhar o país, mas não o povo”.¹³⁹ Era uma política de “terra arrasada” dos perdedores da guerra estendida ao próprio povo do país.¹⁴⁰

Outro motivo que colaborou para o genocídio foram os próprios Acordos de Arusha, celebrados em 1993. Segundo Cristopher Clapham, os Acordos deram muito poder a alguns dos pequenos partidos sem representatividade em Ruanda ou sem presença no poder real ou nas Forças Armadas, e marginalizaram os extremistas, que aceleraram seus planos de genocídio e de tomada do poder. O acordo de divisão de poder seria um biombo sem conexão com a realidade.¹⁴¹

Bruce Jones, por sua vez, chamou os Acordos de Arusha de um “trágico experimento” de diplomacia preventiva, ao transformar um conflito que tinha ceifado até então 6.500 vidas num genocídio apocalíptico que matou até um milhão de pessoas, ao levar os extremistas a contemplar uma opção em que o assassinato de uma população inteira era o preço a se pagar para se manter no poder.¹⁴²

Os Acordos de Arusha, desde o começo, foram enxergados pelos genocidas como uma derrota política de Habyarimana, pela qual ele deveria ser responsabilizado, e como o começo da saída dele e de seu grupo do poder. Esses fatores podem ter levado os extremistas a acirrarem e radicalizarem suas posições. O próprio *Kangura*, o jornal extremista de Hassan Ngeze, e a Rádio RTLM, criticaram acidamente os Acordos.¹⁴³

Gérard Prunier aponta algumas razões de ordem prática pelas quais o genocídio conseguiu ser organizado e implementado de forma tão sistemática:

- a) A tradição política ruandesa, desde a monarquia, passando pela colonização alemã e belga, era de obediência incondicional e centralizada à autoridade;
- b) O analfabetismo da população, que tinha uma tendência a acreditar na autoridade constituída;

¹³⁹ DALLAIRE, R. Op. cit., p. 388.

¹⁴⁰ Jean-Pierre Chrétien acredita que o genocídio foi praticamente cumprido, já que 75% da população tutsi em Ruanda foi exterminada, ou praticamente metade de todos os tutsis ruandeses do planeta. CHRÉTIEN, J.-P. Op. cit., p. 332.

¹⁴¹ WHEELER, N. J. Op. cit., p. 213-214.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ GOUREVITCH, P. **Gostaríamos de informá-los...** Op. cit., p. 97.

- c) A banalização “rural” do crime. As matanças eram tratadas como um trabalho coletivo, onde “cortar” homens e mulheres era “limpar o terreno” e “arrancar as ervas daninhas”.¹⁴⁴

A cadeia psicológica de participação num massacre era a seguinte, ainda segundo Gérard Prunier:

[...] nossas sábias autoridades políticas nos deram ordens (a serem obedecidas) de modo que devemos erradicar aquelas (perigosamente más) pessoas como ervas e nós seremos recompensados por esse trabalho árduo, mas necessário, obtendo alguns dos benefícios materiais que nós muito precisamos.¹⁴⁵

É interessante notar que, na rural Ruanda, o genocídio foi organizado como um trabalho em comunidade. Segundo Jacques Sémelin:

Com essa finalidade, os organizadores repuseram em vigor uma antiga prática colonial, retomada pela administração ruandesa, de mutirões comunitários obrigatórios (umuganda). Eram trabalhos efetuados para o interesse público: desmatar terrenos, reparação de estradas, escavação de fossas antierosão etc. A umuganda era posta em funcionamento pelo nyumbakumi (chefe de bairro, responsável por um grupo de 10 residências), que mantinha um registro das presenças e tinha o poder de aplicar multas em quem não participasse das sessões de trabalho coletivo. Naquele caso específico, o trabalho de interesse coletivo, a causa nacional urgente, tornara-se a eliminação do inimigo tutsi, inclusive o vizinho.¹⁴⁶

Para o professor Quadros de Magalhães, os conflitos étnicos sempre disfarçam interesses maiores:

¹⁴⁴ Para a massa iletrada, os tutsis invasores eram retratados como criaturas com chifres, cascos, olhos que brilhavam no escuro e orelhas pontudas, até como parte do seu processo de desumanização. Prunier, em nota de sua obra, relata história semelhante de desumanização, ocorrida na década de 1930 com um comerciante judeu (à época um povo já sob alvo da campanha nazista). Vide PRUNIER, G. Op. cit., p. 143, nota 27. Sobre as razões de ordem prática para o genocídio v. Ibidem, p. 141-143.

¹⁴⁵ No original, em inglês: “[...] our wise political authorities gave us orders (to be obeyed) so that we would eradicate those (dangerously evil) people like weeds and we will be rewarded for this hard but necessary work by getting some of the material benefits we dearly need.” Vide Ibidem, p. 142.

¹⁴⁶ Note-se que Jean Kambanda, em seu processo perante o TPIR, por diversas vezes usou a palavra “trabalho” como sinônimo de matar tutsis. Vide SÉMELIN, J. Op. cit., p. 265-266. Gourevitch relata a comparação entre “matar” e “trabalhar” feita por um dos assassinos: “Era trabalho, mas um trabalho que eu apreciava. Não era como trabalhar para o governo. Era como fazer seu próprio trabalho — como trabalhar para si mesmo. Ele disse ‘Eu estava muito, muito excitado quando eu matava. Eu me lembro de cada matança. Sim, eu acordava todas as manhãs animado para ir ao mato.’” No original, em inglês: “It was work, but work that I enjoyed. It wasn't like working for the government. It was like doing your own true job — like working for myself.” He said, ‘I was very, very excited when I killed. I remember each killing. Yes, I woke every morning excited to go into the bush.’” Vide GOUREVITCH, P. **The life after**. Op. cit., p. 40.

Os conflitos étnicos escondem interesses econômicos de grupos econômicos e políticos. As razões pelas quais boa parte das pessoas envolvidas nos conflitos luta efetivamente não existem. A diversidade étnica e cultural, as diferenças de altura, cabelo, cor da pele, idiomas e outras mais, diferenças em torno das quais surgem nomes e nomeações, e sobre as quais criam-se identificações, chamadas de identidades, não passam de encobrimento do real jogo de interesses daqueles que põem em marcha multidões se aniquilando para defender ou buscar interesses que não são os seus.¹⁴⁷

Os genocidas acreditaram desde o começo em seu plano de extermínio. Eles contavam com a passividade da ONU e do Ocidente (no que foram correspondidos), tinham relativo apoio interno, muito apoio das Forças Armadas, e conseguiram manter uma organização administrativa razoável para as matanças. O erro de cálculo foi quanto à sua capacidade de resistir à invasão da FPR, e este foi o seu único fator de derrota.¹⁴⁸

2.4.3 Fatores geográficos para o genocídio

Jared Diamond aponta que, mesmo antes da colonização, Ruanda e Burundi já eram regiões densamente povoadas, favorecidas geograficamente por serem regiões elevadas (o que as preservava dos insetos transmissores da malária e da doença do sono). Em 1990, a densidade populacional média de Ruanda era de 293 pessoas por quilômetro quadrado, próxima da verificada no Reino Unido e na Holanda. Mas a agricultura de Ruanda não tinha a mesma eficiência, o que gerava pobreza, exponenciando as disputas pela posse da terra.¹⁴⁹

¹⁴⁷ QUADROS DE MAGALHÃES, José Luiz. Prefácio. In: BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. **O Conselho de Segurança da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos**: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo. Barueri: Manole, 2008, p. XIV.

¹⁴⁸ Prunier acredita que caso o plano tivesse dado certo (o genocídio e a manutenção do antigo regime no poder), o Ocidente por um tempo deixaria o país isolado, talvez Ruanda fosse alvo de algumas sanções econômicas e, com o tempo, seriam reatados os laços com o resto do mundo, e tudo seria esquecido. *Vide* PRUNIER, G. Op. cit., p. 228.

¹⁴⁹ O biólogo americano citado aprofunda em sua obra a análise dos fatores geográficos que levaram ao genocídio. Para ele, outros fatores prejudicavam a agricultura de Ruanda: métodos agrícolas atrasados; planejamento familiar ineficaz; erosão do solo; superexploração do uso do solo, com diminuição do período de descanso das terras; divisão da terra em minifúndios cada vez mais insuficientes para a agricultura de subsistência; conflitos familiares pela posse da terra. A crise econômica de 1989 (queda dos preços do café) foi resultado de uma seca especialmente grave e desta conjugação de fatores. Diamond afirma: “Não é de surpreender que tenha se tornado impossível alimentar tanta gente com tão pouca terra”. *Vide* DIAMOND, Jared. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Tradução Alexandre Raposo. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 386-387. Diamond explana, ainda, a mecânica familiar que levava à disputa por terras antes do genocídio, mencionando estudos sobre a questão e sobre a concentração de terras e renda como um dos fatores do genocídio. *Vide* Ibidem, p. 389-392. Linda Melvern, a seu

Para Jared Diamond, há vários fatores que levaram ao genocídio:

Apenas para reiterar: sem seguir uma ordem de importância, esses outros fatores incluíram a história da dominação dos tutsis sobre os hutus, as grandes matanças de hutus feitas por tutsis no Burundi e em menor escala em Ruanda e sua exacerbação pela seca e fatores internacionais (especialmente pelos preços em baixa do café e as medidas de austeridade do Banco Mundial), as centenas de milhares de jovens ruandeses desesperados deslocados para os campos de refugiados e prontos para serem recrutados pelas milícias, e a competição entre grupos políticos rivais em Ruanda capazes de qualquer coisa para se manter no poder. A pressão populacional se uniu a esses outros fatores.¹⁵⁰

As pré-condições para um genocídio estavam presentes em Ruanda: a) um serviço civil bem organizado; b) uma área de terra pequena e bem controlada; c) uma população disciplinada e ordeira; d) comunicações em bom estado (rádio integrando todo o país); e e) uma ideologia coerente com o potencial lesivo necessário.¹⁵¹

2.4.4 As vítimas do genocídio

Nunca será possível precisar o número de vítimas do genocídio. A cifra mais aceita é de 800.000 pessoas, embora algumas contagens apontem até um milhão de vítimas.¹⁵²

As vítimas mais proeminentes do genocídio foram políticos liberais e democratas, como a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana.¹⁵³ Mas a lista de alvos incluiu toda espécie de pessoas: a) tutsis, que eram considerados cúmplices da FPR e, nesta qualidade, mortos; b) hutus filiados aos partidos democráticos ou de oposição ao regime; c) jornalistas; d) clérigos; e) pessoas bem-vestidas ou falantes de francês fluente, e proprietários de veículos (todas suspeitas de terem

turno, ainda ressalta que, em Ruanda, a contracepção era proibida, influência do catolicismo, principal religião do país. *Vide* MELVERN, L. **A People Betrayed**. Op. cit., p. 40.

¹⁵⁰ DIAMOND, J. Op. cit., p. 395.

¹⁵¹ PRUNIER, G. Op. cit., p. 238.

¹⁵² Um milhão de vítimas é a estimativa de Philippe Gaillard, chefe da Cruz Vermelha, profundo conhecedor de Ruanda. Um censo do governo ruandês de 2001 chegou ao número de 951.018 vítimas. A estimativa é imprecisa pela existência de situações em que foram mortos todos os membros da mesma família, e pelo medo dos sobreviventes ou testemunhas de colaborar com as investigações. Acrescente-se o extravio de documentos, onde as carteiras de identidade (nas quais constava a etnia do portador) eram incineradas, extraviadas ou destruídas após os assassinatos, contribuindo para aumentar o número de crimes sequer reportados às autoridades. *Vide* MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 252.

¹⁵³ Outros crimes relacionados a este assassinato foram os sequestros e assassinatos dos dez capacetes-azuis belgas que faziam sua proteção.

ideias liberais).¹⁵⁴ Jared Diamond chega mesmo a mencionar um estudo sobre o perfil das vítimas no campo ruandês, dividindo-as em seis categorias.¹⁵⁵

A escala das matanças e da violência gratuita ocorridas em Ruanda leva à conclusão de que as vítimas, para seus assassinos, não mais pertenciam à espécie humana. Trata-se de um *modus operandi* comum no cometimento de atrocidades em larga escala. Jacques Sémelin, falando das atrocidades nazistas e do Holocausto, explica a necessidade que os carrascos têm de desumanizar a vítima:

[...] O executor era obrigado, de certa maneira, a produzir, ele próprio, o ato atroz que o “desligava” de sua vítima. Ora, os nazistas conseguiram passar desse estágio de “método artesanal” à criação de um sistema que, por si só, produzia a desumanização. Seus elementos constitutivos são bem conhecidos: a viagem em vagão de carga, a tatuagem, a tosquia etc. Esse distanciamento psíquico se realizava por um dispositivo anterior à passagem ao ato. Nesse ponto exato, Primo Levi detectou a única vantagem da violência inútil: tornar as vítimas semelhantes a animais para facilitar o trabalho dos executores. [...] Ou seja, as atrocidades possuíam, ali, um uso claramente funcional: o de colocar os futuros executores em condição de fazer o que se exigia deles.¹⁵⁶

2.4.5 Responsáveis pelo genocídio (planejamento e organização)

É preciso apontar quem foram os organizadores do genocídio, diferenciando-os dos assassinos e dos executores. Aqueles são os que organizaram os esquadrões da morte, distribuíram armas e coordenaram a logística dos massacres, dando ordens num nível superior.

¹⁵⁴ PRUNIER, G. Op. cit., p. 231. A perseguição aos mais escolarizados encontra paralelo com o terror imposto pelo Khmer Vermelho no Camboja, na década de 1970. Segundo Samantha Power: “O mais estarrecedor, por sua abrangência [...] era que o Khmer Vermelho estava exterminando ‘inimigos de classe’; isso significava todos os ‘intelectuais’, ou seja, os que haviam concluído o sétimo ano escolar”. Vide POWER, Samantha. **Genocídio**: a retórica americana em questão. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 150.

¹⁵⁵ As seis categorias, segundo Diamond: a) tutsis; b) hutus com grande extensão de terras, maiores de 50 anos (na idade para disputa de terras com os filhos); c) uma minoria de jovens hutus com renda mais elevada, e que a usavam para adquirir terras (despertando cobiça e inveja dos vizinhos); d) “criadores de caso”, envolvidos em disputas de terras e heranças; e) homens jovens e crianças, alistados nas milícias por desespero, e que passaram a matar-se entre si; e f) a categoria com maior número: pessoas pobres ou mal nutridas, sem terra ou renda, e que morreram de fome, fraqueza ou doenças, ou que não tinham dinheiro para pagar as propinas e escapar dos bloqueios de estrada. Vide DIAMOND, J. Op. cit., p. 393.

¹⁵⁶ SÉMELIN, J. Op. cit., p. 409. Vê-se claramente este *modus operandi* em Ruanda. Os tutsis, antes mesmo do genocídio, foram por anos chamados de “baratas”, e seu extermínio como “baratas” foi amplamente divulgado na Rádio RTLM. As vítimas, barradas nos bloqueios de estrada, eram espancadas e humilhadas. As mulheres eram estupradas antes de serem mortas. As vítimas tinham membros e órgãos genitais amputados. A morte se dava pelo fio da machete. Os corpos eram deixados para serem roídos pelos animais, ou jogados nos rios e lagos, como lixo.

O principal mentor do genocídio foi o coronel Théoneste Bagosora, dirigente do Ministério da Defesa e figura de proa do Governo Provisório instalado após 06 de abril de 1994 (e que ficou no poder até julho daquele mesmo ano). O segundo homem mais importante no genocídio foi o major-general Augustin Bizimana, responsável pela coordenação logística. Bagosora, Bizimana e uma claqué de oficiais do exército, empresários ligados ao regime e políticos organizaram os massacres. Suas ordens alcançavam os prefeitos e burgomestres (líderes das Comunas), por sua vez encarregados de organizar o genocídio no nível local.¹⁵⁷

Jean Kambanda, primeiro-ministro de Ruanda nos meses de genocídio, foi o político mais proeminente envolvido na organização do genocídio. Ferdinand Nahimana, acadêmico e diretor da RTLM, foi o inspirador intelectual e grande propagandista do genocídio.

2.4.6 Os executores do genocídio

A maior parte dos assassinos eram membros da Guarda Presidencial, das Forças Armadas e das milícias *Interahamwe* e *Impuzamugambi*, estes recrutados nas classes baixas.¹⁵⁸ Estima-se que 50.000 pessoas tenham participado como agentes dos massacres.¹⁵⁹

2.4.7 Direito soberano ao genocídio?

Para Jacques Sémelin, o princípio da soberania territorial do Estado (Tratado de Vestfália, 1648) veio a impor uma distorção: a de que Estado pode fazer o que quiser no interior de suas

¹⁵⁷ Gérard Prunier cita em sua obra uma lista de oficiais do exército ruandês, de empresários e de políticos envolvidos na organização do genocídio, muitos deles réus posteriormente condenados pelo TPIR. *Vide* PRUNIER, G. Op. cit., p. 240-241. A guisa de exemplo, o prefeito de Kigali, Tharcisse Renzaho, e o burgomestre da Comuna Taba, Jean-Paul Akayesu, são autoridades locais que foram condenadas pelo TPIR por participação no genocídio.

¹⁵⁸ Para Gérard Prunier, o tipo de gente recrutada pelas milícias para os massacres eram o outro espectro da sociedade, formando uma espécie de “lumpemproletariado” de sem-tetos, moradores de rua, menores abandonados, lavadores ou guardadores de carros, que se viram dotados de uma chance de se vingar dos “bem-nascidos” e que foram cooptados pelas autoridades, que lhes concederam um salvo conduto para matar, pilhar, roubar e estuprar. *Vide* PRUNIER, G. Op. cit., p. 231.

¹⁵⁹ Abdul J. Ruzibiza faz interessante classificação do comportamento dos hutus durante o genocídio, dividindo-os em seis categorias: a) hutus (e alguns tutsis que renegaram sua etnia) que se agregaram às milícias como participantes ativos do genocídio; b) hutus que não pertenciam às milícias, mas que participaram dos massacres; c) hutus que até ajudaram a esconder e proteger tutsis amigos, mas que participaram da morte de tutsis desconhecidos; d) hutus que não tomaram parte dos ataques mortais aos tutsis, mas que participaram de outros atos odiosos (estupro de mulheres, saque, furto e dano de propriedades, etc.); e) hutus que ajudaram tutsis a se esconder, sem tomar parte nas matanças (nem mesmo sob ameaça), e que só revelavam os esconderijos dos tutsis se ameaçados; f) os hutus minoritários, verdadeiros heróis, que esconderam e protegeram tutsis, mesmo sob ameaças, alguns pagando com a própria vida pela ousadia. *Vide* RUZIBIZA, A. J. Op. cit., p. 330-332.

fronteiras, e isso seria corroborado pela ONU, segundo o art. 2º de sua Carta, já que disposição alguma da Carta a autorizaria a intervir em negócios que se remetessem à competência nacional de qualquer Estado.¹⁶⁰ Sémelin, neste aspecto, cita Leo Kuper: “Não há dúvida: o Estado soberano territorial reivindica, como parte de sua soberania, o direito de cometer genocídios ou empreender massacres genocidas contra populações sob o seu domínio, e a Organização das Nações Unidas, por uma série de razões, defende esse direito”.¹⁶¹

Em suma, o mundo deixou que um membro da comunidade das nações simplesmente tentasse assassinar o seu próprio povo em 1994.

¹⁶⁰ SÉMELIN, J. Op. cit., p. 159.

¹⁶¹ KUPER, Leo. **Genocide**: its Political Use in the Twentieth Century. New Haven: Yale University Press, 1981, p. 161, *apud* SÉMELIN, J. Op. cit., p. 159.

3 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

3.1 A criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)

O Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução n. 935, de 1º de julho de 1994,¹⁶² ainda em meio às hostilidades em Ruanda, decidiu criar uma Comissão de Especialistas, encarregada de investigar as graves violações do Direito Internacional Humanitário cometidas no território de Ruanda.

Com base na investigação levada a cabo pela referida Comissão, e nas conclusões exaradas em seu relatório, o Conselho de Segurança da ONU adotou, em 08 de novembro de 1994, a Resolução n. 955, determinando a criação de um Tribunal com o único fim de processar as pessoas responsáveis por genocídio e outras sérias violações ao Direito Internacional Humanitário cometidas no território de Ruanda, além dos cidadãos de Ruanda responsáveis por genocídio e outras violações cometidas no território de Estados vizinhos, entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994.¹⁶³

A Resolução n. 955 trazia ainda a primeira versão do Estatuto do Tribunal, e deixou em aberto a escolha da sua sede. A Resolução n. 977, também do Conselho de Segurança da ONU, definiria que a sede do TPIR seria na cidade de Arusha, na vizinha Tanzânia.¹⁶⁴

3.2 Legislação aplicável ao TPIR

Segundo Adolphus G. Karibi-Whyte, a base da atuação do TPIR está prevista nos artigos 24, 25, 48 e 49 da Carta da ONU, e nos artigos 8º e 28 de seu próprio Estatuto, sendo o TPIR um instrumento para garantir a manutenção da paz e da segurança internacionais.¹⁶⁵

¹⁶² UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 935**, 01 jul. 1994.

¹⁶³ UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 955**, 08 nov. 1994. A criação do TPIR foi solicitação oficial do próprio governo de Ruanda (doc. S/1994/115, dirigido em 28 de setembro de 1994 pelo representante permanente de Ruanda ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas). Mas Ruanda acabaria votando contra a aprovação da Resolução n. 955 no Conselho, por não concordar com a competência *ratione temporis* do TPIR nem com a instituição de somente duas Câmaras de Julgamento para a Corte. *Vide* FERNANDES, D. A. Op. cit., p. 102-104.

¹⁶⁴ UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 977**, 22 fev. 1995.

¹⁶⁵ KARIBI-WHYTE, Adolphus. Appeal Procedures and Practices. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 662.

O Estatuto do TPIR (ETPIR), cuja primeira versão constou da mencionada Resolução n. 955 do Conselho de Segurança da ONU, traz, entre outras regras, a competência da Corte, define os crimes que serão julgados, dispõe sobre a sua organização e sobre as regras processuais aplicáveis.¹⁶⁶

Note-se, segundo Fernanda F. F. Jankov, que nenhum estatuto de tribunal internacional pretende ser uma codificação de Direito Penal Internacional ou de Direito Internacional Humanitário. Os crimes definidos no Estatuto do TPIR (ou de outras cortes) são definidos para uso no próprio Tribunal, que aplicará uma definição “interna” de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.¹⁶⁷

A base do direito material aplicável ao TPIR são a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, as quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus três Protocolos Adicionais.¹⁶⁸

A Convenção sobre Genocídio de 1948 define o genocídio como um crime contra o Direito Internacional, e exorta os signatários da Convenção a tipificar e punir esse delito.

Já o conteúdo das quatro Convenções de Genebra é: garantir, pela primeira vez, proteção para civis; definir violações criminais às Convenções; definir obrigações dos Estados de processar os responsáveis, mesmo não sendo parte no conflito. Três das Convenções de Genebra atualizaram acordos neste sentido, e a quarta Convenção assegura salvaguardas para pessoas protegidas, incluindo civis em território ocupado.¹⁶⁹

¹⁶⁶ A última versão do ETPIR é de 2010 e, salvo referência em contrário, é a utilizada neste trabalho, sendo referida como “ETPIR” 2010. A Resolução n. 1.878, de 2009, do Conselho de Segurança da ONU, promoveu a última emenda de redação aplicável ao ETPIR. *Vide* UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1878**, 07 jul. 2009.

¹⁶⁷ JANKOV, F. F. F. Op. cit., p. 253. Note-se que a autora fala em “Direito Penal Internacional”, mas, em verdade, faz-se referência ao Direito Internacional Penal.

¹⁶⁸ Em tempo, cumpre diferenciar as duas vertentes do Direito Internacional Humanitário (DIH). Segundo a professora Cláudia Perrone-Moisés, as Convenções de Haia, fruto das Conferências de Paz de 1899 e 1907, estipularam, como princípio fundamental, que os beligerantes não têm o direito ilimitado quanto à escolha dos meios e métodos de prejudicar o inimigo, de forma que os criminosos que violavam as leis e costumes de guerra deveriam ser julgados pelos tribunais nacionais. Esta seria a primeira vertente desse ramo do Direito. O outro ramo do DIH seria composto por normas que visam proteger os civis no período de conflito armado e estabelecer as condições dos militares feridos e dos prisioneiros de guerra. Os que desrespeitassem estas regras eram considerados criminosos de guerra. A positivação destas regras começou com o trabalho da Cruz Vermelha Internacional em 1864 e culminou com as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977 (e de 2005). *Vide* PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Antecedentes Históricos do Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 98, p. 573-579, 2003, p. 573-579.

¹⁶⁹ NEUFFER, E. Op. cit., p. 73-74.

As quatro Convenções também definem o que são as “graves violações” (violações criminais das Convenções), e especificam quais violações do Direito Internacional Humanitário demandam punição, com a obrigação de processar dos países.

As disposições sobre as “graves violações” das quatro Convenções de Genebra de 1949 dispõem sobre proteção das vítimas que estejam sob o poder de uma das Altas Partes Contratantes.¹⁷⁰

Veja-se que o Protocolo Adicional I, de 1977, também traz uma lista de “graves violações” tratando de métodos específicos e de meios de ataque. São chamadas de “graves violações” do Protocolo.¹⁷¹

Todos os atos definidos como “graves violações” são crimes, e não meros atos punidos na esfera administrativa ou disciplinar. Essa definição também é uma forma de universalizar a questão, permitindo a punição desses atos independentemente do local de cometimento, da qualidade da vítima ou do réu (sendo a própria base do princípio da jurisdição universal).¹⁷² As disposições sobre “graves violações” são aplicáveis não só em relação a conflitos internacionais, mas também em relação a conflitos internos.¹⁷³

O art. 3º das Convenções de 1949 (artigo 3º comum) faz referência a guerras internas e estipula padrões mínimos de proteção para civis ou combatentes feridos em um conflito “não internacional”. O Direito Internacional passaria a abordar os assuntos internos de um país.¹⁷⁴

As regras processuais do TPIR encontram-se no seu Estatuto e no Regulamento Processual (RP), um conjunto de regras processuais editadas pelo próprio Tribunal.¹⁷⁵

¹⁷⁰ FISCHER, Horst. Grave Breaches of the 1949 Geneva Convention. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 69.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Ibidem, p. 72.

¹⁷³ Ibidem, p. 78.

¹⁷⁴ NEUFFER, E. Op. cit., p.74.

¹⁷⁵ Em inglês, o RP é chamado de “*Rules of Procedure and Evidence*”. A autorização para sua edição consta do art. 14 do ETPIR. A última versão foi adotada pelo TPIR em 07 de julho de 2009, conforme a Resolução n. 1.878/2009 do Conselho de Segurança da ONU, e, exceto referência em contrário, foi a versão utilizada neste trabalho. Adotou-se o termo “Regulamento Processual” em consonância com o Decreto Federal n. 4.388, de 2002, que promulgou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional no Brasil.

3.3 Composição e estrutura do TPIR

O TPIR é, em verdade, uma unidade autônoma, criada como um órgão de aplicação e execução da lei do Conselho de Segurança da ONU, com a separação e a autonomia dos respectivos órgãos. Isso tem o intuito de evitar que cada um desses órgãos intervenha no funcionamento do outro.¹⁷⁶

Ressalve-se que o TPIR não tem a pretensão de ser um Tribunal permanente, como o TPI. Ele durará pelo tempo que for necessário para julgar os acusados de crimes de sua competência que estejam sob sua custódia e os recursos pendentes e, então, suas atividades serão encerradas.¹⁷⁷

Cumprе resumir brevemente a estrutura do TPIR e declinar alguns detalhes sobre seu funcionamento prático.

O TPIR é formado por três órgãos¹⁷⁸: a) as Câmaras de Julgamento (julgamento em primeira instância) e a Câmara de Apelação¹⁷⁹ (julgamento em segunda instância), onde têm assento os juízes; b) a Promotoria, encarregada das investigações e das acusações, encabeçada por um promotor;¹⁸⁰ c) a Secretaria, chefiada por um secretário, encarregado de providenciar apoio administrativo e jurídico às Câmaras e à Promotoria.

A Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas (1946) é aplicável ao TPIR, aos seus juízes, ao Promotor e à sua equipe, e ao Secretário e à sua equipe.¹⁸¹

O orçamento do TPIR é oriundo da comunidade de nações, pois as despesas do TPIR serão consideradas despesas da ONU, nos termos do art. 17 da Carta da ONU.¹⁸²

As línguas de trabalho do TPIR são o inglês e o francês.¹⁸³

¹⁷⁶ KARIBI-WHYTE, A. Op. cit., p. 636.

¹⁷⁷ Segundo discurso do Juiz Dennis Byron, do TPIR, proferido em 06 de dezembro de 2010, a previsão é de que, pelo fim de 2013, os trabalhos do TPIR estarão encerrados, com a realização dos últimos julgamentos nas Câmaras de Julgamento e das apelações pendentes (se não houver o surgimento de novos casos, com a captura de suspeitos foragidos). *Vide* BYRON, Dennis. **Address by Judge Dennis Byron, President of the ICTR, to the United Nations Security Council: Six monthly Report on the Completion Strategy of the ICTR**, 6 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Portals/0/icttr.un.org/tabid/155/Default.aspx?id=1180>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

¹⁷⁸ Conforme art. 10 do ETPIR 2010.

¹⁷⁹ Esta Câmara é sediada na Haia e é compartilhada com o TPII, como veremos *infra* no item 3.3.1.

¹⁸⁰ Ao falarmos em “promotor” usaremos o gênero masculino, embora o cargo possa e já tenha sido ocupado brilhantemente por mulheres (Louise Arbour e Carla Del Ponte, que cumularam a Promotoria do TPIR com a Promotoria do TPII). O promotor é auxiliado por vários servidores e por um promotor-adjunto. *Vide* o Art. 38, RP, sobre o promotor-adjunto.

¹⁸¹ Art. 29, ETPIR 2010. O artigo ainda prevê o *status* diplomático das autoridades do TPIR.

¹⁸² Art. 30, ETPIR 2010.

3.3.1 As Câmaras de Julgamento e Apelação (juízes)

O TPIR é composto por três Câmaras de Julgamento, sediadas em Arusha, Tanzânia, e uma Câmara de Apelação (compartilhada com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia) sediada na Haia, Holanda.¹⁸⁴

Em 2011, o TPIR possuía 16 juízes permanentes, além de até nove juízes *ad litem* integrando as Câmaras de Julgamento e de Apelação. A Resolução n. 1.431 do Conselho de Segurança da ONU emendou o ETPIR e passou a prever a nomeação de juízes *ad litem* para auxiliar o trabalho das Câmaras de Julgamento, tudo com o intento de acelerar a conclusão da missão do TPIR.¹⁸⁵

Cada Câmara de Julgamento pode ser dividida em seções compostas por três juízes cada, tendo essas seções os mesmos poderes e responsabilidades de uma Câmara de Julgamento.¹⁸⁶ A Câmara de Apelação tem sete juízes permanentes, sendo que cinco juízes oficiam em cada apelação.¹⁸⁷ Os juízes do TPIR são eleitos pela Assembleia Geral da ONU de uma lista apresentada pelo Conselho de Segurança (com indicações dos países membros da ONU).

Na indicação dos juízes procura-se dar representatividade aos principais sistemas legais do mundo, não podendo haver dois nacionais do mesmo Estado no Tribunal.¹⁸⁸ A eleição é para um mandato de quatro anos, sendo possível a reeleição. Os juízes devem possuir a qualificação exigida em seus respectivos países para ocupar os mais altos postos judiciais, e experiência em Direito Penal e Direito Internacional, incluindo Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos.¹⁸⁹

Um juiz permanente, membro de uma das Câmaras de Julgamento, será eleito presidente do TPIR. Cada Câmara de Julgamento será por sua vez presidida por um juiz permanente.¹⁹⁰

¹⁸³ Art. 31, ETPIR 2010.

¹⁸⁴ Ressalte-se que a quantidade de juízes e Câmara de julgamentos do TPIR sofreu alguma variação durante os seus muitos anos de atuação. Exceto ressalva em contrário, faremos referência à composição do TPIR em 2011, e segundo o ETPIR editado em 2010. Sobre o número de Câmaras do TPIR *vide* o art. 10, (a), ETPIR 2010.

¹⁸⁵ Sobre o número de juízes do TPIR *vide* o Art. 11, (1), ETPIR 2010. Os artigos 11 e 12 do ETPIR tratam dos juízes *ad litem* e de sua escolha e nomeação. Sobre a previsão de participação de juízes *ad litem* no TPIR *vide* UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1431**, 14 ago. 2002.

¹⁸⁶ Art. 11, (2), ETPIR 2010.

¹⁸⁷ Art. 11, (3), ETPIR 2010.

¹⁸⁸ Art. 11, (1), ETPIR 2010.

¹⁸⁹ Art. 12, ETPIR 2010.

¹⁹⁰ Art. 13, (1), (2) e (7), ETPIR 2010.

3.3.2 A Promotoria

A Promotoria deve ser composta por um promotor e por uma equipe com a qualificação necessária, que pode incluir um promotor-adjunto.¹⁹¹

O promotor do TPIR é responsável pela investigação e pela acusação das pessoas responsáveis pelos crimes que são objeto da jurisdição do Tribunal.¹⁹² Ele é indicado pelo Conselho de Segurança e nomeado pelo secretário-geral da ONU. Deve ser pessoa de retidão exemplar e possuir elevada experiência na condução de investigações e de acusações em processos criminais. O promotor possui um mandato de quatro anos, sendo possível a recondução.¹⁹³

O promotor deve atuar de forma independente, sem receber orientação de governos ou quaisquer outras fontes.¹⁹⁴

3.3.3 A Secretaria

A Secretaria é responsável pela administração e demais serviços do TPIR; é encabeçada por um secretário e possui a equipe necessária para o desempenho dessas funções.¹⁹⁵

O secretário é indicado pelo secretário-geral da ONU para um mandato de quatro anos, sendo possível a recondução.¹⁹⁶

3.4 Jurisdição do TPIR

A competência material do TPIR é o julgamento dos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional

¹⁹¹ Sobre a equipe da Promotoria *vide* o art. 15, (3), ETPIR 2010. Sobre o Promotor-Adjunto *vide* o art. 38, RP.

¹⁹² Art. 15, (1), ETPIR 2010. Lembre-se que a jurisdição do TPIR consta do art. 1º do ETPIR.

¹⁹³ Art. 15, (4), ETPIR 2010.

¹⁹⁴ Art. 15, (2), ETPIR 2010.

¹⁹⁵ O termo original para Secretaria, em inglês, é “Registry”, e o secretário é chamado de “Registrar”, segundo o ETPIR. Art. 16, (1) e (2), ETPIR 2010.

¹⁹⁶ Art. 16, (3), ETPIR 2010.

II.¹⁹⁷ São os *delicta jus gentium* (crimes contra a lei das nações), cujos comitentes são inimigos do gênero humano (*hostis humanis*).¹⁹⁸

A competência temporal do TPIR são os crimes cometidos entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994.¹⁹⁹

A competência *Ratione Personae* e *Ratione Loci* do TPIR é julgar as pessoas responsáveis por graves violações do Direito Internacional Humanitário, perpetradas no território de Ruanda, e cidadãos ruandeses que tenham praticado esses crimes no território de estados vizinhos.²⁰⁰

¹⁹⁷ Note-se que importante diferença entre o ETPIR e o Estatuto do TPII (ETPII) é que este não prevê em sua jurisdição as violações ao art. 3º comum às Convenções de Genebra de 1949 e do Protocolo Adicional II de 1977. Foi necessária sua inclusão no TPIR por não ter o conflito um caráter internacional, o que impediria a aplicação das referências às graves violações das Convenções de Genebra de 1949. Posteriormente, decisões da Câmara de Apelação do TPII (que é compartilhada com o TPIR) vieram a entender que o art. 3º do ETPII compreenderia em sua jurisdição estas normas adicionais. AKHAVAN, Payam. The International Criminal Tribunal for Rwanda: The Politics and Pragmatics of Punishment. American Journal of International Law, p. 503-504.

¹⁹⁸ NSEREKO, Daniel D. Ntanda. Genocidal Conflict in Rwanda and the ICTR. **Netherlands International Review**. The Hague: T.M.C. Asser Press-Cambridge; University Press. v. 48, n. 1, p. 31-65, 2001, p. 42.

¹⁹⁹ Art. 1º, ETPIR 2010.

²⁰⁰ Art. 1º, ETPIR 2010.

4 OS CRIMES SOB A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

4.1 Aspectos gerais

A exigência para punição perante o TPIR é que o acusado tenha participado de um dos crimes puníveis da forma prevista nos artigos 6(1) e 6(3), do ETPIR. O réu deve ter planejado, instigado, ordenado, cometido, ajudado a cometer ou instigado o crime em questão, ou, como superior hierárquico, fracassado em prevenir ou em punir os crimes que estavam prestes a ser cometidos ou que foram cometidos por seus subordinados (sabendo ou devendo saber sobre estes crimes).²⁰¹

O art. 6(2) do ETPIR deixa claro que a posição de chefe de Estado ou de Governo, ou qualquer outro cargo ocupado pelo réu, ou mesmo sua patente militar, não mitiga sua responsabilidade criminal ou a pena aplicável.²⁰²

O cumprimento de ordens superiores ou governamentais não escusa a responsabilidade dos acusados, mas pode ser um fator atenuante na pena.²⁰³ A nacionalidade dos acusados também não faz diferença para o TPIR, não havendo disposição em contrário no ETPIR.

O TPIR e as cortes nacionais terão jurisdição concorrente para processar os crimes sob a jurisdição do TPIR, mas este terá primazia no exercício dessa competência, podendo exigir dos Estados a transferência de processos a qualquer momento do processo.²⁰⁴

É de se ressaltar que o ETPIR não traz nenhuma disposição sobre excludentes de ilicitude ou da imputabilidade penal, devendo a eventual presença de uma excludente ser discutida no caso concreto.²⁰⁵

²⁰¹ METTRAUX, G. Op. cit., p 311.

²⁰² Ibidem, p 307.

²⁰³ Art. 6 (4), ETPIR 2010.

²⁰⁴ Art. 8, (1) e (2), ETPIR 2010. O procedimento de transferência de processos é regulamentado nos arts. 8º a 11, RP.

²⁰⁵ WERLE, Gerhard. General Principles of International Criminal Law. In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 57.

4.2 Crimes de genocídio

A Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução n. 260 A (III), de 09 de dezembro de 1948, de forma unânime aprovou a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.²⁰⁶

A definição do crime de genocídio prevista no Estatuto do TPIR segue a definição dada pela Convenção de Genocídio de 1948. Os tipos penais listados na Convenção, repetidos pelo ETPIR em seu artigo 2º, são:

- Homicídio de membros de grupo;
- Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- Sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- A imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- A transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

São punidas pela Convenção de Genocídio diversas modalidades de crime de genocídio, como o genocídio consumado, a conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio, o incitamento público e direto ao genocídio, a tentativa de genocídio e a cumplicidade no genocídio.²⁰⁷

O primeiro elemento essencial do crime de genocídio é o dolo específico do autor. Exige-se a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. O autor só comete genocídio se tiver esse intento específico.²⁰⁸

O genocídio, independentemente da previsão na Convenção de 1948, é um crime segundo o direito costumeiro. Ele é considerado uma conduta a ser condenada e cujos responsáveis devem ser punidos independentemente de adesão à referida Convenção.²⁰⁹

²⁰⁶ NSEREKO, Daniel D. Ntanda. Genocide: a Crime Against Mankind. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 121-122. *Vide* ainda UNITED NATIONS. General Assembly, 3rd session. **Resolution 260 (III)**. 09 dez. 1948.

²⁰⁷ Art. 2(3), ETPIR 2010.

²⁰⁸ NSEREKO, D. D. N. **Genocide**. Op. cit., p. 124.

²⁰⁹ Ibidem, p. 120-121.

Situação discutida na doutrina é se a morte de uma única pessoa poderia ser considerada genocídio. Tudo vai depender do dolo do agente, devendo ser analisado se com aquele único homicídio ele tinha a intenção de destruir um grupo no todo ou em parte. Embora a Convenção fale em “membros do grupo”, e tenha o intento de prevenir matanças em massa, a parte signatária da Convenção não precisa esperar a situação se agravar (com a ocorrência de mortes) para punir o culpado, caso o intento genocida se configure com precocidade.²¹⁰

Esse dolo genocida precisa sempre ser comprovado pela acusação. Qualquer prova admitida no ETPIR e no Regulamento Processual (RP) do TPIR pode ser utilizada para comprovar esse dolo.²¹¹

A Convenção prevê diversos atos que constituem genocídio, a seguir explanados:

- a) Matar membros do grupo. Aqui se pune a matança pura e simples de membros do grupo, por meio de ataques diretos, milícias organizadas ou prisão em campos de concentração (com eliminação física direta ou privando-os de alimentação, promovendo trabalhos forçados excessivos, etc.).²¹²
- b) Causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo. O dano físico inclui lesões corporais de qualquer gravidade e crimes sexuais (estupros em massa). O dano mental compreende o uso forçado de drogas narcóticas, tudo com o intuito de enfraquecer os membros do grupo, seja física ou mentalmente.²¹³
- c) Submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial. A intenção do agente aqui é levar os agentes a uma morte lenta, privando as vítimas de comida, água, abrigo, cuidados médicos ou outras condições necessárias à vida.²¹⁴
- d) Adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo. Aqui o intento é privar as vítimas de meios de reprodução (levando no médio e longo prazo à sua

²¹⁰ NSEREKO, D. D. N., **Genocide**. Op. cit., 125-126.

²¹¹ Exemplos de provas que podem ser admitidas: o tipo de arma utilizada como arma de destruição em massa (como gás venenoso ou armas químicas); o grau de destruição ou o número de pessoas mortas no ataque; o grau de organização dos assassinos (matanças organizadas, sistemáticas, seletivas e eficientemente levadas a cabo). Ibidem, p. 126-128.

²¹² Ibidem, p. 128.

²¹³ Ibidem, p. 128-129.

²¹⁴ Idem.

extinção). As medidas aqui incluem esterilização forçada, separação de sexos e proibição de casamentos.²¹⁵

- e) Efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo. Embora a Convenção não preveja proteção contra a perda de identidade cultural ou similar, este dispositivo visa, de certa forma, preservar a identidade de um grupo. A transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo, embora não atente quanto à existência do primeiro, pode levar à perda de identidade cultural, pela assimilação das crianças do grupo no grupo de destino. É disposição das mais controversas na Convenção.²¹⁶

A Convenção protege quatro grupos de pessoas da destruição, a saber: grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos. A característica comum dos quatro grupos é que, geralmente, eles não são objetos de escolha por parte dos integrantes, simplesmente se nasce no grupo.²¹⁷

O artigo 3º da Convenção traz um rol de atos de genocídio puníveis, a saber: a) o genocídio; b) a conspiração ou acordo com vista a cometer genocídio; c) o incitamento, direto e público, ao genocídio; d) a tentativa de genocídio; e) a cumplicidade no genocídio.

Qualquer conduta que leve ao genocídio é punível, sendo puníveis o comitente de ato de genocídio ou quem ordene ou contrate alguém para cometer atos de genocídio.

A conspiração para (ou o acordo com vista a) cometer genocídio também é punível, embora seja deixado ao direito interno a definição de “conspiração” ou “acordo”. Geralmente abrange o conluio para a realização de um ato criminoso.

O incitamento público e direto para cometer genocídio também é punível (novamente é necessário o concurso do direito interno para definir “incitamento”). Geralmente é punido quem incita, instiga, encoraja ou usa qualquer forma de pressão para que outrem cometa o crime. Exige-se também que o incitamento seja “público e direto”.²¹⁸

A tentativa de genocídio, por sua vez, exige que a intenção do acusado seja a de destruir um grupo protegido por um dos meios enumerados no artigo 2º da Convenção, e que suas ações o tenham levado próximo de atingir esse intento.²¹⁹

²¹⁵ NSEREKO, D. D. N., Op. cit., p. 129.

²¹⁶ Ibidem, p. 129-130.

²¹⁷ Ressalva seja feita aos grupos religiosos, já que um membro do grupo pode não seguir a religião dos seus pais, ou pode trocar de religião ou simplesmente abandoná-la. Vide Ibidem, p. 130.

²¹⁸ Ibidem, p. 132-133.

²¹⁹ Ibidem, p. 133.

A cumplicidade no genocídio é o último ato punível segundo a Convenção. A cumplicidade é a participação de uma forma ou de outra no cometimento do delito. Aqui estão abrangidas as condutas de fornecer dinheiro, armas, suporte logístico ou transporte a genocidas, ou qualquer outra conduta que auxilie ou permita o cometimento de atos de genocídio.²²⁰

A Convenção permite punir apenas indivíduos pelo cometimento de atos de genocídio. Além disso, a Convenção, em seu artigo 4º, afasta qualquer tentativa de criar imunidades, deixando claro que chefes de Estado, e quaisquer categorias de servidores públicos, incluindo oficiais das Forças Armadas, podem ser punidos.

4.3 Crimes contra a humanidade

A definição dos crimes contra a humanidade, para fins de apuração e punição pelo TPIR, é prevista no art. 3º do ETPIR, desde que cometidos como parte de um ataque disseminado ou sistemático contra qualquer população civil com fundamento em nacionalidade, política, etnia, raça ou religião, por meio de uma das seguintes condutas:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação;
- e) Aprisionamento;
- f) Tortura;
- g) Estupro;
- h) Perseguição fundada em política, raça ou religião;
- i) Outros atos inumanos.²²¹

²²⁰ NSEREKO, D. D. N., Op. cit.

²²¹ Em inglês, no original: “Article 3: Crimes against Humanity. The International Tribunal for Rwanda shall have the power to prosecute persons responsible for the following crimes when committed as part of a widespread or systematic attack against any civilian population on national, political, ethnic, racial or religious grounds: (a) Murder; (b) Extermination; (c) Enslavement; (d) Deportation; (e) Imprisonment; (f) Torture; (g) Rape; (h) Persecutions on political, racial and religious grounds; (i) Other inhumane acts.”

As disposições sobre as sérias violações das Convenções de Genebra de 1949 (e do Protocolo Adicional I de 1977) têm um papel relevante na criminalização de atrocidades internacionais, pois incluem a obrigação das partes contratantes de reprimir essas violações e de julgar ou extraditar os responsáveis (jurisdição universal).²²²

A definição de um crime contra a humanidade possui duas “camadas”. A primeira “camada” são os elementos gerais (*chapeau elements*), que diferenciam esta espécie de crime dos crimes comuns (do direito interno de cada país) e dos crimes de guerra. A segunda “camada” é a conduta específica do autor do crime, como tortura ou homicídio.²²³

O art. 3º do ETPIR traz essa definição de crime contra a humanidade em duas “camadas”. Os elementos gerais dos crimes em questão estão contidos na seguinte trecho do art. 3º do ETPIR: “[...] precisa ser cometido como parte de um ataque disseminado ou sistemático contra qualquer população civil com fundamento em nacionalidade, política, etnia, raça ou religião”.

Separando essas disposições, temos cinco elementos gerais para que um crime contra a humanidade seja assim considerado pelo Estatuto do TPIR: a) precisa haver um ataque; b) precisa haver um nexo entre os atos do acusado e o ataque; c) o ataque precisa ser dirigido contra qualquer população civil; d) o ataque precisa ser disseminado ou sistemático; e) o acusado precisa ter o *mens rea* (dolo) adequado (ciência de um ataque a uma população civil, com fundamento em nacionalidade, política, etnia, raça ou religião).²²⁴

Segundo Guénael Mettraux, o ataque não precisa ser dirigido ao inimigo (em termos militares), para que se configure um crime contra a humanidade. Este pode se voltar contra a população civil, incluindo a própria população do Estado.²²⁵

O elemento “nexo” pode ser subdividido em outros dois:

- a) A comissão de um ato que, por sua natureza ou consequências, seja apto a agravar o efeito do ataque;
- b) Ciência por parte do acusado de que há um ataque à população civil e de que seu ato é parte do ataque.²²⁶

²²² FISCHER, H. Op. cit., p. 93.

²²³ METTRAUX, G. Op. cit., p. 239.

²²⁴ Ibidem, p. 244.

²²⁵ Veja-se que eventuais mortes de civis num ataque não o tornam por si mesmo ilegal. É preciso avaliar se os atacantes tomaram as devidas precauções para evitar danos colaterais, e se ataque foi ou não proporcional. *Vide* Ibidem, p. 245.

Sobre o terceiro elemento geral (“que o ataque seja dirigido contra qualquer população civil”), vê-se que a exigência é que a população civil seja o alvo principal do ataque.²²⁷ “População”, para estes fins, pode ser definida como um grupo mensurável de pessoas que possua alguns elementos em comum que os identifique como alvos do ataque — sejam elementos geográficos ou algum outro.²²⁸

Ainda em relação a esse terceiro elemento, ressalve-se que o uso do termo “qualquer” indica que a nacionalidade da vítima é irrelevante, e que os crimes contra a humanidade podem ser cometidos contra vítimas que tenham a mesma nacionalidade que a do agente, ou nacionalidade diversa, e até mesmo contra apátridas.²²⁹

O uso do termo “civil” significa que a população em questão precisa ter predominantemente um caráter civil, embora se admita a presença de alguns não civis entre as vítimas. O civil geralmente é definido por exclusão, sendo considerado como tal o não combatente, embora se possa admitir a presença de vítimas que tenham tido alguma participação nas hostilidades.²³⁰

O quarto elemento geral é a escala do ataque, que deve ser disseminado ou sistemático. Qualquer dos dois adjetivos como qualificativo do ataque basta.²³¹

Dentro desse elemento geral, a caracterização de um ataque disseminado e sistemático visa diferenciar atos isolados e aleatórios de indivíduos, estes podendo ser meros crimes comuns, de atos organizados como parte de uma política deliberada, estes sim puníveis como crimes contra a humanidade.²³²

O quinto elemento geral é a *mens rea*, ou seja, o elemento subjetivo do crime, o dolo do atacante. O acusado precisa saber: a) que há um ataque dirigido à população civil; b) que seus atos são parte do ataque, ou ao menos assumir esse risco; e c) que o fundamento do ataque é discriminatório, ou seja, que o ataque se funda em nacionalidade, política, etnia, raça ou

²²⁶ METTRAUX, G. Op. cit., p. 251.

²²⁷ Ibidem, p. 253.

²²⁸ Ibidem, p. 255.

²²⁹ SWAAK-GOLDMAN, Olivia. Crimes Against Humanity. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 152-153.

²³⁰ Ibidem, p. 153.

²³¹ METTRAUX, G. Op. cit., p. 260.

²³² SWAAK-GOLDMAN, O. Op. cit., p. 158.

religião.²³³ O “fundamento em nacionalidade, política, etnia, raça ou religião” é uma parte do quinto elemento geral da definição de crimes contra a humanidade, mas para o TPIR somente.²³⁴

O componente do elemento geral que faz parte da definição de crimes contra a humanidade apenas do TPIR (“fundamento em nacionalidade, política, etnia, raça ou religião”), ou seja, a exigência de um intento discriminatório, tornou a definição do TPIR mais restrita que a do Direito Internacional costumeiro e que a de outros instrumentos normativos de Direito Internacional, que, no geral, não exigem este intento. A exigência é que o **ataque** seja discriminatório, e não cada uma das condutas (homicídio, estupro, etc.).²³⁵

As condutas específicas (a segunda “camada” da definição de crimes contra a humanidade) previstas no mesmo artigo 3º do ETPIR são: a) homicídio, b) extermínio, c) escravidão, d) deportação, e) aprisionamento, f) tortura, g) estupro, h) perseguições fundadas em política, raça ou religião e i) outros atos inumanos.

Em suma, os elementos gerais são exigidos para que um dado crime possa ser considerado um crime contra a humanidade. Em seguida, precisa ter sido cometido um dos atos criminosos listados no art. 3º do ETPIR (homicídio, extermínio, etc.).

É de se notar que a definição do TPIR para crimes contra a humanidade não exige a existência de qualquer espécie de plano ou política para que se configure seu cometimento.²³⁶ Tampouco se exige a existência de um conflito armado, ao contrário, por exemplo, do previsto no art. 5º do Estatuto do TPII (ETPII).

Cumpre definir brevemente cada um dos crimes previstos no art. 3º do ETPIR:

- Homicídio. Exige-se aqui a morte da vítima, resultante de um ato do acusado ou de um ato de alguém a ele subordinado, e que o acusado ou seu subordinado estejam motivados pela intenção de matar a vítima ou de causar lesões corporais com o conhecimento de que o ataque provavelmente resultaria em morte.²³⁷
- Extermínio. É a eliminação física de um ou de vários indivíduos no contexto de uma ampla empreitada assassina. O agente ou participa de uma matança em massa de outros,

²³³ METTRAUX, G. Op. cit., p. 261.

²³⁴ O Tribunal Penal Internacional (TPI), por exemplo, não exige esse intento discriminatório. *Vide* Estatuto do TPI (ETPI), art. 7º. O art. 5º do Estatuto do TPII (ETPII) tampouco exige esse intento discriminatório.

²³⁵ METTRAUX, G. Op. cit., p. 269.

²³⁶ *Ibidem*, p. 281.

²³⁷ *Ibidem*, p. 283.

ou cria condições de vida que levem à matança em massa de outros, seja por ação ou omissão.²³⁸

- Escravidão. É o exercício de algum ou de todos os poderes inerentes aos direitos de propriedade sobre uma pessoa. O dolo é o exercício intencional desses poderes, seja restringindo os movimentos, a autonomia ou a liberdade de escolha de alguém.²³⁹
- Deportação. É a retirada voluntária e ilegal de indivíduos do território no qual residem. A deportação seria, geralmente, para fora do território do país, enquanto a transferência forçada se refere a deslocamentos dentro do território do país. O uso apenas da expressão “deportação” faz pressupor que esta engloba a “transferência forçada”.²⁴⁰
- Aprisionamento. É a privação de liberdade do indivíduo sem o devido processo legal.²⁴¹
- Tortura. Este crime possui três elementos: a) o ato ou a omissão precisam resultar em dor severa ou em sofrimento, físico ou mental; b) a conduta precisa ser dolosa; c) o ato precisa ter o escopo de obter uma informação ou uma confissão, ou de punir, intimidar ou coagir a vítima ou terceiro, ou de discriminar, sob qualquer base, a vítima ou terceiro.²⁴²
A tortura é considerada uma grave violação, segundo o art. 147, n. IV, da Convenção de Genebra de 1949.²⁴³
- Estupro. É a penetração sexual da vagina ou do ânus da vítima pelo pênis do agente ou por qualquer outro objeto por este usado, ou da boca da vítima pelo pênis do agente. Caracteriza-se a conduta quando tal penetração sexual ocorrer sem o consentimento da vítima. O consentimento para este fim deve ser voluntário. O dolo do estupro é a intenção de consumir a penetração, com a ciência de que não há o consenso da vítima.²⁴⁴

²³⁸ METTRAUX, G. Op. cit., p. 284. O julgamento proferido pelo TPIR no caso Akayesu demonstra que a Câmara de Julgamento desta Corte faz uma diferenciação entre o homicídio e o extermínio, já que este crime é dirigido contra um grupo de indivíduos e possui um elemento de destruição em massa não compartilhado pelo homicídio (uma variação de escala). Veja-se que um único assassinato pode ser considerado extermínio, já que a definição deste crime traz um dolo específico, dependendo do intento do agente de participar de uma verdadeira empreitada assassina. *Vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-T, Trial Chamber I, Sentence, 2 out. 1998, p. 138, § 591.

²³⁹ METTRAUX, G. Op. cit., p. 286.

²⁴⁰ Ibidem, p. 287-288.

²⁴¹ Ibidem, p. 288.

²⁴² Ibidem, p. 289.

²⁴³ FISCHER, H. Op. cit., p. 91.

²⁴⁴ Esta a definição adotada em julgado do TPII, *vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Kunarac**: Case No. IT-96-23, Judgement, 22 fev. 2001, § 460, *apud* METTRAUX, G. Op. cit., p. 291.

- Perseguição. É a realização de ato ou atos com intento discriminatório e que resultem na negação ou privação de um direito fundamental da vítima, previsto em tratado ou no direito costumeiro.²⁴⁵
- Outros atos inumanos. Esta rubrica no art. 3º do TPIR é uma categoria residual que abrange outros atos não definidos nos outros incisos.²⁴⁶

A guisa de conclusão do tópico, é de interesse mencionar a visão que Guénael Mettraux tem do “criminoso contra a humanidade”:

[...] Criminosos contra a humanidade são criminosos comuns, não heróis de uma cruzada política ou criminosos imaginários de uma escala ou formato diversos. Como outros criminosos, eles são assassinos, estupradores ou torturadores, distinguidos apenas pelo fato de que seus atos ocorreram no contexto de um ataque disseminado ou sistemático contra uma população civil.²⁴⁷

4.4 Crimes de guerra

Os crimes de guerra punidos pelo TPIR são os previstos no artigo 4º do ETPIR, consistindo em violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra de 1949 e do art. 4º e de outras disposições do Protocolo Adicional II, de 1977.²⁴⁸

²⁴⁵ Esta definição consta do julgado do TPII, *vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Kupreskic**: Case No. IT-95-16, Judgement, 14 jan. 2000, § 621, *apud* METTRAUX, G. Op. cit., p. 292.

²⁴⁶ Como exemplo de atos inumanos o TPIR considerou como crimes a humilhação de vítimas forçadas a se despir nos arredores da Comuna de Taba por homens sob as ordens de Jean-Paul Akayesu. *Vide* Judgement Akayesu, p. 159, § 697. O TPIR ainda considerou como atos inumanos compelir vítimas a cavarem as próprias sepulturas e jogá-las vivas em latrinas, *vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Théoneste Bagosora, Gratien Kabiligi, Aloys Ntabakuze, Anatole Nsengiyumva**: Case No. ICTR-98-41-T, Trial Chamber I, Judgement and Sentence, 18 dez. 2008, p. 560, § 2.220.

²⁴⁷ No original: “[...] *Criminals against humanity are common criminals, not heroes of a political crusade or imaginary criminals of a different scale or shape. Like other criminals, they are killer, rapists or torturers, distinguished only by the fact that their acts occurred in the context of a widespread or systematic attack upon a given civilian population.*” *Vide* METTRAUX, Guénael. Op. cit., p. 315.

²⁴⁸ O artigo 3º comum às Convenções de Genebra trata apenas dos conflitos armados não internacionais e é chamado de “comum” porque apresenta a mesma redação nas quatro Convenções. Cumpre transcrever o artigo 3º comum: “Artigo 3º No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Potências contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar pelo menos as seguintes disposições: 1) As pessoas que tomem parte diretamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério

A opção feita ao se criar o TPIR foi a de limitar o julgamento dos crimes de guerra a um conflito armado não internacional, embora decisões do TPIR e do TPII viessem a reduzir a diferença de tratamento entre um conflito internacional e um não internacional.²⁴⁹

Crime de guerra num conflito não internacional é, basicamente, uma violação do Direito Internacional Humanitário aplicável a tal conflito, e que faz configurar a responsabilidade penal individual sob o direito costumeiro ou convencional.²⁵⁰

A tradição era a de que a noção de crimes de guerra era limitada a conflitos internacionais. O artigo 3º comum às Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional II estabeleciam regras aplicáveis a conflitos não internacionais, mas a punição a eventuais violadores das normas dependiam do direito penal interno. As atrocidades cometidas em conflitos não internacionais eram consideradas assuntos internos dos Estados.²⁵¹ Mas a própria criação dos Tribunais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda foi fundada na necessidade de punir os responsáveis por atrocidades cometidas em conflitos

análogo. Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas: a) As ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios; b) A tomada de reféns; c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados. 2) Os feridos e doentes serão recolhidos e tratados. Um organismo humanitário imparcial, como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às Partes no conflito. As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor por meio de acordos especiais todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção. A aplicação das disposições precedentes não afetará o estatuto jurídico das Partes no conflito.” *Vide* INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **The Geneva Conventions of August, 12, 1949, 12 August 1949.**

Já O Artigo 4º do Protocolo Adicional II de 1977 tem a seguinte redação: “Artigo 4.º - Garantias fundamentais - 1 - Todas as pessoas que não participem diretamente ou já não participem nas hostilidades, quer estejam ou não privadas da liberdade, têm direito ao respeito da sua pessoa, honra, convicções e práticas religiosas. Serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem qualquer discriminação. É proibido ordenar que não haja sobreviventes. 2 - Sem prejuízo do carácter geral das disposições anteriores, são e permanecem proibidas, em qualquer momento ou lugar, em relação as pessoas mencionadas no n.º 1: a) Os atentados contra a vida, saúde ou bem-estar físico ou mental das pessoas, em particular o assassinio, assim como os tratamentos cruéis, tais como a tortura, as mutilações ou qualquer forma de pena corporal; b) As punições coletivas; c) A tomada de reféns; d) Os actos de terrorismo; e) Os atentados à dignidade da pessoa, nomeadamente os tratamentos humilhantes e degradantes, a violação, a coação à prostituição e todo o atentado ao pudor; f) A escravatura e o tráfico de escravos, qualquer que seja a sua forma; g) A pilhagem; h) A ameaça de cometer os atos atrás citados.”

Vide INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Protocols additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949**, 8 jun. 1977.

Veja-se que, segundo o art. 1º do Protocolo Adicional II de 1977, seu âmbito de aplicação material são os conflitos armados que se desenrolem em território de uma Alta Parte Contratante, entre as suas forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do seu território um controle tal que lhes permita levar a cabo operações militares contínuas e organizadas.

²⁴⁹ NERLICH, Volkner. War Crimes (Non-International Armed Conflict). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 568.

²⁵⁰ A violação, no caso do TPIR, seria do seu próprio Estatuto, e das Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II. *Vide* Idem.

²⁵¹ Idem.

internos. O art. 4º do ETPIR permite a punição independente desses crimes pelo TPIR, sem necessidade de recorrer ao direito interno de Ruanda ou de qualquer outro país.

Em que pese a independência do art. 4º do ETPIR, ele necessita das suas fontes originárias (art. 3º comum às Convenções de Genebra e art. 4º do Protocolo Adicional II) a fim de ser integralmente compreendido.

O art. 3º comum às Convenções de Genebra, no que tange à punição de criminosos de guerra, é dividido em duas partes:

- a) O item (1) define quem serão as pessoas protegidas (possíveis vítimas e sujeito passivos do crime):

As pessoas que tomem parte diretamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa [...], sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo.²⁵²

- b) Os incisos do item (1) preveem as condutas proibidas em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas protegidas:

a) as ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios; b) a tomada de reféns; c) as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; d) as condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.²⁵³

Logo, para a aplicação do art. 4º do ETPIR, é necessária a definição de “vítima” prevista no item (1) do art. 3º comum às Convenções de Genebra.

Partindo desse pressuposto básico, é possível compreender os crimes que serão puníveis, em princípio, pelo art. 4º do TPIR (norma que é inspirada no art. 4º do Protocolo Adicional II, de 1977), e que são:

²⁵² INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **The Geneva Conventions of August, 12, 1949**, 12 ago. 1949.

²⁵³ Idem.

- a) Ofensas contra a vida, a saúde e o bem-estar físico e mental de pessoas, especialmente homicídio, bem como tratamento cruel, como tortura, mutilação ou qualquer forma de castigo corporal;
- b) Punições coletivas;
- c) Tomada de reféns;
- d) Atos de terrorismo;
- e) Ofensas à dignidade das pessoas, em particular tratamentos humilhantes e degradantes, estupro, prostituição forçada e todo atentado ao pudor;
- f) Pilhagem;
- g) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados;
- h) As ameaças de cometimento de quaisquer destes atos.

Em suma, o art. 4º do ETPIR nada mais é que uma compilação dos crimes de guerra previstos no art. 3º comum às Convenções de Genebra e no art. 4º do Protocolo Adicional II de 1977, seguindo, basicamente, a redação desta última norma.²⁵⁴ Assim, para a sua plena compreensão, deve-se recorrer-se ao art. 3º comum às Convenções de Genebra, que contém a definição de vítimas dos crimes.²⁵⁵

Note-se que o art. 4º do ETPIR afirma que as condutas previstas no artigo serão punidas, mas sem prejuízo de outras espécies de condutas, fazendo desta norma um tipo aberto.²⁵⁶

Os crimes de guerra, portanto, segundo o art. 4º do ETPIR, configuram a categoria mais ampla de crimes punidos pelo TPIR. Em breve comparação com o genocídio e com os crimes contra a humanidade, que possuem um número determinado de tipos penais puníveis, os crimes de guerra englobam não só as condutas previstas expressamente no próprio art. 4º do ETPIR (violência à pessoa, homicídio, punições coletivas, etc.), mas, também, violações previstas no art. 3º comum às Convenções de Genebra (basicamente repetidas no art. 4º do ETPIR) e no texto integral do Protocolo

²⁵⁴ Ver nota 248, *supra*.

²⁵⁵ Segundo José Roberto Franco da Fonseca, o sujeito passivo (titular do bem jurídico lesado) dos crimes de guerra é a humanidade ou a comunidade internacional. *Vide* FONSECA, José Roberto Franco da. Crimes de Guerra. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 93, p. 371-387, 1998, p. 379.

²⁵⁶ Essas outras condutas são previstas, por exemplo, no corpo do Protocolo Adicional II de 1977, que determina as regras de tratamento a pessoas privadas de liberdade e a proteção dos bens indispensáveis à sobrevivência da população civil, entre outras disposições.

Adicional II (extensa Convenção, com inúmeras proibições que podem configurar, em tese, um crime, segundo o art. 4º do ETPIR).

É de criticar-se, entretanto, a excessiva abertura permitida pelo art. 4º do ETPIR, que permite a punição como crimes de guerra de qualquer outra conduta não prevista neste artigo (mas prevista no Protocolo Adicional II de 1977). Deveria, em verdade, haver um rol de fatos típicos que não permitisse ampliação, pois, no sistema atual, a configuração ou não da existência do crime fica condicionada ao critério subjetivo do julgador.²⁵⁷

Além disso, para todos os crimes de guerra se exige um nexo entre o ato do agente e o conflito armado.²⁵⁸ Por fim, o elemento subjetivo do agente varia conforme a infração. Para alguns crimes de guerra basta o dolo eventual, e, para outros, é exigida a atuação do agente com intento direto.²⁵⁹

²⁵⁷ Por exemplo, uma violação menor a regras de condições satisfatórias de alojamento (art. 17 do Protocolo Adicional II de 1977) pode configurar, em tese, um crime de guerra à luz do art. 4º do ETPIR.

²⁵⁸ NERLICH, Volkner. War Crimes (International Armed Conflict). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press. 2009, p. 568.

²⁵⁹ Idem.

5 DINÂMICA DO JULGAMENTO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

O processo criminal perante o TPIR segue uma dinâmica muito própria, calcada na experiência do TPII e posteriormente oficializada, em muitos de seus aspectos, pelo TPI, e que pode ser subdividida, para fins didáticos, nas fases de pré-julgamento,²⁶⁰ julgamento e apelação, a seguir analisadas.²⁶¹

No que tange ao processo e às regras que regem a instrução probatória, o entendimento de Antonio Cassese é de que o TPIR adotou um procedimento calcado principalmente no sistema **adversarial**, com ênfase na iniciativa das partes na produção das provas.²⁶²

5.1 O processo na fase de pré-julgamento

²⁶⁰ Falamos em fase de pré-julgamento (que, neste trabalho, será considerada a fase de investigação, acusação e indiciamento, anterior à remessa do processo a uma das Câmaras de Julgamento) inspirados no que é previsto sobre o tema em relação ao TPI (Tribunal Penal Internacional) no Estatuto de Roma (arts. 56 e 57), embora o ETPIR não utilize a expressão “pré-julgamento” para referir-se a esta fase em sua legislação, falando apenas em investigação e preparo do indiciamento (e revisão deste), conforme arts. 17 e 18 do ETPIR 2010. Atente-se, porém, que documentos oficiais do TPIR utilizam a expressão “pré-julgamento”. *Vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **Fifteenth annual report of the International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and Other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan Citizens responsible for genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States between 1 January 1994 and 31 December 1994**, 30 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Portals/0/English/AnnualReports/s-2010-408e.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

²⁶¹ Gabrielle Kirk McDonald, ela própria ex-presidente de um Tribunal Internacional (o TPII), faz uma observação sobre a dinâmica de julgamento em tais Tribunais (falando do TPII): “Embora seja provavelmente um exagero dizer que todos os julgamentos são excitantes, os julgamentos perante o Tribunal se encaixam na descrição. Os juízes provêm de todas as regiões do mundo e os advogados que comparecem diante da Corte representam muitas tradições legais e níveis de experiência. As salas de audiência são de última geração e o testemunho é prestado em línguas estrangeiras, graças aos tradutores e intérpretes altamente qualificados. Por fim, o assunto objeto dos julgamentos — um dos capítulos mais negros da humanidade — assegura que os julgamentos perante o Tribunal sejam persuasivos e únicos.” Tradução do original em inglês: “*Although it is probably an overstatement to say that all trials are exciting, trials before the Tribunal certainly fit that description. The judges hail from every region of the world and the attorneys appearing before the bench represent many legal traditions and levels of experience. The courtrooms are state-of-the art and testimony is given in foreign languages, thanks to highly qualified translators and interpreters. Finally, the subject matter of the trials — one of humanity’s darkest chapters — ensures that trials before the Tribunal are compelling and unique.*” MCDONALD, Gabrielle Kirk. Trial Procedures and Practices. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 552.

²⁶² Cassese imputa a esta escolha de sistema o fato dos procedimentos perante o TPIR serem assaz morosos. CASSESE, Antonio. The Rationale for International Criminal Justice. *Vide* CASSESE, Antonio. The Rationale for International Criminal Justice. In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 129.

A Promotoria inicia suas investigações de ofício ou com base em informações obtidas de qualquer fonte, especialmente de governos, órgãos das Nações Unidas e organizações intergovernamentais ou não governamentais. O promotor analisa os dados recebidos e decide se há fundamento para um processo.²⁶³

O promotor tem poderes para interrogar suspeitos, vítimas e testemunhas, para coletar evidências e para conduzir investigações *in loco*, com auxílio das autoridades estatais envolvidas.²⁶⁴

Concluindo o promotor, numa análise *prima facie*, pela existência de fundamentos para uma ação, ele elaborará um indiciamento (ou acusação escrita), contendo um sumário conciso dos fatos e o crime, ou os crimes, pelo qual o suspeito é acusado perante o ETPIR, que será enviado a um juiz de uma das Câmaras de Julgamento.²⁶⁵ Confirmado o indiciamento, o suspeito passa a ser chamado de “acusado”.²⁶⁶

O juiz que receber o indiciamento o analisará e, concordando que existem elementos para o prosseguimento da ação, poderá confirmar o indiciamento. Não havendo elementos, o indiciamento será indeferido.²⁶⁷

No caso de confirmação do indiciamento o juiz poderá, a pedido do promotor, ordenar prisões, detenções, entregas e transferência de pessoas, e quaisquer outras medidas necessárias para a condução do julgamento.²⁶⁸

Nessa fase pode haver uma junção de acusações contra diferentes acusados, julgamentos e/ou crimes, reunindo-se casos diversos para julgamento conjunto.²⁶⁹

Até a confirmação do indiciamento, o promotor pode emendar a acusação sem qualquer requisito. Após a confirmação, mas antes da primeira oitiva do acusado perante a Câmara de Julgamento, também é permitida a emenda, mas sob o crivo do juiz que confirmar a acusação (ou

²⁶³ Art. 17, (1), ETPIR 2010.

²⁶⁴ “Suspeito”, segundo o art. 2º, (A), do RP, é a pessoa a respeito da qual o promotor possua informação confiável que tenda a demonstrar que ela possa ter cometido um crime sobre o qual o TPIR tenha jurisdição. O art. 42 do RP prevê um rol de direitos ao suspeito nesta fase. Sobre as investigações em si *vide* arts. 39 e 40, RP.

²⁶⁵ Art. 17, (4), ETPIR 2010 e art. 47 do RP.

²⁶⁶ “Acusado”, segundo o art. 2º, (A), do RP, é uma pessoa à qual uma ou mais acusações foram confirmadas segundo o art. 47 deste próprio normativo.

²⁶⁷ Art. 18, (1), ETPIR 2010.

²⁶⁸ Art. 18, (2), ETPIR 2010, e art., 40, *bis*, RP.

²⁶⁹ Arts. 48, 48 *bis* e 49, RP.

outro juiz designado pelo presidente do TPIR). Após a primeira oitiva do acusado, a emenda deve ser acolhida pela Câmara de Julgamento.²⁷⁰

Os Estados-Membros da ONU, em relação ao TPIR, têm a obrigação de cooperar com a investigação e com a acusação de pessoas acusadas do cometimento de graves violações do Direito Internacional Humanitário, e de atender aos pedidos de assistência e às ordens do TPIR, especialmente prendendo suspeitos e promovendo sua entrega ao TPIR.²⁷¹

5.2 O processo na fase de julgamento

Aceito o indiciamento, inicia-se a fase de julgamento.

As Câmaras de Julgamento devem assegurar que o julgamento seja justo e célere, e que os procedimentos obedeçam às previsões do RP, com pleno respeito aos direitos dos acusados e tendo em conta a proteção das vítimas e testemunhas.²⁷²

Em geral, tão logo é confirmado o indiciamento é determinada a prisão do acusado e a sua transferência para a custódia do TPIR, ocasião em que é informado das acusações pelas quais responde.²⁷³ Após a prisão, também pode ser determinada, ao longo do processo, a liberdade provisória do acusado.²⁷⁴

Numa audiência preliminar, com a presença do acusado, a Câmara de Julgamento lerá o indiciamento, verificará o respeito aos direitos do acusado, confirmará se o acusado compreende a acusação e abrirá uma oportunidade para que se declare culpado ou inocente, ocasião em que também será marcada a data para o julgamento.²⁷⁵

²⁷⁰ Art. 50, RP. A retirada do indiciamento segue regras similares, conforme art. 51, RP.

²⁷¹ Como disposto no art. 28 do ETPIR 2010, que prevê as medidas que podem ser tomadas, sem prejuízo de outras: a) identificação e localização de pessoas; b) a tomada de testemunhos e a produção de provas; c) a entrega de documentos; d) a prisão e a detenção de pessoas; e a entrega ou a transferência de acusados ao TPIR. *Vide* ainda: HARRIS, Kenneth J.; KUSHEN, Robert. *Surrender of Fugitives by the United States to the War Crimes Tribunals for Yugoslavia and Rwanda*. **American Journal of International Law**. Washington, v. 90, n. 3, p. 510-518, 1996, p. 511.

²⁷² *Vide* art. 19, (1), ETPIR 2010. O art. 20 do ETPIR 2010 elenca os direitos dos acusados e o art. 21 da mesma norma trata da proteção das vítimas e das testemunhas. Ressalte-se que, embora o ETPIR 2010, no art. 19 (1), fale na observância desses princípios apenas pelas Câmaras de Julgamento, é evidente que todas as Câmaras do TPIR, em todas as fases do processo, observarão estes princípios.

²⁷³ Art. 19, (2), ETPIR 2010.

²⁷⁴ Art. 65, RP.

²⁷⁵ Os artigos 66 a 71, *bis*, RP, regulam o procedimento pelo qual a Defesa, em dado prazo antes dessa audiência preliminar, terá acesso à integralidade das provas utilizadas pela Promotoria (com algumas exceções). A Defesa, de posse dessas provas, terá um prazo para apresentar moções preliminares (que tratam da jurisdição do TPIR, do indiciamento, da reunião de julgamentos, e da designação de defensores ao acusado, segundo o art. 72 do RP), que

A declaração de culpa do acusado pode ser voluntária ou objeto de acordo entre a Promotoria e a Defesa.²⁷⁶ Constatando a Câmara de Julgamento que essa declaração de culpa é livre e voluntária, informada, inequívoca e fundada em evidência da existência do crime e da participação do acusado, será designada uma data para a audiência de julgamento (prolação de sentença).²⁷⁷

Após a audiência preliminar, as partes no processo podem apresentar moções que tratem da aplicação do direito no julgamento, a serem decididas pela Câmara de Julgamento, e que podem ser objeto de recurso à Câmara de Apelação.²⁷⁸

Em princípio, as audiências das Câmaras são públicas, a não ser que o sigilo se imponha por força do Regulamento Processual.²⁷⁹

O Regulamento Processual trata das provas que são admitidas no TPIR e normatiza a ordem dos procedimentos a serem seguidos durante as audiências de instrução, que podem se dar em número necessário até a apresentação de todas as provas pela Promotoria e pela Defesa.²⁸⁰

O julgamento (apresentação de provas e análise conclusiva acerca das acusações em si) pode ser precedido de uma conferência pré-julgamento, em que se solicitará à Promotoria que, antes do julgamento, protocole uma petição expondo os fatos incontroversos e as provas que pretende produzir (com nome de testemunhas, tempo necessário para as oitivas, etc.).²⁸¹

Poderá haver também uma conferência pré-defesa, antes que a Defesa do acusado apresente sua versão, nos mesmos moldes.²⁸²

A primeira audiência de instrução é, em geral, precedida pelas alegações iniciais de cada parte.²⁸³

serão decididas pela Câmara de Julgamento, em decisões apeláveis. Na audiência preliminar, o acusado se declarará culpado ou inocente para cada uma das acusações. Caso ele não se declare em qualquer sentido, o juiz ou a Câmara farão em seu nome a declaração de inocência. *Vide* art. 62, RP. Sobre a designação de data para o julgamento *vide* o art. 19, (3), ETPIR 2010.

²⁷⁶ Art. 62, (A), v, e 62, *bis*, RP.

²⁷⁷ Art. 62, (B), RP. Adiante veremos as regras sobre a imposição de pena, que se aplicam para acusados que se declararam culpados ou assim julgados ao fim da instrução pela Câmara de Julgamento.

²⁷⁸ Art. 73, RP.

²⁷⁹ Art. 19, (4), ETPIR 2010. As previsões para a imposição de sigilo, segundo o RP, constam dos artigos 66, (C), 68, (D), 75, (B) e 96, iii.

²⁸⁰ Arts. 89 a 98, *bis*, RP.

²⁸¹ Art. 73, *bis*, RP.

²⁸² Art. 73, *ter*, RP.

²⁸³ Art. 84, RP. O mesmo artigo prevê que a Defesa pode optar por fazer suas alegações iniciais antes da apresentação das suas provas.

Em seguida, determina-se às partes que convoquem suas testemunhas e apresentem suas provas, o que pode se dar em inúmeras seções da Câmara de Julgamento.²⁸⁴

Após a apresentação de todas as provas, as partes podem apresentar suas alegações finais, que podem ser seguidas de réplica e tréplica.²⁸⁵

Em seguida, a Câmara de Julgamento encerrará a instrução e se reunirá para deliberar em apartado, para promover a análise conclusiva das acusações em si.²⁸⁶

Uma decisão pela culpa em uma dada acusação só pode ser proferida quando a culpa for provada além de dúvida razoável, com votação para cada acusação, exigida a maioria dos juízes da Câmara de Julgamento.²⁸⁷ Sendo o acusado culpado de uma ou mais acusações, será estipulada a pena cabível e a sua forma de cumprimento, podendo uma única sentença refletir a totalidade das condutas do acusado.²⁸⁸

As penas a serem aplicadas pelo TPIR são unicamente de prisão, podendo esta ser por um determinado período ou perpétua.²⁸⁹ A Câmara de Julgamento deve considerar, na dosimetria da pena, a gravidade dos delitos, as circunstâncias individuais (agravantes ou atenuantes) dos condenados, e a prática na dosimetria da pena utilizada na justiça doméstica de Ruanda.²⁹⁰ Poderá a Câmara, ainda, determinar a devolução de propriedades e bens adquiridos pela conduta criminosa aos legítimos proprietários.²⁹¹ Exige-se que o julgamento seja dado por meio de uma opinião fundamentada por escrito, à qual podem ser anexadas opiniões dissidentes ou separadas dos juízes.²⁹²

Em seguida, será agendada uma sessão pública em data que seja de ciência das partes e dos advogados, com a sua possível presença, em que a Câmara dará publicidade ao julgamento final.²⁹³

²⁸⁴ Art. 85, RP, que ainda traz a ordem de apresentação das provas.

²⁸⁵ Art. 86, (A), RP.

²⁸⁶ Note-se que o procedimento será o mesmo, caso o acusado, no início dos procedimentos, se declare culpado das acusações. A diferença é que não haverá fase instrutória, e os juízes da Câmara de Julgamento se reunirão com antecedência para a fase de julgamento. Art. 100, RP.

²⁸⁷ Art. 22, ETPIR 2010.

²⁸⁸ Art. 87, RP.

²⁸⁹ Art. 23, (1), ETPIR 2010 e art. 101, (A), RP.

²⁹⁰ Art. 23, (2), ETPIR 2010 e art. 101, (B), RP.

²⁹¹ Art. 23, (3), ETPIR 2010.

²⁹² Art. 88, (C), RP.

²⁹³ Art. 88, (A), RP.

Em caso de absolvição, o acusado será desde logo solto.²⁹⁴ Um acusado condenado continuará preso (a não ser que já estivesse em liberdade provisória e tenha comparecido na data fixada para julgamento).²⁹⁵

5.3 O processo na fase de apelação e revisão

O direito de apelação, no TPIR, é previsto no art. 24 do ETPIR.

As decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento podem ser reformadas pela Câmara de Apelação (que revê as decisões do próprio Tribunal, e não de outras jurisdições nacionais).

Esse recurso permite decisões judiciais mais seguras, pois os julgadores das Câmaras de Julgamento, a Promotoria e os acusados e seus advogados sabem que as decisões de primeira instância poderão ser revistas, o que ajuda a prevenir erros judiciais.

É seguido o princípio no TPIR de que o juiz de uma Câmara de Julgamento não terá assento na Câmara de Apelações.²⁹⁶

Os fundamentos para a apelação são: a) erros numa questão de direito que invalidem a decisão ou; b) um erro de fato que tenha levado a uma denegação de justiça.

A Câmara de Apelação pode confirmar, reverter ou revisar as decisões da Câmara de Julgamento, inclusive as decisões proferidas antes do julgamento.²⁹⁷

O Estatuto do TPIR (art. 25) ainda prevê um procedimento de revisão, aplicável quando é descoberto um fato novo, não sabido à época dos procedimentos perante as Câmaras de Julgamento e/ou Apelação, e que poderia ter sido decisivo na decisão. Apenas o acusado condenado pode solicitar a revisão.²⁹⁸

²⁹⁴ Art. 99, (A), RP.

²⁹⁵ Art. 102, (A) e (B), RP.

²⁹⁶ Art. 13, (6), ETPIR 2010.

²⁹⁷ Os procedimentos da apelação constam dos arts. 107 a 119, RP, e englobam, principalmente: a) os prazos para apelar (art. 108) e para protocolo de arrazoados (art. 111 e 112); b) a nomeação de um “juiz de pré-apelação” (com funções previstas no art. 108, *bis*,); c) protocolo de arrazoados pelas partes; d) julgamento da apelação (com regras bastante similares às do julgamento da Câmara de Julgamento, art. 118).

²⁹⁸ O procedimento de revisão é previsto nos arts. 120 a 123 do RP, que preveem: a) o prazo de um ano a partir do julgamento final (art. 120, A); b) a competência da Câmara de Julgamento para julgar a revisão (art. 120, A, e 121); c) a possibilidade de apelação em relação à decisão tomada no julgamento da revisão (art. 122).

5.4 Questões procedimentais de interesse

5.4.1 Locais das prisões provisórias e do cumprimento das penas definitivas

O acusado perante o TPIR pode ser preso ao longo de um processo que tramite nesta Corte, ou pode um condenado ser preso após o julgamento. Há duas espécies de locais nos quais são detidos os acusados durante o processo e em que estes, se condenados, cumprirão suas penas, respectivamente: uma unidade de detenção na sede da Corte e prisões em outros países que colaborem com o TPIR.

Para as prisões provisórias dos acusados, o TPIR dispõe de uma unidade de detenção situada na sua sede, em Arusha.²⁹⁹

O cumprimento das penas definitivas, por sua vez, é feito em países que colaborem com o TPIR³⁰⁰ e que tenham indicado ao Conselho de Segurança a sua disposição de auxiliar o TPIR³⁰¹ ou que tenham celebrado acordos nesse sentido com a Corte.³⁰²

5.4.2 Colaboração internacional

O TPIR depende muito da colaboração internacional para a consecução de sua missão. Essa Corte necessita do concurso de outros países membros da ONU e da comunidade de nações para que sejam detidos e entregues à sua custódia os acusados e fugitivos, para que sejam produzidas as provas e protegidas as vítimas e testemunhas, e para que, ao final, venham os condenados a cumprir suas penas. Deve ser lembrado que a sua sede é em país diverso (Tanzânia) daquele em que os fatos investigados ocorreram (Ruanda), e que a Corte não conta com uma polícia própria e suficiente que lhe permita efetuar as prisões e promover todos os atos de

²⁹⁹ Esta unidade de detenção é chamada de *United Nations Detention Facility* (Instalação de Detenção das Nações Unidas) e consiste em 56 celas no Complexo de Prisões de Arusha. Vide INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Disponível em: <<http://www.unictr.org/tabid/107/default.aspx>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

³⁰⁰ Art. 103, RP.

³⁰¹ Art. 26, ETPIR 2010.

³⁰² Até 11 de janeiro de 2011, o TPIR tinha acordos nesse sentido com oito países: Mali, Benin, Swaziland, France, Italy, Sweden, Rwanda e Senegal. Vide INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Disponível em: <<http://www.unictr.org/tabid/155/Default.aspx?id=1178>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

investigação necessários à instrução processual; tampouco possui um sistema de execução penal próprio.³⁰³

O art. 28 do ETPIR cuida do dever de cooperação dos Estados em relação ao TPIR, prevendo que estes deverão colaborar na investigação e no processo dos acusados pela Corte, devendo acatar de forma célere pedidos de assistência ou decisões das Câmaras de Julgamento, englobando esse dever:

- a) A identificação e a localização de pessoas;
- b) A tomada de testemunhos e a produção de provas;
- c) A entrega de documentos;
- d) A prisão e a detenção de pessoas;
- e) A entrega e a transferência de acusados ao TPIR.

Na fase de investigação, a colaboração dos Estados consiste em garantir à equipe de investigação e ao promotor do TPIR o acesso necessário aos locais dos crimes e aonde quer que se encontrem os suspeitos, vítimas, testemunhas e informantes que serão interrogados, assegurando a integridade dessas três últimas categorias de pessoas.³⁰⁴ Se necessário, o promotor terá a colaboração das autoridades do Estado envolvido e da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).³⁰⁵

O promotor, na investigação, poderá, ainda, solicitar a qualquer Estado, em caso de urgência, que:

- a) Detenha um suspeito e o mantenha em custódia;
- b) Apreenda todas as provas materiais;
- c) Tome as medidas necessárias para prevenir a fuga de um suspeito ou acusado, agressões ou ameaças às vítimas ou testemunhas, ou a destruição de provas.³⁰⁶

³⁰³ Exceção feita à unidade de detenção na sede, como tratado no item anterior, em relação à execução penal.

³⁰⁴ Art. 39, i e ii, RP.

³⁰⁵ Organização Internacional de Polícia Criminal. Sobre a colaboração a ser prestada ao promotor, *vide* Art. 39, iii, RP.

³⁰⁶ Art. 40, A, RP.

Um juiz ou uma Câmara de Julgamento ainda podem determinar citações e intimações e a prisão de um acusado ou uma ordem de transferência de testemunhas no curso do processo.³⁰⁷ Para tanto, é possível requerer a colaboração dos Estados, que deverão agir prontamente e com a devida diligência para assegurar a adequada e efetiva execução da ordem, nos termos do art. 28 do ETPIR.³⁰⁸

Após a prisão de um acusado, as autoridades devem imediatamente promover a entrega deste ao TPIR, prevalecendo essa entrega sobre quaisquer normas domésticas sobre extradição ou entrega que porventura a impedissem.³⁰⁹ Uma falha no cumprimento da prisão ou da entrega por parte do Estado deve ser comunicada à Secretaria do TPIR, e pode eventualmente levar o presidente da Corte a comunicar ao Conselho de Segurança da ONU o ocorrido.³¹⁰

Na captura de um foragido, o TPIR pode expedir um mandado de prisão internacional que será transmitido aos Estados para fins de cumprimento.³¹¹ O TPIR pode, ainda, solicitar a um Estado que congele ativos do acusado como medida cautelar.³¹²

Outro meio de colaboração dos Estados é acolher acusados aos quais tenha sido concedido o benefício da liberdade provisória no curso do processo.³¹³ Por fim, os Estados ainda colaboram com o TPIR providenciando vagas em seu sistema prisional para que os condenados pela Corte cumpram as suas penas.³¹⁴

5.4.3 Direitos dos acusados na investigação e no julgamento

O Estatuto do TPIR e seu Regulamento Processual asseguram uma série de direitos aos acusados no TPIR, aplicáveis durante a fase de investigação e durante o julgamento em qualquer Câmara.

³⁰⁷ Art. 54, RP.

³⁰⁸ O procedimento consta nos arts. 55, 55, *bis* e 56, RP.

³⁰⁹ Arts. 57 e 58, RP.

³¹⁰ Art. 59, e 61, (E), RP.

³¹¹ Art. 61, (D), RP.

³¹² Art. 61, (D), RP.

³¹³ O procedimento é regido pelo art. 65, RP.

³¹⁴ Como visto *supra*, item 5.4.2.

O art. 19 do ETPIR, que trata do início e da condução dos procedimentos de julgamento, declara que é preciso haver pleno respeito pelos direitos do acusado, assegurando-lhe um julgamento justo e célere, com procedimentos regidos pelo Regulamento Processual.³¹⁵

Outra garantia é a de que o acusado julgado pelo TPIR não será julgado novamente por uma corte nacional (*double jeopardy*), não podendo haver *bis in idem*.³¹⁶ Além disso, ao acusado é garantido, também, o direito pleno a apelar da decisão final da Câmara de Julgamento, tendo a Câmara de Apelação competência para confirmar, modificar ou revisar as decisões das Câmaras de Julgamento.³¹⁷ O pedido de revisão também pode ser considerado uma garantia do acusado, assim como a previsão normativa de interposição de moções preliminares e moções para resguardar seus direitos.³¹⁸

A principal norma que trata dos direitos do acusados no TPIR é o art. 20 do ETPIR, que traz um rol de garantias — a maioria inspirada no art. 14 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.³¹⁹

Cumpre elencar o rol de direitos previstos no art. 20 do ETPIR:

- a) Todas as pessoas serão consideradas iguais perante o TPIR;³²⁰
- b) Na fixação das acusações pelas quais responda, o acusado tem direito a uma justa audiência pública, nos termos do art. 21 do ETPIR;³²¹
- c) Presume-se inocente o acusado até prova em contrário, de acordo com as provisões do Estatuto;³²²

³¹⁵ Lyal Sunga relata um caso de flagrante desrespeito pelos direitos de um acusado no TPIR, Jean-Bosco Barayagwiza, cujo caso é analisado neste trabalho, e que teria passado mais de três anos detido provisoriamente desde sua detenção no Camarões graças a uma decisão do TPIR. *Vide* SUNGA, Lyal S. Full respect for the rights of suspect, accused and convict: from Nuremberg and Tokyo to the ICC. *In*: HENZELIN, Marc; ROTH, Robert (eds.). **Le Droit Pénal à L'Épreuve de L'Internationalisation**, Paris ; Brussels ; Geneva : LGDJ ; Bruylant ; Georg, 2002, p. 230-232.

³¹⁶ *Vide* o art. 9 (1), ETPIR 2010. Os procedimentos para assegurar este direito constam no corpo do art. 9º do ETPIR e no art. 13 do RP, e preveem eventual comunicação ao Conselho de Segurança da ONU na hipótese de que um Estado persista com um processo criminal contra um acusado condenado pelo TPIR pelos mesmos fatos, prevendo, ainda, que o TPIR, na prolação de sentença, possa considerar a pena já cumprida pelos mesmos fatos, levando a um abatimento na pena imposta. *Vide* ainda SUNGA, L. S. Op. cit., p. 228.

³¹⁷ Art. 24, ETPIR 2010.

³¹⁸ Sobre a revisão, *vide* art. 25, ETPIR 2010. As moções são tratadas nos arts. 72 e 73, RP. A principal diferença entre as moções preliminares e as moções está no respectivo objeto. *Vide* especialmente art. 72, (A), RP.

³¹⁹ SUNGA, L. S. Op. cit., p. 228.

³²⁰ Esta garantia significa também que o acusado será julgado por juízes imparciais. *Vide* o art. 15, RP, que contém regras de desqualificação (afastamento) de juízes do TPIR, editadas a fim de evitar que juízes com interesses pessoais ou afetados em sua imparcialidade participem de um dado julgamento.

³²¹ *Ver supra*, item 5.4.2.

d) Na fixação das acusações pelas quais responde, o acusado tem direito às seguintes garantias mínimas:³²³

- i) Ser informado prontamente e detalhadamente, numa linguagem que compreenda, acerca da natureza e das razões das acusações pela qual responde;
- ii) Ter tempo suficiente e ter um local para a preparação de sua defesa e para se comunicar com um advogado de sua escolha;
- iii) Ser julgado sem atraso indevido;
- iv) Ser julgado em sua presença, e se defender em pessoa ou através da assistência legal de sua escolha.³²⁴ Ser informado, caso não tenha assistência legal, deste direito, e que lhe seja designada esta assistência, quando o interesse da justiça assim o requerer, não sendo necessário pagamento caso não tenha meios para tanto;³²⁵
- v) Contraditar, ou ter contraditadas, as testemunhas da acusação, e obter a presença e a contradita das testemunhas em seu favor sob as mesmas condições que as das testemunhas contrárias;
- vi) Ter a livre assistência de um intérprete se não entender ou não falar a linguagem utilizada no TPIR;
- vii) Não ser compelido a testemunhar contra si próprio ou se confessar culpado.³²⁶

5.4.4 Provas

Segundo Richard May e Marieke Wierda, os avanços na tecnologia permitiram que as cortes *ad hoc* da década de 1990 tivessem vantagens na produção de provas em relação aos

³²² A própria existência do instituto da liberdade provisória no TPIR (art. 65, RP) é evidência desta garantia.

³²³ O art. 42, RP detalha os direitos dos suspeitos durante a investigação. Em havendo o registro em áudio ou vídeo do depoimento o acusado possuirá os direitos previstos no art. 43, RP.

³²⁴ Exceção à garantia de julgamento na presença do acusado é prevista à regra 82, *bis*, RP. Atente-se ainda que o art. 63, RP, exige a presença do advogado em qualquer interrogatório do acusado, e traz regra sobre a gravação do depoimento que remete aos arts. 42 e 43 do RP. Ver ainda o art. 97, RP, sobre a confidencialidade das comunicações entre advogado e cliente, o que pode ser considerada uma garantia do acusado.

³²⁵ Estes direitos também se aplicam na fase de pré-julgamento, conforme o art. 17, (3), ETPIR 2010. Os artigos 44 a 46, RP, trazem os requisitos necessários para a atuação de advogados perante a Corte, incluindo a qualificação mínima exigida e as regras para a designação de um advogado *pro bono*.

³²⁶ Conforme abordamos *supra*, item 5.4.3, ao falar do procedimento a ser adotado quando da declaração do acusado acerca das acusações (*plea*), momento cercado de garantias. *Vide* ainda arts. 62 e 62, *bis*, RP.

tribunais militares da Segunda Guerra Mundial. A aviação moderna permite mais facilidade na presença das testemunhas e os sistemas de comunicação digital permitem até mesmo dispensar sua presença. Documentos e provas em vídeo podem ser facilmente armazenados, transportados e exibidos aos julgadores.³²⁷

Segundo o art. 14 do ETPIR, as regras principais sobre a produção de provas e a instrução no TPIR se encontram no Regulamento Processual.³²⁸

O art. 20 do ETPIR, que trata dos direitos do acusado, rege de forma geral a produção de provas em cotejo com o direito ao contraditório e à ampla defesa daquele, com destaque especial para os itens (E), que trata das testemunhas, e (G), que desobriga o acusado de confessar ou de produzir prova contra si próprio.³²⁹

Qualquer evidência de valor probatório é admitida perante o TPIR, não estando as Câmaras adstritas a regras processuais domésticas dos Estados.³³⁰

A Secretaria do TPIR é a principal responsável pela guarda e preservação das provas apresentadas e por registrar em áudio e em vídeo e por transcrever toda a instrução.³³¹

Os arts. 66 a 70 do RP trazem as regras referentes ao procedimento de Revelação (*Disclosure*), em que a Promotoria e a Defesa apresentarão, reciprocamente e à Corte, as provas que pretendem ver apreciadas no julgamento (como a lista de testemunhas a serem ouvidas, etc.).³³²

Há regras no âmbito do TPIR para a oitiva de testemunhas fora de sua sede, cujo depoimento será tomado por um oficial indicado pela Corte. É possível até o uso de videoconferência neste ato, sendo assegurada a contradita da testemunha pelas partes.³³³

A não ser que a Câmara de Julgamento determine de forma diversa, a ordem de apresentação de provas durante a instrução é a seguinte:³³⁴

³²⁷ MAY, Richard; WIERDA, Marieke. Trends international criminal evidence: Nuremberg, Tokyo, the Hague, and Arusha. *Columbia Journal of Transnational Law*. New York, v. 37, n. 3, p.725-765, 1999, p. 734.

³²⁸ Arts. 66 a 71, 75, 81, 85, 89 a 98, *bis*, 115 e 120, RP.

³²⁹ Conforme visto *supra*, item 5.4.3.

³³⁰ Art. 89, (A) e (C), RP.

³³¹ Art. 81, RP.

³³² O art. 69, RP, prevê regras para preservar a identidade de vítimas e testemunhas; o art. 70, RP, traz um rol de matérias não sujeitas à Revelação.

³³³ *Vide* art. 71, RP. O art. 71, *bis*, RP, prevê um procedimento em que oitivas especiais de testemunhas podem ser tomadas para uso em julgamentos futuros.

³³⁴ Art. 85, RP.

- a) Acusação;
- b) Defesa;
- c) Acusação em réplica;
- d) Defesa em tréplica;
- e) Provas determinadas pela Câmara de Julgamento segundo art. 98 do Regulamento Processual;³³⁵
- f) Qualquer informação relevante que possa auxiliar a Câmara de Julgamento a determinar uma sentença adequada, caso o acusado seja considerado culpado de uma ou mais acusações do indiciamento.

No âmbito da legislação aplicável ao TPIR, há regras que regem a produção da prova testemunhal na Corte, com destaque para a normatização da exigência ou não de compromisso da testemunha, da obrigação de falar a verdade e de não negá-la, e da contradita do testemunho pelas partes.³³⁶

Em relação à confissão dos acusados, deve a Câmara de Julgamento assegurar que esta foi livre e voluntária, e que foram observados na sua produção os requisitos previstos em relação ao interrogatório do acusado.³³⁷

Admitem-se ainda, como provas, declarações escritas de testemunhas, evidências de um padrão consistente de conduta (relativo a violações do Direito Internacional Humanitário) e o testemunho de peritos.³³⁸

Eventual interferência na instrução, relacionada a falso testemunho, ameaças ou tentativas de suborno às vítimas ou às testemunhas pode ser objeto de repressão pelo Tribunal.³³⁹

Provas cujos métodos de obtenção podem afetar sua confiabilidade ou cuja admissão seja antiética não são aceitas pelo TPIR.³⁴⁰

A produção de provas referentes a crimes sexuais segue um regime próprio: a) não se exige corroboração do testemunho da vítima; b) dá-se maior atenção à possível coação que ela

³³⁵ Nesta hipótese, a Câmara de Julgamento, de ofício, pode requerer a qualquer parte que produza provas adicionais. Pode ainda a própria Câmara convocar testemunhas.

³³⁶ Arts. 90 e 90, *bis*, RP.

³³⁷ Art. 63 e 92, RP.

³³⁸ Em relação a essas três espécies de provas, *vide*, respectivamente, os arts. 92, *bis*, 93 e 94, *bis*, RP.

³³⁹ Art. 77, RP. Segundo a norma mencionada, condutas de interferência na instrução podem levar a um processo conduzido pela Promotoria, com previsão de pena de prisão por até cinco anos e/ou multa de US\$ 10.000,00. Ver ainda o art. 91, RP, sobre o procedimento em relação ao falso testemunho, que prevê pena idêntica.

³⁴⁰ Art. 95, RP.

possa ter sofrido, afastando possíveis alegações de consenso desta ao menor indício de ameaça ou ausência de escolha por parte dela; c) não se admite como prova ou defesa a conduta sexual anterior da vítima.³⁴¹

É assegurada no TPIR a proteção da relação entre o cliente (acusado) e seu advogado, evitando que as comunicações entre eles sejam utilizadas como provas, com as devidas exceções.³⁴²

É possível também a produção de provas adicionais durante os procedimentos de apelação e de revisão.³⁴³

5.4.5 Proteção de vítimas e testemunhas

Uma das preocupações ao se constituir o TPIR relacionava-se com a reparação dos danos causados às vítimas. Não seria razoável supor que a participação das vítimas (ou das testemunhas) nos procedimentos perante o TPIR pudesse levar a um agravamento de sua situação.³⁴⁴ As vítimas e testemunhas devem ser protegidas pela estrutura do TPIR. Além disso, os procedimentos perante o TPIR também devem garantir a reparação econômica das vítimas, quando for o caso.

O Regulamento Processual rege o sistema de proteção de vítimas e testemunhas do TPIR.³⁴⁵ Para os fins do Regulamento, considera-se vítima uma pessoa contra a qual tenha sido supostamente cometido um crime sobre o qual o Tribunal tenha jurisdição.³⁴⁶

As Câmaras de Julgamento do TPIR, ao longo de um processo, devem assegurar a adequada proteção das vítimas e das testemunhas.³⁴⁷ As medidas a serem tomadas podem incluir, mas sem se limitar a tanto, a condução de procedimentos sigilosos (*in camera*) e a proteção da identidade das vítimas.³⁴⁸

³⁴¹ Art. 96, RP.

³⁴² Vide art. 97, RP.

³⁴³ Vide o art. 115, RP, sobre a produção de provas na fase de apelação, e o art. 120, que trata do procedimento durante a fase de revisão.

³⁴⁴ Como exemplos, podem-se citar: um trauma psíquico ao reviver os eventos ao testemunhar; sujeição a ameaças; e retaliações por parte dos acusados.

³⁴⁵ Arts. 14 e 21, ETPIR 2010.

³⁴⁶ Art. 2º, (A), RP.

³⁴⁷ Art. 19, (1), ETPIR 2010.

³⁴⁸ Art. 21, ETPIR 2010.

As principais regras do Regulamento Processual referentes à proteção das vítimas e testemunhas são:

- a) Art. 11, *bis*, D, ii. Proteção durante o procedimento de avocação pelo TPIR de um processo que corra perante corte doméstica;
- b) Arts. 34 e 69, B. Regulamentação da Unidade de Apoio a Vítimas e Testemunhas, órgão ligado à Secretaria do TPIR e dotado de pessoal qualificado, cujas funções são: i) recomendar ao TPIR a adoção de medidas protetivas às vítimas e testemunhas; ii) assegurar que elas recebam apoio adequado, incluindo reabilitação física e psicológica (especialmente aconselhamento em caso de estupro e ataques sexuais); iii) desenvolver planos de curto e de longo prazo para a proteção de testemunhas que depuseram perante o TPIR e que temam ameaças a suas vidas, propriedades ou famílias;³⁴⁹
- c) Art. 40, A, iii. Medidas cautelares que podem ser requeridas pela Promotoria a Estados a fim de prevenir lesões ou intimidação de vítimas ou testemunhas;
- d) Art. 40, *bis*, B, iii. Decretação pelos juízes do TPIR de transferência e detenção provisória de suspeitos, a fim de evitar lesões físicas ou mentais ou intimidação de vítimas ou testemunhas;
- e) Art. 65, B e I, ii. Proibição de liberdade provisória de acusados ou apelantes que venham a se constituir em ameaças a vítimas ou testemunhas;
- f) Art. 69. Uma vítima ou testemunha em perigo pode ter sua identidade preservada pela Câmara de Julgamento, em superação às regras gerais sobre Revelação (*Disclosure*) dos arts. 66 a 70 do Regulamento Processual;
- g) Art. 75, A. Poderes dos juízes ou da Câmara de Julgamento para determinar, de ofício ou a pedido de qualquer parte ou da Unidade de Apoio a Vítimas e Testemunhas, medidas cautelares de proteção da privacidade e de segurança das vítimas e testemunhas;
- h) Art. 75, B. Adoção de medidas pela Câmara para proteção de identidades de vítimas e testemunhas, e que podem incluir: i) resguardo das informações acerca do paradeiro da

³⁴⁹ A designação para trabalho na referida Unidade deve ser reservada especialmente a mulheres treinadas para as questões de gênero e com a sensibilidade necessária para lidar com mulheres fragilizadas (inclusive vítimas de violência sexual). Em precioso artigo, Christine Chinkin relata as dificuldades enfrentadas pela mulher que se dispõe a depor num caso de crime sexual no qual tenha sido vitimizada: CHINKIN, Christine. Gender-related Violence and International Criminal Law and Justice. *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 75-81.

vítima e das testemunhas e de pessoas relacionadas ou associadas a elas, vedando a divulgação destas informações ao público e à mídia;³⁵⁰ ii) sessões de julgamento fechadas;³⁵¹ iii) medidas apropriadas para facilitar o testemunho de vítimas vulneráveis, como circuito unilateral fechado de TV;

- i) Art. 75, C. Alerta às testemunhas (pela Unidade de Apoio a Vítimas e Testemunhas) de que seu testemunho e identidades podem ser revelados posteriormente;³⁵²
- j) Art. 75, D. A Câmara de Julgamento deve controlar a formulação de perguntas nos depoimentos a fim de evitar assédio ou intimidação;
- k) Art. 75, F a J. As medidas protetivas devem perdurar pelo tempo necessário, inclusive se as provas produzidas forem utilizadas em outros procedimentos;
- l) Art. 96, i e iv. Desnecessidade de corroboração do testemunho da vítima de crimes sexuais, e inadmissão como prova do comportamento sexual anterior desta;³⁵³
- m) Art. 105. Regulamentação do procedimento de restituição e preservação de bens em poder dos acusados que sejam produtos do crime, com as necessárias comunicações aos Estados por parte do TPIR;
- n) Art. 106. Regulamentação do procedimento de compensação de danos às vítimas, com as necessárias comunicações aos Estados por parte do TPIR.

Pode-se concluir que a estrutura do TPIR e as normas que regem o seu funcionamento são aptas a providenciar uma adequada proteção às vítimas e testemunhas.

5.4.6 Perdão ou comutação das sentenças

O art. 27 do ETPIR prevê a possibilidade de perdão ou comutação das sentenças de condenação. Esses institutos dependem da legislação do Estado no qual o condenado esteja

³⁵⁰ Medidas neste tópico incluem: a) a retirada de nomes e de informações dos registros do TPIR; b) vedação à divulgação pública de registros que identifiquem a vítima; c) a tomada de testemunhos por meio de circuito fechado de TV, com tecnologia de alteração de voz e de imagem; d) a designação de pseudônimos aos depoentes.

³⁵¹ Vide ainda art. 79, RP.

³⁵² Em outros processos, e nos termos do art. 75, (F), RP.

³⁵³ O intento presumido aqui é não desestimular a participação destas vítimas nos procedimentos perante o TPIR. Vide *supra*, item 5.4.4, onde abordamos a questão.

cumprindo sua pena. O TPIR deve ser devidamente notificado, pois a decisão final é do seu presidente, que decidirá baseado na opinião dos demais juízes.³⁵⁴

³⁵⁴ O presidente do TPIR apenas deferirá o benefício se esta decisão atender aos interesses da justiça e aos princípios gerais de Direito. O procedimento é regulado nos arts. 124 a 126 do RP.

6 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

O escopo deste capítulo é a análise de alguns dos principais casos julgados pelo TPIR, com vistas a permitir um panorama do funcionamento prático e do modo de decidir da Corte.³⁵⁵ Os quatro casos escolhidos visam proporcionar uma amostra representativa do trabalho do Tribunal.

A estrutura da análise de cada caso inclui uma apresentação do réu (com breve biografia), as acusações, o julgamento e a sentença, incluindo o resultado de Apelações e Revisões, se houver.³⁵⁶ Um resumo de cada caso analisado pode ser consultado no Anexo D desta dissertação.

6.1 O primeiro julgamento do TPIR: Jean Paul Akayesu

6.1.1 O acusado

Jean Paul Akayesu (doravante chamado apenas de Akayesu) nasceu em 1953, na Comuna de Taba, ligada à Prefeitura de Gitarama, em Ruanda. Ele foi burgomestre da referida Comuna de abril de 1993 até junho de 1994, e havia sido professor e inspetor de escola na mesma Comuna.³⁵⁷

³⁵⁵ Cumpre lembrar que os casos apresentados neste Capítulo não são os únicos que foram julgados pelo TPIR, que, até a data de 05 de julho de 2011, julgou no total 76 casos, resultando em 57 condenações. *Vide* a nota 3, *supra*.

³⁵⁶ Cumpre aqui um esclarecimento sobre o uso neste trabalho dos termos “*Judgement*” (grafia britânica, podendo ser também “*Judgment*”) e “*Sentence*”, muito utilizados nas decisões das Câmaras do TPIR, traduzidos respectivamente como “julgamento” e “sentença”. Ao falarmos em “julgamento”, estaremos nos referindo à decisão judicial proferida após análise do processo (quanto a fatos e direito) por uma Câmara. Ou, segundo o dicionário American Heritage: “no direito: a) uma determinação de um juízo, decisão judicial; b) ato judicial criando ou reconhecendo uma obrigação; c) o instrumento que materializa o referido ato” (no original, em inglês: “*Law a. A determination of a court of law; a judicial decision. b. A court act creating or affirming an obligation, such as a debt. c. A writ in witness of such an act*”). Já “sentença” será entendida como “O julgamento emitido pelo juízo após considerar o réu culpado; a pena imposta ao criminoso”, original em inglês do Black’s Law Dictionary: “*The judgment that a court formally pronounces after finding a criminal defendant guilty; the punishment imposed on a criminal wrongdoer*”. *Vide* FONSECA, Luciana Carvalho. **A diferença entre Judgment e Sentence**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74,MI122058,61044-A+diferenca+entre+judgment+e+sentence>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

³⁵⁷ *Vide supra*, item 2.2, sobre os poderes do burgomestre em Ruanda. *Vide* ainda INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-T, Trial Chamber I, Judgment, 2 set. 1998, p. 54, §§ 54 e 59. (De ora em diante, este Judgment será referido apenas como “Judgment Akayesu”; os demais seguirão a mesma lógica de referência). Os §§ 61 a 77 do Judgment detalham os poderes de direito e de fato de um burgomestre.

Como burgomestre, ele era responsável pela manutenção da ordem pública (inclusive comandando contingentes de policiais), além de possuir outras funções executivas em sua Comuna. Ele era sujeito à autoridade do respectivo prefeito e atuava como um representante do presidente para determinados assuntos.

Para a Promotoria, Akayesu era um burocrata de médio escalão. Mas, graças à rígida estrutura hierárquica do poder em Ruanda, era um homem que tinha ascendência absoluta sob a Comuna de Taba. Para seu povo, ele era a maior autoridade local, ditando os rumos da economia de Taba e servindo como sua consciência. Um homem que terminou por trair a população que chefiava.³⁵⁸

Akayesu se tornou, por acaso, o primeiro réu julgado pelo TPIR. Ele foi preso em 10 de outubro de 1995 na Zâmbia. Ele constava de uma lista de réus foragidos da justiça doméstica de Ruanda, não do TPIR. Esta Corte, ainda sem réus a serem julgados, acelerou os procedimentos de acusação, fazendo dele o seu primeiro réu.³⁵⁹

Essa primazia assegura ao caso Akayesu um lugar de destaque no rol dos grandes julgamentos do Direito Internacional Penal.

6.1.2 As acusações

Em 13 de fevereiro de 1996, a Promotoria apresentou perante o TPIR as acusações (um total de 15) contra Akayesu por genocídio (art. 2º, ETPIR), crimes contra a humanidade (art. 3º, ETPIR), e violações do artigo 3º comum às Convenções de Genebra e violações do Protocolo Adicional II (art. 4º, ETPIR).³⁶⁰

A princípio, seu caso apenas tratava das mortes e de outros crimes cometidos em Taba, mas foi posteriormente aditado pela Promotoria para incluir acusações pelo cometimento de violência sexual contra as mulheres da Comuna, cujos agentes foram homens sob as suas ordens.³⁶¹

³⁵⁸ NEUFFER, E. Op. cit., p.279.

³⁵⁹ Posteriormente, Akayesu ainda se tornaria o primeiro condenado por genocídio num Tribunal internacional. *Vide* Ibidem, p. 277-278.

³⁶⁰ Judgement Akayesu, p. 4-10.

³⁶¹ A emenda incluiu violações aos artigos 3(G), 3(I) e 4(2), todos do ETPIR. *Vide* Judgement Akayesu, p. 100, § 417.

Como burgomestre, o réu era responsável pela manutenção da ordem pública e pela aplicação da lei em sua comunidade. Mas pelo menos 2.000 tutsis foram mortos em Taba enquanto Akayesu era burgomestre. Muitas outras vítimas foram torturadas, estupradas e submetidas a maus-tratos no mesmo período.

As matanças em Taba foram cometidas de forma explícita e foram tão disseminadas que o acusado não tinha como alegar desconhecimento. E, embora tivesse a autoridade e responsabilidade para tanto, Akayesu nunca tentou impedir as matanças nem tentou buscar ajuda de outras autoridades regionais ou nacionais para deter a violência.³⁶²

Nesse período, inúmeros civis, a maioria tutsis, fugindo das matanças, buscaram abrigo nos prédios da Comuna de Taba. Ao invés de proteger essa população de pessoas deslocadas, os guardas da Comuna passaram a atacar as mulheres tutsis, espancando-as e submetendo-as a violência sexual. Muitos civis foram mortos nos prédios da Comuna ou em seus arredores.³⁶³

Akayesu nada fez para impedir essa violência, sendo omissos em relação aos seus subordinados, chegando mesmo a testemunhar e a encorajar os estupros, autorizando o uso de prédios da Comuna para a prática de atrocidades.³⁶⁴

O indiciamento ainda detalha o cometimento de assassinatos e atos de violência específicos sob as ordens de Akayesu, bem como a sua omissão perante sua prática.³⁶⁵

6.1.3 Julgamento e sentença

O julgamento durou 60 dias e a Câmara de Julgamento ouviu 50 testemunhas pela Acusação e 13 pela Defesa, incluindo o próprio acusado e alguns peritos, como o comandante militar da UNAMIR, General Roméo Dallaire.³⁶⁶

Na audiência preliminar, o réu se declarou inocente das acusações.³⁶⁷

Todas as testemunhas receberam medidas de proteção. A elas foram atribuídos pseudônimos (letras do alfabeto). Suas imagens foram isoladas do público.³⁶⁸

³⁶² Judgement Akayesu, p. 6.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Ibidem, p. 7.

³⁶⁵ Ibidem, p. 7-8.

³⁶⁶ CENGIC, Amir. Akayesu: Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu (ICTR-96-4), TC, 2 September 1998 (TJ); AC, 1 June 2001 (AJ) (verbete). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 577.

³⁶⁷ Judgement Akayesu, p. 13, § 12.

Por ser o primeiro caso julgado pelo TPIR, os juízes da Câmara de Julgamento apresentaram no julgamento um contexto histórico dos eventos ocorridos em Ruanda em 1994.³⁶⁹

Os fatos relativos aos massacres em Ruanda (de uma forma geral) foram corroborados por depoimentos de peritos, que testemunharam o cometimento generalizado de atos de violência em todo o país, no contexto de um conflito armado. Esses depoimentos foram aceitos pela Câmara de Julgamento como prova da existência de um conflito armado em Ruanda, e como prova de que a FPR (a força invasora) poderia ser reconhecida como um grupo armado, com comando organizado, e capaz de empreender operações militares.³⁷⁰

Outro trecho da sentença aponta que Akayesu era responsável pela manutenção da ordem na Comuna de Taba, e que pelo menos 2.000 tutsis foram mortos naquela região entre 07 de abril e fins de junho de 1994, ainda com o acusado no poder. As matanças foram abertamente cometidas e disseminadas, devendo o acusado ter ciência do ocorrido. Entretanto, ele não impediu as matanças nem procurou outras autoridades para detê-las. Esses fatos foram corroborados por diversas testemunhas, inclusive por burgomestres que o antecederam ou sucederam.³⁷¹

A Câmara de Julgamento também analisou os fatos e as provas referentes a assassinatos específicos, cometidos sob a ordem de Akayesu, por ele incitados ou instigados, ou, no mínimo, que contaram com a sua omissão, não tendo o réu punido os responsáveis pelas mortes.³⁷²

Outra acusação que foi julgada refere-se a um discurso feito pelo acusado numa reunião na localidade de Gishyeshye em 19 de abril de 1994, em que conclamou os presentes a eliminarem os tutsis, fatos que, para a Promotoria, configura o crime de incitação ao genocídio.³⁷³

Um dos trechos mais importantes da sentença é a análise da responsabilidade do acusado pela participação ou omissão perante o cometimento de crimes sexuais na Comuna.

Entre o dia 07 de abril e o mês de junho de 1994, inúmeras pessoas se refugiaram nos prédios comunais, muitas delas mulheres tutsis. Muitas das refugiadas foram estupradas pelos

³⁶⁸ Um dos depoimentos (de uma testemunha de defesa) chegou a ser sigiloso. *Vide* Judgement Akayesu, p. 15, § 18.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 25-37, §§ 78-129.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 43-49, §§ 157-177.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 49- 53, §§ 178-193.

³⁷² *Ibidem*, p. 53- 57, §§ 194-218.

³⁷³ CENGIC, A. Op. cit., p. 578. *Vide* ainda Judgement Akayesu, p. 85-86, §§ 359-361.

policiais da Comuna, algumas por múltiplos agressores, e, a seguir, espancadas. Alguns refugiados foram mortos. Akayesu sabia dos atos de violência e encorajou esses crimes.³⁷⁴

Um importante testemunho para o caso Akayesu, pela sua riqueza de detalhes, foi dado pela testemunha chamada “JJ”.

JJ alegou que, a princípio, Akayesu se recusou a tomar parte nas matanças, chegando mesmo a ordenar à sua polícia que rechaçasse uma gangue de milicianos que saqueava casas em Taba. O acusado era de um partido de oposição hutu moderado, não sendo simpático ao partido do governo ou às milícias.³⁷⁵

JJ chegou a acreditar que Akayesu os protegeria, pois ele era um líder bastante respeitado na comunidade. Mas o acusado mudou de ideia após uma reunião em 18 de abril na Prefeitura de Gitarama (da circunscrição da Comuna de Taba), onde o próprio coronel Bagosora, mentor do genocídio, teria comparecido e passado uma dura descompostura nos presentes, para exortar os oficiais locais a aderirem ao “esforço de guerra” contra os tutsis. Akayesu percebeu que sua sobrevivência política dependia de sua adesão ao genocídio. Uma reunião presidida por ele em Taba com alguns munícipes selou o destino dos tutsis. Eles eram o inimigo e deveriam morrer.³⁷⁶

Muitos munícipes tutsis foram atraídos ao prédio da Comuna de Taba após uma convocação de Akayesu e foram mortos no local. O acusado quebrou a confiança de todos os habitantes de Taba, transformando o prédio da Comuna numa espécie de prisão/campo de refugiados, onde a cada dia alguns tutsis eram mortos ou gravemente espancados.³⁷⁷

A testemunha JJ levou a Promotoria a comprovar que o prédio da Comuna de Taba, comandada por Akayesu, foi palco de uma série de crimes sexuais, cometidos pelas milícias e pela polícia de Taba.³⁷⁸ O estupro foi uma verdadeira arma na guerra em Ruanda, ou um mero prelúdio para a morte da vítima.³⁷⁹

³⁷⁴ Judgement Akayesu, p. 98-99, §§ 12-A e 12-B.

³⁷⁵ NEUFFER, E. Op. cit., p. 116.

³⁷⁶ Ibidem, p. 120.

³⁷⁷ Não havia uma definição exata de sua situação, se prisioneiros ou refugiados. *Vide* Ibidem, p. 122.

³⁷⁸ Ibidem, p. 271-272.

³⁷⁹ O General Roméo Dallaire (ouvido como perito em inúmeros casos perante o TPIR) menciona o estado dos corpos das vítimas de crimes sexuais, incluindo os esqueletos. Muitos dos corpos eram encontrados com as pernas dobradas e afastadas, e, as mulheres, com garrafas, galhos ou facas inseridos na genitália, com muito sangue. Alguns dos homens tinham seus genitais cortados. Os seios e as genitálias das mulheres muitas vezes eram amputados. Muitos dos cadáveres foram encontrados com as feições congeladas numa expressão de choque, dor e humilhação. *Vide* DALLAIRE, R. Op. cit., p. 430.

A testemunha JJ contou ao Tribunal que, um dia, diante dos olhos do próprio Akayesu, que estava diante do prédio que abrigava seu gabinete na sede da Comuna, milicianos embriagados e drogados arrastaram várias mulheres para um dos edifícios e estupraram-nas seguidamente.³⁸⁰

Uma outra testemunha, denominada “H”, falou de estupros no prédio da Comuna de Taba e da impossibilidade de Akayesu ignorar o que ocorria no local. A juíza Aspegren, ao longo do depoimento de H, constatou que os refugiados na Comuna de Taba eram, em sua quase totalidade, mulheres, no que parecia ser um plano para consumir uma série de estupros.³⁸¹

Outros testemunhos comprometiam Akayesu. A testemunha KK contou sobre uma garota de doze anos que foi desnudada diante de Akayesu, que imediatamente incitou milicianos a molestarem-na. A testemunha NN relatou ter sido estuprada por seis homens diferentes, tendo um deles aprisionado-a e mantido-a como sua escrava sexual. As testemunhas OO e PP depuseram no sentido de que mulheres tutsis eram caçadas, estupradas e mortas apenas por serem tutsis.³⁸²

A conclusão da Câmara de Julgamento foi a de que o réu tinha razões para saber e, de fato, sabia que violência sexual estava sendo cometida nos edifícios da Comuna de Taba, e que este não tomou nenhuma medida para prevenir esses crimes ou para punir os responsáveis.³⁸³

Na Seção 6 da sentença (“*The Law*”) a Câmara de Julgamento analisou o direito aplicável ao caso.³⁸⁴

Ao tratar do genocídio, a Câmara de Julgamento se baseou principalmente no art. 2º do ETPIR (calcado, por sua vez, na Convenção de Genocídio), reafirmando que o genocídio exige o intento específico de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso (*dolus specialis*). Os atos genocidas foram interpretados e definidos, bem como foi dada uma

³⁸⁰ NEUFFER, E. Op. cit., p. 288-289. Após sobreviver ao que viu e ao que sofreu, JJ escapou de Taba e passou vários dias em fuga, até encontrar com um grupo de assassinos. Eles a forçaram a beber inseticida líquido como forma de matá-la. Ela foi abandonada para morrer, mas sobreviveu ao envenenamento, e foi alcançada pelas tropas da FPR que avançavam. *Vide Ibidem*, p. 124-125.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 281-282.

³⁸² *Ibidem*, p. 290.

³⁸³ SELLERS, Patricia Viseur. The Context of Sexual Violence: Sexual Violence as Violations of International Humanitarian Law. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 325.

³⁸⁴ Judgement Akayesu, p. 114-148, §§ 461-637.

definição para cada grupo protegido³⁸⁵ e abordou-se o dolo necessário ao genocídio.³⁸⁶ Os tutsis, no julgamento, foram considerados um grupo étnico.³⁸⁷

O julgamento também abordou a definição dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra à luz do ETPIR (arts. 3º e 4º), entendendo a Câmara de Julgamento que estas duas espécies de crimes foram cometidos pelo acusado, tendo sido abordada, ainda, a sua responsabilidade individual por esses crimes.³⁸⁸

Para os fins do reconhecimento de crimes contra a humanidade admitiu-se no julgamento que o ataque contra os tutsis foi disseminado e sistemático; que existia um conflito armado entre as Forças Armadas de Ruanda e a FPR; e que, com exceção de algumas vítimas, todas as outras vítimas eram civis que não tomaram parte nas hostilidades.³⁸⁹

Em relação ao estupro, tópico diferencial do julgamento, a Câmara de Julgamento definiu o crime, enquadrando-o na espécie “crime contra a humanidade”, e exigindo que a conduta precisa ter sido cometida: a) como parte de um ataque disseminado ou sistemático; b) contra uma população civil; e c) que tenha por base discriminação nacional, étnica, política, racial ou religiosa.³⁹⁰

A Câmara de Julgamento analisou cada conduta descrita na acusação e a culpabilidade do acusado na seção 7 (“*Legal Findings*”³⁹¹) do Julgamento.³⁹²

Quanto ao cometimento de genocídio (art. 2º, ETPIR) a Câmara de Julgamento concluiu que Akayesu cometeu atos de genocídio, especialmente em relação à matança de tutsis ou ao sério dano físico e mental infligido aos tutsis, e que esses atos tinham o intento específico de

³⁸⁵ Vide Judgement Akayesu, p. 121-124, §§ 500-516. Leciona, ainda, Leornado E. Borges: “A Câmara de Primeira Instância do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, no julgamento do caso Akayesu, chegou a definir ‘grupo étnico’ como aquele que partilha de uma língua ou de uma cultura comum. Contudo, algum tempo depois, a própria Câmara conclui que não existe na atualidade uma definição precisa, geralmente reconhecida e aceita internacionalmente, do que é etnia, que deve sempre ser apreciada em relação a um contexto político, social e cultural”. (BORGES, Leonardo Estrela. O Direito Internacional Humanitário, p. 72). A mudança na jurisprudência do TPIR, segundo Borges, se deu em um julgamento do ICTR: The prosecutor v. Alfred Musema, Case n. ICTR-96-13-A, Trial Chamber I, Jan. 27, 2000, § 161. Vide Op. cit., p. 72, nota 75.

³⁸⁶ CENGIC, Amir. Op. cit., p. 578.

³⁸⁷ Vide Judgement Akayesu, p.47-48, § 172.

³⁸⁸ Judgement Akayesu, p.116-120, § 471, §§ 480-486 e § 491. Vide ainda CENGIC, A. Op. cit., p. 578.

³⁸⁹ Judgement Akayesu, p. 48-49, §§ 173-175, e p. 142-146, §§ 608-627). Vide ainda CENGIC, A. Op. cit., p. 579.

³⁹⁰ Para os fins do julgamento em tela, “estupro” é uma invasão física de natureza sexual, cometido em pessoas sob circunstâncias coercitivas. Vide Judgement Akayesu, p. 139, § 598.

³⁹¹ Tradução do original em inglês: “conclusões jurídicas”, ou “análise do mérito”.

³⁹² Judgement Akayesu, p. 148-167, §§ 638-744.

destruir o grupo tutsi. Foi provada a existência de crime de genocídio, mas não o de cumplicidade em genocídio.³⁹³

Os atos de estupro foram considerados como atos de genocídio (art. 2º, ETPIR),³⁹⁴ no que se refere ao intento de destruir o grupo protegido, e como crimes contra humanidade (art. 3º, ETPIR), por terem sido cometidos como parte de um ataque disseminado e sistemático contra os tutsis de Taba.³⁹⁵ Akayesu foi considerado culpado destas duas acusações e também da acusação de cometimento de outros atos inumanos, considerados crimes contra a humanidade.³⁹⁶

Em verdade, a Câmara de Julgamento entendeu que os estupros e atos de violência sexual cometidos na Comuna de Taba eram intrinsecamente ligados ao próprio genocídio, já que as agressões teriam sido cometidas com o intuito de destruir, no todo ou em parte, o grupo protegido (mulheres tutsis foram destruídas física e mentalmente, o que contribuiria para a destruição dos tutsis).³⁹⁷

Akayesu também foi considerado culpado por homicídio (três acusações de crimes contra a humanidade), ou tendo ordenado a morte de pessoas específicas, ou tendo entregado as vítimas à milícia *Interahamwe* para que fossem mortas.³⁹⁸

Em relação ao discurso em Gishyeshye (pregando a morte dos tutsis), Akayesu foi considerado culpado de incitamento público e direto ao genocídio, tendo a Câmara de Julgamento concluído que as ações de Akayesu levaram à destruição de um grande número de tutsis na Comuna.³⁹⁹

³⁹³ CENGIC, A. Op. cit., p. 579.

³⁹⁴ Judgement Akayesu, p.164-165, §§ 731-734. *Vide* ainda CENGIC, A. Op. cit. Neste tópico em particular, a Câmara de Julgamento sustentou que estupro e outras formas de violência sexual são violações à integridade física e mental das vítimas, em conduta equiparável a genocídio. BYRNES, Andrew. Torture and other offences involving the violation of the physical or mental integrity of the human person. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 242. *Vide* ainda Akayesu Judgement, p.122, § 504.

³⁹⁵ Judgement Akayesu, p.155-158, §§ 685-697. Para Pierre Prosper, promotor que atuou no caso Akayesu, repetindo Lemkim (jurista que idealizou a Convenção de Genocídio): “Não é preciso que haja [...] a total aniquilação ou a intenção de aniquilação de um grupo.” Seu argumento é de que a destruição poderia ocorrer não apenas se as pessoas fossem mortas, mas também se as mulheres fossem estupradas de forma sistemática. O grupo, apesar de continuar a existir fisicamente, poderia ficar tão marginalizado ou tão sem importância na sociedade que estaria, na prática, destruído. Como as mulheres da Comuna de Taba, vítimas dos homens de Akayesu. *Vide* POWER, Samantha. **Genocídio**. Op. cit., p. 549.

³⁹⁶ Estes últimos atos se referem a vítimas que foram humilhadas e forçadas a se despir nos arredores dos prédios da Comuna.

³⁹⁷ SELLERS, P. V. Op. cit., p.331.

³⁹⁸ Judgement Akayesu, p.150-152, §§ 645-671.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 152-153, §§ 672-675.

Akayesu também foi condenado por tortura (crime contra a humanidade), em relação ao seu envolvimento no espancamento de inúmeras pessoas, algumas delas interrogadas com brutalidade e gravemente feridas nos prédios da Comuna.⁴⁰⁰

A responsabilidade penal de Akayesu quanto às torturas foi determinada pela Câmara de Julgamento considerando que ele esteve presente nos prédios da Comuna junto a policiais sob seu comando enquanto alguns dos crimes eram cometidos. Ele nada fez para impedi-los, o que faz supor que concordava com os crimes. Suas declarações, relatadas por várias testemunhas, levam à conclusão de que ele encorajou o cometimento de crimes.⁴⁰¹

A Câmara absolveu Akayesu em relação às cinco acusações de violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II. Em que pese ao tempo dos eventos analisados Akayesu ter vestido em algumas ocasiões uma jaqueta militar e carregado um rifle, a Câmara de Julgamento entendeu não ter sido provado que os fatos foram cometidos em conjunção com um conflito armado, pois o acusado não era membro das Forças Armadas nem, tampouco, que representava o Governo em relação ao esforço de guerra.⁴⁰²

No total, das quinze acusações, Akayesu foi considerado culpado por nove (arts. 2º e 3º do ETPIR) e absolvido nas seis acusações restantes.⁴⁰³ A Câmara o sentenciou à prisão perpétua.⁴⁰⁴

6.1.4 Apelação

Akayesu e a Promotoria apelaram da decisão do TPIR.

Alguns dos fundamentos da apelação do acusado, conforme decisão da Câmara de Apelação do TPIR, foram: a) direito de escolha do próprio defensor; b) período de detenção

⁴⁰⁰ Judgement Akayesu, p. 153-155, §§ 676-684. Alguns desses atos incluíram: tortura cometida em interrogatórios cometidos com o fim de obter informações sobre o paradeiro de potenciais vítimas escondidas; espancamentos com rifles e bastões; quebra de dedos com artefatos metálicos; ameaças de morte; forçar uma vítima a espancar outra com um bastão. BYRNES, A, Op. cit., p. 234. *Vide* também Judgement Akayesu, p. 91-99, §§ 386-415.

⁴⁰¹ NSEREKO, Daniel D. Ntanda. **Genocidal Conflict in Rwanda...** Op. cit., p. 59.

⁴⁰² Judgement Akayesu, p. 149-150, §§ 638-643. *Vide* ainda CENGIC, Amir. Op. cit., p. 579.

⁴⁰³ Uma das absolvições foi por cumplicidade em genocídio (art. 2º ETPIR), as demais foram referentes ao art. 4º do ETPIR.

⁴⁰⁴ A Câmara agrupou as várias penas de prisão por determinados períodos fixos e as penas de prisão perpétua numa única pena desta última espécie. Sentence Akayesu, p. 9. Na data de 17 de janeiro de 2011, o acusado encontrava-se cumprindo a pena em Mali. *Vide* INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Cases/StatusofDetainees/tabid/202/Default.aspx>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

ilegal; c) suposta parcialidade do TPIR; d) produção da prova testemunhal; e) a própria condenação e a dosimetria da pena.⁴⁰⁵

Todos os fundamentos da apelação de Akayesu foram rejeitados, tendo sido mantida a sentença.⁴⁰⁶

A apelação da Promotoria levou a algumas modificações no julgamento, mas sem alterar a condenação ou a pena.⁴⁰⁷

6.2 A confissão de um dos líderes políticos do genocídio: Jean Kambanda

6.2.1 O acusado

Jean Kambanda (doravante denominado apenas Kambanda) nasceu em 1955, na cidade de Butare, no sul de Ruanda. Ele era economista, banqueiro e filiado ao partido Movimento Democrático Republicano (MDR).⁴⁰⁸

Em 08 de abril de 1994, logo após a queda do avião presidencial, Kambanda, por influência de seu correligionário Froduald Karamira, foi nomeado primeiro-ministro de Ruanda, cargo em que ficaria até 17 de junho de 1994.⁴⁰⁹

No coração do poder de Ruanda por um breve período, Kambanda teve participação no massacre de milhares de tutsis.

O primeiro-ministro exercia autoridade de direito e de fato e tinha controle sobre os membros do governo, sendo o principal responsável pela direção das atividades do governo. Sob a Constituição ruandesa de 1991, o poder executivo era exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro-ministro e de ministros (nomeados pelo primeiro-ministro).⁴¹⁰

⁴⁰⁵ CENGIC, A. Op. cit., p. 579.

⁴⁰⁶ Apelação Akayesu, p.144-145, §§ 423-424.

⁴⁰⁷ A Câmara de Apelação, dando parcial razão à Promotoria, entendeu: a) que a aplicação do art. 3º comum às Convenções de Genebra não deve ser restrita a uma categoria de pessoas (§ 445); b) que o art. 3º do ETPIR não exige que todos os crimes contra a humanidade enumerados no artigo sejam cometidos com intento discriminatório, e que a jurisdição do TPIR é restringida pelo referido art. 3º a crimes contra a humanidade cometidos como parte de um ataque disseminado ou sistemático contra qualquer população civil ou com fundamento em discriminação (§ 469); c) que o incitamento ao genocídio (art. 6(1), ETPIR) não precisa ser direto e público (§ 483). CENGIC, A. Idem, ibidem.

⁴⁰⁸ Sigla em francês para “*Mouvement Démocratique Républicain*”. O MDR era um dos muitos partidos surgidos em Ruanda após a instituição do multipartidarismo em 1991.

⁴⁰⁹ MELVERN, L. Conspiracy to Murder. Op. cit., p. 173.

⁴¹⁰ Kambanda Indictment, p. 2, item 3.6.

Kambanda, em seu cargo, possuía ascendência sobre servidores civis e militares de alto escalão, incluindo os prefeitos de Ruanda, possuindo poderes para intervir em suas nomeações e exonerações.⁴¹¹

Como veremos a seguir, Kambanda confessou participação em crimes de genocídio, e foi por tais acusações condenado, sendo considerado o primeiro réu a se confessar culpado desse crime perante um tribunal internacional.

É de interesse aqui analisar a participação de um político de alto escalão, com poderes de vida e morte sobre parte considerável da população, nos massacres em Ruanda.

6.2.2 As acusações

A Promotoria concluiu que Kambanda, no exercício do poder, falhou em sua missão de proteger a população de Ruanda, por: a) ter participado de reuniões em que os massacres eram abertamente tratados; b) sua intervenção e seu papel na troca de um prefeito tutsi que se opunha às matanças; c) suas viagens pelo país (com os massacres em curso); e d) sua atuação de forma geral na cúpula decisória do Governo durante sua breve passagem pelo poder.⁴¹²

O indiciamento da Promotoria contra Kambanda continha seis acusações: a) genocídio, b) conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio; c) incitamento público e direto ao genocídio; d) cumplicidade em genocídio; e) crimes contra a humanidade (homicídio); e f) crimes contra a humanidade (extermínio) — todas violações aos arts. 2º ou 3º do ETPIR.

Linda Melvern ressalta o papel de Jean Kambanda no genocídio: ele participou de transmissões na rádio RTLM incentivando os massacres e apoiou seu uso como “arma de guerra”; ordenou os bloqueios de estrada; distribuiu armas e munição; ordenou, incitou e ajudou outros ministros, prefeitos, burgomestres e outras autoridades a exterminarem tutsis e hutus moderados;⁴¹³ e participou de várias reuniões do governo interino tratando da “pacificação” (eufemismo do governo para camuflar o genocídio).⁴¹⁴

⁴¹¹ Kambanda Indictment, p. 2, item 3.7, e p. 3, item 3.10 (neste último item se relata o afastamento do então único prefeito tutsi, de Butare, que se opunha aos massacres, substituído por um agente do genocídio).

⁴¹² Ibidem, p. 3-5, itens 3.8 a 3.20.

⁴¹³ Ibidem, p. 3-5, itens 3.12, 3.13, 3.17 e 3.18.

⁴¹⁴ MELVERN, L. **A People Betrayed**. Op. cit., p. 160. Sobre as reuniões tratando dos massacres, *vide* os itens 3.8 e 3.9 (p. 3) do Indictment Kambanda.

Kambanda foi preso no Quênia em 18 de julho de 1997, e logo foi entregue à custódia do TPIR.⁴¹⁵

6.2.3 Julgamento e sentença

Na audiência preliminar, o acusado declarou-se culpado de todas as acusações do indiciamento. Isso foi resultado de um acordo entre a Promotoria e o acusado.⁴¹⁶ Foi verificada a validade de sua declaração de culpa pela Câmara de Julgamento e designada a data para o anúncio da sentença. As partes apresentaram, previamente à sentença, suas razões escritas.⁴¹⁷

A Câmara de Julgamento aceitou a declaração de culpa de Kambanda, entendendo ser livre, voluntária, inequívoca, informada e bem fundada em evidências, e condenou-o sob as seis acusações do indiciamento. Considerou-se a gravidade dos crimes, a posição de Kambanda como primeiro-ministro de Ruanda, o abuso de sua posição de autoridade e a sua participação.⁴¹⁸

Três fatores relevantes foram considerados atenuantes: a) sua declaração de culpa; b) o alegado remorso; e c) sua colaboração com a Promotoria. Apesar das circunstâncias atenuantes, o acusado em tela recebeu uma pena de prisão perpétua.⁴¹⁹

Em que pese a gravidade dos delitos imputados a Kambanda, é de se criticar a postura da Câmara na dosimetria da pena. Bem notado foi na sentença que: a) Kambanda colaborou ativamente com a Promotoria; b) que sua confissão poderia incentivar outros réus a colaborar com o TPIR; c) que a declaração de culpa é atenuante em inúmeros sistemas legais.⁴²⁰

⁴¹⁵ MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 2.

⁴¹⁶ Segundo Linda Melvern, Kambanda celebrou esse acordo visando a proteção de seus filhos. *Vide Idem*.

⁴¹⁷ Judgement Kambanda, p. 2, § 4.

⁴¹⁸ FARREL, Norman. Kambanda: Prosecutor v. Jean Kambanda (ICTR 97-23), TC, 4 september 1998 (TJ); AC, 19 October 2000 (AJ) (verbete). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 746.

⁴¹⁹ Apesar de o TPIR ter reconhecido que o réu colaborou e prestou valiosas informações à Promotoria, e que sua confissão gerou economia processual, inclusive poupando as vítimas de traumas e emoções do julgamento, aprimorando a administração da Justiça (Judgement Kambanda, p. 14-15, § 47, e p. 15, § 54), isso não foi considerado na prática uma atenuante pelo TPIR. (PENROSE, Mary Margareth. Lest We Fail: the Importance of Enforcement in International Criminal Law. **American University International Law Review**. Washington, v. 15, n. 321, p. 321-394, 2000, p. 384). A imposição da pena veio a ignorar todos esses fatores, sendo um poderoso fator de desestímulo para colaborações futuras com o TPIR. Isso também leva a maior dispêndio de recursos, pois dificilmente um réu iria evitar a instrução para ficar sujeito, desde a confissão, a uma pena de prisão perpétua. A própria Promotoria foi de certa forma desrespeitada, pois celebrou um acordo com o acusado que não mitigou sua situação nem, tampouco, foi considerado na dosimetria da pena.

⁴²⁰ Judgement Kambanda, p. 16, § 61.

Uma crítica feita ao TPIR à época é a de que foi proferida uma única decisão para todas as acusações, e não uma decisão para cada acusação (em algumas ele poderia ter sido inocentado).⁴²¹

6.2.4 Apelação

Kambanda, arrependido da confissão, apelou sob as alegações (entre outras) de que ele não teve direito a um advogado de sua escolha, e de que o advogado designado pelo TPIR era incompetente e não o teria defendido de forma adequada, o que tornava nula sua confissão. Kambanda questionou, ainda, a pena aplicada.⁴²²

A Câmara de Apelação não acolheu seu recurso. Sobre a declaração de culpa, a Câmara avaliou que o advogado do acusado atuou de forma correta e que não houve objeção à época quanto à escolha. Também se concluiu que a confissão foi livre, voluntária, inequívoca, informada e bem fundada nas provas, ainda mais considerando que Kambanda era o bem-educado líder de um país, sendo difícil acreditar que ele não sabia o que estava fazendo ao confessar.⁴²³

Sobre a pena aplicada, os advogados de Kambanda alegaram que a Câmara de Julgamento não considerou de forma adequada sua declaração de culpa como um fator atenuante, bem como sua colaboração com a Promotoria. A pena ainda teria desconsiderado as práticas de dosimetria de penas da justiça de Ruanda. Também se questionou que a Câmara deveria ter estipulado uma pena para cada acusação. A Câmara de Apelação também manteve a sentença nestes pontos, não havendo alteração na pena imposta a Kambanda.⁴²⁴

⁴²¹ NSEREKO, D. D. N. **Genocidal Conflict in Rwanda...** Op. cit., p. 63. Este tópico foi objeto da apelação, como veremos no item 6.2.4, *infra*.

⁴²² Sobre a confissão *vide* Judgement Kambanda, p. 5, § 12 e p. 15, § 49. Acerca dos fundamentos do recurso *vide* Apelação Kambanda, p. 18-23, §§ 96-126.

⁴²³ NSEREKO, D. D. N. Op. cit., p. 62-63. *Vide* ainda Judgement Kambanda, p. 9-10, §§ 33-34 e p. 17, § 62.

⁴²⁴ FARREL, N. Op. cit., p. 747. *Vide* também Apelação Kambanda, p. 23, § 126.

6.3 Mídia e propagandistas do genocídio: Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza e Hassan Ngeze

6.3.1 Os acusados

Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza e Hassan Ngeze foram conjuntamente julgados pelo TPIR numa única ação, conhecida como “Julgamento da Mídia” (“*Media Case*”).⁴²⁵

Os acusados, por meio de seu trabalho ou por meio de participação na direção de diversos órgãos de mídia, vieram a ser peças-chave na implementação do genocídio de Ruanda.⁴²⁶

Ferdinand Nahimana, nascido em 15 de junho de 1950, é historiador e militante da Supremacia Hutu, com uma produção acadêmica respeitável em Ruanda.⁴²⁷ Ele ocupou diversos postos administrativos na Universidade Nacional de Ruanda, em Butare. De 1990 a 1992, foi diretor da Agência Ruandesa de Informação (ORINFOR⁴²⁸), além de membro fundador e diretor da RTLm e filiado ao partido MRND.

Jean-Bosco Barayagwiza nasceu em 1950. Era um advogado filiado ao partido CDR, sócio-fundador da RTLm e diretor do Ministério de Relações Exteriores de Ruanda.⁴²⁹

Hassan Ngeze, nascido em 25 de dezembro de 1957, era jornalista. Em 1990, fundou o jornal “*Kangura*”, sendo desde o início seu editor-chefe. Foi também membro fundador do partido CDR.⁴³⁰

Os acusados, atuando sozinhos ou com a colaboração uns dos outros, promoveram uma campanha aberta na mídia destinada a estigmatizar o grupo étnico tutsi, pregando sem subterfúgios sua destruição. As suas participações na RTLm, no jornal *Kangura* ou em outros jornais de Ruanda se deram com o claro intuito de incitar a matança que ocorreria em 1994.

⁴²⁵ Eles serão doravante referidos neste trabalho respectivamente como Nahimana, Barayagwiza e Ngeze.

⁴²⁶ A participação de Barayagwiza num partido político extremista, o CDR, também viria a ser apreciada neste caso.

⁴²⁷ Entre algumas de suas obras estão: *Les principautés Hutu du Rwanda Septentrional*. In: CENTRE DE CIVILISATION BURUNDAISE (ed.) *La civilisation ancienne des peuples des Grands Lacs*. Paris: Karthala, 1981, p. 115-37; *Le Rwanda, émergence d'un État*, Paris, L'Harmattan, 1993. Vide PRUNIER, G. Op. cit., p. 19, nota 44.

⁴²⁸ ORINFOR é a sigla em inglês para “*Rwandan Office of Information*”. Judgement Nahimana and Others, p. 1, § 5.

⁴²⁹ Judgement Nahimana and Others, p. 2, § 6.

⁴³⁰ Ibidem, p. 2, § 7.

Nahimana e Barayagwiza eram fortemente ligados à RTLM, tendo, inclusive, participação na administração da rádio, que terminou sendo usada como uma verdadeira arma na guerra contra a FPR (e contra os tutsis).⁴³¹

O CDR foi um partido político criado em 1992 e que abrigou os extremistas mais virulentos favoráveis à causa hutu. Sua oposição aos tutsis aumentou após o CDR ter sua participação vetada no governo que seria resultante dos Acordos de Arusha. Barayagwiza era umbilicalmente ligado ao partido e orador de destaque em seus comícios.⁴³²

Já Ngeze era a força por trás do jornal *Kangura*, que surgiu como uma paródia a outro jornal chamado “*Kanguka*”.⁴³³ Estimulado pela própria primeira-dama de Ruanda (Agathe Habyarimana) Ngeze fundou o *Kangura*, que logo passou a ter parte das tiragens diárias bancadas pelo governo.⁴³⁴

O *Kangura* promovia a causa de uma nação hutu e, de 1990 a 1993, promoveu uma feroz campanha com vistas a denegrir os tutsis. Sua tiragem era de 1.500 a 3.000 cópias quinzenais, com edições em kinyarwanda e em francês.⁴³⁵ Em que pese a taxa de analfabetismo ser alta em Ruanda, o conteúdo do jornal era conhecido e divulgado, e às vezes lido em comícios da milícia *Interahamwe*. O *Kangura* também logo se tornaria um órgão de divulgação do CDR.⁴³⁶

Esse julgamento e o de Georges Ruggiu, também julgado pelo TPIR, foram os primeiros, num tribunal internacional, em que jornalistas foram acusados de usar seus trabalhos e sua presença na mídia para matar, desde o julgamento em Nuremberg de Julius Streicher, do notório jornal antisemita *Der Stürmer*.⁴³⁷

⁴³¹ MELVERN, L. *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 52-53.

⁴³² Ibidem, p. 51.

⁴³³ O *Kanguka* (termo que significa “acorde” em kinyarwanda) era crítico ao regime de Habyarimana, e Ngeze chegou a trabalhar nele por um certo período antes de fundar o *Kangura*.

⁴³⁴ Para Philip Gourevitch, sobre Hassan Ngeze: “Ele era uma dessas criaturas da destruição que transformam tudo que é atirado nela em suas próprias armas. Era engraçado, audacioso e, numa das sociedades mais reprimidas do mundo, representava o exemplo liberador de um homem que parecia não conhecer nenhum tabu. [...] Ele era o protótipo escandaloso do hutu ruandês *génocidaire*, e seus imitadores e discípulos logo se tornaram uma legião.” Vide GOUREVITCH, P. *Gostaríamos de informá-los...* Op. cit., p. 85.

⁴³⁵ Judgement Nahimana and Others, p. 39-40, § 122.

⁴³⁶ MELVERN, L. Op. cit., p. 49-51.

⁴³⁷ Ibidem, p. 276.

O conteúdo das transmissões da rádio RTLM e das páginas do jornal *Kangura* não deixou dúvida acerca do intento genocida dos acusados, sendo de interesse para este trabalho analisar o papel que a mídia teve no genocídio de Ruanda.⁴³⁸

6.3.2 As acusações

A princípio, a Promotoria apresentou acusações separadas em relação a cada um dos três acusados.

A Promotoria acusou Nahimana por sete crimes (arts. 2º e 3º do ETPIR): conspiração para (ou acordo com vista a) o cometimento de genocídio; genocídio; incitamento público e direto para cometer genocídio; cumplicidade em genocídio; e crimes contra a humanidade (perseguição, extermínio e homicídio). A base da acusação era sua participação na RTLM.⁴³⁹

Barayagwiza, por sua vez, foi acusado por nove crimes (arts. 2º, 3º e 4º, do ETPIR): conspiração para (ou acordo com vista a) o cometimento de genocídio; genocídio; incitamento público e direto para cometer genocídio; cumplicidade em genocídio; e crimes contra a humanidade (perseguição, extermínio e homicídio), além de duas acusações de graves violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II. O fulcro da acusação era a participação de Barayagwiza na RTLM e no partido extremista CDR.⁴⁴⁰

Ngeze foi acusado por sete crimes: (arts. 2º e 3º do ETPIR): conspiração para (ou acordo com vista a) o cometimento de genocídio; genocídio; incitamento público e direto para cometer genocídio; cumplicidade em genocídio; e crimes contra a humanidade (perseguição, extermínio e homicídio). O foco principal da Promotoria era a edição e publicação do jornal *Kangura*.⁴⁴¹

⁴³⁸ Falando do *Mein Kampf*, obra de Adolf Hitler, e do próprio *Kangura*, Antoine Vitkine nos ensina sobre o perigo de ignorar mensagens extremistas claramente divulgadas ou ignoradas: “[...] o destino deste livro requer que se dê atenção aos projetos políticos fanáticos e violentos, sem subestimá-los, sobretudo quando são tornados públicos e particularmente quando liderados por homens suscetíveis de levá-los a cabo. Não existem sistemas de idéias fascizantes, ultranacionalistas, racistas ou antidemocráticas que fiquem sem conseqüências. As palavras têm um sentido e afetam a realidade, às vezes da pior maneira possível. Os últimos cinquenta anos oferecem alguns exemplos impressionantes de catástrofes anunciadas preto no branco em textos expostos à visão de todos: [...] Em Ruanda o Manifesto dos Bahutu e sua loucura racialista, ou a revista *Kangura* e suas exortações ao extermínio dos tutsis.” *Vide VITKINE, Antoine. Mein Kampf: a história do livro. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 211.*

⁴³⁹ Judgement Nahimana and Others, p. 2, § 8.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 2, § 9.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 3, § 10.

Posteriormente, a Promotoria, por meio de moção (em 1º de julho de 1999), requereu o julgamento conjunto dos três acusados, alegando que seus atos formaram parte de um esquema comum. Apesar da oposição dos acusados, a Câmara de Apelação, ao julgar a moção, veio a autorizar o julgamento conjunto.⁴⁴²

A Câmara de Julgamento, em decisão de 25 de setembro de 2002, acolhendo moções dos acusados, viria a absolver Nahimana e Barayagwiza de crimes contra a humanidade (homicídio). Este último também viria a ser isentado de responsabilidade (antes do julgamento final) por graves violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II, por ausência de provas.⁴⁴³

6.3.3 Julgamento e sentença

Os acusados se declararam inocentes das acusações durante a fase de pré-julgamento (ou foram assim declarados pelo TPIR), inclusive das acusações decorrentes de emendas da Promotoria.⁴⁴⁴

Durante o julgamento, a Promotoria apresentou 47 testemunhas e a Defesa dos acusados apresentou 46 testemunhas, tendo a instrução durado 238 dias.⁴⁴⁵ Barayagwiza recusou-se a participar do julgamento, o que não impediu o prosseguimento dos trabalhos.⁴⁴⁶

A Câmara de Julgamento analisou no julgamento a questão da jurisdição temporal do Tribunal, que, segundo o art. 7º do ETPIR, abrange crimes cometidos entre 1º de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994.⁴⁴⁷

A Defesa dos acusados alegou que muitas das suas condutas (como, por exemplo, transmissões da rádio ou publicação das edições do *Kangura*) foram cometidas fora da jurisdição temporal do TPIR (antes de 1994). A Câmara de Julgamento terminou por afastar essas

⁴⁴² Em decisões de 30 de novembro de 1999, 06 de junho de 2000 e 26 de setembro de 2000. *Judgement Nahimana and Others*, p. 9/10, §§ 34-38.

⁴⁴³ *Judgement Nahimana and Others*, p. 3, § 12.

⁴⁴⁴ Atente-se que Barayagwiza e Ngeze rejeitaram declarar-se culpados ou inocentes em relação a algumas acusações provenientes de emendas da Promotoria, e foram de ofício declarados inocentes em relação a estas acusações pelo TPIR. Sobre as declarações *vide* *Judgement Nahimana and Others*, p. 5, § 20; p. 6, § 23; p. 7, §§ 26-27; p. 8, §§ 29-30.

⁴⁴⁵ Sendo 13 testemunhas para a defesa de Nahimana, 32 para Ngeze (incluindo o próprio) e 1 para Barayagwiza, não tendo sido todas elas ouvidas. *Judgement Nahimana and Others*, p. 14, §50. Sobre o número de testemunhas efetivamente ouvidas e a duração do julgamento, *vide* *Judgement Nahimana and Others*, p. 25, §94.

⁴⁴⁶ *Judgement Nahimana and Others*, p. 26, § 98.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 26-28, § 100-104.

alegações, por entender que os atos dos acusados denotariam uma conduta de preparação das condutas criminosas, e que o material anterior a 1994 seria prova ao menos da intenção dos acusados, ou da maneira como os acusados se relacionavam com a mídia em questão.⁴⁴⁸

Na análise das provas em si, a Câmara de Julgamento dedicou considerável espaço do julgamento ao jornal *Kangura* (e ao acusado Ngeze).

O *Kangura* foi fundado, controlado e editorado por Hassan Ngeze, e foi publicado de maio de 1990 até 1995, e foi, em sua época, o jornal mais conhecido de Ruanda.⁴⁴⁹ O julgamento relata os inúmeros elos de Ngeze com o então partido único, o MRND, e o suporte financeiro recebido de integrantes do governo, incluindo militares, e o posterior apoio do *Kangura* ao então novo partido, o CDR.⁴⁵⁰

O conteúdo do *Kangura* evidenciava que a publicação procurava se posicionar como uma defensora da “maioria”, os hutus, com inúmeras referências à questão étnica.⁴⁵¹ Os chamados “Dez Mandamentos do Hutu” foram publicados num artigo na edição de dezembro de 1990 do *Kangura*. Foi o conteúdo de maior repercussão da publicação, um chamado às armas explosivo e cheio de ódio aos tutsis.⁴⁵²

Em novembro de 1991, o *Kangura* publicou em sua capa um retrato do antigo presidente Gregoire Kayibanda próximo a uma machete, evocando o poder do “povo”, e as edições seguintes avançaram na propaganda extremista.⁴⁵³

⁴⁴⁸ Judgement Nahimana and Others, p. 27-28, § 103. A Câmara ainda constatou que edições do *Kangura*, anteriores a 1994, foram postas novamente em circulação por ocasião de um concurso de março de 1994, realizado conjuntamente com a RTLM, e que distribuía prêmios para quem acertasse questões sobre o conteúdo de edições passadas do jornal. *Vide Ibidem*, p. 83, § 257.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 39-40, §§ 122-123.

⁴⁵⁰ Sobre os elos de Ngeze com o governo e com os militares *vide Ibidem*, p. 41-42, §§ 127-128. Em outro trecho da sentença, a Câmara analisou outra “linha de atuação” de Ngeze, participando diretamente de massacres por meio da distribuição de armas e participando de bloqueios de estrada. *Vide Ibidem*, p. 285, § 836-837. Sobre o apoio do jornal ao novo partido, *vide Ibidem*, p. 312, § 930. O *Kangura* viria a saudar, posteriormente, o nascimento da RTLM. *Vide Ibidem*, p. 316, § 943.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 50, § 136-137.

⁴⁵² “Os Dez Mandamentos” não era material da autoria de Ngeze, e foi publicado em outros veículos escritos antes e depois da referida edição do *Kangura*. Os “Dez Mandamentos” pregavam abertamente contra os casamentos entre etnias diferentes, afirmava de forma categórica que os tutsis eram desonestos (sendo considerados traidores os hutus que se tornassem sócios de tutsis em empreendimentos, ou tivessem com eles qualquer espécie de relação comercial), e pugnava por um *apartheid* entre hutus e tutsis no Governo, nas Forças Armadas e no meio acadêmico, devendo àqueles serem reservadas as posições de destaque nessas áreas. *Vide Ibidem*, p. 46-48, § 138-139, e § 143.

⁴⁵³ CHRÉTIEN, J-P. Op. cit., p. 324. Na mesma página da referida obra o autor traz excertos de diversas edições do *Kangura* incitando o ódio aos tutsis. A Câmara de Julgamento do TPIR analisou esse conteúdo específico em Judgement Nahimana and Others, p. 53-58, § 160-173, embora tenha adequadamente contextualizado a capa da revista em questão e considerado que ela não está ligada a nenhuma matança em especial.

Em seguida, a Câmara de Julgamento passou a analisar as provas existentes sobre o partido político CDR. Em fevereiro de 1992, após o advento do multipartidarismo em Ruanda, o CDR foi fundado e logo congregou hutus extremistas, muitos oriundos do ex-partido único MRND. Barayagwiza foi um dos cinquenta e um signatários do Estatuto do partido.⁴⁵⁴ Embora não possuísse a princípio cargos no CDR, Barayagwiza era considerado o líder do partido.⁴⁵⁵

Ngeze, por sua vez, era simpatizante do CDR, mas não filiado.⁴⁵⁶

O programa do CDR visava congregar os hutus, unindo-os em oposição aos tutsis.⁴⁵⁷

A Câmara de Julgamento ainda analisou provas acerca da alegação de que a *Impuzamugambi*, uma das milícias assassinas, era uma ala jovem do CDR.⁴⁵⁸

O próximo trecho do julgamento é uma longa análise sobre a RTL, a rádio utilizada para incitar o genocídio, sobre a responsabilidade dos acusados Nahimana e Barayagwiza pelo conteúdo das transmissões e sobre a sua participação no controle e direção daquela empresa.⁴⁵⁹

O rádio era um meio de comunicação com poder e alcance em Ruanda. A RTL iniciou suas transmissões em julho de 1993 e logo ganhou espaço entre os jovens com sua programação musical, alcançando audiência elevada.⁴⁶⁰

A iniciativa na fundação da RTL foi de Nahimana, que deixou seu cargo na ORINFOR e levantou o capital inicial, e de um técnico, Joseph Serugendo.⁴⁶¹

As provas produzidas durante a instrução levaram a Câmara de Julgamento a concluir que a RTL, desde o início, passou a ser um instrumento do Poder Hutu, incitando o ódio racial e

⁴⁵⁴ Judgement Nahimana and Others, p. 83-84, § 258.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 85, § 261.

⁴⁵⁶ Não ser filiado ao partido permitiria a Ngeze receber por publicidade paga do CDR no *Kangura*. Vide Ibidem, p. 87, § 263.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 92, § 278. Em que pese não proibida, a filiação de tutsis ao CDR era na prática vedada. Vide Ibidem, p. 114, § 335.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 107, § 319. Barayagwiza tinha ascendência sobre essa milícia, que cometeu inúmeros atos de violência, tendo os milicianos controlado inúmeros bloqueios de estrada durante o genocídio, sob a supervisão direta do acusado em questão (vide Ibidem, p. 116-117, § 341). Em outro trecho da sentença, a Câmara de Julgamento concluiu que o acusado teve participação ativa no manejo dos bloqueios de estrada, e que fez inúmeros discursos pelo CDR incitando os massacres (vide Ibidem, p. 245, § 719). Em outro trecho do julgamento, analisou-se a participação do acusado numa distribuição de armas que resultou num massacre (vide Ibidem, p. 249, § 730).

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 117-210.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 117, § 342.

⁴⁶¹ A rádio, no começo, era ouvida apenas em Kigali, em parte do sul e do leste do país. Outro transmissor, instalado em janeiro de 1994, ampliou seu alcance para o norte do país. A rádio só não era ouvida em Butare, no sul, e na mais setentrional Ruhengeri. A inauguração do novo transmissor foi prestigiada por Barayagwiza, que organizou uma grande carreata para o evento. MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 52-53.

estigmatizando os tutsis, em transmissões que elevaram a temperatura do debate político em Ruanda, num crescendo de extremismo que seguia um padrão.⁴⁶²

Algumas pessoas foram especificamente vitimadas após a menção de seus nomes no ar. Após a queda do avião presidencial, em 06 de abril de 1994, as transmissões da RTLM subiram de tom, pregando abertamente a matança dos tutsis.⁴⁶³

Há relatos anteriores sobre o *modus operandi* da RTLM. Numa visita a Ruanda em abril de 1993, o relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU, B. W. Ndiaye, notou que a RTLM e a Rádio Rwanda (rádio governamental, sob controle de extremistas) veiculavam ameaças de morte a tutsis e a políticos hutus moderados, e descreviam ataques bem-sucedidos das milícias.⁴⁶⁴

Após debruçar-se sobre provas específicas acerca da propriedade e do controle da RTLM, a Câmara de Julgamento concluiu que inúmeros membros do MRND, incluindo o presidente Habyarimana e membros das Forças Armadas, eram os proprietários da rádio.⁴⁶⁵ Barayagwiza integrava o Comitê Diretor da rádio, e ele e Nahimana controlavam, na prática, a rádio.⁴⁶⁶

As interações entre os três acusados foram analisadas pela Câmara, que concluiu que Nahimana e Barayagwiza trabalharam juntos na RTLM e que este último atuou conjuntamente

⁴⁶² A RTLM chamava a si própria de “a voz do *rubanda nyamwinshi*” (em kinyarwanda, “o povo majoritário”). Uma transmissão era recorrente e repetida várias vezes por dia: “Os *inyenzi* [baratas] sempre foram tutsis. Nós vamos exterminá-los. [...] Você pode identificá-los por sua altura e seu pequeno nariz. Quando você vir aquele nariz pequeno, quebre-o.” Georges Ruggiu, belga que trabalhava na rádio (e depois condenado pelo TPIR por crimes relacionados ao genocídio) relata que a palavra *inyenzi* era mencionada em todos os programas da RTLM que tratavam dos tutsis, especialmente para se referir aos inimigos do governo ou do MRND, ou aos aliados da FPR ou dos seus membros. *Vide* MELVERN, L. Op. cit., p. 210.

⁴⁶³ Especificamente, em 06 de abril de 1994, a rádio foi instruída pelo seu diretor-geral, Phocas Habimana, para tocar apenas música clássica e transmitir apenas pronunciamentos oficiais. *Vide* Ibidem, p. 208-209. *Vide* ainda Judgement Nahimana and Others, p. 165, §§ 484-485. A FPR, percebendo a importância da RTLM no conflito, em 16 de abril de 1994 atacou a rádio com morteiros e quase conseguiu tirá-la do ar. Logo após esse ataque, o equipamento da rádio foi transferido para uma unidade móvel, deslocando-se neste veículo para um ponto incerto de Kigali, de onde passou a transmitir, embora com mais irregularidade, até 04 de julho de 1994. Com a tomada da capital pela RPF, as transmissões cessaram, sendo restabelecidas em 10 de julho de 1994 com o transporte do equipamento (que seguiu o governo derrotado) para a Prefeitura de Gisenyi, no noroeste do país. Mais tarde, no mesmo ano, a Rádio e seu equipamento seguiriam o governo derrotado ao exílio no Zaire. *Vide* METZL, Jamie Frederic. Rwandan genocide and international law of radio jamming. *The American Journal of International Law*. Washington, v. 91, n. 4, p. 628-651, 1997, p. 632.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 631.

⁴⁶⁵ Incluindo Théoneste Bagosora, acusado no TPIR, que era o maior acionista da rádio oriundo das Forças Armadas. *Vide* MELVERN, L. *Conspiracy to Murder*. Op. cit., p. 55.

⁴⁶⁶ Nahimana era visto como o fundador e como diretor da Companhia, além de ter forte atuação editorial na rádio; Barayagwiza era considerado o segundo em comando. Judgement Nahimana and Others, p. 198, §§ 566-567.

com Ngeze no CDR. Em inúmeros encontros, Barayagwiza e Ngeze discutiram o papel do CDR, do *Kangura* e da RTLM como instrumentos da luta dos hutus contra os tutsis.⁴⁶⁷

Após analisar as provas produzidas, a Câmara de Julgamento passou a tratar da responsabilidade dos acusados em relação às acusações da Promotoria, considerados os seus respectivos papéis na RTLM, no *Kangura* e no CDR.

Uma rádio (RTLM), um jornal (*Kangura*) e um partido (CDR) foram utilizados como armas pelos três acusados, que foram considerados culpados de genocídio, pois agiram com o intento de destruir o grupo étnico Tutsi.⁴⁶⁸

Nahimana e Barayagwiza eram responsáveis pela direção da empresa RTLM e por sua linha editorial, sendo responsabilizados por genocídio sob o art. 6(1) do ETPIR (comissão). Barayagwiza, ainda acerca de sua participação na RTLM, foi responsabilizado à luz do art. 6(3) do ETPIR, pois se omitiu ante as matanças instigadas pela rádio (e ante os subordinados que lá comandava) após 06 de abril de 1994.⁴⁶⁹ Quanto à sua participação no partido CDR, a Câmara entendeu que ele instigou atos de genocídio (art. 6(1), ETPIR) cometidos por membros do partido e pela milícia *Impuzamugambi*, e que se omitiu quanto à sua comissão, deixando de tomar providências diante de massacres.⁴⁷⁰

Ngeze foi considerado culpado de genocídio (art. 6(1), ETPIR), por seu papel como proprietário e editor do *Kangura*.⁴⁷¹

Ao abordar as acusações comuns de incitamento público e direto ao genocídio, a Câmara abordou a jurisprudência histórica sobre a matéria, incluindo os casos *Streicher* e *Fritzsche* (ambos de Nuremberg) e analisou instrumentos internacionais de proteção da liberdade de expressão, fazendo notar que essa liberdade tem limites, e que pode haver responsabilização por excessos.⁴⁷² A Câmara também abordou: princípios gerais que emergem da jurisprudência mencionada; a configuração do incitamento público e direto ao genocídio pela mídia de massa; e a necessidade de considerar-se o contexto e o resultado.⁴⁷³

⁴⁶⁷ Judgement Nahimana and Others, p. 300, § 889.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 322, § 969.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 323, § 973-974.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 324-325, §§ 975 e 977.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 325, § 977-A.

⁴⁷² Ibidem, p. 325-326, §§ 978-982 e p. 326-333, §§ 983-999.

⁴⁷³ Ibidem, p. 334-337, §§ 1.000-1.011.

Nahimana e Barayagwiza, pelas suas atuações na RTLM, foram condenados por incitamento público e direto ao genocídio.⁴⁷⁴ Barayagwiza se omitiu em relação a atos de seus correligionários no que toca ao seu papel no CDR.⁴⁷⁵ Ngeze também foi considerado culpado desta acusação, por sua atuação no *Kangura* e no CDR.⁴⁷⁶

Os acusados foram considerados culpados do crime de conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio. As interações entre os acusados, que se utilizaram das instituições sobre as quais detinham o controle (RTLM, *Kangura* e CDR) levaram a Câmara de Julgamento a concluir que houve uma ação concertada e uma agenda comum de intento genocida. Esta condenação excluiu uma possível condenação dos acusados por cumplicidade em genocídio.⁴⁷⁷

Em relação às acusações de cometimento de extermínio (como um crime contra a humanidade) os três acusados foram condenados. Nahimana por sua participação na RTLM, Barayagwiza por sua atuação na RTLM e no CDR, e Ngeze em razão do trabalho no *Kangura*.⁴⁷⁸ As transmissões da RTLM e as edições do *Kangura* fizeram parte de um ataque disseminado e sistemático contra os tutsis, e as atividades do CDR e da sua milícia *Impuzamugambi* resultaram em violência em grande escala.⁴⁷⁹ As mesmas atividades dos acusados, nos mesmos órgãos de atuação, também os levaram a ser condenados pelo crime contra a humanidade de perseguição.⁴⁸⁰

Ngeze, que ainda respondia por uma acusação de homicídio (crime contra a humanidade) terminou absolvido dessa acusação, por falta de provas.⁴⁸¹ Barayagwiza foi absolvido, ainda, de uma acusação de homicídio (crime contra humanidade) e das duas acusações por crimes de guerra à qual respondia.⁴⁸²

⁴⁷⁴ Barayagwiza foi condenado neste tópico apenas por omissão. *Vide* Judgement Nahimana and Others, p. 343, §§ 1.033-1.034.

⁴⁷⁵ Isso fez com que o acusado fosse responsável por incitamento ao genocídio à luz do art. 6(3), ETPIR. *Vide* Judgement Nahimana and Others, p. 343, § 1.035.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 344, §§ 1.038-1.039.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 347, §§ 1.053-1.055 e p. 347-348, § 1.056.

⁴⁷⁸ HIGGINS, Gillian; EVANS, Joanna. Nahimana and Others (Media case): Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza, Hassan Ngeze (ICTR-99-52), TC, 3 December 2003 (TJ); AC, 28 November 2007 (AJ) (verbete). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 835.

⁴⁷⁹ Judgement Nahimana and Others, p. 348-349, §§ 1.058 e 1.062. Sobre a responsabilidade individual dos acusados *vide* p. 349-350, §§ 1.063-1.068.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 353-354, §§ 1.081-1.084.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 355, § 1.088.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 356, § 1.093.

Pelas condenações (em cinco das acusações), Nahimana recebeu uma pena de prisão perpétua.⁴⁸³ Ngeze recebeu a mesma pena, sendo condenado em cinco das acusações.⁴⁸⁴

Pelas cinco condenações que recebeu, Barayagwiza iria receber a prisão perpétua.⁴⁸⁵ Entretanto, devido a uma violação dos seus direitos ocorrida durante a prisão (conforme decisão da Câmara de Apelação de 31 de março de 2000), ficou decidido que eventual pena seria reduzida como compensação. Com a redução, a sua pena foi estipulada em 35 anos, e foi, em seguida, descontado o tempo que ele já havia passado preso de forma provisória.⁴⁸⁶

6.3.4 Apelação

A apelação dos acusados levou o TPIR a modificar a sentença de forma substancial, com influência inclusive na dosimetria da pena.

A discussão sobre a jurisdição temporal do TPIR foi retomada, reformando a posição da Câmara de Julgamento. A conclusão foi que não se poderia ter usado como base para a condenação condutas anteriores ao ano de 1994, nem mesmo para fins de análise do comportamento dos acusados.⁴⁸⁷

Foram diferenciadas as transmissões da RTLM anteriores e posteriores a 06 de abril de 1994 (data da queda do avião presidencial), considerando a Câmara de Apelação que somente estas últimas influenciaram de forma significativa no cometimento do genocídio. A condenação de Nahimana com base no art. 6(1) do ETPIR por genocídio (transmissões da RTLM posteriores a 06 de abril de 1994) foi revertida, bem como a condenação de Barayagwiza com fulcro no art. 6(3) pelo mesmo crime (atos de seus subordinados).⁴⁸⁸

Em relação às edições do *Kangura* publicadas antes de 1994, Ngeze foi absolvido dos crimes de genocídio e perseguição (crime contra a humanidade). A Câmara de Apelação entendeu que não se provou que edições antigas do jornal contribuíram de forma significativa no

⁴⁸³ Judgement Nahimana and Others, p. 356, § 1.092, e p. 360, § 1.105.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 361, § 1.108.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 356, § 1.093.

⁴⁸⁶ Resultando em 27 anos, 3 meses e 21 dias a serem cumpridos. *Vide* Ibidem, p. 360, § 1.106-1.107.

⁴⁸⁷ HIGGINS, G; EVANS, J. Op. cit., p. 834.

⁴⁸⁸ Idem.

genocídio.⁴⁸⁹ Mas a condenação de Ngeze por incitamento público e direto para o cometimento de genocídio foi mantida, pois a Câmara de Apelação concluiu que três artigos por ele escritos no *Kangura* em 1994 bastaram para que se configurasse o crime.⁴⁹⁰

Os acusados foram absolvidos, por falta de provas, do crime de conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio.⁴⁹¹ Alguns dos crimes contra a humanidade pelos quais os acusados foram condenados foram afastados pela Câmara de Apelação.⁴⁹²

As demais condenações foram mantidas pela Câmara de Apelação.

Com base nas absolvições em algumas das acusações, as penas dos três acusados foram reduzidas: Nahimana recebeu uma pena de 30 anos; Barayagwiza recebeu 32 anos; Ngeze recebeu 35 anos. Foi descontando o tempo que cada um já havia passado preso.⁴⁹³

6.4 O julgamento do mentor e líder militar do genocídio, Théoneste Bagosora, e de Gratien Kalibigi, Aloys Ntabakuze e Anatole Nsengiyumva

6.4.1 Os acusados

O julgamento em questão foi chamado pelo próprio TPIR de “*Military I*”, e apreciou em conjunto os crimes de quatro militares que seriam corresponsáveis pelo genocídio em Ruanda: Théoneste Bagosora, Gratien Kalibigi, Aloys Ntabakuze e Anatole Nsengiyumva.⁴⁹⁴

⁴⁸⁹ A Câmara de Apelação não entendeu que o concurso sobre edições antigas do *Kangura* (referido no item 6.3.3 deste trabalho) tenha trazido números suficientes do *Kangura* novamente em circulação. Vide HIGGINS, G.; EVANS, J. Op. cit.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Apelação Nahimana and Others, p. 303, § 912.

⁴⁹² Só as transmissões da RTLM posteriores a 06 de abril de 1994 foram consideradas relevantes para o cometimento de extermínio (crime contra a humanidade). Ainda em relação a este crime, afastou-se o art. 6(1) do ETPIR, em relação à Nahimana, e o art. 6(3) em relação à Barayagwiza (mas mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR), sendo afastada a condenação deste acusado por perseguição (art. 6(3) do ETPIR) em relação a transmissões da RTLM posteriores a 06 de abril de 1994. Ngeze foi absolvido do crime de perseguição, mas a condenação por extermínio, por sua participação em matanças em bloqueios de estradas, foi mantida. HIGGINS, G; EVANS, J. Idem, p. 836.

⁴⁹³ Apelação Nahimana and Others, p. 346-347. Segundo o site do TPIR (v. INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Cases/StatusofDetainees/tabid/202/Default.aspx>>. Acesso em: 31 jan. 2011), o acusado Barayagwiza morreu durante o cumprimento da pena, em 25 de abril de 2010.

⁴⁹⁴ Doravante referidos respectivamente como Bagosora, Kalibigi, Ntabakuze e Nsengiyumva.

O ponto principal de interesse é a análise da conduta de Bagosora, considerado o verdadeiro idealizador do genocídio e que, pela sua posição de comando nas Forças Armadas de Ruanda, teve os recursos e os homens para pôr em prática o plano de extermínio dos tutsis.

Théoneste Bagosora, nascido em 16 de agosto de 1941 em Gisenyi, é ex-militar de carreira em Ruanda, tendo se aposentado no cargo de coronel em setembro de 1993.⁴⁹⁵ Em junho de 1992, foi nomeado *directeur de cabinet*, um cargo de direção do Ministério da Defesa, e nele ficou até 14 de julho de 1994. Nesse mesmo ano ele voltou à ativa na carreira e se exilou no então Zaire (hoje República Democrática do Congo), e depois em Camarões, local em que foi preso em 1996 para ser julgado no TPIR.

Os demais acusados também eram militares de carreira. Em 1994, Gratien Kalibigi era comandante do órgão de operações (G-3) das Forças Armadas. À mesma época, Aloys Ntabakuze era comandante do Batalhão Para Commando (uma tropa de elite), e Anatole Nsengiyumva comandava o setor operacional de Gisenyi (I-2).

Os quatro acusados teriam conspirado entre si e com outros líderes civis e militares, de 1990 a julho de 1994, para exterminar a população tutsi civil de Ruanda. Esse plano incluía, entre outras medidas, o incitamento ao ódio étnico, o estímulo à violência, o treinamento de milícias, a distribuição de armas (brancas e de fogo) aos milicianos e a elaboração da lista de vítimas a serem eliminadas. O resultado de suas ações teria sido a morte de milhares de pessoas, além das lesões corporais e dos estupros cometidos em todo o território ruandês.⁴⁹⁶

Bagosora teria tido um papel central na conspiração. Em 1991, ele presidiu uma comissão militar que identificou os tutsis como sendo o inimigo principal (no contexto da guerra civil), e, os seus aliados, como o inimigo secundário (hutus de oposição e moderados).⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ Bagosora participou de inúmeros cursos realizados em escolas militares de prestígio na Bélgica e na França. *Judgement Bagosora*, p. 8, § 44. Outro ponto de “orgulho” em seu currículo, segundo Bagosora, mas já falando desde sua cela em Arusha, aguardando julgamento, era a participação em matanças de tutsis bem antes de 1994. Em suas próprias palavras: “1963. Campanhas em Busegera contra os *inyenzi* (baratas)”. *Vide* MELVERN, Linda. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 8-9. Digno notar também que, em 1990, logo após o início da invasão de Ruanda pela RPF, 50 tutsis foram mortos no quartel de Kanombe, em ação chefiada diretamente por Bagosora. Estes fatos não foram apreciados pelo TPIR. *Vide* MELVERN, L. Op. cit., p. 15.

⁴⁹⁶ COTÉ, Luc; MARCUSSEN, Mathias; BAIG, Laurel. Bagosora (Military I): *Prosecutor v. Théoneste Bagosora* (ICTR-96-7); *Prosecutor v. Gratien Kabiligi* (ICTR-96-7); *Prosecutor v. Gratien Kabiligi* (ICTR-96-12); *Prosecutor v. Aloys Ntabakuze and Anatole Nsengiyumva* (ICTR-97-34), ICTR-97-30) TC, judgement not yet issued. (verbete). In: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 595.

⁴⁹⁷ Bagosora e Nsengiyumva, com o auxílio de militares e civis, elaboraram as listas dos alvos. Ntabakuze e Nsengiyumva teriam supervisionado o treinamento das milícias. Um líder da *Interahamwe* informou à UNAMIR que

Após a queda do avião presidencial em 06 de abril de 1994, Bagosora, diante do vácuo de poder, assumiu de fato a liderança das Forças Armadas, o que lhe deu o poder para implantar o plano genocida durante os três meses seguintes. No dia seguinte, 07 de abril de 1994, tropas sob seu comando assassinaram a primeira-ministra do país e dez soldados belgas que integravam a UNAMIR, cuja missão era defendê-la.⁴⁹⁸

Os massacres e a violência que ocorreram em todo o país, até a vitória da FPR, foram causados em grande parte pelas ordens (e pela omissão) de Bagosora, que nisso foi auxiliado por Ntabakuze e Nsengiyumva.⁴⁹⁹

6.4.2 As acusações

Em princípio, Bagosora e os outros três acusados seriam julgados de forma conjunta numa ação movida pela Promotoria contra 29 acusados no total. Porém, em decisão final de 08 de junho de 1998 (confirmando decisão do juiz Khan), a Câmara de Apelação determinou o desmembramento desta ação em ações individuais.⁵⁰⁰ Só posteriormente, em 29 de junho de 2000, é que os casos de Bagosora, Kabiligi, Ntabakuze e Nsengiyumva seriam reunidos numa só ação.⁵⁰¹

Os quatro acusados, segundo a Promotoria, cometeram os crimes de conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio, crimes contra a humanidade (homicídio, extermínio, estupro, perseguição, e outros atos inumanos), sérias violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II (violência e outros ultrajes à dignidade

1.700 milicianos tinham sido treinados e que eles possuíam a capacidade de eliminar 1.000 tutsis a cada 20 minutos. *Vide* COTÉ, L.; MARCUSSEN, M.; BAIG, L.; Op. cit., p. 595.

⁴⁹⁸ Estes soldados da UNAMIR foram rendidos e desarmados pela Guarda Presidencial e levados a um quartel da capital Kigali. A algumas centenas de metros dali, Bagosora presidia uma reunião de membros do governo, quando soube da captura desses soldados e das ameaças de morte que estariam sofrendo. Mas Bagosora não ordenou que os soldados fossem protegidos ou libertados, nem tomou medidas para protegê-los. Os dez soldados da ONU então foram mortos por soldados do Exército. *Vide* BOURLOYANNIS-VRAILAS, M.-Christiane. Crimes Against United Nations and Associated Personnel. In: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 360.

⁴⁹⁹ Kalibigi, como veremos, seria absolvido pela Câmara de Julgamento do TPIR de todas as acusações. *Vide* Judgement Bagosora, p. 574, § 2.283.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 581, § 2.311.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 582, § 2.312.

peçoal), com base nos arts. 2º, 3º e 4º, todos do ETPIR. Nsengiyumva ainda foi acusado de incitamento direto e público ao genocídio (art. 2º, ETPIR).⁵⁰²

O fundamento das acusações era a atuação dos acusados durante o genocídio, visto que teriam se utilizado de suas posições nas Forças Armadas e no governo para impor a destruição do grupo étnico Tutsi.

6.4.3 Julgamento e sentença

Essa ação foi, provavelmente, o julgamento mais complexo proferido pelo TPIR. Apenas a instrução em si durou 408 dias. Foram ouvidas 242 testemunhas.⁵⁰³

Os acusados se declararam inocentes das acusações durante a fase de pré-julgamento (ou foram assim declarados pelo TPIR).

Após analisar inúmeras questões processuais, a Câmara de Julgamento apresentou um panorama histórico da Ruanda pré-genocídio e delineou a estrutura do governo e das Forças Armadas do país.

O capítulo III do julgamento começou com uma análise dos Acordos de Arusha, celebrados em 1993, que previam a partilha do poder entre o governo e a FPR, detalhando o conteúdo dos seus cinco Protocolos.⁵⁰⁴

A Câmara analisou também a estrutura das Forças Armadas de Ruanda, detalhando suas divisões e estrutura.⁵⁰⁵ Em outro item foi detalhada a estrutura da UNAMIR, a missão da ONU em Ruanda.⁵⁰⁶

⁵⁰² Judgement Bagosora, p. 1, § 2.

⁵⁰³ Sendo 82 testemunhas pela Acusação e 160 pela Defesa. Note-se que a transcrição de todo o material produzido no julgamento tem mais de 30.000 páginas. O material probatório produzido é oito vezes maior que o de qualquer caso singular apreciado pelo TPIR. A Câmara de Julgamento proferiu 300 decisões no curso do processo. *Vide* Ibidem, p. 1, nota 1.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 30-32, §§ 139-145.

⁵⁰⁵ A estrutura das Forças Armadas de Ruanda foi analisada em inúmeros parágrafos do Judgement Bagosora. Em 1994, as Forças Armadas eram compostas pelo Exército e pela *Gendarmerie*, e comandadas pelo presidente da República (p. 32, § 146). O ministro da Defesa cuidava diretamente das Forças Armadas, e seu assessor principal era o *directeur de cabinet*, posto dotado de inúmeras funções e de grande importância no Ministério e que foi ocupado por Bagosora entre junho de 1992 a julho de 1994 (p. 32, §§ 146-147). Em 1994, o Exército de Ruanda tinha 30.000 integrantes, número que foi inflado dos originais 6.000 integrantes (em 1990) graças à redução dos requisitos de ingresso e da qualidade do treinamento atribuído às tropas (p. 33, § 150). Os principais órgãos do Exército eram o G-1 (Pessoal e Administração), G-2 (Inteligência), G-3 (Operações Militares) e G-4 (Logística) (p. 33, § 151). Kalibigi foi comandante do G-3 de setembro de 1993 a 17 de julho de 1994 (p. 34, § 154). De junho de 1988 ao começo de 1994, Ntabakuze foi comandante do Batalhão Para Commando, uma das unidades de elite das Forças Armadas, e que era dotado de autonomia maior que outros batalhões (p. 35, §§ 158-159). Para fins de organização das Forças

O próximo trecho do julgamento foi a análise das provas produzidas acerca do planejamento e da preparação do genocídio.⁵⁰⁷

Segundo a Promotoria, cada um dos acusados teria concordado em participar de um esforço de longo prazo para “homogeneizar” a sociedade ruandesa em favor de cidadãos hutus. Para tanto, era necessário tomar qualquer medida tendente a esse objetivo, mesmo se isso resultasse em mortes de tutsis.⁵⁰⁸

O primeiro passo dos conspiradores foi classificar o inimigo e identificá-lo como tal. Seriam, a princípio, os tutsis saudosistas da Ruanda anterior à Revolução de 1959 e seus acólitos. Posteriormente, todos os tutsis e seus aliados (hutus moderados ou neutros), sem distinção, seriam considerados seus inimigos.⁵⁰⁹

As providências práticas tomadas pelos conspiradores tiveram relação com a distribuição de armas às milícias. Diversas reuniões e encontros dos interessados na destruição do “inimigo” foram realizados, e sua destruição era abertamente discutida nessas ocasiões.⁵¹⁰

Outra etapa da preparação foi referente à elaboração e ao uso de listas de futuras vítimas, documentos que circularam e estavam disponíveis em inúmeras oportunidades.⁵¹¹

A Câmara apreciou o possível envolvimento dos acusados na criação, treinamento e fornecimento de armas às milícias civis.⁵¹² Para a Promotoria, os acusados estavam envolvidos com o fortalecimento de alas jovens de partidos, a *Interahamwe* (MRND) e a *Impuzamugambi* (CDR), e o treinamento das milícias teria ocorrido em diversos quartéis em todo o país, em ações que eram disfarçadas como esforços de um “sistema de defesa civil”.⁵¹³

Armadas, o território de Ruanda era dividido em sete setores operacionais. Um deles era o setor operacional de Gisenyi (que englobava esta Prefeitura e suas 12 Comunas), que foi comandado por Nsengiyumva de 13 de junho de 1993 a 17 de julho de 1994 (p. 36, § 163). A *Gendarmerie* tinha 6.000 integrantes, e tinha funções de manutenção da ordem pública e de aplicação da lei (p. 34, § 156). A Guarda Presidencial tinha um comando independente, e era responsável pela segurança do presidente (p. 35-36, § 162).

⁵⁰⁶ Judgement Bagosora, p. 39-44, §§ 177-193.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 45-165, §§ 194-649.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 45, § 195.

⁵⁰⁹ Isso ficou comprovado pelas atas de inúmeras reuniões e encontros que contaram com a participação dos acusados, memorandos das Forças Armadas, testemunhas e relatos de especialistas. *Vide* Ibidem, p. 46-61, §§ 198-257.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 65-84, §§ 275-355.

⁵¹¹ Ibidem, p. 85-108, §§ 356-453. Apenas Kalibigi, dos quatro acusados, não ficou implicado em relação ao uso das listas (p. 108, § 453).

⁵¹² Ibidem, p. 109-128, §§ 454-522.

⁵¹³ Ibidem, p. 109, § 454. Quanto à preparação das milícias de uma forma geral apenas Bagosora teve reconhecida a responsabilidade neste tópico (os demais acusados teriam apreciadas no julgamento outras condutas específicas [p. 123, §§ 501-502]). Chega a ser mencionada no julgamento uma agenda (ou diário) de Bagosora, em que se mencionavam detalhes dos treinamentos das milícias, encontros sobre o planejamento das ações e pedidos de armas e

Segundo a Câmara de Julgamento, não ficou provada a participação dos acusados em grupos secretos, como a *Network Zero* e a *Alliance des Militaires Agacés par les Séculaires Acts Sournois des Unaristes* (AMASASU⁵¹⁴) (que promoveriam ideologias extremistas e congregariam os genocidas), em esquadrões da morte, ou na RTLM.⁵¹⁵

A Câmara analisou em pormenores os eventos ocorridos entre 06 e 09 de abril de 1994, dias que se seguiram à queda do avião presidencial.

Por sequer ter sido a hipótese aventada pela Promotoria em seu indiciamento, nenhum dos acusados foi implicado em relação à queda do avião.⁵¹⁶ As reuniões presididas por Bagosora nos dias 06 e 07 de abril de 1994 (Comitê da Crise) não foram entendidas pela Câmara como uma tentativa de golpe de Estado ou de tomada do poder pelo Exército.⁵¹⁷

Entretanto, Bagosora, para a Câmara, estava implicado nos eventos relativos aos assassinatos da primeira-ministra de Ruanda, Agathe Uwilingiyimana, ocorrido na manhã de 07 de abril de 1994, e de outros importantes políticos e autoridades.⁵¹⁸

Em relação à morte dos 10 soldados belgas da UNAMIR que protegiam a primeira-ministra, mortos em 07 de abril de 1994, a Câmara de Julgamento analisou a responsabilidade de Bagosora, discutindo se as mortes eram parte de um plano deliberado para forçar a retirada da UNAMIR de Ruanda (e facilitar os massacres futuros), e se este acusado tinha ordenado suas mortes.⁵¹⁹ A Câmara concluiu que não havia um plano neste sentido, nem que Bagosora tenha

munições (p. 121, § 497). A agenda e a sua importância como prova é mencionada em MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit., p. 240-241.

⁵¹⁴ AMASASU é um acrônimo para a expressão em francês “*Alliance des Militaires Agacés par les Séculaires Acts Sournois des Unaristes*”; em tradução livre: a “Aliança de soldados irritados pelos atos dissimulados dos pertencentes ao partido UNAR”; UNAR, por sua vez, é a sigla para *Union Nationale Rwandaise* (União Nacional Ruandesa), um partido tutsi monárquico da década de 1950. *Vide* Judgement Bagosora, p. 135, § 547 e nota 619.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p. 161-165, §§ 633-649. Embora Bagosora possuísse uma pequena quantidade de quotas da rádio, segundo a Câmara a Promotoria não demonstrou que ele tivesse maior influência na gestão ou na direção da rádio (p. 164, § 649).

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 166, §§ 650-654.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 166-168, §§ 655-662. A Câmara, posteriormente, alegaria não ter evidências de que Bagosora teve um papel decisivo na *seleção* do governo posterior a 06 de abril de 1994 ou que *efetivamente* controlou suas políticas, embora reconhecesse sua importância em viabilizar a **formação** deste Gabinete. *Vide* *Ibidem*, p. 322-330, §§ 1.286-1.314.

⁵¹⁸ A conclusão da Câmara é de que o ataque à residência da primeira-ministra, os crimes sexuais contra ela cometidos, seu assassinato, e o assassinato de outros políticos, foram decorrência de operações militares organizadas, e que só podem ter sido ordenadas pela mais alta autoridade militar, que era Bagosora. Não foram produzidas provas do envolvimento dos outros acusados nestes crimes. *Vide* *Ibidem*, p. 176-183, §§ 695-724 (acerca do assassinato da primeira-ministra). Para os demais assassinatos (incluindo o do presidente da Corte Constitucional e de outros três ministros de Estado) *vide* *Ibidem*, p. 183-189, §§ 725-753.

⁵¹⁹ Para Samantha Power, a morte dos dez soldados belgas foi parte do plano genocida e um elemento-chave para o fracasso da UNAMIR: “O ataque à casa de Uwilingiyimana não só custou a Ruanda uma eminente defensora da paz

ordenado suas mortes. Mas o acusado tinha ciência do risco que eles corriam após sua captura por militares que lhe eram subordinados, e se omitiu diante do fato, o que o faz responsável por suas mortes.⁵²⁰

A Câmara entendeu provado o envolvimento de Bagosora (e de alguns dos demais acusados) em diversos ataques que resultaram na morte de tutsis em Ruanda, e sua responsabilidade como comandante militar:

- Ataque à mesquita de Kibagabaga em 07 e 08 de abril de 1994, que resultou na morte de 20 refugiados tutsis por soldados e milicianos;⁵²¹
- Ataque à região de Kabeza (considerada simpática aos tutsis) em 07 e 08 de abril de 1994, com morte de inúmeros civis por integrantes do Batalhão Para Commando;⁵²²
- Ataque ao Centro Saint Josephite, no setor Nyamirambo, em Kigali, em 08 de abril de 1994, resultando na morte de civis e no estupro de diversas mulheres por soldados e milicianos;⁵²³
- Assassinato de Augustin Maharangari, gerente de banco em Kigali, em 08 de abril de 1994, por soldados;⁵²⁴
- Massacres da população civil na colina Karama, na Comuna de Rubungo (em 08 de abril de 1994) e na Igreja de Kibagabaga, em Remera (em 09 de abril de 1994), cometidos por soldados e milicianos;⁵²⁵
- Massacres na paróquia de Gikondo, uma área de refúgio em Kigali (em 09 de abril de 1994), que resultaram na morte de pelo menos 150 tutsis por soldados e milicianos;⁵²⁶

e da partilha do poder, mas também desencadeou o fracasso da missão da ONU comandada por Dallaire. Segundo um plano, soldados hutus detiveram os soldados das forças de paz na casa de Uwilingiyimana, levaram-nos para um campo militar, conduziram os ganenses para um lugar seguro, mataram e mutilaram selvagememente os dez belgas. Como os Estados Unidos haviam se retirado da Somália após a morte dos dezoito soldados, os atacantes hutus acharam que aquele massacre levaria a uma retirada dos belgas. De fato, na Bélgica o clamor pela expansão do mandato da Unamir ou a retirada imediata foi pronto e veemente.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 382.

⁵²⁰ Os demais acusados não estavam implicados nestes crimes. *Vide* Judgment Bagosora, p. 190-199, §§ 754-796.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 224-226, §§ 895-906.

⁵²² Ntabakuze, comandante do mencionado Batalhão, também foi responsabilizado por este evento. *Vide* *Ibidem*, p. 227-232, §§ 907-929.

⁵²³ *Ibidem*, p. 233-235, §§ 930-939.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 235-240, §§ 940-962.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 240-242, §§ 963-972.

⁵²⁶ Listas de alvos específicos foram utilizadas neste ataque, e foram cometidos inúmeros estupros contra as vítimas. *Vide* *Ibidem*, p. 242-246, §§ 973-989.

- Massacres de civis na cidade de Gisenyi, cometidos por soldados e milicianos em 07 de abril de 1994;⁵²⁷
- Assassinato de Alphonse Kabiligi, hutu partidário do Partido Social Democrata (PSD),⁵²⁸ em Gisenyi (07 de abril de 1994), por um soldado e outros milicianos;⁵²⁹
- Ataques a refugiados tutsis na paróquia de Nyundo, entre 08 de abril e junho de 1994, por soldados e milicianos;⁵³⁰
- Ataques a tutsis na região de Gisenyi, numa universidade em Mudende e numa paróquia em Busasamana (de 07 de abril de 1994 em diante), por soldados e milicianos;⁵³¹
- Instalação e manejo de bloqueios de estrada em Kigali (06 e 07 de abril de 1994) por soldados e milicianos.⁵³²

Ntabakuze, por sua vez, também foi acusado de ataques que tiveram envolvimento específico do Batalhão Para Commando:

- Ataque a refugiados de uma escola técnica em Nyanza, nos arredores de Kigali (11 de abril 1994), por soldados, integrantes da Guarda Presidencial e milicianos, e que resultou na morte de aproximadamente 1.000 vítimas;⁵³³
- Ataque a refugiados abrigados no *Institut Africain et Mauricien de Statistiques et d'Economie Appliquee* (IAMSEA), uma instituição de ensino em Remera, Kigali, em 15 de abril de 1994, por membros do Batalhão e milicianos, e que resultou na morte de ao menos 60 vítimas.⁵³⁴

⁵²⁷ Embora Nsengiyumva comandasse o setor operacional de Gisenyi do Exército, a Câmara não entendeu comprovada a existência de uma cadeia de comando que o vinculasse a estes massacres em especial. *Vide* Judgement Bagosora, p. 251-267, §§ 1.007-1.066.

⁵²⁸ Tradução livre do francês “*Parti Social Démocrate*”.

⁵²⁹ *Ibidem*, p. 287-292, §§ 1.151-1.167.

⁵³⁰ Os ataques atingiram inclusive a catedral local (onde muitas vítimas se refugiaram) e a casa episcopal. *Vide* *Ibidem*, p. 292-302, §§ 1.168-1.206.

⁵³¹ Nsengiyumva também foi responsabilizado pelos ataques à referida universidade (ele comandava o setor operacional de Gisenyi, do Exército). Os assassinos sob seu comando (e de Bagosora) emboscaram e mataram estudantes que se refugiaram em salas de aulas. *Vide* *Ibidem*, p. 303-315, §§ 1.207-1.257.

⁵³² Nesses locais, a identidade das pessoas era conferida e os identificados como tutsis eram sumariamente executados. O mesmo acontecia com pessoas sem documentos ou hutus pertencentes a partidos de oposição. Os bloqueios eram posicionados em locais estratégicos da capital (como ao redor de quartéis ou nas rotas para o aeroporto). *Vide* *Ibidem*, p. 477-485, §§ 1.901-1.928.

⁵³³ O ataque se deu após um contingente da UNAMIR deixar de proteger os refugiados que se abrigaram na escola. *Vide* *Ibidem*, p. 331-347, §§ 1.315-1.370.

⁵³⁴ *Ibidem*, p. 355-362, §§ 1.404-1.430.

Nsengiyumva, que respondia pelo setor operacional de Gisenyi, foi considerado responsável também pelo seguinte evento:

- Recrutamento e treinamento de jovens da área da Prefeitura de Kibuye, e presidência de reuniões no estádio Umuganda (Prefeitura de Gisenyi), o que resultou na morte de inúmeros refugiados tutsis em Kibuye, setor vizinho ao que comandava (abril-junho de 1994);⁵³⁵

Ao longo do julgamento, foi analisada a possível participação do acusado Kalibigi em inúmeros eventos, mas nada ficou provado.

Os acusados apresentaram seus álbis, como viagens ao exterior, e uma visão alternativa dos eventos em Ruanda, o que foi devidamente analisado pela Câmara, mas sem substancial mudança nas conclusões anteriores.⁵³⁶

Em seguida, a Câmara tratou das conclusões legais pertinentes.

Em relação a Bagosora, a Câmara entendeu que ele exerceu autoridade de fato sobre os militares de Ruanda, ao menos nos três primeiros dias após a queda do avião presidencial, atuando de forma plena em substituição ao titular do Ministério da Defesa (que estava viajando), e que neste breve período foi o detentor do poder no país, até a volta do ministro da Defesa e o estabelecimento do governo interino. Após esse período, sua influência no governo e nas Forças Armadas permaneceu alta, até a chegada da FPR ao poder (em julho de 1994).⁵³⁷

A Câmara entendeu que Bagosora sabia ou deveria saber que inúmeros de seus subordinados cometeram ou estavam cometendo crimes graves. Os ataques eram operações militares que exigiam autorização, planejamento e ordens superiores. Não era concebível que Bagosora não tivesse ciência dos atos de integrantes das Forças Armadas e da retomada das hostilidades contra a FPR.⁵³⁸ Ele também era responsável pelos atos dos integrantes das milícias, pois a presença ostensiva dos militares nos locais de massacres e nos bloqueios de estradas, sem punir os assassinos (e mesmo tomando parte nos ataques) era uma omissão que ao menos

⁵³⁵ Judgement Bagosora, p. 449-458, §§ 1.791-1.825.

⁵³⁶ Ibidem, p. 490-507, §§ 1.942-2.001.

⁵³⁷ Ibidem, p. 510-511, § 2.015, e p. 516, § 2.031.

⁵³⁸ Ibidem, p. 517, § 2.038.

incentivava os crimes cometidos. Bagosora também se omitiu em punir os subordinados responsáveis pelos crimes.⁵³⁹

No que tange às acusações contra Ntabakuze, a Câmara concluiu que ele tinha pleno comando sobre o Batalhão Para Commando (unidade de elite do Exército). Os ataques organizados em Kabeza, Nyanza e à escola IAMSEA incluíram membros deste Batalhão, seus subordinados, e só podem ter sido cometidos sob ordens do comandante da unidade. Os milicianos que participaram dos ataques também podem ser considerados seus subordinados, ou, ao menos, pode-se considerar que agiram encorajados pelos militares. Ntabakuze também se omitiu quanto à eventual punição dos responsáveis.⁵⁴⁰

Em relação ao acusado Nsengiyumva, a Câmara concluiu que ele exercia autoridade sobre os militares de Ruanda, especialmente no setor operacional de Gisenyi. Homens sob seu comando participaram de ataques na cidade de Gisenyi (em 07 de abril de 1994), incluindo o assassinato de Alphonse Kabiligi e o massacre na universidade em Mudende. Os milicianos (envolvidos principalmente nos ataques à paróquia de Nyundo e em Bisesero) agiram claramente sob os auspícios de subordinados do acusado.⁵⁴¹

Para a Câmara, Nsengiyumva também deveria responder pelo treinamento de milicianos (ocorrido entre abril e junho de 1994) enviados à Prefeitura de Kibuye (local onde cometeriam vários crimes). O acusado também se omitiu em relação à punição dos responsáveis pelos crimes.⁵⁴²

A responsabilidade de Kalibigi não ficou comprovada para a Câmara, pois a Promotoria não provou que este acusado tivesse autoridade sobre as Forças Armadas (especialmente em relação a determinados setores operacionais e unidades), ou que tivesse comando além de seus subordinados do órgão de operações G-3 do Exército.⁵⁴³

A Câmara de Julgamento, em seguida, passou a analisar a responsabilidade dos acusados em relação a cada crime específico relacionado nos indiciamentos.

Em relação aos quatro acusados, a Câmara não entendeu comprovada a acusação do crime de conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio (art. 2º, n. 3, [b], ETPIR). Não teria sido provada a união de esforços dos acusados anterior à data de 06 de abril de 1994 para

⁵³⁹ Judgement Bagosora, p. 517, § 2.037 e p. 518, § 2.040.

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 525, §§ 2.057 e 2.061, p. 518, § 2.040 e p. 526-527, §§ 2.062-2.067.

⁵⁴¹ Ibidem, p. 526, § 2.068, p. 528-529, §§ 2.076-2.079.

⁵⁴² Ibidem, p. 528-529, §§ 2.080-2.082, p. 529-530, §§ 2.082-2.083.

⁵⁴³ Ibidem, p. 523, § 2.056.

exterminar os tutsis de Ruanda. A Câmara reconheceu a existência de inúmeros atos de preparação para o iminente confronto com a FPR (como preparação de listas de “opositores”, treinamento de milícias e compras de armas), mas não que esses atos fossem destinados a exterminar uma parcela da população.⁵⁴⁴

Em relação ao crime de genocídio, a Câmara concluiu que Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva eram culpados em relação a determinados ataques, estando configurado o intento genocida. Kalibigi foi inocentado desta acusação.⁵⁴⁵

As acusações de Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva de cumplicidade em genocídio foram afastadas devido à condenação destes acusados por genocídio. Kabiligi foi inocentado desta acusação.⁵⁴⁶

Nsengiyumva, o único dos acusados que respondia pela acusação de incitamento público e direto para o cometimento de genocídio foi inocentado deste crime.⁵⁴⁷

No próximo trecho do capítulo acerca das conclusões legais, a Câmara analisou os crimes contra a humanidade cometidos (art. 3º do ETPIR).

Quanto aos elementos gerais destes crimes, a Câmara concluiu que inúmeros ataques (ocorridos entre abril e junho de 1994) cometidos contra a população civil foram disseminados e sistemáticos, e tiveram por base discriminação política ou étnica. Os acusados Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva tinham ciência do conflito que se alastrava no país e ordenaram ou autorizaram esses ataques.⁵⁴⁸

Em relação a crimes contra a humanidade específicos, a Câmara reconheceu a responsabilidade dos acusados Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva por homicídio, extermínio, perseguição e outros atos inumanos. Bagosora ainda foi responsabilizado por estupro (sendo

⁵⁴⁴ A Câmara até ressalta que outros julgamentos ou a história podem até demonstrar uma conspiração dos acusados anterior a 06 de abril de 1994 para cometer genocídio, mas, para os fins do julgamento em questão, o TPIR tem que se ater às provas produzidas e às suas próprias Regras de Procedimento e Evidência, e que, pelos elementos apurados na instrução, esta conspiração não foi provada. *Vide* Judgement Bagosora, p. 531-540, §§ 2.084-2.113.

⁵⁴⁵ De acordo com a Câmara de Julgamento, Bagosora era responsável por atos cometidos entre 06 e 09 de abril de 1994 (ataques nos bloqueios de estrada em Kigali, pelos arts. 6(1) e 6(3) do ETPIR), e ataques em Kabeza, Mesquita de Kibagabaga, Centro Saint Josephite, colina Karama, Igreja de Kibagabaga, Paróquia de Gikondo, cidade de Gisenyi, na universidade em Mudende e na Paróquia de Nyundo pelo art. 6(3) do ETPIR. Ntakabuze foi condenado pelos ataques em Kabeza, na colina de Nyanza e na escola IAMSEA, conforme art. 6(3) do ETPIR. Nsengiyumva foi condenado pelos ataques na cidade de Gisenyi, na universidade em Mudende, paróquia de Nyundo (arts. 6(1) e 6(3) do ETPIR). A ajuda às matanças cometidas em Biserero também ensejou sua responsabilidade apenas pelo art. 6(1) do ETPIR. *Vide* Judgement Bagosora, p. 547, §§ 2.158-2.161.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 547, § 2.162.

⁵⁴⁷ Em relação a encontros com milicianos em 07 de abril de 1994 e no estádio Umuganda entre abril e junho de 1994. *Vide* *Ibidem*, p. 548, § 2.164.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p. 549-550, §§ 2.164-2.167.

Ntakabuze e Nsengiyumva inocentados desta acusação). Kabiligi foi inocentado de todas as acusações.⁵⁴⁹

Prosseguindo na análise das conclusões legais, a Câmara analisou as acusações referentes aos crimes de guerra (violações do art. 3º comum às Convenções de Genebra e do Protocolo Adicional II — art. 4º do ETPIR).

Primeiramente se reconheceu que Ruanda foi palco de um conflito armado interno, com hostilidades ocorrendo desde outubro de 1990 entre o governo constituído de Ruanda e uma força rebelde composta de exilados tutsis nos países vizinhos (a FPR). Foi comprovado o nexo entre as violações ao art. 4º do ETPIR e o conflito armado entre o Governo e a FPR, e que as vítimas destas violações ao Estatuto não eram parte do conflito.⁵⁵⁰

Os acusados Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva foram condenados pelo crime de violência à vida (art. 4º, a, ETPIR) por terem ordenado diversos ataques e assassinatos em Ruanda. Kabiligi foi inocentado destas acusações.⁵⁵¹

Bagosora ainda foi condenado pelo cometimento do crime de ultrajes à dignidade pessoal (art. 4º, e, ETPIR), em relação a estupros cometidos entre 06 e 09 de abril de 1994 em bloqueios de estrada em Kigali, e em outros dois ataques específicos. Ntakabuze, Nsengiyumva e Kabiligi foram inocentados destas acusações.⁵⁵²

No total, Bagosora foi condenado em dez das doze acusações às quais respondia, Ntabakuze foi condenado em seis de dez acusações, e Nsengiyumva foi considerado culpado em seis das suas respectivas onze acusações.⁵⁵³

Bagosora, Ntakabuze e Nsengiyumva receberam cada um uma pena de prisão perpétua. Kabiligi, inocentado de todas as acusações, foi solto pelo Tribunal.⁵⁵⁴

Théoneste Bagosora, segundo o julgamento, veio a ser condenado pelo maior número de acusações, principalmente em relação a atos cometidos entre 06 e 09 de abril de 1994 (período em que praticamente comandou o país e o Ministério da Defesa, até o retorno do ministro e a formação do governo provisório). Mas vê-se, entretanto, que a Câmara de Julgamento, que tem a função específica de julgar com base nas provas que lhe são apresentadas, negou-se a rotular

⁵⁴⁹ Judgement Bagosora, p. 550-561, §§ 2.168-2.227.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 562-564, §§ 2.230-2.240.

⁵⁵¹ Bagosora veio a ser punido neste tópico pelo assassinato da primeira-ministra, de políticos proeminentes em Ruanda e dos dez militares belgas integrantes da UNAMIR. *Vide* Ibidem, p. 564-565, §§ 2.242-2.248.

⁵⁵² Ibidem, p. 566-567, §§ 2.249-2.257.

⁵⁵³ Ibidem, p. 568-569, §§ 2.258.

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 574, §§ 2.276-2.283.

Bagosora como “líder” ou “mentor” do genocídio antes da queda do avião presidencial ou nos três meses subsequentes, exceto durante o breve período mencionado, em que ele de fato comandou a eliminação dos tutsis de Ruanda.⁵⁵⁵

6.4.4 Apelação

Os três acusados condenados apelaram da decisão do Tribunal, e a previsão é que a apelação deveria ser julgada em 2011.⁵⁵⁶

⁵⁵⁵ O julgamento histórico, que não pode ser afastado, bem diverso do juízo específico de uma Câmara do TPIR, é de que Bagosora teve um papel central no genocídio antes, durante e depois da queda do avião presidencial. *Vide* as obras de Melvern (MELVERN, L. **Conspiracy to Murder**. Op. cit.) e Dallaire (DALLAIRE, R. **Shake Hands With The Devil**. Op. cit.), neste sentido.

⁵⁵⁶ A apelação dos réus, até a data de 05 de julho de 2011, não havia sido julgada, tampouco estavam disponíveis para consulta as razões do recurso. A Câmara de Apelação do TPIR, até a referida data, apenas tinha comunicado que as audiências da Apelação estavam previstas para os dias 30 e 31 de março e 1º de abril, em Arusha. Théoneste Bagosora, Aloys Ntabakuze, Anatole Nsengiyumva v. The Prosecutor, Case No. ICTR-98-41-A, Appeals Chamber, Scheduling Order. 27 January 2011.

7 BALANÇO DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

Em retrospecto, conclui-se, com pesar, que a maior resposta dada pela comunidade internacional (principalmente a ONU e países ocidentais) ao genocídio em Ruanda em 1994 foi a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda.

As potências mundiais, em que pese tivessem os meios para impedir a matança de quase um milhão de pessoas, pouco ou nada fizeram para deter os assassinos. Optou-se apenas por criar o TPIR. Embora a punição aos assassinos seja necessária, ela não é, nem poderia ter sido, a única resposta ao problema.⁵⁵⁷

Muitas medidas práticas para impedir a tragédia em Ruanda poderiam ter sido tomadas, em maior ou menor grau, por outras potências ocidentais (como Bélgica e França) e pela ONU. Mas uma das poucas respostas à questão — daí o nosso lamento — foi a criação do TPIR.⁵⁵⁸

Todo e qualquer Tribunal tem uma missão específica, inclusive o TPIR. A desta Corte, segundo a Resolução n. 955 do Conselho de Segurança da ONU, era tomar medidas efetivas para trazer à Justiça as pessoas responsáveis pelos crimes, processá-las à luz do Direito Internacional Humanitário, com o intento de colaborar com o processo de reconciliação nacional e para a restauração e manutenção da paz.

Philip Gourevitch descreve a criação do TPIR como uma providência um tanto improvisada da ONU e como uma resposta inadequada ao problema que se apresentava, além de deixar implícito que o Judiciário de Ruanda seria incapaz de chegar a veredictos justos:

⁵⁵⁷ Samantha Power enumera o que os EUA (a mais poderosa potência mundial à época), por exemplo, poderiam ter feito para salvar Ruanda de seu infeliz destino: “[...] Antes da chacina de abril, quando a violência intensificou-se, os EUA poderiam ter concordado com os pedidos de reforços da ONU feitos pelos belgas. Quando começou a execução diária de milhares de ruandeses, o Presidente poderia ter mandado soldados americanos para Ruanda. Os Estados Unidos poderiam ter se juntado às acudadas forças da Unamir comandadas por Dallaire, ou, se temessem associar-se a uma precária operação de paz, poderiam ter intervindo unilateralmente com o apoio do Conselho de Segurança, como fez a França em junho. [...] Poderiam ter censurado pública e frequentemente a chacina. Poderiam ter rotulado o crime de ‘genocídio’ em um estágio muito anterior. Poderiam ter exigido a expulsão da delegação ruandesa do Conselho de Segurança. Por telefone, na ONU, e na Voz da América, poderiam ter ameaçado processar quem tivesse cumplicidade no genocídio, citando nomes quando possível. Poderiam ter empregado recursos do Pentágono para causar interferência — mesmo temporariamente — nas cruciais e letais transmissões radiofônicas. [...] Em suma, os Estados Unidos poderiam ter liderado o mundo.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 436-437.

⁵⁵⁸ Samantha Power, falando sobre a criação do TPII, prega que a instalação de um tribunal internacional é um modo barato e de baixo risco de envolvimento dos países ocidentais num conflito no qual não desejam alocar homens ou investir um montante maior. *Vide* Ibidem, p. 547.

Quase imediatamente depois de tomar posse, em 1994, o novo governo havia pedido ajuda às Nações Unidas para capturar líderes do Poder Hutu foragidos, para submetê-los a julgamento diante da nação. Em vez disso, a ONU criou o Tribunal Criminal Internacional para Ruanda,⁵⁵⁹ que era basicamente uma subdivisão do tribunal que havia sido instaurado para a terrível guerra nos Bálcãs do início dos anos 90. “Pedimos ajuda para agarrar as pessoas que fugiram e julgá-las adequadamente em nossos próprios tribunais”, contou-me um diplomata ruandês. “Mas o Conselho de Segurança simplesmente começou a escrever ‘Ruanda’ sob o nome ‘Iugoslávia’ por toda parte”.⁵⁶⁰

O TPIR não impediu quaisquer das atrocidades em Ruanda, que aconteceram antes de sua criação. Ele focou o passado recente do país como um meio para minorar o sofrimento das muitas vítimas, seus amigos e familiares, e ajudar, ao seu modo, na reconstrução da nação.⁵⁶¹

Resta analisar se, dentro do papel que lhe foi proposto pelo Conselho de Segurança da ONU, e dentro dos objetivos gerais de um tribunal encarregado de julgar os mais graves crimes, se o TPIR atingiu, no todo ou em parte, esses objetivos.

Alguns dos argumentos esgrimidos em favor da importância dos julgamentos contra violadores de direitos humanos são no sentido de que desestimulam violações futuras, criam um registro dos abusos cometidos, promovem reconciliação em sociedades polarizadas (como em Ruanda) e ajudam as vítimas a se recuperar psicologicamente.⁵⁶²

Jamie O’Connel, analisando o lado das vítimas, elenca, em artigo de sua lavra, dez fatores pelos quais os julgamentos contra violadores de direitos humanos afetam as suas vítimas, sendo os principais:

- a) Os julgamentos são um reconhecimento da existência dos abusos;
- b) Os julgamentos são uma proteção psicológica, e por vezes física, à vítima, se resultar no encarceramento do ofensor;

⁵⁵⁹ Assim se refere o tradutor da obra em referência ao TPIR. *Vide* GOUREVITCH, P. **Gostariamos de informá-los...** Op. cit., p. 246-247.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Segundo Samantha Power (falando de tribunais internacionais de uma forma geral): “Esses tribunais internacionais de crimes de guerra puniriam e incapacitariam perpetradores culpados, dissuadiriam de futuros genocídios, estabeleceriam um registro histórico dos eventos e, indicando precisamente a responsabilidade individual, permitiriam a coexistência de grupos étnicos ou religiosos mesmo depois de medonhas atrocidades.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 543.

⁵⁶² Na categoria de vítimas incluiríamos os sobreviventes dos abusos (agressões físicas, sequestros, estupros e tentativas de homicídios), os familiares dos desaparecidos e as testemunhas das execuções de amigos e parentes. *Vide* O’CONNEL, Jamie. Gambling with the Psyche: Does Prosecuting Human Rights Violators Console Their Victims? **Harvard International Law Journal**. Cambridge, v. 46, n. 2, p. 295-345, 2005, p. 297.

- c) Algumas vítimas se confortam ao participar dos julgamentos e ver a Justiça acontecer.⁵⁶³

Para Elizabeth Neuffer, os Tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia e para Ruanda, apesar de suas restrições orçamentárias e estruturais, muito realizaram. Eles se tornaram instituições responsáveis por importantes julgamentos de alguns dos maiores genocidas da história. Permitiram o retorno de refugiados e permitiram a muitas vítimas ter o seu *dia na corte*, quando confrontaram e depuseram contra seus algozes.⁵⁶⁴

Um dos principais motivos para a criação do TPIR foi o intuito de permitir julgamentos mais imparciais, já que se temia que ou Ruanda tivesse procedimentos arbitrários (sem respeito aos direitos dos acusados) e tendenciosos a condenar de antemão, ou que os procedimentos fossem enviesados para a absolvição (aqui devido à sombra dos julgamentos de Leipzig após a Primeira Guerra Mundial, em 1920-22). A desconfiança sobre a postura dos julgadores poderia levar ao reaparecimento do conflito, e isso teria sido evitado com a criação do TPIR e seu monitoramento pela ONU e pela comunidade internacional.⁵⁶⁵

Em oposição a essa visão favorável à criação do TPIR e do TPII, Jorge Bacelar Gouveia compila algumas das críticas à criação destas Cortes, sendo as principais:

- a) O Conselho de Segurança da ONU agiu de forma aristocrática e sem representatividade, e atuou à revelia dos Estados e do Direito Penal nacional;
- b) O Capítulo VII da Carta da ONU apenas permite ações extremas contra os Estados em tempo de crise, e nada prevê sobre ações contra indivíduos em situações de pós-conflito em que não há registro de colapso dos Judiciários nacionais (casos de Ruanda e da ex-Iugoslávia).⁵⁶⁶

⁵⁶³ Cinco dos fatores afetam vítimas indistintamente, *i.e.*, participem elas ou não do julgamento, e os demais afetam vítimas que participem do julgamento como denunciante, informante, queixosa ou testemunha. *Vide* O'CONNEL, J. Op. cit., p. 300-301.

⁵⁶⁴ Os Tribunais ainda ampliaram os limites do Direito Internacional, definindo, pela primeira vez, inúmeros crimes de guerra, e foram fonte de inspiração para a criação do Tribunal Penal Internacional. *Vide* NEUFFER, E. Op. cit., p. 391.

⁵⁶⁵ WEDGWOOD, Ruth. National Courts and the Prosecution of War Crimes. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 405.

⁵⁶⁶ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 127.

Theodor Meron critica outro aspecto do TPIR e do TPII. Diferentemente dos Tribunais *ad hoc* imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, em que os Aliados tinham poder sobre o território jurisdicionado, as Cortes de Arusha e da Haia ficaram excessivamente dependentes dos países envolvidos no conflito ou dos países nos quais os réus se homizaram após o conflito.⁵⁶⁷ Foi necessária muita pressão do Conselho de Segurança da ONU e da comunidade internacional para trazer os réus à justiça, e mesmo para produzir provas.⁵⁶⁸

Ainda para Meron, a justiça eficaz depende de um mecanismo igualmente eficaz de aplicação da lei, com prisões, citações e investigações, campo no qual o TPIR, o TPII e o próprio TPI (Tribunal Penal Internacional) possuem falhas.⁵⁶⁹ Tal visão crítica também é compartilhada por Mary M. Penrose.⁵⁷⁰

Outra ressalva ao TPIR é que os arquitetos do genocídio, capturados e julgados pela ONU, teriam sido, de certa forma, beneficiados, pois a pena máxima prevista era a de prisão perpétua. Já os executores do genocídio e outros réus julgados em Ruanda receberam a pena de morte.⁵⁷¹

Ainda nessa seara, também se critica a excessiva amplitude das penas aplicáveis no âmbito do TPIR, onde se prevê a prisão perpétua (que foi amplamente aplicada), pena extremamente criticada na doutrina criminológica por não vislumbrar a possibilidade de recuperação do criminoso, mas tão somente o aspecto retributivo da pena.⁵⁷² Os condenados pelo

⁵⁶⁷ Sérvia e Croácia, palcos da guerra civil, por exemplo, no caso do TPII, e Camarões e Quênia, entre outros países africanos, no caso do TPIR.

⁵⁶⁸ MERON, T. Op. cit., p. 3.

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 8.

⁵⁷⁰ PENROSE, M. M. Op. cit., p. 339-340.

⁵⁷¹ Ruanda aprovou uma lei sobre genocídio em 1996, a Lei Orgânica Ruandesa n. 8/1996, que classifica os acusados em quatro categorias, de um a quatro, numa escala dos crimes mais graves aos menos graves: 1: a) planejadores, organizadores e líderes do crime de genocídio ou de crimes contra a humanidade; b) pessoas que atuaram em posição de autoridade em âmbito nacional, em Prefeituras, comunas, setores ou células, ou em partidos políticos, no Exército, organizações religiosas ou milícia, e quem cometeu ou encorajou esses crimes; c) assassinos notórios que cometeram atrocidades com zelo ou malícia excessivas, com destaque no genocídio; d) pessoas que cometeram atos de violência sexual; 2: pessoas cujos atos criminosos, seja como agente, conspirador ou cúmplice, levaram ao cometimento de homicídio doloso ou lesão corporal seguida de morte; 3: Pessoas culpadas de sérios ataques contra outrem; 4: Pessoas culpadas de crimes contra o patrimônio. Os acusados da categoria 1 eram sujeitos à pena de morte. PENROSE, M. M. Idem, p. 378. Samatha Power coloca a questão da seguinte forma: “A ONU julgaria apenas os cabeças do genocídio, e o governo ruandês puniria os culpados de escalões inferiores que agiram sob o comando daqueles líderes. Isso significava que os que cumpriram ordens receberiam a pena de morte, enquanto que os que as deram receberiam a pena de prisão perpétua, geralmente cumprida em uma prisão europeia.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 652, nota 23. Não compartilho desta crítica em especial, por ser pessoalmente contrário à pena de morte. Logo, enxergo que o erro está em verdade na lei e no ordenamento de Ruanda, que permitem a pena de morte, e não na previsão do TPIR de que a pena máxima é a prisão perpétua.

⁵⁷² GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 146.

TPIR (e também pelo TPII e pelo TPI) sentenciados à prisão perpétua não possuem qualquer intuito de recuperação social, já que não almejam (e nem possuem a perspectiva de) viver novamente em sociedade.⁵⁷³

Pode-se censurar também a excessiva morosidade dos procedimentos do TPIR. No caso de Théoneste Bagosora — e também de outros três acusados julgados em conjunto —, por exemplo, o acusado foi preso para ser julgado em nove de março de 1996. Mas sua condenação pela Câmara de Julgamento do TPIR (a primeira instância da Corte) se deu apenas em 18 de dezembro de 2008.⁵⁷⁴ Ou seja, ele passou mais de doze anos encarcerado de forma provisória. Em que pese seu caso ter sido o mais complexo do TPIR em termos de instrução (e o que levou ao maior número de testemunhas ouvidas, entre outros itens da prova) não se justifica tamanha dilação.

Jean-Bosco Barayagwiza passou mais de sete anos preso provisoriamente — além de terem sido desrespeitados alguns de seus direitos quando de sua prisão —, o que levou a Câmara de Julgamento a reduzir sua pena.⁵⁷⁵

Esses atrasos na prestação jurisdicional, que resultaram em graves violações de direitos, devem ser debitados diretamente às falhas de organização do próprio TPIR.⁵⁷⁶

Outro questionamento relaciona-se à limitação artificial à jurisdição do TPIR, que julga apenas crimes cometidos entre primeiro de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1994 (segundo o art. 7º do ETPIR), quando muitos dos atos genocidas e dos crimes cometidos foram preparados bem antes de 1994, como a importação de machetes e armamento, a elaboração de lista de vítimas e a arregimentação de membros das milícias assassinas.⁵⁷⁷

Creemos que o ETPIR deveria ter previsto a punição de atos pelo menos desde o ano de 1990 (invasão da FPR) até o ano de 1994.

⁵⁷³ GOUVEIA, J. B. Op. cit., p. 321.

⁵⁷⁴ Judgement Bagosora, p. 582, § 2.284 e p. 584, § 2.285.

⁵⁷⁵ Judgement Nahimana and Others, p. 365, §§ 1.106-1.107.

⁵⁷⁶ Segundo Samantha Power: “Fazer complexas investigações em terras estrangeiras por intermédio de intérpretes, anos depois da ocorrência dos crimes e sem muitos precedentes legais pertinentes não era nada fácil. [...] Os juízes permitiam inúmeros recessos durante os trabalhos e raramente contestavam a relevância das linhas de inquirição muitas vezes desconexas dos advogados. Pagavam-se mais de 110 dólares por hora pelos trabalhos de defesa, uma remuneração corriqueira nos Estados Unidos e Europa Ocidental, mas que, para os advogados dos Bálcãs ou da África, representavam os ganhos de um mês, uma bolada. Esta estrutura de incentivos, portanto, convidava à prolixidade, e os advogados de defesa impunham morosidade aos trabalhos para cobrar por mais horas de serviço.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 563-564.

⁵⁷⁷ PENROSE, M. M. Op. cit., p. 345.

O custo de toda a estrutura necessária para manter o TPIR por todo este tempo, desde a sua criação, também é objeto de ressalva na doutrina. Ainda no ano 2000, já haviam sido gastos com o TPIR, desde seu início, 400 milhões de dólares (para algumas poucas condenações até então), enquanto muitos dos refugiados da guerra civil em Ruanda ainda permaneciam sem estrutura adequada em campos ao longo da fronteira ruandesa. É de se estimar que pelo menos a mesma quantia foi gasta desde então para a manutenção do TPIR.⁵⁷⁸

As críticas aos custos do Tribunal são rebatidas à medida que se analisam os resultados do Tribunal.⁵⁷⁹ A estrutura do TPIR de fato é dispendiosa: há gastos com tradução, coleta de provas, investigação e proteção de testemunhas, além da remuneração dos servidores fixos e despesas de custeio.

Dos julgamentos que tivemos a oportunidade de estudar nesta obra, verifica-se que o TPIR em si não poupou esforços para dar o melhor julgamento possível a cada caso que lhe foi apresentado. Os juízes e os integrantes da Promotoria eram, em sua maior parte, juristas reconhecidos e experientes; a instrução foi exaustiva para cada caso e as conclusões alcançadas pelas Câmaras foram, em sua maior parte, pertinentes e justas.⁵⁸⁰

Vê-se que as Câmaras do TPIR não promoveram um linchamento dos acusados pelo genocídio, havendo grande preocupação com seu direito à defesa, inclusive prolatando sentenças de absolvição, quando não provada a culpa.

O fato dos líderes do genocídio serem julgados numa corte internacional, e não em seu próprio país, foi positivo. Além da maior imparcialidade dos procedimentos e de acompanhamento pela comunidade internacional, é de se aplaudir que o funcionamento do TPIR (ao lado do TPII) tenha sido importante precursor da criação e instalação do TPI alguns anos depois.

Os julgamentos do TPIR e do TPII consolidaram em poucos anos uma vasta jurisprudência de Direito Internacional Penal, utilizável em julgamentos futuros do TPI e de cortes domésticas ao redor do mundo.

⁵⁷⁸ PENROSE, M. M. Op. cit., p. 391.

⁵⁷⁹ Sem prejuízo de eventuais críticas, por eventuais estudiosos de outros campos, acerca da qualidade dos gastos e da gestão da ONU, e das outras medidas que podiam ter sido tomadas pela comunidade internacional em relação a Ruanda, à época do genocídio e depois, tanto no campo econômico como humanitário.

⁵⁸⁰ Não foram poupados esforços e recursos pelo TPIR na produção de provas, tendo sido ouvido muitas vezes em diversos casos um elevado número de testemunhas e peritos.

Entretanto, é criticável a dosimetria das penas, em havendo condenação no TPIR. A própria previsão de imposição da pena máxima de prisão perpétua levou muitos dos condenados a receberem esta pena. Um grave erro judiciário ocorrido, como vimos neste trabalho, foi a imposição da prisão perpétua para Jean Kambanda, em que pese sua colaboração na investigação e sua confissão. A participação de Kambanda na própria formação de culpa foi completamente desconsiderada pelo TPIR na fixação da pena.

Outro aspecto a se avaliar é a divulgação dos resultados do TPIR. No geral, o alcance midiático dos resultados do TPIR é bem mais amplo que o resultado dos julgamentos realizados nas cortes domésticas de Ruanda. Condenações emitidas pelo TPIR são noticiadas nos principais jornais escritos e televisivos do mundo, contribuindo para reduzir a sensação de impunidade, e dando um recado claro aos déspotas ao redor do globo.⁵⁸¹

Contudo, a divulgação dos resultados do TPIR dentro do próprio país afetado pelo conflito foi tímida. Por muito tempo, o alcance da televisão em Ruanda foi restrito, e as condenações não foram amplamente noticiadas.⁵⁸² O mero fato de o Tribunal estar num outro país não faz a população se envolver no que acontece dentro da Corte.⁵⁸³ A divulgação do resultado dos julgamentos, portanto, poderia ter sido maior do que foi na prática, com o fim de aumentar o potencial “educativo” da pena, e ajudando na reconciliação do país.

Falando da divulgação dos resultados do TPIR (e do TPPII), Samantha Power observa:

Nos primeiros seis anos de existência, os próprios tribunais praticamente nada fizeram para comunicar-se com os países em cujo nome estavam fazendo justiça. Com isso, perderam oportunidades de efetuar prisões, de legitimar queixas de vítimas e de estabelecer a culpa individual (em vez da coletiva).

[...]

As salas de julgamento em Haia e Arusha estavam mais frequentemente vazias do que cheias.⁵⁸⁴

⁵⁸¹ HOWLAND, Todd; CALATHES, William. The U.N.'s International Criminal Tribunal: is it Justice or jingoism for Rwanda? A call for transformation. *Virginia Journal of International Law*. Charlottesville, VA, USA, v. 39, n. 1, p. 135-167, 1998, p. 150.

⁵⁸² Diz Samantha Power sobre os problemas de divulgação dos trabalhos do TPIR em Ruanda: “O rádio é o principal meio de comunicação em Ruanda. Embora desde o início o Tribunal da ONU processasse suspeitos bem conhecidos e de alto escalão, poucos ruandeses ouviram os trabalhos.” *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 564.

⁵⁸³ HOWLAND, T.; CALATHES, W. Op. cit., p. 155

⁵⁸⁴ POWER, S. Op. cit., p. 562-563.

Em suma, o papel do TPIR foi em parte alcançado. Os principais acusados pelo genocídio foram julgados numa Corte cujos resultados foram mais divulgados no âmbito da comunidade internacional, e alguns deles receberam as penas justas que mereciam.

Sobre a qualidade dos julgamentos proferidos pelo TPIR não há maiores reparos a serem feitos, exceto pontuais, pois foram em sua maioria de boa qualidade técnica e jurídica.⁵⁸⁵ É de lamentar-se que a morosidade dos procedimentos deponha contra o TPIR, o que levou a graves injustiças contra alguns dos acusados.⁵⁸⁶

Duas questões de fundo, a nosso ver, tolhem todos os resultados do TPIR: a previsão de pena de prisão perpétua para os acusados (erro que infelizmente viria a ser seguido no TPI⁵⁸⁷) e a limitação da jurisdição do TPIR apenas para crimes cometidos no ano de 1994, o que deixou sem julgamento nesta Corte algumas das condutas criminosas.

A jurisprudência do Direito Internacional Penal deu um salto em termos de qualidade e quantidade, após os muitos anos de paralisia que se seguiram aos julgamentos de Nuremberg e de Tóquio.

Ressalve-se que a divulgação dos resultados do TPIR, tanto em Ruanda como no resto do mundo, poderia ter sido objeto de maior trabalho por parte da ONU.

No que toca aos custos do Tribunal, trata-se, principalmente, de uma questão de qualidade no gasto, mas a opção concreta pela despesa em si é, ao nosso ver, irretocável. A Justiça tem um preço, as atrocidades cometidas em Ruanda deveriam mesmo ter sido julgadas, e esse dinheiro, disponível na comunidade internacional sem prejuízo de outras causas igualmente importantes, foi, em princípio, gasto com o TPIR de forma adequada.⁵⁸⁸ Das causas disponíveis pela ONU a serem abraçadas, a criação do TPIR foi uma das mais justas e necessárias.

Concluimos que a questão real, acerca da criação ou não do TPIR, e dos recursos da comunidade internacional que foram a esta Corte alocados, é uma crítica à própria indiferença da comunidade internacional ao que aconteceu em Ruanda em 1994: por que a criação do TPIR foi a única providência tomada?

⁵⁸⁵ Exemplo de erro foi a fixação da pena de prisão perpétua para Jean Kambanda, caso analisado neste trabalho.

⁵⁸⁶ Como Bagosora e Barayagwiza, presos provisoriamente por tempo excessivo.

⁵⁸⁷ Estatuto de Roma, art. 77, § 1, b.

⁵⁸⁸ A opção pela criação do TPIR, entretanto, não isenta a ONU de críticas em relação à gestão do Tribunal, especialmente em seus primeiros anos de funcionamento. Samantha Power relata dificuldades de acesso à internet e interrupções no serviço telefônico, entre outras dificuldades práticas e logísticas, e atesta que o TPIR foi assolado por corrupção, nepotismo e má administração. Muitos dos bem pagos funcionários da ONU passariam seu tempo nos primeiros anos “vadiando” em Arusha (cidade que era base para safáris e excursões ao monte Kilimanjaro). *Vide* POWER, S. **Genocídio**. Op. cit., p. 561.

CONCLUSÃO

O genocídio em Ruanda foi uma das maiores atrocidades do século XX, tendo vitimado entre 800.000 e um milhão de pessoas, destruído a economia de um país, gerado uma crise de refugiados inédita e legado a toda uma geração de ruandeses a miséria absoluta.

É forçoso constatar que a ONU e as principais potências ocidentais tinham os meios para permitir que uma guerra civil entre o governo e uma facção rebelde resultasse, de fato, num governo de coalizão e na paz.

Entretanto, os dois lados continuaram se armando e uma parcela do governo e da classe política de Ruanda conspirou para obliterar toda uma etnia do país. E, nisso, foi muito bem-sucedida, sob a indiferença de quem podia ter impedido os massacres.

Premida pela necessidade de dar uma satisfação à opinião pública, a ONU patrocinou a criação do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, que terminou sendo a principal resposta do mundo à crise humanitária ruandesa.

Esta Corte não deveria ter sido a única medida da ONU e das potências mundiais em relação a Ruanda. O país ainda luta para sobreviver e suas instituições governamentais ainda merecem ser consolidadas.

A criação do Tribunal em 1994 se mostrou um dos capítulos-chave da evolução do recente Direito Internacional Penal e seu funcionamento foi uma experiência precursora do Tribunal Penal Internacional que viria a ser criado pouco tempo depois com o Estatuto de Roma.

Embora o Tribunal mereça receber inúmeras críticas, fato é que o trabalho ao qual ele se propôs — julgar os responsáveis por genocídio e por outras sérias violações ao Direito Internacional Humanitário cometidas no contexto da guerra civil e do genocídio em Ruanda — foi, em grande parte, alcançado, tendo o Tribunal julgado réus importantes e emblemáticos da conspiração genocida, como Théoneste Bagosora e Jean Kambanda.

O Tribunal proporcionou valioso auxílio à Justiça de Ruanda, já que o país tinha outras necessidades urgentes ao fim da guerra civil, como reconstruir sua infraestrutura e permitir uma nova chance aos sobreviventes e recém-chegados. Não obstante, a divulgação do trabalho do TPIR no país afetado mereceria ter sido objeto de maior trabalho por parte da ONU.

É preciso que a história de Ruanda e de seu Tribunal não seja esquecida. O permanente Tribunal Penal Internacional, para a consecução de seus objetivos, deve receber a ajuda dos

demais países no que tange à cooperação jurídica, evitando os erros e a omissão vistas no caso do TPIR.

Cumprе ainda lembrar que apenas a criação de cortes não basta e nem pode ser a última ou única resposta do mundo para as situações de conflito interno ou externo que fatalmente surgirão.

Mas, propondo-se as nações do globo a não permitir que o Holocausto ou o genocídio de Ruanda se repitam, é necessário fazer da aplicação de justiça um compromisso real. Em relação ao Tribunal Penal Internacional, apenas para ficar num único exemplo, os EUA ainda não ratificaram o Estatuto de Roma.

A punição dos genocidas e dos criminosos de guerra é providência crucial, mas as nações com poder para fazer a diferença devem primeiramente prestar atenção às pessoas que dão nascimento aos planos de extermínio e a seus executores. Não se podem ignorar as mensagens de ódio — como as da Rádio RTLM de Ruanda —, tampouco assistir impassível ao treinamento de milícias assassinas, como a *Interahamwe*.

A atuação das potências mundiais em relação à análise da necessidade de intervenções humanitárias ainda é muito pautada por interesses (ou desinteresses) concretos. Ruanda, sem recursos naturais ou localização privilegiada em relação ao Ocidente, padeceu da indiferença deste e da ONU enquanto seu povo era massacrado numa guerra civil disfarçada como um conflito étnico, mas que, na verdade, era apenas uma luta pelo poder.

A ONU, paralisada pelo veto do Conselho de Segurança e impedida pelos cortes no seu orçamento de prover suas missões com recursos materiais e humanos adequados, precisa ser revitalizada e ter uma atuação mais concreta que a mera criação de tribunais para resolver conflitos. Não adianta agir apenas depois dos danos irreparáveis terem sido causados.

A própria Carta da ONU merece reforma, criando outras formas de atuação em conflitos além das previstas nos capítulos VI e VII, de forma a prevenir e reprimir o cometimento de crimes contra a humanidade e de crimes de guerra, quiçá em colaboração com o Tribunal Penal Internacional.

Que outras lições podem tirar os países que, a princípio, não veem em seu horizonte o menor sinal de início de um conflito de potencial genocida? São inúmeras, a começar pela necessidade de reforçarem-se os mecanismos de colaboração internacional. Os países que ainda

não aderiram ao TPI deveriam fazê-lo. Não se pode dar guarida a criminosos de guerra, e estes têm que ter a consciência, cada vez mais, de que o mundo não tolerará suas atrocidades.

Uma lição específica de Ruanda para o Brasil é o perigo de utilizar-se a raça como um critério de estabelecimento de diferenças na sociedade, como a criação de cotas ou sua menção em documentos de identidade.

As diferenças “raciais” devem, na verdade, ser tratadas sem a utilização de métodos que apenas gerem ódio e ressentimento, seja na etnia supostamente favorecida com as medidas, seja na etnia que supostamente teria que abrir mão de direitos, em nome de uma reparação “histórica”. Essa clivagem é artificial, nota-se a olho nu, e é estranha à nossa tradição. Nada de bom pode advir da tentativa de impor-se à força uma dita “justiça racial”. Um ódio entre etnias foi insuflado em Ruanda com resultados desastrosos.

Lembradas as lições de Ruanda, a punição aos genocidas será natural. E, um dia, o funcionamento do Tribunal Penal Internacional, sucessor natural do TPIR, será pleno, evitando e dissuadindo o cometimento de futuras atrocidades, e garantindo a realização de justiça.

REFERÊNCIAS

MONOGRAFIAS

ALDRICH, GEORGE H. Violations of the Laws or Customs of War. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 95-112.

ANDRADE, Roberto de Campos. **Estatuto de Roma e a Ordem Pública Internacional**. 2006, 201 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIERZANEK, Remigiusz. War Crimes: History and Definition. *In*: BASSIOUNI, M. Cherif (ed.). **International Criminal Law**, v. 3: Enforcement. Dobbs Ferry: Transnational Publishers, 1987, p. 29-50.

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. **O Conselho de Segurança da ONU e os conflitos nos Grandes Lagos**: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo. Barueri, SP: Manole, 2008.

BORGES, Leonardo Estrela. **O Direito Internacional Humanitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BOURLOYANNIS-VRAILAS, M.-Christiane. Crimes Against United Nations and Associated Personnel. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 333-366.

BYRNES, Andrew. Torture and other offences involving the violation of the physical or mental integrity of the human person. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 197-246.

CASSESE, Antonio. **International Criminal Law**. New York: Oxford University Press, 2003.

_____. The Rationale for International Criminal Justice. *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 123-130.

CENGIC, Amir. Akayesu: Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu (ICTR-96-4), TC, 2 September 1998 (TJ); AC, 1 June 2001 (AJ) (verbete). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 577-580.

_____. Ruggiu: Prosecutor v. Georges Ruggiu (ICTR-97-32), TC, 1 June 2000 (TJ) (verbete). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 888-889.

CHINKIN, Christine. Gender-related Violence and International Criminal Law and Justice. *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 75-81.

_____. The Protection of Victims and Witnesses. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: The Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 451-478.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. **The Great Lakes of Africa: Two Thousand Years of History**. New York: Zone Books, 2003.

COTÉ, Luc; MARCUSSEN, Mathias; BAIG, Laurel. Bagosora (Military I): Prosecutor v. Théoneste Bagosora (ICTR-96-7); Prosecutor v. Gratien Kabiligi (ICTR-96-7); Prosecutor v. Gratien Kabiligi (ICTR-96-12); Prosecutor v. Aloys Ntabakuze and Anatole Nsengiyumva (ICTR-97-34), ICTR-97-30) TC, judgement not yet issued. (verbete). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 595-596.

DALLAIRE, Roméo. **Shake Hands With The Devil: the Failure of Humanity in Rwanda**. London: Arrow Books, 2004.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Tradução Alexandre Raposo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DINSTEIN, Yoram. Defenses. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: The Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 367-388.

DOTTI, René Ariel. Prefácio. *In*: JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito Internacional Penal: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. XV-XXVI.

FARREL, Norman. Kambanda: Prosecutor v. Jean Kambanda (ICTR 97-23), TC, 4 september 1998 (TJ); AC, 19 October 2000 (AJ) (verbete). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 745-747.

FERNANDES, David Augusto. **Tribunal Penal Internacional: a concretização de um sonho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FISCHER, Horst. Grave Breaches of the 1949 Geneva Convention. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 63-94.

FONTOURA, Jorge. Apresentação. *In*: JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito Internacional Penal**: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Saraiva, 2009, p. XXVII-XXXII.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-los de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**: histórias de Ruanda. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Direito Internacional Penal**: uma perspectiva dogmático-crítica. Coimbra: Almedina, 2008.

HATZFELD, Jean. **Into the quick of life**: the Rwandan Genocide: the survivors speak. London: Serpent's Tail, 2008.

HEINE, Günter; VEST, Hans. Murder/Wilful Killing. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 175-196.

HIGGINS, Gillian; EVANS, Joanna. Nahimana and Others (Media case): Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza, Hassan Ngeze (ICTR-99-52), TC, 3 December 2003 (TJ); AC, 28 November 2007 (AJ) (verbete). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 833-836.

JANKOV, Fernanda Florentino Fernandez. **Direito Internacional Penal**: mecanismo de implementação do Tribunal Penal Internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

KARIBI-WHYTE, Adolphus. Appeal Procedures and Practices. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 623-668.

KEANE, Fergal. **Season of blood**: a Rwandan Journey. London: Penguin Books, 1996.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MCDONALD, Gabrielle Kirk. Trial Procedures and Practices. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 547-622.

MELVERN, Linda. **A People Betrayed**: the Role of the West in Rwanda's Genocide. London: Zed Books, 2007.

_____. **Conspiracy to Murder**: the Rwandan Genocide. London: Verso, 2004.

NERLICH, Volkner. War Crimes (International Armed Conflict). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 566-568.

_____. War Crimes (Non-International Armed Conflict). *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 568-570.

NEUFFER, Elizabeth. **The Key to my Neighbour's House**: Seeking Justice in Bosnia and Rwanda. London: Bloomsbury, 2002.

NSEREKO, Daniel D. Ntanda. Genocide: a Crime Against Mankind. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 113-140.

POWER, Samantha. **Genocídio**: a retórica americana em questão. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **O homem que queria salvar o mundo**: uma biografia de Sérgio Vieira de Mello. Tradução Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PRUNIER, Gérard. **The Rwanda Crisis**: History of a Genocide. London: Hurst & Company, 2005.

QUADROS DE MAGALHÃES, José Luiz. Prefácio. *In*: BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. **O Conselho de Segurança da ONU e os Conflitos nos Grandes Lagos**: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo. Barueri: Manole, 2008, p. XIII-XVI.

RUZIBIZA, Abdul Joshua. **Rwanda**: l'histoire secrète. Paris: Panamá, 2005.

SELLERS, Patricia Viseur. The Context of Sexual Violence: Sexual Violence as Violations of International Humanitarian Law. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law**: the Experience of International and National Courts, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 263-332.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e genocídios. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SUNGA, Lyal S. Full respect for the rights of suspect, accused and convict: from Nuremberg and Tokyo to the ICC. *In*: HENZELIN, Marc; ROTH, Robert (eds.). **Le Droit Pénal à L'Épreuve de L'Internationalisation**, Paris ; Brussels ; Geneva : LGDJ ; Bruylant ; Georg, 2002, p. 217-239.

SWAAK-GOLDMAN, Olivia. Crimes Against Humanity. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 141-168.

_____. Persecution. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: The Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 247-262.

VITKINE, Antoine. **Mein Kampf**: a história do livro. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

VOHRAH, Lal Chand. Pre-Trial Procedures and Practices. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 479-546.

WEDGWOOD, Ruth. National Courts and the Prosecution of War Crimes. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 389-414.

WERLE, Gerhard. General Principles of International Criminal Law. *In*: CASSESE, Antonio (org.). **The Oxford Companion to International Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 54-62.

WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

WLADIMIROFF, Michail. Rights of Suspects and Accused. *In*: MCDONALD, Gabrielle Kirk; SWAAK-GOLDMAN, Olivia. **Substantive and Procedural Aspects of International Criminal Law: the Experience of International and National Courts**, v. 1. The Hague: Kluwer Law International, 2000, p. 415-450.

PERIÓDICOS

AKHAVAN, Payam. The International Criminal Tribunal for Rwanda: The Politics and Pragmatics of Punishment. **American Journal of International Law**. Washington, v. 90, n. 3, p. 501-510, 1996.

FONSECA, José Roberto Franco da. Crimes de Guerra. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 93, p. 371-387, 1998.

FONSECA, Luciana Carvalho. **A diferença entre Judgment e Sentence**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74,MI122058,61044-A+diferenca+entre+judgment+e+sentence>>. Acesso em: 17 jan. 2011

GOUREVITCH, Philip. The life after. **New Yorker**. New York, p. 37-47, 4 maio 2009.

HARRIS, Kenneth J.; KUSHEN, Robert. Surrender of Fugitives by the United States to the War Crimes Tribunals for Yugoslavia and Rwanda. **American Journal of International Law**. Washington, v. 90, n. 3, p. 510-518, 1996.

HOWLAND, Todd; CALATHES, William. The U.N.'s International Criminal Tribunal: is it Justice or jingoism for Rwanda? A call for transformation. **Virginia Journal of International Law**. Charlottesville, VA, USA, v. 39, n. 1, p.135-167, 1998.

MAY, Richard; WIERDA, Marieke. Trends international criminal evidence: Nuremberg, Tokyo, the Hague, and Arusha. **Columbia Journal of Transnational Law**. New York, v. 37, n. 3, p.725-765, 1999.

MERON, Theodor. Answering for War Crimes. **Foreign Affairs**. New York, v. 76, n. 1, p. 2-8, jan./fev. 1997.

METTRAUX, Guénael. Crimes against humanity in the jurisprudence of the international criminal tribunals for the former Yugoslavia and for Rwanda. **Harvard International Law Journal**. Cambridge, v. 43, n. 1, p. 237-316, 2002.

METZL, Jamie Frederic. Rwandan genocide and international law of radio jamming. **The American Journal of International Law**. Washington, v. 91, n. 4, p. 628-651, 1997.

NSEREKO, Daniel D. Ntanda. Genocidal Conflict in Rwanda and the ICTR. **Netherlands International Review**. The Hague: T.M.C. Asser Press-Cambridge; University Press. v. 48, n. 1, p. 31-65, 2001.

O'CONNEL, Jamie. Gambling with the Psyche: Does Prosecuting Human Rights Violators Console Their Victims? **Harvard International Law Journal**. Cambridge, v. 46, n. 2, p. 295-345, 2005.

PENROSE, Mary Margareth. Lest We Fail: the Importance of Enforcement in International Criminal Law. **American University International Law Review**. Washington, v. 15, n. 321, p. 321-394, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Antecedentes Históricos do Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 98, p. 573-579, 2003.

_____. O princípio de complementaridade no Estatuto do Tribunal Penal Internacional e a soberania contemporânea. **Política Externa**. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-11, 2000.

ARTIGOS DE JORNAL

LAPOUGE, Gilles. A era de horror no Congo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2010, p. A-21.

ONU indica outro genocídio na África na década de 90. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 out. 2010, p. A-20.

SHERIDAN, Mary Beth. Nova lei de reforma de Obama e os minérios da guerra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2010, p. A-18.

SILVA, Gustavo. Eleição de Kagame testa a democracia em Ruanda. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2010, p. A-24.

FONTES NORMATIVAS

BRASIL. **Decreto n. 19841 de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas. Diário Oficial da União, 31 dez. 1945.

_____. **Decreto n. 4388, de 25 de setembro de 2002**. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Diário Oficial da União, 26 set. 2002.

BRASIL. **Lei n. 2889, de 1º de outubro de 1956**. Define e pune o crime de Genocídio. Diário Oficial da União, 02 out. 1956.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Protocols additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949**, 8 jun. 1977.

_____. **Protocol additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Adoption of an Additional Distinctive Emblem (Protocol III)**, 8 dez. 2005.

_____. **The Geneva Conventions of August, 12, 1949**, 12 ago. 1949.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **Rules of Procedure and Evidence adopted on 29 June 1995 as emended on 1 October 2009**.

_____. **Statute of the International Tribunal for Rwanda adopted 8 November 1994 as emended on 16 December 2009**.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. **Statute of the International Tribunal for the former Yugoslavia adopted 25 May 1993 as emended on 7 July 2009**.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 827**, 25 maio 1993.

_____. _____. **Resolution 872**, 05 out. 1993.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 929**, 22 jun. 1994.

_____. _____. **Resolution 935**, 01 jul. 1994.

_____. _____. **Resolution 955**, 08 nov. 1994.

_____. _____. **Resolution 977**, 22 fev. 1995.

_____. _____. **Resolution 1431**, 14 ago. 2002.

_____. _____. **Resolution 1878**, 07 jul. 2009.

_____. _____. **Resolution 1901**, 16 dez. 2009.

_____. General Assembly, 3rd session. **Resolution 260 (III)**. 09 dez. 1948.

DECISÕES JURISDICIONAIS E MANIFESTAÇÕES DE ÓRGÃOS DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

BYRON, Dennis. **Address by Judge Dennis Byron, President of the ICTR, to the United Nations Security Council**: Six monthly Report on the Completion Strategy of the ICTR, 6 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Portals/0/icttr.un.org/tabid/155/Default.aspx?id=1180>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **Fifteenth annual report of the International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and Other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan Citizens responsible for genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States between 1 January 1994 and 31 December 1994**, 30 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.unictr.org/Portals/0/English/AnnualReports/s-2010-408e.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. **Théoneste Bagosora, Aloys Ntabakuze, Anatole Nsengiyumva v. The Prosecutor**: Case No. ICTR-98-41-A, Appeals Chamber, Scheduling Order, 27 jan. 2011.

_____. **The Prosecutor v. Anatole Nsengiyumva**: Case No. ICTR-96-12-I, Amended Indictment, 12 ago. 1999.

_____. **The Prosecutor v. Ferdinand Nahimana**: Case No. ICTR-96-11-I, Amended Indictment, 15 nov. 1999.

_____. **The Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza, Hassan Ngeze**: Case No. ICTR-99-52-A, Appeals Chamber, Judgement on Appeal, 28 nov. 2007.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR RWANDA. **The Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza, Hassan Ngeze**: Case No. ICTR-99-52-T, Trial Chamber I, Judgement and Sentence, 3 dez. 2003.

_____. **The Prosecutor v. Georges Ruggiu**: Case No. ICTR-97-32-1, Trial Chamber I. Judgement and Sentence, 1 jun. 2000.

_____. **The Prosecutor v. Gratien Kabiligi, Aloys Ntabakuze**: Case No. ICTR-97-34-I e ICTR-97-30-I, Amended Indictment, 13 ago. 1999.

_____. **The Prosecutor v. Hassan Ngeze**: Case No. ICTR-97-27-I, Amended Indictment, 10 nov. 1999.

_____. **The Prosecutor v. Jean-Bosco Barayagwiza**: Case No. ICTR-97-19-I, Amended Indictment, 13 abr. 2000.

_____. **The Prosecutor v. Jean Kambanda**: Case No. ICTR-97-23-A, Appeals Chamber, Judgement on Appeal, 19 October 2000.

_____. **The Prosecutor v. Jean Kambanda**: Case No. ICTR-97-23-DP, Indictment, 16 out. 1997.

_____. **The Prosecutor v. Jean Kambanda**: Case No. ICTR-97-23-S, Trial Chamber I, Judgement and Sentence, 4 set. 1998.

_____. **The Prosecutor v. Jean Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-A, Appeals Chamber, Judgement on Appeal, 1 jun. 2001.

_____. **The Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-I, Amended Indictment, jun. 1997.

_____. **The Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-T, Trial Chamber I, Judgment, 2 set. 1998.

_____. **The Prosecutor v. Jean-Paul Akayesu**: Case No. ICTR-96-4-T, Trial Chamber I, Sentence, 2 out. 1998.

_____. **The Prosecutor v. Théoneste Bagosora**: Case No. ICTR-96-7-I, Amended Indictment, 12 ago. 1999.

_____. **The Prosecutor v. Théoneste Bagosora, Gratien Kabiligi, Aloys Ntabakuze, Anatole Nsengiyumva**: Case No. ICTR-98-41-T, Trial Chamber I, Judgement and Sentence, 18 dez. 2008.

APÊNDICE B: ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA (2010)

STATUTE OF THE INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR RWANDA

As amended by the Security Council acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, the International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and Other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan Citizens responsible for genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994 (hereinafter referred to as “The International Tribunal for Rwanda”) shall function in accordance with the provisions of the present Statute.

Article 1: Competence of the International Tribunal for Rwanda

The International Tribunal for Rwanda shall have the power to prosecute persons responsible for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for such violations committed in the territory of neighbouring States between 1 January 1994 and 31 December 1994, in accordance with the provisions of the present Statute.

Article 2: Genocide

1. The International Tribunal for Rwanda shall have the power to prosecute persons committing genocide as defined in paragraph 2 of this Article or of committing any of the other acts enumerated in paragraph 3 of this Article.

2. Genocide means any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such:

(a) Killing members of the group;

- (b) Causing serious bodily or mental harm to members of the group;
- (c) Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part;
- (d) Imposing measures intended to prevent births within the group;
- (e) Forcibly transferring children of the group to another group.

3. The following acts shall be punishable:

- (a) Genocide;
- (b) Conspiracy to commit genocide;
- (c) Direct and public incitement to commit genocide;
- (d) Attempt to commit genocide;
- (e) Complicity in genocide.

Article 3: Crimes against Humanity

The International Tribunal for Rwanda shall have the power to prosecute persons responsible for the following crimes when committed as part of a widespread or systematic attack against any civilian population on national, political, ethnic, racial or religious grounds:

- (a) Murder;
- (b) Extermination;

- (c) Enslavement;
- (d) Deportation;
- (e) Imprisonment;
- (f) Torture;
- (g) Rape;
- (h) Persecutions on political, racial and religious grounds;
- (i) Other inhumane acts.

Article 4: Violations of Article 3 Common to the Geneva Conventions and of Additional Protocol II

The International Tribunal for Rwanda shall have the power to prosecute persons committing or ordering to be committed serious violations of Article 3 common to the Geneva Conventions of 12 August 1949 for the Protection of War Victims, and of Additional Protocol II thereto of 8 June 1977. These violations shall include, but shall not be limited to:

- (a) Violence to life, health and physical or mental well-being of persons, in particular murder as well as cruel treatment such as torture, mutilation or any form of corporal punishment;
- (b) Collective punishments;
- (c) Taking of hostages;
- (d) Acts of terrorism;

(e) Outrages upon personal dignity, in particular humiliating and degrading treatment, rape, enforced prostitution and any form of indecent assault;

(f) Pillage;

(g) The passing of sentences and the carrying out of executions without previous judgement pronounced by a regularly constituted court, affording all the judicial guarantees which are recognized as indispensable by civilised peoples;

(h) Threats to commit any of the foregoing acts.

Article 5: Personal Jurisdiction

The International Tribunal for Rwanda shall have jurisdiction over natural persons pursuant to the provisions of the present Statute.

Article 6: Individual Criminal Responsibility

1. A person who planned, instigated, ordered, committed or otherwise aided and abetted in the planning, preparation or execution of a crime referred to in Articles 2 to 4 of the present Statute, shall be individually responsible for the crime.

2. The official position of any accused person, whether as Head of state or government or as a responsible government official, shall not relieve such person of criminal responsibility nor mitigate punishment.

3. The fact that any of the acts referred to in Articles 2 to 4 of the present Statute was committed by a subordinate does not relieve his or her superior of criminal responsibility if he or she knew or had reason to know that the subordinate was about to commit such acts or had done so and the

superior failed to take the necessary and reasonable measures to prevent such acts or to punish the perpetrators thereof.

4. The fact that an accused person acted pursuant to an order of a government or of a superior shall not relieve him or her of criminal responsibility, but may be considered in mitigation of punishment if the International Tribunal for Rwanda determines that justice so requires.

Article 7: Territorial and Temporal Jurisdiction

The territorial jurisdiction of the International Tribunal for Rwanda shall extend to the territory of Rwanda including its land surface and airspace as well as to the territory of neighbouring States in respect of serious violations of international humanitarian law committed by Rwandan citizens. The temporal jurisdiction of the International Tribunal for Rwanda shall extend to a period beginning on 1 January 1994 and ending on 31 December 1994.

Article 8: Concurrent Jurisdiction

1. The International Tribunal for Rwanda and national courts shall have concurrent jurisdiction to prosecute persons for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens for such violations committed in the territory of the neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994.

2. The International Tribunal for Rwanda shall have the primacy over the national courts of all States. At any stage of the procedure, the International Tribunal for Rwanda may formally request national courts to defer to its competence in accordance with the present Statute and the Rules of Procedure and Evidence of the International Tribunal for Rwanda.

Article 9: *Non Bis in Idem*

1. No person shall be tried before a national court for acts constituting serious violations of

international humanitarian law under the present Statute, for which he or she has already been tried by the International Tribunal for Rwanda.

2. A person who has been tried before a national court for acts constituting serious violations of international humanitarian law may be subsequently tried by the International Tribunal for Rwanda only if:

(a) The act for which he or she was tried was characterised as an ordinary crime; or

(b) The national court proceedings were not impartial or independent, were designed to shield the accused from international criminal responsibility, or the case was not diligently prosecuted.

3. In considering the penalty to be imposed on a person convicted of a crime under the present Statute, the International Tribunal for Rwanda shall take into account the extent to which any penalty imposed by a national court on the same person for the same act has already been served.

Article 10: Organisation of the International Tribunal for Rwanda

The International Tribunal for Rwanda shall consist of the following organs:

(a) The Chambers, comprising three Trial Chambers and an Appeals Chamber;

(b) The Prosecutor;

(c) A Registry.

Article 11: Composition of the Chambers

1. The Chambers shall be composed of a maximum of sixteen permanent independent

judges, no two of whom may be nationals of the same State, and a maximum at any one time of nine *ad litem* independent judges appointed in accordance with article 12 *ter*, paragraph 2, of the present Statute, no two of whom may be nationals of the same State.

2. Each Trial Chamber may be divided into sections of three judges each. A section of a Trial Chamber shall have the same powers and responsibilities as a Trial Chamber under the present Statute and shall render judgement in accordance with the same rules.

3. Seven of the permanent judges shall be members of the Appeals Chamber. The Appeals Chamber shall, for each appeal, be composed of five of its members.

4. A person who for the purposes of membership of the Chambers of the International Tribunal for Rwanda could be regarded as a national of more than one State shall be deemed to be a national of the State in which that person ordinarily exercises civil and political rights.

Article 12: Qualification and Election of Judges

The permanent and *ad litem* judges shall be persons of high moral character, impartiality and integrity who possess the qualifications required in their respective countries for appointment to the highest judicial offices. In the overall composition of the Chambers and sections of the Trial Chambers, due account shall be taken of the experience of the judges in criminal law, international law, including international humanitarian law and human rights law.

Article 12 *bis*: Election of Permanent Judges

1. Eleven of the permanent judges of the International Tribunal for Rwanda shall be elected by the General Assembly from a list submitted by the Security Council, in the following manner:

(a) The Secretary-General shall invite nominations for permanent judges of the International Tribunal for Rwanda from States Members of the United Nations and non-member States maintaining permanent observer missions at United Nations Headquarters;

(b) Within sixty days of the date of the invitation of the Secretary-General, each State may nominate up to two candidates meeting the qualifications set out in article 12 of the present Statute, no two of whom shall be of the same nationality and neither of whom shall be of the same nationality as any judge who is a member of the Appeals Chamber and who was elected or appointed a permanent judge of the International Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of the Former Yugoslavia since 1991 (hereinafter referred to as ‘the International Tribunal for the Former Yugoslavia’) in accordance with article 13 *bis* of the Statute of that Tribunal;

(c) The Secretary-General shall forward the nominations received to the Security Council. From the nominations received the Security Council shall establish a list of not less than twenty-two and not more than thirty-three candidates, taking due account of the adequate representation on the International Tribunal for Rwanda of the principal legal systems of the world;

(d) The President of the Security Council shall transmit the list of candidates to the President of the General Assembly. From that list the General Assembly shall elect eleven permanent judges of the International Tribunal for Rwanda. The candidates who receive an absolute majority of the votes of the States Members of the United Nations and of the non-member States maintaining permanent observer missions at United Nations Headquarters, shall be declared elected. Should two candidates of the same nationality obtain the required majority vote, the one who received the higher number of votes shall be considered elected.

2. In the event of a vacancy in the Chambers amongst the permanent judges elected or appointed in accordance with this article, after consultation with the Presidents of the Security Council and of the General Assembly, the Secretary-General shall appoint a person meeting the qualifications of article 12 of the present Statute, for the remainder of the term of office concerned.

3. The permanent judges elected in accordance with this article shall be elected for a term of four years. The terms and conditions of service shall be those of the permanent judges of the International Tribunal for the Former Yugoslavia. They shall be eligible for re-election.

Article 12 *ter*: Election and Appointment of *Ad litem* Judges

1. The *ad litem* judges of the International Tribunal for Rwanda shall be elected by the General Assembly from a list submitted by the Security Council, in the following manner:

(a) The Secretary-General shall invite nominations for *ad litem* judges of the International Tribunal for Rwanda from States Members of the United Nations and non-member States maintaining permanent observer missions at United Nations Headquarters;

(b) Within sixty days of the date of the invitation of the Secretary-General, each State may nominate up to four candidates meeting the qualifications set out in article 12 of the present Statute, taking into account the importance of a fair representation of female and male candidates;

(c) The Secretary-General shall forward the nominations received to the Security Council. From the nominations received the Security Council shall establish a list of not less than thirty-six candidates, taking due account of the adequate representation of the principal legal systems of the world and bearing in mind the importance of equitable geographical distribution;

(d) The President of the Security Council shall transmit the list of candidates to the President of the General Assembly. From that list the General Assembly shall elect the eighteen *ad litem* judges of the International Tribunal for Rwanda. The candidates who receive an absolute majority of the votes of the States Members of the United Nations and of the non-member States maintaining permanent observer missions at United Nations Headquarters shall be declared elected;

(e) The *ad litem* judges shall be elected for a term of four years. They shall not be eligible for re-election.

2. During their term, *ad litem* judges will be appointed by the Secretary-General, upon request of the President of the International Tribunal for Rwanda, to serve in the Trial Chambers for one or more trials, for a cumulative period of up to, but not including, three years. When requesting the appointment of any particular *ad litem* judge, the President of the International Tribunal for Rwanda shall bear in mind the criteria set out in article 12 of the present Statute regarding the composition of the Chambers and sections of the Trial Chambers, the considerations set out in paragraphs 1 (b) and (c) above and the number of votes the *ad litem* judge received in the General Assembly.

Article 12 quater: Status of *Ad litem* Judges

1. During the period in which they are appointed to serve in the International Tribunal for Rwanda, *ad litem* judges shall:

(a) Benefit from the same terms and conditions of service *mutatis mutandis* as the permanent judges of the International Tribunal for Rwanda;

(b) Enjoy, subject to paragraph 2 below, the same powers as the permanent judges of the International Tribunal for Rwanda;

(c) Enjoy the privileges and immunities, exemptions and facilities of a judge of the International Tribunal for Rwanda;

(d) Enjoy the power to adjudicate in pre-trial proceedings in cases other than those that they have been appointed to try.

2. During the period in which they are appointed to serve in the International Tribunal for Rwanda, *ad litem* judges shall not:

(a) Be eligible for election as, or to vote in the election of, the President of the International Tribunal for Rwanda or the Presiding Judge of a Trial Chamber pursuant to article 13 of the present Statute;

(b) Have power:

(i) To adopt rules of procedure and evidence pursuant to article 14 of the present Statute. They shall, however, be consulted before the adoption of those rules;

(ii) To review an indictment pursuant to article 18 of the present Statute;

(iii) To consult with the President of the International Tribunal for Rwanda in relation to the assignment of judges pursuant to article 13 of the present Statute or in relation to a pardon or commutation of sentence pursuant to article 27 of the present Statute.

Article 13: Officers and Members of the Chambers

1. The permanent judges of the International Tribunal for Rwanda shall elect a President from amongst their number.

2. The President of the International Tribunal for Rwanda shall be a member of one of its Trial Chambers.

3. After consultation with the permanent judges of the International Tribunal for Rwanda, the President shall assign two of the permanent judges elected or appointed in accordance with article 12 bis of the present Statute to be members of the Appeals Chamber of the International Tribunal for the Former Yugoslavia and eight to the Trial Chambers of the International Tribunal for Rwanda. Notwithstanding the provisions of article 11, paragraph 1, and article 11, paragraph 3, the President may assign to the Appeals Chamber up to four additional permanent judges serving in the Trial Chambers, on the completion of the cases to which each judge is assigned. The term

of office of each judge redeployed to the Appeals Chamber shall be the same as the term of office of the judges serving in the Appeals Chamber.

4. The members of the Appeals Chamber of the International Tribunal for the Former Yugoslavia shall also serve as the members of the Appeals Chamber of the International Tribunal for Rwanda.

5. After consultation with the permanent judges of the International Tribunal for Rwanda, the President shall assign such *ad litem* judges as may from time to time be appointed to serve in the International Tribunal for Rwanda to the Trial Chambers.

6. A judge shall serve only in the Chamber to which he or she was assigned.

7. The permanent judges of each Trial Chamber shall elect a Presiding Judge from amongst their number, who shall oversee the work of that Trial Chamber as a whole.

Article 14: Rules of Procedure and Evidence

The Judges of the International Tribunal for Rwanda shall adopt, for the purpose of proceedings before the International Tribunal for Rwanda, the Rules of Procedure and Evidence for the conduct of the pre-trial phase of the proceedings, trials and appeals, the admission of evidence, the protection of victims and witnesses and other appropriate matters of the International Tribunal for the former Yugoslavia with such changes as they deem necessary.

Article 15: The Prosecutor

1. The Prosecutor shall be responsible for the investigation and prosecution of persons responsible for serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994.

2. The Prosecutor shall act independently as a separate organ of the International Tribunal for Rwanda. He or she shall not seek or receive instructions from any government or from any other source.
3. The Office of the Prosecutor shall be composed of a Prosecutor and such other qualified staff as may be required.
4. The Prosecutor shall be appointed by the Security Council on nomination by the Secretary-General. He or she shall be of high moral character and possess the highest level of competence and experience in the conduct of investigations and prosecutions of criminal cases. The Prosecutor shall serve for a four-year term and be eligible for reappointment. The terms and conditions of service of the Prosecutor shall be those of an Under-Secretary-General of the United Nations.
5. The staff of the Office of the Prosecutor shall be appointed by the Secretary-General on the recommendation of the Prosecutor.

Article 16: The Registry

1. The Registry shall be responsible for the administration and servicing of the International Tribunal for Rwanda.
2. The Registry shall consist of a Registrar and such other staff as may be required.
3. The Registrar shall be appointed by the Secretary-General after consultation with the President of the International Tribunal for Rwanda. He or she shall serve for a four-year term and be eligible for re-appointment. The terms and conditions of service of the Registrar shall be those of an Assistant Secretary-General of the United Nations.
4. The Staff of the Registry shall be appointed by the Secretary-General on the recommendation of the Registrar.

Article 17: Investigation and Preparation of Indictment

1. The Prosecutor shall initiate investigations ex-officio or on the basis of information obtained from any source, particularly from governments, United Nations organs, intergovernmental and non-governmental organizations. The Prosecutor shall assess the information received or obtained and decide whether there is sufficient basis to proceed.
2. The Prosecutor shall have the power to question suspects, victims and witnesses, to collect evidence and to conduct on-site investigations. In carrying out these tasks, the Prosecutor may, as appropriate, seek the assistance of the State authorities concerned.
3. If questioned, the suspect shall be entitled to be assisted by Counsel of his or her own choice, including the right to have legal assistance assigned to the suspect without payment by him or her in any such case if he or she does not have sufficient means to pay for it, as well as necessary translation into and from a language he or she speaks and understands.
4. Upon a determination that a *prima facie* case exists, the Prosecutor shall prepare an indictment containing a concise statement of the facts and the crime or crimes with which the accused is charged under the Statute. The indictment shall be transmitted to a judge of the Trial Chamber.

Article 18: Review of the Indictment

1. The judge of the Trial Chamber to whom the indictment has been transmitted shall review it. If satisfied that a *prima facie* case has been established by the Prosecutor, he or she shall confirm the indictment. If not so satisfied, the indictment shall be dismissed.
2. Upon confirmation of an indictment, the judge may, at the request of the Prosecutor, issue such orders and warrants for the arrest, detention, surrender or transfer of persons, and any other orders as may be required for the conduct of the trial.

Article 19: Commencement and Conduct of Trial Proceedings

1. The Trial Chambers shall ensure that a trial is fair and expeditious and that proceedings are conducted in accordance with the Rules of Procedure and Evidence, with full respect for the rights of the accused and due regard for the protection of victims and witnesses.
2. A person against whom an indictment has been confirmed shall, pursuant to an order or an arrest warrant of the International Tribunal for Rwanda, be taken into custody, immediately informed of the charges against him or her and transferred to the International Tribunal for Rwanda.
3. The Trial Chamber shall read the indictment, satisfy itself that the rights of the accused are respected, confirm that the accused understands the indictment, and instruct the accused to enter a plea. The Trial Chamber shall then set the date for trial.
4. The hearings shall be public unless the Trial Chamber decides to close the proceedings in accordance with its Rules of Procedure and Evidence.

Article 20: Rights of the Accused

1. All persons shall be equal before the International Tribunal for Rwanda.
2. In the determination of charges against him or her, the accused shall be entitled to a fair and public hearing, subject to Article 21 of the Statute.
3. The accused shall be presumed innocent until proven guilty according to the provisions of the present Statute.
4. In the determination of any charge against the accused pursuant to the present Statute, the accused shall be entitled to the following minimum guarantees, in full equality:

- (a) To be informed promptly and in detail in a language which he or she understands of the nature and cause of the charge against him or her;
- (b) To have adequate time and facilities for the preparation of his or her defence and to communicate with counsel of his or her own choosing;
- (c) To be tried without undue delay;
- (d) To be tried in his or her presence, and to defend himself or herself in person or through legal assistance of his or her own choosing; to be informed, if he or she does not have legal assistance, of this right; and to have legal assistance assigned to him or her, in any case where the interest of justice so require, and without payment by him or her in any such case if he or she does not have sufficient means to pay for it;
- (e) To examine, or have examined, the witnesses against him or her and to obtain the attendance and examination of witnesses on his or her behalf under the same conditions as witnesses against him or her;
- (f) To have the free assistance of an interpreter if he or she cannot understand or speak the language used in the International Tribunal for Rwanda;
- (g) Not to be compelled to testify against himself or herself or to confess guilt.

Article 21: Protection of Victims and Witnesses

The International Tribunal for Rwanda shall provide in its Rules of Procedure and Evidence for the protection of victims and witnesses. Such protection measures shall include, but shall not be limited to, the conduct of in camera proceedings and the protection of the victim's identity.

Article 22: Judgement

1. The Trial Chambers shall pronounce judgements and impose sentences and penalties on persons convicted of serious violations of international humanitarian law.
2. The judgement shall be rendered by a majority of the judges of the Trial Chamber, and shall be delivered by the Trial Chamber in public. It shall be accompanied by a reasoned opinion in writing, to which separate or dissenting opinions may be appended.

Article 23: Penalties

1. The penalty imposed by the Trial Chamber shall be limited to imprisonment. In determining the terms of imprisonment, the Trial Chambers shall have recourse to the general practice regarding prison sentences in the courts of Rwanda.
2. In imposing the sentences, the Trial Chambers should take into account such factors as the gravity of the offence and the individual circumstances of the convicted person.
3. In addition to imprisonment, the Trial Chambers may order the return of any property and proceeds acquired by criminal conduct, including by means of duress, to their rightful owners.

Article 24: Appellate Proceedings

1. The Appeals Chamber shall hear appeals from persons convicted by the Trial Chambers or from the Prosecutor on the following grounds:
 - (a) An error on a question of law invalidating the decision; or
 - (b) An error of fact which has occasioned a miscarriage of justice.
2. The Appeals Chamber may affirm, reverse or revise the decisions taken by the Trial Chambers.

Article 25: Review Proceedings

Where a new fact has been discovered which was not known at the time of the proceedings before the Trial Chambers or the Appeals Chamber and which could have been a decisive factor in reaching the decision, the convicted person or the Prosecutor may submit to the International Tribunal for Rwanda an application for review of the judgement.

Article 26: Enforcement of Sentences

Imprisonment shall be served in Rwanda or any of the States on a list of States which have indicated to the Security Council their willingness to accept convicted persons, as designated by the International Tribunal for Rwanda. Such imprisonment shall be in accordance with the applicable law of the State concerned, subject to the supervision of the International Tribunal for Rwanda.

Article 27: Pardon or Commutation of Sentences

If, pursuant to the applicable law of the State in which the convicted person is imprisoned, he or she is eligible for pardon or commutation of sentence, the State concerned shall notify the International Tribunal for Rwanda accordingly. There shall only be pardon or commutation of sentence if the President of the International Tribunal for Rwanda, in consultation with the judges, so decides on the basis of the interests of justice and the general principles of law.

Article 28: Cooperation and Judicial Assistance

1. States shall cooperate with the International Tribunal for Rwanda in the investigation and prosecution of persons accused of committing serious violations of international humanitarian law.

2. States shall comply without undue delay with any request for assistance or an order issued by a Trial Chamber, including but not limited to:

- (a) The identification and location of persons;
- (b) The taking of testimony and the production of evidence;
- (c) The service of documents;
- (d) The arrest or detention of persons;
- (e) The surrender or the transfer of the accused to the International Tribunal for Rwanda.

Article 29: The Status, Privileges and Immunities of the International Tribunal for Rwanda

1. The Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations of 13 February 1946 shall apply to the International Tribunal for Rwanda, the judges, the Prosecutor and his or her staff, and the Registrar and his or her staff.
2. The judges, the Prosecutor and the Registrar shall enjoy the privileges and immunities, exemptions and facilities accorded to diplomatic envoys, in accordance with international law.
3. The staff of the Prosecutor and of the Registrar shall enjoy the privileges and immunities accorded to officials of the United Nations under Articles V and VII of the Convention referred to in paragraph 1 of this article.
4. Other persons, including the accused, required at the seat or meeting place of the International Tribunal for Rwanda shall be accorded such treatment as is necessary for the proper functioning of the International Tribunal for Rwanda.

Article 30: Expenses of the International Tribunal for Rwanda

The expenses of the International Tribunal for Rwanda shall be expenses of the Organisation in accordance with Article 17 of the Charter of the United Nations.

Article 31: Working Languages

The working languages of the International Tribunal for Rwanda shall be English and French.

Article 32: Annual Report

The President of the International Tribunal for Rwanda shall submit an annual report of the International Tribunal for Rwanda to the Security Council and to the General Assembly.

APÊNDICE C: REGULAMENTO PROCESSUAL DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA (2009)

Rules of Procedure and Evidence

Part One

GENERAL PROVISIONS

Rule 1: Entry into Force

These Rules of Procedure and Evidence, adopted pursuant to Article 14 of the Statute of the Tribunal, shall come into force on 29 June 1995.

Rule 2: Definitions

(A) In the Rules, unless the context otherwise requires, the following terms shall mean:

Rules: The Rules referred to in Rule 1;

Statute: The Statute of the Tribunal adopted by Security Council Resolution 955 of 8 November 1994;

Tribunal: The International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for Genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994, established by Security Council resolution 955 of 8 November 1994;

Accused: A person against whom one or more counts in an indictment have been confirmed in accordance with Rule 47;

***Ad litem* Judge:** A Judge appointed pursuant to Article 12 *ter* of the Statute;

Arrest: The act of apprehending and taking a suspect or an accused into custody pursuant to a warrant of arrest or under Rule 40;

Bureau: A body composed of the President, the Vice-President and the Presiding Judges of the Trial Chambers;

Investigation: All activities undertaken by the Prosecutor under the Statute and the Rules for the collection of information and evidence, whether before or after confirmation of an indictment;

Transaction: A number of acts or omissions whether occurring as one event or a number of events, at the same or different locations and being part of a common scheme, strategy or plan;

Party: The Prosecutor or the accused;

Permanent Judge: A Judge elected or appointed pursuant to Article 12 *bis* of the Statute;

President: The President of the Tribunal;

Prosecutor: The Prosecutor designated pursuant to Article 15 of the Statute;

Regulations: The provisions framed by the Prosecutor pursuant to Rule 37(A) for the purpose of directing the functions of the Office of the Prosecutor;

Suspect: A person concerning whom the Prosecutor possesses reliable information which tends to show that he may have committed a crime over which the Tribunal has jurisdiction;

Victim: A person against whom a crime over which the Tribunal has jurisdiction has allegedly been committed.

(B) In the Rules, the masculine shall include the feminine and the singular the plural, and vice-versa.

Rule 3: Languages

(A) The working languages of the Tribunal shall be English and French.

(B) The accused or suspect shall have the right to use his own language.

(C) Counsel for the accused may apply to a Judge or a Chamber for leave to use a language other than the two working ones or the language of the accused. If such leave is granted, the expenses of interpretation and translation shall be borne by the Tribunal to the extent, if any, determined by the President, taking into account the rights of the Defence and the interests of justice.

(D) Any other person appearing before the Tribunal, who does not have sufficient knowledge of either of the two working languages, may use his own language.

(E) The Registrar shall make any necessary arrangements for interpretation and translation of the working languages.

Rule 4: Sittings Away from the Seat of the Tribunal

A Chamber or a Judge may exercise their functions away from the Seat of the Tribunal, if so authorized by the President in the interests of justice.

Rule 5: Non-Compliance with Rules

(A) Where an objection on the ground of non-compliance with the Rules or Regulations is raised by a party at the earliest opportunity, the Trial Chamber shall grant relief, if it finds that the alleged non-compliance is proved and that it has caused material prejudice to that party.

(B) Where such an objection is raised otherwise than at the earliest opportunity, the Trial Chamber may in its discretion grant relief, if it finds that the alleged non-compliance is proved and that it has caused material prejudice to the objecting party.

(C) The relief granted by a Trial Chamber under this Rule shall be such remedy as the Trial Chamber considers appropriate to ensure consistency with fundamental principles of fairness.

Rule 6: Amendment of the Rules

(A) Proposals for amendment of the Rules may be made by a Judge, the Prosecutor or the Registrar and shall be adopted, if agreed to by not less than ten Judges at a Plenary Meeting of the Tribunal convened with notice of the proposal addressed to all Judges.

(B) An amendment of the Rules may be adopted otherwise than as stipulated in Sub-Rule (A) above; provided it is approved unanimously by any appropriate means either done in writing or confirmed in writing.

(C) An amendment shall enter into force immediately, but shall not operate to prejudice the rights of the accused in any pending case.

Rule 7: Authentic Texts

The English and French texts of the Rules shall be equally authentic. In case of discrepancy, the version which is more consonant with the spirit of the Statute and the Rules shall prevail.

Rule 7 bis: Non Compliance with Obligations

(A) Except in cases to which Rules 11, 13, 59 or 61 applies, where a Trial Chamber or a Judge is satisfied that a State has failed to comply with an obligation under Article 28 of the Statute relating to any proceedings before that Chamber or Judge, the Chamber or Judge may request the President to report the matter to the Security Council.

(B) If the Prosecutor satisfies the President that a State has failed to comply with an obligation under Article 28 of the Statute in respect of a request by the Prosecutor under Rules 8 or 40, the President shall notify the Security Council thereof.

Rule 7 ter: Time limits

(A) Unless otherwise ordered by the Chambers or otherwise provided by the Rules, where the time prescribed by or under the Rules for the doing of any act shall run as from the occurrence of an event, that time shall run from the date on which notice of the occurrence of the event has been received in the normal course of transmission by counsel for the accused or the Prosecutor as the case may be.

(B) Where a time limit is expressed in days, only ordinary calendar days shall be counted. Weekdays, Saturdays, Sundays and public holidays shall be counted as days. However, should the time limit expire on a Saturday, Sunday or public holiday, the time limit shall automatically be extended to the subsequent working day.

Part Two

PRIMACY OF THE TRIBUNAL

Rule 8: Request for Information

Where it appears to the Prosecutor that a crime within the jurisdiction of the Tribunal is or has been the subject of investigations or criminal proceedings instituted in the courts of any State, he may request the State to forward to him all relevant information in that respect, and the State shall transmit to him such information forthwith in accordance with Article 28 of the Statute.

Rule 9: Prosecutor's Application for Deferral

Where it appears to the Prosecutor that crimes which are the subject of investigations or criminal proceedings instituted in the courts of any State: (i) Are the subject of an investigation by the Prosecutor;

(ii) Should be the subject of an investigation by the Prosecutor considering, *inter alia*:

(a) The seriousness of the offences;

(b) The status of the accused at the time of the alleged offences;

(c) The general importance of the legal questions involved in the case;

(iii) Are the subject of an indictment in the Tribunal, the Prosecutor may apply to the Trial Chamber designated by the President to issue a formal request that such court defer to the competence of the Tribunal.

Rule 10: Formal Request for Deferral

(A) If it appears to the Trial Chamber seized of a request by the Prosecutor under Rule 9 that paragraphs (i), (ii) or (iii) of Rule 9 are satisfied, the Trial Chamber shall issue a formal request to the State concerned that the Court defer to the competence of the Tribunal.

(B) A request for deferral shall include a request that the results of the investigation and a copy of the court's records and the judgement, if already delivered, be forwarded to the Tribunal.

(C) The State to which the formal request for deferral is addressed shall comply without undue delay in accordance with Article 28 of the Statute.

Rule 11: Non-Compliance with a Formal Request for Deferral

If, within sixty days after a request for deferral has been notified by the Registrar to the State under whose jurisdiction the investigations or criminal proceedings have been instituted, the State fails to file a response which satisfies the Trial Chamber that the State has taken or is taking adequate steps to comply with the request, the Trial Chamber may invite the President to report the matter to the Security Council.

Rule 11 bis: Referral of the Indictment to another Court

(A) If an indictment has been confirmed, whether or not the accused is in the custody of the Tribunal, the President may designate a Trial Chamber which shall determine whether the case should be referred to the authorities of a State:

(i) in whose territory the crime was committed; or

(ii) in which the accused was arrested; or

(iii) having jurisdiction and being willing and adequately prepared to accept such a case, so that those authorities should forthwith refer the case to the appropriate court for trial within that State.

(B) The Trial Chamber may order such referral *proprio motu* or at the request of the Prosecutor, after having given to the Prosecutor and, where the accused is in the custody of the Tribunal, the accused, the opportunity to be heard.

(C) In determining whether to refer the case in accordance with paragraph (A), the Trial Chamber shall satisfy itself that the accused will receive a fair trial in the courts of the State concerned and that the death penalty will not be imposed or carried out.

(D) Where an order is issued pursuant to this Rule:

(i) the accused, if in the custody of the Tribunal, shall be handed over to the authorities of the State concerned;

(ii) the Trial Chamber may order that protective measures for certain witnesses or victims remain in force;

(iii) the Prosecutor shall provide to the authorities of the State concerned all of the information relating to the case which the Prosecutor considers appropriate and, in particular, the material supporting the indictment;

(iv) the Prosecutor may send observers to monitor the proceedings in the courts of the State concerned on his or her behalf.

(E) The Trial Chamber may issue a warrant for the arrest of the accused, which shall specify the State to which he is to be transferred for trial.

(F) At any time after an order has been issued pursuant to this Rule and before the accused is found guilty or acquitted by a court in the State concerned, the Trial Chamber may, at the request of the Prosecutor and upon having given to the authorities of the State concerned the opportunity to be heard, revoke the order and make a formal request for deferral within the terms of Rule 10.

(G) Where an order issued pursuant to this Rule is revoked by the Trial Chamber, it may make a formal request to the State concerned to transfer the accused to the seat of the Tribunal, and the State shall accede to such a request without delay in keeping with Article 28 of the Statute. The Trial Chamber or a Judge may also issue a warrant for the arrest of the accused.

(H) An appeal by the accused or the Prosecutor shall lie as of right from a decision of the Trial Chamber whether or not to refer a case. Notice of appeal shall be filed within fifteen days of the decision unless the accused was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the accused is notified of the decision.

Rule 12: Determinations of Courts of any State

Subject to Article 9 (2) of the Statute, determinations of courts of any State are not binding on the Tribunal.

Rule 13: *Non Bis in Idem*

When the President receives reliable information to show that criminal proceedings have been instituted against a person before a court of any State for acts constituting serious violations of international humanitarian law under the Statute for which that person has already been tried by the Tribunal, a Trial Chamber shall, following *mutatis mutandis* the procedure provided in Rule 10, issue a reasoned order requesting that court permanently to discontinue its proceedings. If that court fails to do so, the President may report the matter to the Security Council.

Part Three

ORGANIZATION OF THE TRIBUNAL

Section 1: The Judges

Rule 14: Solemn Declaration

(A) Before taking up his duties each Judge shall make the following solemn declaration: “I solemnly declare that I will perform my duties and exercise my powers as a Judge of the International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for Genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994, honourably, faithfully, impartially and conscientiously.”

(B) The text of the declaration, signed by the Judge and witnessed by the Secretary-General of the United Nations or his representative, shall be kept in the records of the Tribunal.

Rule 14 *bis*

The members of the Tribunal shall continue to discharge their duties until their places have been filled.

Rule 15: Disqualification of Judges

(A) A Judge may not sit in any case in which he has a personal interest or concerning which he has or has had any association which might affect his impartiality. He shall in any such circumstance withdraw from that case. Where the Judge withdraws from the Trial Chamber, the President shall assign another Trial Chamber Judge to sit in his place. Where a Judge withdraws from the Appeals Chamber, the Presiding Judge of that Chamber shall assign another Judge to sit in his place.

(B) Any party may apply to the Presiding Judge of a Chamber for the disqualification of a Judge of that Chamber from a case upon the above grounds. After the Presiding Judge as conferred with the

Judge in question, the Bureau, if necessary, shall determine the matter. If the Bureau upholds the application, the President shall assign another Judge to sit in place of the disqualified Judge.

(C) The Judge who reviews an indictment against an accused, pursuant to Article 18 of the Statute and Rule 47 or 61, shall not be disqualified from sitting as a member of a Trial Chamber for the trial of that accused.

Rule 15 *bis*: Absence of a Judge

(A) If

(i) a Judge is, for illness or other urgent personal reasons, or for reasons of authorized Tribunal business, unable to continue sitting in a part-heard case for a period which is likely to be of short duration, and

(ii) the remaining Judges of the Chamber are satisfied that it is in the interests of justice to do so, those remaining Judges of the Chamber may order that the hearing of the case continue in the absence of that Judge for a period of not more than five working days.

(B) If

(i) a Judge is, for illness or urgent personal reasons, or for reasons of authorized Tribunal business, unable to continue sitting in a part-heard case for a period which is likely to be of short duration, and

(ii) the remaining Judges of the Chamber are not satisfied that it is in the interests of justice to order that the hearing of the case continue in the absence of that Judge, then

(a) those remaining Judges of the Chamber may nevertheless conduct those matters which they are satisfied it is in the interests of justice that they be disposed of notwithstanding the absence of that Judge, and

(b) the Presiding Judge may adjourn the proceedings.

(C) If, by reason of death, illness, resignation from the Tribunal, non-reelection, non-extension of term of office or for any other reason, a Judge is unable to continue sitting in a part-heard case for a period which is likely to be longer than of a short duration, the Presiding Judge shall report to the President who may assign another Judge to the case and order either a rehearing or continuation of the proceedings from that point. However, after the opening statements provided for in Rule 84, or the beginning of the presentation of evidence pursuant to Rule 85, the continuation of the proceedings can only be ordered with the consent of the accused, except as provided for in paragraph (D).

(D) If, in the circumstances mentioned in the last sentence of paragraph (C), the accused withholds his consent, the remaining Judges may nonetheless decide to continue the proceedings before a Trial Chamber with a substitute Judge if, taking all the circumstances into account, they determine unanimously that doing so would serve the interests of justice. This decision is subject to appeal directly to a full bench of the Appeals Chamber by either party. If no appeal is taken or the Appeals Chamber affirms the decision of the Trial Chamber, the President shall assign to the existing bench a Judge, who, however, can join the bench only after he or she has certified that he or she has familiarised himself or herself with the record of the proceedings. Only one substitution under this paragraph may be made.

(E) Appeals under paragraph (D) shall be filed within seven days of filing of the impugned decision. When such decision is rendered orally, this time-limit shall run from the date of the oral decision, unless

(i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or

(ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case, the time-limit shall run from filing of the written decision.

(F) In case of illness or an unfilled vacancy or in any other similar circumstances, the President may, if satisfied that it is in the interests of justice to do so, authorise a Chamber to conduct routine matters, such as the delivery of decisions, in the absence of one or more of its members.

Rule 16: Resignation

A Judge who decides to resign shall give notice of his resignation in writing to the President, who shall transmit it to the Secretary-General of the United Nations.

Rule 17: Precedence

(A) All Judges are equal in the exercise of their judicial functions, regardless of dates of election, appointment, age or period of service.

(B) The Presiding Judges of the Chambers shall take precedence according to the dates of their election or appointment as judges, after the President and the Vice-President. Presiding Judges elected or appointed on the same date shall take precedence according to age.

(C) Judges elected or appointed on different dates shall take precedence according to the dates of their election or appointment; Judges elected or appointed on the same date shall take precedence according to age.

(D) In case of re-election, the total period of service as a Judge of the Tribunal shall be taken into account.

Section 2: The Presidency

Rule 18: Election of the President

(A) The President shall be elected for a term of two years, or such shorter term as shall coincide with the duration of his term of office as a Judge. The President may be reelected once.

(B) If the President ceases to be a member of the Tribunal or resigns his office before the expiration of his term, the Judges shall elect from among their number a successor for the remainder of the term.

(C) The President shall be elected by a majority of the votes of the Judges of the Tribunal. If no Judge obtains such a majority, the second ballot shall be limited to the two Judges who obtained the greatest number of votes on the first ballot. In the case of equality of votes on the second ballot, the Judge who takes precedence in accordance with Rule 17 shall be declared elected.

Rule 19: Functions of the President

(A) The President shall preside at all plenary meetings of the Tribunal, co-ordinate the work of the Chambers and supervise the activities of the Registry as well as exercise all the other functions conferred on him by the Statute and the Rules.

(B) The President may, in consultation with the Bureau, the Registrar and the Prosecutor, issue Practice Directions, consistent with the Statute and the Rules, addressing detailed aspects of the conduct of proceedings before the Tribunal.

Rule 20: The Vice-President

(A) The Vice-President shall be elected for a term of two years, or such shorter term as shall coincide with the duration of his term of office as a Judge. The Vice-President may be re-elected once.

(B) Rules 18 (B) and (C) shall apply *mutatis mutandis* to the Vice-President.

Rule 21: Functions of the Vice-President

The Vice-President shall exercise the functions of the President in case the latter is absent or is unable to act.

Rule 22: Replacements

If neither the President nor the Vice-President can carry out the functions of the Presidency, this shall be assumed by the senior Judge of the Trial Chambers, determined in accordance with Rule 17.

Section 3: Internal Functioning of the Tribunal

Rule 23: The Bureau

(A) The Bureau shall be composed of the President, the Vice-President and the Presiding Judges of the Trial Chambers.

(B) The President shall consult the other members of the Bureau on all major questions relating to the functioning of the Tribunal.

(C) A Judge may draw the attention of any member of the Bureau to issues that in his opinion ought to be discussed by the Bureau or submitted to a Plenary Meeting of the Tribunal.

Rule 23 bis: The Coordination Council

(A) The Coordination Council shall be composed of the President, the Prosecutor and the Registrar.

(B) In order to achieve the mission of the Tribunal, as defined in the Statute, the Coordination Council ensures the coordination of the activities of the three organs of the Tribunal.

(C) The Coordination Council shall meet once a month at the initiative of the President. A member may at any time request that additional meetings be held. The President shall chair the meetings.

(D) The Vice-President, the Deputy Prosecutor and the Deputy Registrar may *ex officio* represent respectively, the President, the Prosecutor and the Registrar.

Rule 23 ter: The Management Committee

(A) The Management Committee shall be composed of the President, the Vice-President, a Judge elected by the Judges in plenary session for a one year renewable mandate, the Registrar, the Deputy Registrar and the Chief of Administration.

(B) The Management Committee shall assist the President with respect to the functions set forth in Rules 19 and 33, concerning in particular, all Registry activities relating to the administrative and judicial support provided to the Chambers and to the Judges. To this end, the Management Committee shall coordinate the preparation and implementation of the budget of the Tribunal with the exception of budgetary lines specific to the activities of the Office of the Prosecutor.

(C) The Management Committee shall meet once a month at the initiative of the President. Two members may at any time request that additional meetings be held. The President shall chair the meetings.

(D) In the performance of its functions, the Management Committee may call on the services of one or several advisers or experts.

Rule 24: Plenary Meetings of the Tribunal

The Judges shall meet in plenary to:

- (i) Elect the President and Vice-President;
- (ii) Adopt and amend the Rules;
- (iii) Adopt the Annual Report provided for in Article 32 of the Statute;
- (iv) Decide upon matters relating to the internal functioning of the Chambers and the Tribunal;
- (v) Determine or supervise the conditions of detention;
- (vi) Exercise any other functions provided for in the Statute or in the Rules.

Rule 25: Dates of Plenary Meetings

(A) The dates of the scheduled Plenary Meetings of the Tribunal shall normally be agreed upon in July of each year for the following calendar year.

(B) Other Plenary Meetings shall be convened by the President if so requested by at least eight Judges, and may be convened whenever the exercise of his functions under the Statute or the Rules so requires.

Rule 26: Quorum and Vote

(A) The quorum for each Plenary Meeting of the Tribunal shall be ten Judges.

(B) Subject to Rule 6 (A) and (B) and Rule 18 (C), the decisions of the Plenary Meeting of the Tribunal shall be taken by the majority of the Judges present. In the event of an equality of votes, the President or the Judge who acts in his place shall have a casting vote.

Section 4: The Chambers

Rule 27: Rotation of the Judges

(A) Judges shall rotate on a regular basis between the Trial Chambers. Rotation shall take into account the efficient disposal of cases.

(B) The Judges shall take their places in their assigned Chamber as soon as the President thinks it convenient, having regard to the disposal of pending cases.

(C) The President may at any time temporarily assign a member of one Trial Chamber to another Trial Chamber.

Rule 28: Duty Judges

Every six months and after consultation with the Judges, the President shall, designate for each month of the next six months one Judge from each Trial Chamber to whom indictments, warrants, and other submissions not pertaining to a case already assigned to a Chamber, shall be transmitted for review. The duty roster shall be published by the Registrar. However, in exceptional circumstances, a Judge

on duty may request another Judge of the same Chamber to replace him, after having informed the President and the Registrar.

Rule 29: Deliberations

The deliberations of the Chambers shall take place in private and remain secret.

Section 5: The Registrar

Rule 30: Appointment of the Registrar

The President shall seek the opinion of the Judges on the candidates for the post of Registrar, before consulting with the Secretary-General of the United Nations pursuant to Article 16 (3) of the Statute.

Rule 31: Appointment of the Deputy Registrar and Registry Staff

The Registrar, after consultation with the President, shall make his recommendations to the Secretary-General of the United Nations for the appointment of the Deputy Registrar and other Registry staff.

Rule 32: Solemn Declaration

(A) Before taking up his duties, the Registrar shall make the following declaration before the President:

“I solemnly declare that I will perform the duties incumbent upon me as Registrar of the International Criminal Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Genocide and other Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for Genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994, in all loyalty, discretion and good conscience and that I will faithfully observe all the provisions of the Statute and the Rules of Procedure and Evidence of the Tribunal.”

(B) Before taking up his duties, the Deputy Registrar shall make a similar declaration before the President.

(C) Every staff member of the Registry shall make a similar declaration before the Registrar.

Rule 33: Functions of the Registrar

(A) The Registrar shall assist the Chambers, the Plenary Meetings of the Tribunal, the Judges and the Prosecutor in the performance of their functions. Under the authority of the President, he shall be responsible for the administration and servicing of the Tribunal and shall serve as its channel of communication.

(B) The Registrar, in the execution of his functions, may make oral or written representations to Chambers on any issue arising in the context of a specific case which affects or may affect the discharge of such functions, including that of implementing judicial decisions, with notice to the parties where necessary.

(C) The Registrar may, in consultation with the President of the Tribunal and the Presiding Judge of the Appeals Chamber, as the case may be, issue Practice Directions addressing particular aspects of the practice and procedure in the Registry of the Tribunal and in respect of other matters within the powers of the Registrar.

Rule 34: Victims and Witnesses Support Unit

(A) There shall be set up under the authority of the Registrar a Victims and Witnesses Support Unit consisting of qualified staff to:

(i) Recommend the adoption of protective measures for victims and witnesses in accordance with Article 21 of the Statute;

(ii) Ensure that they receive relevant support, including physical and psychological rehabilitation, especially counselling in cases of rape and sexual assault; and

(iii) Develop short term and long term plans for the protection of witnesses who have testified before the Tribunal and who fear a threat to their life, property or family.

(B) A gender sensitive approach to victims and witnesses protective and support measures should be adopted and due consideration given, in the appointment of staff within this Unit, to the employment of qualified women.

Rule 35: Minutes

Except where a full record is made under Rule 81, the Registrar, or Registry staff designated by him, shall take minutes of the Plenary Meetings of the Tribunal and of the sittings of the Chambers or a Judge, other than private deliberations.

Rule 36: Record Book

The Registrar shall keep a Record Book which shall list, subject to Rule 53, all the particulars of each case brought before the Tribunal. The Record Book shall be open to the public.

Section 6: The Prosecutor

Rule 37: Functions of the Prosecutor

(A) The Prosecutor shall perform all the functions provided by the Statute in accordance with the Rules and such Regulations, consistent with the Statute and the Rules, as may be framed by him. Any alleged inconsistency in the Regulations shall be brought to the attention of the Bureau to whose opinion the Prosecutor shall defer.

(B) The Prosecutor's powers under Parts Four to Eight of the Rules may be exercised by staff members of the Office of the Prosecutor authorized by him, or by any person acting under his direction.

Rule 38: Deputy Prosecutor

(A) The Prosecutor shall make his recommendations to the Secretary-General of the United Nations for the appointment of a Deputy Prosecutor.

(B) The Deputy Prosecutor shall exercise the functions of the Prosecutor in the event of his absence or inability to act or upon the Prosecutor's express instructions.

Part Four

INVESTIGATIONS AND RIGHTS OF SUSPECTS

Section 1: Investigations

Rule 39: Conduct of Investigations

In the conduct of an investigation, the Prosecutor may:

- (i) Summon and question suspects, interview victims and witnesses and record their statements, collect evidence and conduct on-site investigations;
- (ii) Take all measures deemed necessary for the purpose of the investigation and to support the prosecution at trial, including the taking of special measures to provide for the safety of potential witnesses and informants;
- (iii) Seek, to that end, the assistance of any State authority concerned, as well as of any relevant international body including the International Criminal Police Organization (INTERPOL); and
- (iv) Request such orders as may be necessary from a Trial Chamber or a Judge.

Rule 40: Provisional Measures

(A) In case of urgency, the Prosecutor may request any State:

(i) To arrest a suspect and place him in custody;

(ii) To seize all physical evidence;

(iii) To take all necessary measures to prevent the escape of a suspect or an accused, injury to or intimidation of a victim or witness, or the destruction of evidence. The State concerned shall comply forthwith, in accordance with Article 28 of the Statute.

(B) Upon showing that a major impediment does not allow the State to keep the suspect in custody or to take all necessary measures to prevent his escape, the Prosecutor may apply to a Judge designated by the President for an order to transfer the suspect to the seat of the Tribunal or to such other place as the Bureau may decide, and to detain him provisionally. After consultation with the Prosecutor and the Registrar, the transfer shall be arranged between the State authorities concerned, the authorities of the host Country of the Tribunal and the Registrar.

(C) In the cases referred to in paragraph B, the suspect shall, from the moment of his transfer, enjoy all the rights provided for in Rule 42, and may apply for review to a Trial Chamber of the Tribunal. The Chamber, after hearing the Prosecutor, shall rule upon the application.

(D) The suspect shall be released if (i) the Chamber so rules; or (ii) the Prosecutor fails to issue an indictment within twenty days of the transfer.

Rule 40 *bis*: Transfer and Provisional Detention of Suspects

(A) In the conduct of an investigation, the Prosecutor may transmit to the Registrar, for an order by a Judge assigned pursuant to Rule 28, a request for the transfer to and provisional detention of a suspect in the premises of the detention unit of the Tribunal. This request shall indicate the grounds upon which the request is made and, unless the Prosecutor wishes only to question the suspect, shall include a provisional charge and a summary of the material upon which the Prosecutor relies.

(B) The Judge shall order the transfer and provisional detention of the suspect if the following conditions are met:

(i) The Prosecutor has requested a State to arrest the suspect and to place him in custody, in accordance with Rule 40, or the suspect is otherwise detained by a State;

(ii) After hearing the Prosecutor, the Judge considers that there is a reliable and consistent body of material which tends to show that the suspect may have committed a crime over which the Tribunal has jurisdiction; and

(iii) The Judge considers provisional detention to be a necessary measure to prevent the escape of the suspect, physical or mental injury to or intimidation of a victim or witness or the destruction of evidence, or to be otherwise necessary for the conduct of the investigation.

(C) The provisional detention of the suspect may be ordered for a period not exceeding 30 days from the day after the transfer of the suspect to the detention unit of the Tribunal.

(D) The order for the transfer and provisional detention of the suspect shall be signed by the Judge and bear the seal of the Tribunal. The order shall set forth the basis of the request made by the Prosecutor under Sub-Rule (A), including the provisional charge, and shall state the Judge's grounds for making the order, having regard to Sub-Rule (B). The order shall also specify the initial time limit for the provisional detention of the suspect, and be accompanied by a statement of the rights of a suspect, as specified in this Rule and in Rules 42 and 43.

(E) As soon as possible, copies of the order and of the request by the Prosecutor are served upon the suspect and his counsel by the Registrar.

(F) At the Prosecutor's request indicating the grounds upon which it is made and if warranted by the needs of the investigation, the Judge who made the initial order, or another Judge of the same Trial Chamber, may decide, subsequent to an *inter partes* hearing and before the end of the period of detention, to extend the provisional detention for a period not exceeding 30 days.

(G) At the Prosecutors request indicating the grounds upon which it is made and if warranted by special circumstances, the Judge who made the initial order, or another Judge of the same Trial

Chamber, may decide, subsequent to an *inter partes* hearing and before the end of the period of detention, to extend the detention for a further period not exceeding 30 days.

(H) The total period of provisional detention shall in no case exceed 90 days after the day of transfer of the suspect to the Tribunal, at the end of which, in the event the indictment has not been confirmed and an arrest warrant signed, the suspect shall be released or, if appropriate, be delivered to the authorities of the State to which the request was initially made.

(I) The provisions in Rules 55(B) to 59 shall apply *mutatis mutandis* to the execution of the order for the transfer and provisional detention of the suspect.

(J) After his transfer to the seat of the Tribunal, the suspect, assisted by his counsel, shall be brought, without delay, before the Judge who made the initial order, or another Judge of the same Trial Chamber, who shall ensure that his rights are respected.

(K) During detention, the Prosecutor, the suspect or his counsel may submit to the Trial Chamber of which the Judge who made the initial order is a member, all applications relative to the propriety of provisional detention or to the suspect's release.

(L) Without prejudice to Sub-Rules (C) to (H), the Rules relating to the detention on remand of accused persons shall apply *mutatis mutandis* to the provisional detention of persons under this Rule.

Rule 41: Preservation of Information

(A) The Prosecutor shall be responsible for the preservation, storage and security of information and physical evidence obtained in the course of his investigations.

(B) The Prosecutor shall draw up an inventory of all materials seized from the accused, including documents, books, papers, and other objects, and shall serve a copy thereof on the accused. Materials that are of no evidentiary value shall be returned without delay to the accused.

Rule 42: Rights of Suspects during Investigation

(A) A suspect who is to be questioned by the Prosecutor shall have the following rights, of which he shall be informed by the Prosecutor prior to questioning, in a language he speaks and understands:

(i) The right to be assisted by counsel of his choice or to have legal assistance assigned to him without payment if he does not have sufficient means to pay for it;

(ii) The right to have the free assistance of an interpreter if he cannot understand or speak the language to be used for questioning; and

(iii) The right to remain silent, and to be cautioned that any statement he makes shall be recorded and may be used in evidence.

(B) Questioning of a suspect shall not proceed without the presence of counsel unless the suspect has voluntarily waived his right to counsel. In case of waiver, if the suspect subsequently expresses a desire to have counsel, questioning shall thereupon cease, and shall only resume when the suspect has obtained or has been assigned counsel.

Rule 43: Recording Questioning of Suspects

Whenever the Prosecutor questions a suspect, the questioning shall be audio-recorded or video-recorded, in accordance with the following procedure:

(i) The suspect shall be informed in a language he understands that the questioning is being audio-recorded or video-recorded;

(ii) In the event of a break in the course of the questioning, the fact and the time of the break shall be recorded before audio-recording or video-recording ends and the time of resumption of the questioning shall also be recorded;

(iii) At the conclusion of the questioning the suspect shall be offered the opportunity to clarify anything he has said, and to add anything he may wish, and the time of conclusion shall be recorded;

(iv) The content of the recording shall then be transcribed as soon as practicable after the conclusion of questioning and a copy of the transcript supplied to the suspect, together with a copy of the recording or, if multiple recording apparatus was used, one of the original recorded tapes; and

(v) After a copy has been made, if necessary, of the recorded tape for purposes of transcription, the original recorded tape or one of the original tapes shall be sealed in the presence of the suspect under the signature of the Prosecutor and the suspect.

Section 2: Of Counsel

Rule 44: Appointment and Qualifications of Counsel

(A) Counsel engaged by a suspect or an accused shall file his power of attorney with the Registrar at the earliest opportunity. Subject to verification by the Registrar, a counsel shall be considered qualified to represent a suspect or accused, provided that he is admitted to the practice of law in a State, or is a University professor of law.

(B) In the performance of their duties counsel shall be subject to the relevant provisions of the Statute, the Rules, the Rules of Detention and any other rules or regulations adopted by the Tribunal, the Host Country Agreement, the Code of Conduct and the codes of practice and ethics governing their profession and, if applicable, the Directive on the Assignment of Defence Counsel.

Rule 44 *bis*: Duty Counsel

(A) A list of duty counsel who speak one or both working languages of the Tribunal and have indicated their willingness to be assigned pursuant to this Rule shall be kept by the Registrar.

(B) Duty counsel shall fulfill the requirements of Rule 44, and shall be situated within reasonable proximity to the Detention Facility and the Seat of the Tribunal.

(C) The Registrar shall at all times ensure that duty counsel will be available to attend the Detention Facility in the event of being summoned.

(D) If an accused, or suspect transferred under Rule 40 *bis*, is unrepresented at any time after being transferred to the Tribunal, the Registrar shall as soon as practicable summon duty counsel to represent the accused or suspect until counsel is engaged by the accused or suspect, or assigned under Rule 45.

(E) In providing initial legal advice and assistance to a suspect transferred under Rule 40 *bis*, duty counsel shall advise the suspect of his or her rights including the rights referred to in Rule 55 (A).

Rule 45: Assignment of Counsel

(A) A list of counsel who speak one or both of the working languages of the Tribunal, meet the requirements of Rule 44, have at least seven years' relevant experience, and have indicated their willingness to be assigned by the Tribunal to indigent suspects or accused, shall be kept by the Registrar.

(B) The criteria for determination of indigence shall be established by the Registrar and approved by the Judges.

(C) In assigning counsel to an indigent suspect or accused, the following procedure shall be observed:

(i) A request for assignment of counsel shall be made to the Registrar;

(ii) The Registrar shall enquire into the financial means of the suspect or accused and determine whether the criteria of indigence are met;

(iii) If he decides that the criteria are met, he shall assign counsel from the list; if he decides to the contrary, he shall inform the suspect or accused that the request is refused.

(D) If a request is refused, a further reasoned request may be made by the suspect or the accused to the Registrar upon showing a change in circumstances.

(E) The Registrar shall, in consultation with the Judges, establish the criteria for the payment of fees to assigned counsel.

(F) If a suspect or an accused elects to conduct his own defence, he shall so notify the Registrar in writing at the first opportunity.

(G) Where an alleged indigent person is subsequently found not to be indigent, the Chamber may make an order of contribution to recover the cost of providing counsel.

(H) Under exceptional circumstances, at the request of the suspect or accused or his counsel, the Chamber may instruct the Registrar to replace an assigned counsel, upon good cause being shown and after having been satisfied that the request is not designed to delay the proceedings.

(I) It is understood that Counsel will represent the accused and conduct the case to finality. Failure to do so, absent just cause approved by the Chamber, may result in forfeiture of fees in whole or in part. In such circumstances the Chamber may make an order accordingly. Counsel shall only be permitted to withdraw from the case to which he has been assigned in the most exceptional circumstances.

Rule 45 *bis*: Detained Persons

Rules 44 and 45 shall apply to any person detained under the authority of the Tribunal.

Rule 45 *ter*: Availability of Counsel

(A) Counsel and Co-Counsel, whether assigned by the Registrar or appointed by the client for the purposes of proceedings before the Tribunal, shall furnish the Registrar, upon date of such assignment or appointment, a written undertaking that he will appear before the Tribunal within a reasonable time as specified by the Registrar.

(B) Failure by Counsel or Co-Counsel to appear before the Tribunal, as undertaken, shall be a ground for withdrawal by the Registrar of the assignment of such Counsel or Co-Counsel or the refusal of audience by the Tribunal or the imposition of any other sanctions by the Chamber concerned.

Rule 45 *quater*: Assignment of Counsel in the Interests of Justice

The Trial Chamber may, if it decides that it is in the interests of justice, instruct the Registrar to assign a counsel to represent the interests of the accused.

Rule 46: Misconduct of Counsel

(A) A Chamber may, after a warning, impose sanctions against a counsel if, in its opinion, his conduct remains offensive or abusive, obstructs the proceedings, or is otherwise contrary to the interests of justice. This provision is applicable *mutatis mutandis* to Counsel for the prosecution.

(B) A Judge or a Chamber may also, with the approval of the President, communicate any misconduct of counsel to the professional body regulating the conduct of counsel in his State of admission or, if a professor and not otherwise admitted to the profession, to the governing body of his University.

(C) If a counsel assigned pursuant to Rule 45 is sanctioned in accordance with Sub-Rule (A) by being refused audience, the Chamber shall instruct the Registrar to replace the counsel.

(D) The Registrar may set up a Code of Professional Conduct enunciating the principles of professional ethics to be observed by counsel appearing before the Tribunal, subject to adoption by the Plenary Meeting. Amendments to the Code shall be made in consultation with representatives of the Prosecutor and Defence counsel, and subject to adoption by the Plenary Meeting. If the Registrar has strong grounds for believing that Counsel has committed a serious violation of the Code of Professional Conduct so adopted, he may report the matter to the President or the Bureau for appropriate action under this rule.

Part Five

PRE-TRIAL PROCEEDINGS

Section 1: Indictments

Rule 47: Submission of Indictment by the Prosecutor

(A) An indictment, submitted in accordance with the following procedure, shall be reviewed by a Judge designated in accordance with Rule 28 for this purpose.

(B) The Prosecutor, if satisfied in the course of an investigation that there is sufficient evidence to provide reasonable grounds for believing that a suspect has committed a crime within the jurisdiction of the Tribunal, shall prepare and forward to the Registrar an indictment for confirmation by a Judge, together with supporting material.

(C) The indictment shall set forth the name and particulars of the suspect, and a concise statement of the facts of the case and of the crime with which the suspect is charged.

(D) The Registrar shall forward the indictment and accompanying material to the designated Judge, who will inform the Prosecutor of the scheduled date for review of the indictment.

(E) The reviewing Judge shall examine each of the counts in the indictment, and any supporting materials the Prosecutor may provide, to determine, applying the standard set forth in Article 18 of the Statute, whether a case exists against the suspect.

(F) The reviewing Judge may:

(i) Request the Prosecutor to present additional material in support of any or all counts, or to take any further measures which appear appropriate;

(ii) Confirm each count;

(iii) Dismiss each count; or

(iv) Adjourn the review so as to give the Prosecutor the opportunity to modify the indictment.

(G) The indictment as confirmed by the Judge shall be retained by the Registrar, who shall prepare certified copies bearing the seal of the Tribunal. If the accused does not understand either of the

official languages of the Tribunal and if the language understood is known to the Registrar, a translation of the indictment in that language shall also be prepared, and a copy of the translation attached to each certified copy of the indictment.

(H) Upon confirmation of any or all counts in the indictment:

(i) The Judge may issue an arrest warrant, in accordance with Sub-Rule 55(A), and any orders as provided in Article 19 of the Statute; and

(ii) The suspect shall have the status of an accused.

(I) The dismissal of a count in an indictment shall not preclude the Prosecutor from subsequently bringing an amended indictment based on the acts underlying that count if supported by additional evidence.

Rule 48: Joinder of Accused

Persons accused of the same or different crimes committed in the course of the same transaction may be jointly charged and tried.

Rule 48 bis: Joinder of Trials

Persons who are separately indicted, accused of the same or different crimes committed in the course of the same transaction, may be tried together, with leave granted by a Trial Chamber pursuant to Rule 73.

Rule 49: Joinder of Crimes

Two or more crimes may be joined in one indictment if the series of acts committed together form the same transaction, and the said crimes were committed by the same accused.

Rule 50: Amendment of Indictment

(A) (i) The Prosecutor may amend an indictment, without prior leave, at any time before its confirmation, but thereafter, until the initial appearance of the accused before a Trial Chamber pursuant to Rule 62, only with leave of the Judge who confirmed it but, in exceptional circumstances, by leave of a Judge assigned by the President. At or after such initial appearance, an amendment of an indictment may only be made by leave granted by that Trial Chamber pursuant to Rule 73. If leave to amend is granted, Rule 47 (G) and Rule 53 *bis* apply *mutatis mutandis* to the amended indictment.

(ii) In deciding whether to grant leave to amend the indictment, the Trial Chamber or, where applicable, a Judge shall, *mutatis mutandis*, follow the procedures and apply the standards set out in Sub-Rules 47 (E) and (F) in addition to considering any other relevant factors.

(B) If the amended indictment includes new charges and the accused has already appeared before a Trial Chamber in accordance with Rule 62, a further appearance shall be held as soon as practicable to enable the accused to enter a plea on the new charges.

(C) The accused shall have a further period of thirty days in which to file preliminary motions pursuant to Rule 72 in respect of the new charges and, where necessary, the date for trial may be postponed to ensure adequate time for the preparation of the defence.

Rule 51: Withdrawal of Indictment

(A) The Prosecutor may withdraw an indictment, without prior leave, at any time before its confirmation, but thereafter, until the initial appearance of the accused before a Trial Chamber pursuant to Rule 62, only with leave of the Judge who confirmed it but, in exceptional circumstances, by leave of a Judge assigned by the President. At or after such initial appearance an indictment may only be withdrawn by leave granted by a Trial Chamber pursuant to Rule 73.

(B) The withdrawal of the indictment shall be promptly notified to the suspect or the accused and to the counsel of the suspect or accused.

Rule 52: Public Character of Indictment

Subject to Rule 53, upon confirmation by a Judge of a Trial Chamber, the indictment shall be made public.

Rule 53: Non-Disclosure

(A) In exceptional circumstances, a Judge or a Trial Chamber may, in the interests of justice, order the non-disclosure to the public of any documents or information until further order.

(B) When confirming an indictment the Judge may, in consultation with the Prosecutor, order that there be no public disclosure of the indictment until it is served on the accused, or, in the case of joint accused, on all the accused.

(C) A Judge or Trial Chamber may, in consultation with the Prosecutor, also order that there be no disclosure of an indictment, or part thereof, or of all or any part of any particular document or information, if satisfied that the making of such an order is required to give effect to a provision of the Rules, to protect confidential information obtained by the Prosecutor, or is otherwise in the interests of justice.

(D) Notwithstanding sub-rules (A), (B) and (C), the Prosecutor may disclose an indictment or part thereof to the authorities of a State or an appropriate authority or international body where the Prosecutor deems it necessary to secure the possible arrest of an accused.

Rule 53 bis: Service of Indictment

(A) Service of the indictment shall be effected personally on the accused at the time the accused is taken into the custody of the Tribunal or as soon as possible thereafter.

(B) Personal service of an indictment on the accused is effected by giving the accused a copy of the indictment certified in accordance with Rule 47 (G).

Section 2: Orders and Warrants

Rule 54: General Provision

At the request of either party or *proprio motu*, a Judge or a Trial Chamber may issue such orders, summonses, subpoenas, warrants and transfer orders as may be necessary for the purposes of an investigation or for the preparation or conduct of the trial.

Rule 55: Execution of Arrest Warrants

(A) A warrant of arrest shall be signed by a Judge and shall bear the seal of the Tribunal. It shall be accompanied by a copy of the indictment, and a statement of the rights of the accused. These rights include those set forth in Article 20 of the Statute, and in Rules 42 and 43 *mutatis mutandis*, together with the right of the accused to remain silent, and to be cautioned that any statement he makes shall be recorded and may be used in evidence.

(B) The Registrar shall transmit to the national authorities of the State in whose territory or under whose jurisdiction or control the accused resides, or was last known to be, three sets of certified copies of:

- (i) The warrant for arrest of the accused and an order for his surrender to the Tribunal;
- (ii) The confirmed indictment;
- (iii) A statement of the rights of the accused; and if necessary a translation thereof in a language understood by the accused.

(C) The Registrar shall instruct the said authorities to:

- (i) Cause the arrest of the accused and his transfer to the Tribunal;
- (ii) Serve a set of the aforementioned documents upon the accused;
- (iii) Cause the documents to be read to the accused in a language understood by him and to caution him as to his rights in that language; and
- (iv) Return one set of the documents together with proof of service, to the Tribunal.

(D) When an arrest warrant issued by the Tribunal is executed, a member of the Prosecutor's Office may be present as from the time of arrest.

Rule 55 *bis*: Warrant of Arrest to All States

(A) Upon the request of the Prosecutor, and if satisfied that to do so would facilitate the arrest of an accused who may move from State to State, or whose whereabouts are unknown, a Judge may without having recourse to the procedures set out in Rule 61, and subject to sub-rule (B), address a warrant of arrest to all States.

(B) The Registrar shall transmit such a warrant to the national authorities of such States as may be indicated by the Prosecutor.

Rule 56: Cooperation of States

The State to which a warrant of arrest or a transfer order for a witness is transmitted shall act promptly and with all due diligence to ensure proper and effective execution thereof, in accordance with Article 28 of the Statute.

Rule 57: Procedure after Arrest

Upon the arrest of the accused, the State concerned shall detain him, and shall promptly notify the Registrar. The transfer of the accused to the seat of the Tribunal, or to such other place as the Bureau may decide, after consultation with the Prosecutor and the Registrar, shall be arranged by the State authorities concerned, in liaison with the authorities of the host country and the Registrar.

Rule 58: National Extradition Provisions

The obligations laid down in Article 28 of the Statute shall prevail over any legal impediment to the surrender or transfer of the accused or of a witness to the Tribunal which may exist under the national law or extradition treaties of the State concerned.

Rule 59: Failure to Execute a Warrant of Arrest or Transfer Order

(A) Where the State to which a warrant of arrest or transfer order has been transmitted has been unable to execute the warrant of arrest or transfer order, it shall report forthwith its inability to the Registrar, and the reasons therefore.

(B) If, within a reasonable time after the warrant of arrest or transfer order has been transmitted to the State, no report is made on action taken, this shall be deemed a failure to execute the warrant of arrest or transfer order and the Tribunal, through the President, may notify the Security Council accordingly.

Rule 60: Publication of Indictment

At the request of the Prosecutor, a form of advertisement shall be transmitted by the Registrar to the national authorities of any State or States, for publication in newspapers or for broadcast via radio, transmission via Internet or television, notifying publicly the existence of an indictment and calling upon the accused to surrender to the Tribunal and inviting any person with information as to the whereabouts of the accused to communicate that information to the Tribunal.

Rule 61: Procedure in Case of Failure to Execute a Warrant of Arrest

(A) If, within a reasonable time, a warrant of arrest has not been executed, and personal service of the indictment has consequently not been effected, the Judge who confirmed the indictment shall invite the Prosecutor to report on the measures taken. When the Judge is satisfied that:

- (i) The Registrar and the Prosecutor have taken all reasonable steps to secure the arrest of the accused, including recourse to the appropriate authorities of the State in whose territory or under whose jurisdiction and control the accused to be served resides or was last known to be; and
- (ii) If the whereabouts of the accused are unknown, the Prosecutor and the Registrar have taken all reasonable steps to ascertain those whereabouts, including by seeking publication of advertisement pursuant to Rule 60, the Judge shall order that the indictment be submitted by the Prosecutor to his Trial Chamber.

(B) Upon obtaining such an order the Prosecutor shall submit the indictment to the Trial Chamber in open court, together with all the evidence that was before the Judge who initially confirmed the indictment and any other evidence submitted to him after confirmation of the indictment. The Prosecutor may also call before the Trial Chamber and examine any witness whose statement has been submitted to the confirming Judge.

(C) If the Trial Chamber is satisfied on that evidence, together with such additional evidence as the Prosecutor may tender, that there are reasonable grounds for believing that the accused has committed all or any of the crimes charged in the indictment, it shall so determine. The Trial Chamber shall have the relevant parts of the indictment read out by the Prosecutor together with an account of the efforts to effect service referred to in Sub-Rule (A) above.

(D) The Trial Chamber shall also issue an international arrest warrant in respect of the accused which shall be transmitted to all States. Upon request by the Prosecutor or *proprio motu*, after having heard the Prosecutor, the Trial Chamber may order a State or States to adopt provisional measures to freeze the assets of the accused, without prejudice to the rights of third parties.

(E) If, during the hearing, the Prosecutor satisfies the Trial Chamber that the failure to effect personal service of the indictment was due in whole or in part to a failure or refusal of a State to co-operate with the Tribunal in accordance with Article 28 of the Statute, the Trial Chamber shall so certify. After consulting the Presiding Judges of the Chambers, the President shall notify the Security Council thereof in such manner as he thinks fit.

Rule 62: Initial Appearance of Accused and Plea

(A) Upon his transfer to the Tribunal, the accused shall be brought before a Trial Chamber or a Judge thereof without delay, and shall be formally charged. The Trial Chamber or the Judge shall:

(i) Satisfy itself or himself that the right of the accused to counsel is respected;

(ii) Read or have the indictment read to the accused in a language he understands, and satisfy itself or himself that the accused understands the indictment;

(iii) Call upon the accused to enter a plea of guilty or not guilty on each count; should the accused fail to do so, enter a plea of not guilty on his behalf;

(iv) In case of a plea of not guilty, instruct the Registrar to set a date for trial;

(v) In case of a plea of guilty:

(a) if before a Judge, refer the plea to the Trial Chamber so that it may act in accordance with Rule 62 (B); or

(b) if before a Trial Chamber, act in accordance with Rule 62 (B).

(B) If an accused pleads guilty in accordance with Rule 62 (A)(v), or requests to change his plea to guilty, the Trial Chamber shall satisfy itself that the guilty plea:

(i) is made freely and voluntarily;

(ii) is an informed plea;

(iii) is unequivocal; and

(iv) is based on sufficient facts for the crime and accused's participation in it, either on the basis of objective indicia or of lack of any material disagreement between the parties about the facts of the case. Thereafter the Trial Chamber may enter a finding of guilt and instruct the Registrar to set a date for the sentencing hearing.

Rule 62 *bis*: Plea Agreement Procedure

(A) The Prosecutor and the Defence may agree that, upon the accused entering a plea of guilty to the indictment or to one or more counts of the indictment, the Prosecutor shall do one or more of the following before the Trial Chamber:

- (i) apply to amend the indictment accordingly;
- (ii) submit that a specific sentence or sentencing range is appropriate;
- (iii) not oppose a request by the accused for a particular sentence or sentencing range.

(B) The Trial Chamber shall not be bound by any agreement specified in paragraph (A).

(C) If a plea agreement has been reached by the parties, the Trial Chamber shall require the disclosure of the agreement in open session or, on a showing of good cause, in closed session, at the time the accused pleads guilty in accordance with Rule 62 (A) (v), or requests to change his or her plea to guilty.

Rule 63: Questioning of the Accused

(A) Questioning by the Prosecutor of an accused, including after the initial appearance, shall not proceed without the presence of counsel unless the accused has voluntarily and expressly agreed to proceed without counsel present. If the accused subsequently expresses a desire to have counsel, questioning shall thereupon cease, and shall only resume when the accused's counsel is present.

(B) The questioning, including any waiver of the right to counsel, shall be audio-recorded or video-recorded in accordance with the procedure provided for in Rule 43. The Prosecutor shall at the beginning of the questioning caution the accused in accordance with Rule 42 (A) (iii).

Rule 64: Detention on Remand

Upon his transfer to the Tribunal, the accused shall be detained in facilities provided by the host country or by another country. The President may, on the application of a party, request modification of the conditions of detention of an accused.

Rule 65: Provisional Release

(A) Once detained, an accused may not be provisionally released except upon an order of a Trial Chamber.

(B) Provisional release may be ordered by a Trial Chamber only after giving the host country and the country to which the accused seeks to be released the opportunity to be heard and only if it is satisfied that the accused will appear for trial and, if released, will not pose a danger to any victim, witness or other person.

(C) The Trial Chamber may impose such conditions upon the provisional release of the accused as it may determine appropriate, including the execution of a bail bond and the observance of such conditions as are necessary to ensure the presence of the accused at trial and the protection of others.

(D) Any decision rendered under this Rule by a Trial Chamber shall be subject to appeal. Subject to paragraph (F) below, an appeal shall be filed within seven days of filing of the impugned decision. Where such decision is rendered orally, the appeal shall be filed within seven days of the oral decision unless:

(i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or

(ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case, the time-limit shall run from filing of the written decision.

(E) The Prosecutor may apply for a stay of a decision by the Trial Chamber to release an accused on the basis that the Prosecutor intends to appeal the decision, and shall make such an application at the time of filing his or her response to the initial application for provisional release by the accused.

(F) Where the Trial Chamber grants a stay of its decision to release an accused, the Prosecutor shall file his or her appeal not later than one day from the rendering of that decision.

(G) Where the Trial Chamber orders a stay of its decision to release the accused pending any appeal by the Prosecutor, the accused shall not be released until either:

(i) the time-limit for the filing of an appeal by the Prosecutor has expired, and no such appeal is filed;

(ii) the Appeals Chamber dismisses the appeal; or

(iii) the Appeals Chamber otherwise orders.

(H) If necessary, the Trial Chamber may issue a warrant of arrest to secure the presence of an accused who has been provisionally released or is for any other reason at large. The provisions of Section 2 of Part Five shall apply *mutatis mutandis*.

(I) Without prejudice to the provisions of Rule 107, the Appeals Chamber may grant provisional release to convicted persons pending an appeal or for a fixed period if it is satisfied that:

(i) the appellant, if released, will either appear at the hearing of the appeal or will surrender into detention at the conclusion of the fixed period, as the case may be;

(ii) the appellant, if released, will not pose a danger to any victim, witness or other person, and

(iii) special circumstances exist warranting such release. The provisions of paragraphs (C) and (H) shall apply *mutatis mutandis*.

Rule 65 bis: Status Conferences

(A) A status conference may be convened by a Trial Chamber or a Judge thereof. Its purpose is to organise exchanges between the parties so as to ensure expeditious trial proceedings.

(B) The Appeals Chamber or an Appeals Chamber Judge may convene a status conference.

(C) A status conference held pursuant to paragraph (B) of this Rule may be conducted with the participation of counsel via tele-conference or video-conference.

Section 3: Production of Evidence

Rule 66: Disclosure of Material by the Prosecutor

Subject to the provisions of Rules 53 and 69;

(A) The Prosecutor shall disclose to the Defence:

- i) Within 30 days of the initial appearance of the accused copies of the supporting material which accompanied the indictment when confirmation was sought as well as all prior statements obtained by the Prosecutor from the accused, and
- ii) No later than 60 days before the date set for trial, copies of the statements of all witnesses whom the Prosecutor intends to call to testify at trial; upon good cause shown a Trial Chamber may order that copies of the statements of additional prosecution witnesses be made available to the Defence within a prescribed time.

(B) At the request of the Defence, the Prosecutor shall, subject to Sub-Rule (C), permit the Defence to inspect any books, documents, photographs and tangible objects in his custody or control, which are material to the preparation of the defence, or are intended for use by the Prosecutor as evidence at trial or were obtained from or belonged to the accused.

(C) Where information or materials are in the possession of the Prosecutor, the disclosure of which may prejudice further or ongoing investigations, or for any other reasons may be contrary to the public interest or affect the security interests of any State, the Prosecutor may apply to the Trial Chamber sitting *in camera* to be relieved from the obligation to disclose pursuant to Sub-Rules (A) and (B). When making such an application the Prosecutor shall provide the Trial Chamber, and only the Trial Chamber, with the information or materials that are sought to be kept confidential.

Rule 67: Reciprocal Disclosure of Evidence

Subject to the provisions of Rules 53 and 69:

(A) As early as reasonably practicable and in any event prior to the commencement of the trial:

(i) The Prosecutor shall notify the Defence of the names of the witnesses that he intends to call to establish the guilt of the accused and in rebuttal of any defence plea of which the Prosecutor has received notice in accordance with Sub-Rule (ii) below;

(ii) The Defence shall notify the Prosecutor of its intent to enter:

(a) The defence of alibi; in which case the notification shall specify the place or places at which the accused claims to have been present at the time of the alleged crime and the names and addresses of witnesses and any other evidence upon which the accused intends to rely to establish the alibi;

(b) Any special defence, including that of diminished or lack of mental responsibility; in which case the notification shall specify the names and addresses of witnesses and any other evidence upon which the accused intends to rely to establish the special defence.

(B) Failure of the Defence to provide such notice under this Rule shall not limit the right of the accused to rely on the above defences.

(C) If the Defence makes a request pursuant to Rule 66 (B), the Prosecutor shall in turn be entitled to inspect any books, documents, photographs and tangible objects, which are within the custody or control of the Defence and which it intends to use as evidence at the trial.

(D) If either party discovers additional evidence or information or materials which should have been produced earlier pursuant to the Rules, that party shall promptly notify the other party and the Trial Chamber of the existence of the additional evidence or information or materials.

Rule 68: Disclosure of Exculpatory and Other Relevant Material

(A) The Prosecutor shall, as soon as practicable, disclose to the Defence any material, which in the actual knowledge of the Prosecutor may suggest the innocence or mitigate the guilt of the accused or affect the credibility of Prosecution evidence.

(B) Where possible, and with the agreement of the Defence, and without prejudice to paragraph (A), the Prosecutor shall make available to the Defence, in electronic form, collections of relevant material

held by the Prosecutor, together with appropriate computer software with which the Defence can search such collections electronically.

(C) The Prosecutor shall take reasonable steps, if confidential information is provided to the Prosecutor by a person or entity under Rule 70 (B) and contains material referred to in paragraph (A) above, to obtain the consent of the provider to disclosure of that material, or the fact of its existence, to the accused.

(D) The Prosecutor shall apply to the Chamber sitting *in camera* to be relieved from an obligation under the Rules to disclose information in the possession of the Prosecutor, if its disclosure may prejudice further or ongoing investigations, or for any other reason may be contrary to the public interest or affect the security interests of any State, and when making such application, the Prosecutor shall provide the Trial Chamber (but only the Trial Chamber) with the information that is sought to be kept confidential.

(E) Notwithstanding the completion of the trial and any subsequent appeal, the Prosecutor shall disclose to the other party any material referred to in paragraph (A) above.

Rule 69: Protection of Victims and Witnesses

(A) In exceptional circumstances, either of the parties may apply to a Trial Chamber to order the non-disclosure of the identity of a victim or witness who may be in danger or at risk, until the Chamber decides otherwise.

(B) In the determination of protective measures for victims and witnesses, the Trial Chamber may consult the Victims and Witness Support Unit.

(C) Subject to Rule 75, the identity of the victim or witness shall be disclosed within such time as determined by Trial Chamber to allow adequate time for preparation of the Prosecution and the Defence.

Rule 70: Matters Not Subject to Disclosure

(A) Notwithstanding the provisions of Rules 66 and 67, reports, memoranda, or other internal documents prepared by a party, its assistants or representatives in connection with the investigation or preparation of the case, are not subject to disclosure or notification under the aforementioned provisions.

(B) If the Prosecutor is in possession of information which has been provided to him on a confidential basis and which has been used solely for the purpose of generating new evidence, that initial information and its origin shall not be disclosed by the Prosecutor without the consent of the person or entity providing the initial information and shall in any event not be given in evidence without prior disclosure to the accused.

(C) If, after obtaining the consent of the person or entity providing information under this Rule, the Prosecutor elects to present as evidence any testimony, document or other material so provided, the Trial Chamber, notwithstanding Rule 98, may not order either party to produce additional evidence received from the person or entity providing the initial information, nor may the Trial Chamber for the purpose of obtaining such additional evidence itself summon that person or a representative of that entity as a witness or order their attendance.

(D) If the Prosecutor calls as a witness the person providing or a representative of the entity providing information under this Rule, the Trial Chamber may not compel the witness to answer any question the witness declines to answer on grounds of confidentiality.

(E) The right of the accused to challenge the evidence presented by the Prosecution shall remain unaffected subject only to limitations contained in Sub-Rules (C) and (D).

(F) Nothing in Sub-Rule (C) or (D) above shall affect a Trial Chamber's power under Rule 89 (C) to exclude evidence if its probative value is substantially outweighed by the need to ensure a fair trial.

Section 4: Depositions

Rule 71: Depositions

(A) At the request of either party, a Trial Chamber may, in exceptional circumstances and in the interests of justice, order that a deposition be taken for use at trial, and appoint, for that purpose, a Presiding Officer.

(B) The motion for the taking of a deposition shall be in writing and shall indicate the name and whereabouts of the witness whose deposition is sought, the date and place at which the deposition is to be taken, a statement of the matters on which the person is to be examined, and of the exceptional circumstances justifying the taking of the deposition.

(C) If the motion is granted, the party at whose request the deposition is to be taken shall give reasonable notice to the other party, who shall have the right to attend the taking of the deposition and cross-examine the witness.

(D) The deposition may also be given by means of a video-conference.

(E) The Presiding Officer shall ensure that the deposition is taken in accordance with the Rules and that a record is made of the deposition, including cross-examination and objections raised by either party for decision by the Trial Chamber. He shall transmit the record to the Trial Chamber.

Rule 71 *bis*: Preservation of Evidence by Special Deposition for Future Trials

(A) If within a reasonable time, a warrant of arrest has not been executed, the Prosecutor may submit a request to the President that evidence relating to the indictment be preserved for a future trial by special deposition recorded in a proceeding conducted by a single Judge.

(B) If a warrant of arrest has been executed, but the accused has not yet been transferred to the Tribunal, the Prosecutor or the accused's Counsel, if any, may submit a request to the President that the evidence of particular witnesses be preserved for a future trial by special deposition recorded in a proceeding conducted by a single Judge.

(C) Upon receiving a request pursuant to Sub-Rule (A) or (B), the President shall refer the matter to a Trial Chamber and, if the accused is not represented by counsel, shall instruct the Registrar to appoint Duty Counsel pursuant to Rule 44 *bis* to represent the interests of the accused.

(D) The Trial Chamber shall hear the Prosecutor and Counsel representing the interests of the accused in a closed session and may, where appropriate, receive *ex parte* information from the Prosecutor on the whereabouts of the accused.

(E) The Trial Chamber may grant a request pursuant to Sub-Rule (A), if satisfied that:

(i) Reasonable efforts have been made to execute the warrant of arrest;

(ii) The execution of the warrant of arrest is not likely to take place within a reasonable time; and

(iii) It is in the interests of justice to do so.

(F) The Trial Chamber may grant a request pursuant to Sub-Rule (B), if satisfied that exceptional circumstances exist and that it is in the interests of justice to do so.

(G) When granting a request pursuant to Sub-Rules (A) and (E) or (B) and (F), the Trial Chamber shall:

(i) With respect to a decision pursuant to Sub-Rules (A) and (E), request the Registrar to issue a public notice of the decision and the arrest warrant against the accused.

(ii) Request the Registrar to assign Counsel representing the interests of the accused such staff as the Registrar deems necessary.

(H) The Registrar shall transmit the notice pursuant to Sub-Rule (G)(i) to the national authority of the State of Rwanda and any other State or States, where the accused and/or his or her family may be known or believed to be or to have, at any time, resided, for publication in newspapers or for broadcast via radio, transmission via internet or television, or by any other appropriate means notifying the public including, if possible, the family of the accused, that, pursuant to a decision of the Tribunal, the taking of special depositions for the preservation of evidence will commence after the expiry of 30 days from the date of this notification.

(I) Upon a decision from a Trial Chamber granting a request pursuant to Sub-Rules (A) and (E), Counsel representing the interests of the accused may submit a request to the President that evidence relevant to the case of the accused be preserved by way of special deposition. Sub-Rules (C), (D), (E) and (G)(ii) shall apply *mutatis mutandis*.

(J) The President shall designate which single Judge shall conduct the special deposition proceedings.

(K) Rules 46, 54, 56, 66-70, 73-73 ter, 75-77, 80-81, 90-91, 93 and 95-97 shall apply, *mutatis mutandis*, to the special deposition proceedings with the following modifications:

(i) The single Judge shall have the same powers as a Trial Chamber.

(ii) The Duty Counsel shall have the same rights and duties as a Defence Counsel.

(iii) Disclosure pursuant to Rule 66 (A) (i) and (ii) shall be made no later than 60 days before the time set for the commencement of the taking of depositions. Notwithstanding, the single Judge may exceptionally allow that a particular witness be deposed at an earlier date upon a showing that the deposition might not otherwise be possible.

(iv) The special deposition proceedings shall take place in closed sessions.

(v) The taking of depositions shall be video-recorded, in addition to other forms of recording, unless, under extraordinary circumstances, a special deposition is taken in a place where video-recording facilities are not available or for other reasons, cannot be organized.

(L) If a party has obtained a written statement that it wishes to tender into evidence pursuant to Rule 92 *bis*, the single Judge shall make a preliminary finding, if required, whether the witness shall appear for cross-examination or whether to request the Registrar to proceed pursuant to Rule 92 *bis* (B)(i)(a).

(M) Exhibits used in connection with the examination of witnesses and written statements that have given rise to cross-examination pursuant to Sub-Rule (L) shall be marked for identification and kept on the file.

(N) At the subsequent trial of an accused before a designated Trial Chamber, the Registrar shall as soon as practicable transmit copies of the file of the record of the special depositions and exhibits kept on the file to the parties. On the application of either party, the Trial Chamber may admit special depositions and exhibits from the file that are relevant and of a probative value not outweighed by their prejudicial effect.

(O) Notwithstanding Sub-Rule (N), a special deposition may only be admitted into evidence in lieu of live testimony if:

(i) The opposite party does not oppose the admission, or

(ii) Rule 92 *bis* (D), as read in conjunction with Rule 92 *bis* (A) and (E), is applicable, or

(iii) The Chamber is satisfied that the deponent is deceased, can no longer with reasonable diligence be traced, is by reason of bodily or mental condition unable to testify orally, or in exceptional circumstances is unwilling to testify following threats or intimidation, and

(iv) It is in the interests of justice to do so.

Section 5: Preliminary Motions

Rule 72: Preliminary Motions

(A) Preliminary motions, being motions which:

(i) challenge jurisdiction;

(ii) allege defects in the form of the indictment;

(iii) seek the severance of counts joined in one indictment under Rule 49 or seek separate trials under Rule 82 (B); or

(iv) raise objections based on the refusal of a request for assignment of counsel made under Rule 45 (C) shall be in writing and be brought not later than thirty days after disclosure by the Prosecutor to the Defence of all material and statements referred to in Rule 66 (A) (i) and shall be disposed of not later than sixty days after they were filed and before the commencement of the opening statements provided for in Rule 84. The Trial Chamber may rule on such motions based solely on the briefs of the parties, unless it is decided to hear the motion in open Court.

(B) Decisions on preliminary motions are without interlocutory appeal, save:

(i) in the case of motions challenging jurisdiction, where an appeal by either party lies as of right;

(ii) in other cases where certification has been granted by the Trial Chamber, which may grant such certification if the decision involves an issue that would significantly affect the fair and expeditious conduct of the proceedings or the outcome of the trial, and for which, in the opinion of the Trial Chamber, an immediate resolution by the Appeals Chamber may materially advance the proceedings.

(C) Appeals under paragraph (B)(i) shall be filed within fifteen days and requests for certification under paragraph (B)(ii) shall be filed within seven days of filing of the impugned decision. Where such decision is rendered orally, this time-limit shall run from the date of the oral decision, unless

(i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or

(ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case, the time-limit shall run from filing of the written decision. If certification is given, a party shall appeal to the Appeals Chamber within seven days of the filing of the decision to certify.

(D) For purposes of paragraphs (A)(i) and (B)(i), a motion challenging jurisdiction refers exclusively to a motion which challenges an indictment on the ground that it does not relate to:

(i) any of the persons indicated in Articles 1, 5, 6 and 8 of the Statute;

(ii) the territories indicated in Articles 1, 7 and 8 of the Statute;

(iii) the period indicated in Articles 1, 7, and 8 of the Statute; or

(iv) any of the violations indicated in Articles 2, 3, 4 and 6 of the Statute.

(E) Objections to the form of the indictment, included an amended indictment, shall be raised by a party in one motion only, unless otherwise allowed by a Trial Chamber.

(F) Failure to comply with the time limits prescribed in this Rule shall constitute a waiver of the rights. The Trial Chamber may, however, grant relief from the waiver upon showing good cause.

Part Six

PROCEEDINGS BEFORE TRIAL CHAMBERS

Section 1: General Provisions

Rule 73: Motions

(A) Subject to Rule 72, either party may move before a Trial Chamber for appropriate ruling or relief after the initial appearance of the accused. The Trial Chamber, or a Judge designated by the Chamber from among its members, may rule on such motions based solely on the briefs of the parties, unless it is decided to hear the motion in open Court.

(B) Decisions rendered on such motions are without interlocutory appeal save with certification by the Trial Chamber, which may grant such certification if the decision involves an issue that would significantly affect the fair and expeditious conduct of the proceedings or the outcome of the trial, and for which, in the opinion of the Trial Chamber, an immediate resolution by the Appeals Chamber may materially advance the proceedings.

(C) Requests for certification shall be filed within seven days of the filing of the impugned decision. Where such decision is rendered orally, this time-limit shall run from the date of the oral decision, unless

(i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or

(ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case the time-limit shall run from filing of the written decision. If certification is granted, a party shall appeal to the Appeals Chamber within seven days of the filing of the decision to certify.

(D) Where a date has been set for the hearing of a motion, including a preliminary motion, any additional motions to be heard on that date and any supporting material to the motions must be filed at least ten days before the hearing of the motion. Failure to observe this Rule will mean that the later motion will not be considered on the hearing date, nor will any adjournment of the original motion be granted on the basis of subsequent motions filed, save in exceptional circumstances.

(E) A responding party shall, thereafter, file any reply within five days from the date on which Counsel received the motion.

(F) In addition to the sanctions envisaged by Rule 46, a Chamber may impose sanctions against Counsel if Counsel brings a motion, including a preliminary motion, that, in the opinion of the Chamber, is frivolous or is an abuse of process. Such sanctions may include non-payment, in whole or in part, of fees associated with the motion and/or costs thereof.

(G) Notwithstanding the time limits in Rule 72(A), the time limit in the present Rule applies.

Rule 73 *bis*: Pre-Trial Conference

(A) The Trial Chamber shall hold a Pre-Trial Conference prior to the commencement of the trial.

(B) At the Pre-Trial Conference the Trial Chamber or a Judge, designated from among its members, may order the Prosecutor, within a time limit set by the Trial Chamber or the said Judge, and before the date set for trial, to file the following:

- (i) A pre-trial brief addressing the factual and legal issues;
 - (ii) Admissions by the parties and a statement of other matters not in dispute;
 - (iii) A statement of contested matters of fact and law;
 - (iv) A list of witnesses the Prosecutor intends to call with:
 - (a) The name or pseudonym of each witness;
 - (b) A summary of the facts on which each witness will testify;
 - (c) The points in the indictment on which each witness will testify; and
 - (d) The estimated length of time required for each witness;
 - (v) A list of exhibits the Prosecutor intends to offer stating, where possible, whether or not the Defence has any objection as to authenticity. The Trial Chamber or the Judge may order the Prosecutor to provide the Trial Chamber with copies of written statements of each witness whom the Prosecutor intends to call to testify.
- (C) The Trial Chamber or the designated Judge may order the Prosecutor to shorten the examination-in-chief of some witnesses.
- (D) The Trial Chamber or the designated Judge may order the Prosecutor to reduce the number of witnesses, if it considers that an excessive number of witnesses are being called to prove the same facts.

(E) After commencement of Trial, the Prosecutor, if he considers it to be in the interests of justice, may move the Trial Chamber for leave to reinstate the list of witnesses or to vary his decision as to which witnesses are to be called.

(F) At the Pre-Trial Conference, the Trial Chamber or the designated Judge may order the Defence to file a statement of admitted facts and law and a pre-trial brief addressing the factual and legal issues, not later than seven days prior to the date set for trial.

Rule 73 *ter*: Pre-Defence Conference

(A) The Trial Chamber may hold a Conference prior to the commencement by the Defence of its case.

(B) At that Conference, the Trial Chamber or a Judge, designated from among its members, may order that the Defence, before the commencement of its case but after the close of the case for the prosecution, file the following:

(i) Admissions by the parties and a statement of other matters which are not in dispute;

(ii) A statement of contested matters of fact and law;

(iii) A list of witnesses the Defence intends to call with:

(a) The name or pseudonym of each witness;

(b) A summary of the facts on which each witness will testify;

(c) The points in the indictment as to which each witness will testify; and

(d) The estimated length of time required for each witness;

(iv) A list of exhibits the Defence intends to offer in its case, stating where possible

whether or not the Prosecutor has any objection as to authenticity. The Trial Chamber or the Judge may order the Defence to provide the Trial Chamber and the Prosecutor with copies of the written statements of each witness whom the Defence intends to call to testify.

(C) The Trial Chamber or the designated Judge may order the Defence to shorten the estimated length of the examination-in-chief for some witnesses.

(D) The Trial Chamber or the designated Judge may order the Defence to reduce the number of witnesses, if it considers that an excessive number of witnesses are being called to prove the same facts.

(E) After commencement of the Defence case, the Defence, if it considers it to be in the interests of justice, may move the Trial Chamber for leave to reinstate the list of witnesses or to vary its decision as to which witnesses are to be called.

Rule 74: *Amicus Curiae*

A Chamber may, if it considers it desirable for the proper determination of the case, invite or grant leave to any State, organization or person to appear before it and make submissions on any issue specified by the Chamber.

Rule 74 bis: Medical Examination of the Accused

A Trial Chamber may, *proprio motu* or at the request of a party, order a medical, including psychiatric examination or a psychological examination of the accused. In such case, the Registrar shall entrust this task to one or several experts whose names appear on a list previously drawn up by the Registry and approved by the Bureau.

Rule 75: Measures for the Protection of Victims and Witnesses

(A) A Judge or a Chamber may, *proprio motu* or at the request of either party, or of the victim or witness concerned, or of the Victims and Witnesses Support Unit, order appropriate measures to

safeguard the privacy and security of victims and witnesses, provided that the measures are consistent with the rights of the accused.

(B) A Chamber may hold an *in camera* proceeding to determine whether to order notably:

(i) Measures to prevent disclosure to the public or the media of the identity or whereabouts of a victim or a witness, or of persons related to or associated with him by such means as:

(a) Expunging names and identifying information from the Tribunal's public records;

(b) Non-disclosure to the public of any records identifying the victim;

(c) Giving of testimony through image- or voice- altering devices or closed circuit television; and

(d) Assignment of a pseudonym;

(ii) Closed sessions, in accordance with Rule 79;

(iii) Appropriate measures to facilitate the testimony of vulnerable victims and witnesses, such as one-way closed circuit television.

(C) The Victims and Witnesses Section shall ensure that the witness has been informed before giving evidence by the party calling that witness that his testimony and his identity may be disclosed at a later date in another case, pursuant to Rule 75 (F).

(D) A Chamber shall control the manner of questioning to avoid any harassment or intimidation.

(E) When making an order under paragraph (A) above, a Judge or a Chamber shall wherever appropriate state in the order whether the transcript of those proceedings relating to the evidence of the witness to whom the measures relate shall be made available for use in other proceedings before the Tribunal.

(F) Once protective measures have been ordered in respect of a victim or witness in any proceedings before the Tribunal (the “first proceedings”), such protective measures:

(i) shall continue to have effect *mutatis mutandis* in any other proceedings before the Tribunal (the “second proceedings”) unless and until they are rescinded, varied or augmented in accordance with the procedure set out in this Rule; but

(ii) shall not prevent the Prosecutor from discharging any disclosure obligation under the Rules in the second proceedings, provided that the Prosecutor notifies the Defence to whom the disclosure is being made of the nature of the protective measures ordered in the first proceedings.

(G) A party to the second proceedings seeking to rescind, vary or augment protective measures ordered in the first proceedings must apply:

(i) to any Chamber, however constituted, remaining seised of the first proceedings; or

(ii) if no Chamber remains seised of the first proceedings, to the Chamber seised of the second proceedings.

(H) Before determining an application under paragraph (G) (ii) above, the Chamber seised of the second proceedings shall obtain all relevant information from the first proceedings, and shall consult with any Judge who ordered the protective measures in the first proceedings, if that Judge remains a Judge of the Tribunal.

(I) An application to a Chamber to rescind, vary or augment protective measures in respect of a victim or witness may be dealt with either by the Chamber or by a Judge of that Chamber, and any reference in this Rule to “a Chamber” shall include a reference to “a Judge of that Chamber”.

(J) Decisions under paragraph (G) and, after the close of trial proceedings, paragraph (A), and under Rule 69, are subject to appeal directly to a full bench of the Appeals Chamber by either party. Appeals shall be filed within fifteen days of the filing of the impugned decision. A responding party shall, thereafter, file any response within ten days from the date of the filing of the appeal. The

Appellant may file a reply within four days of the filing of the response. Failure to comply with these time limits shall constitute a waiver of the right to appeal.

Rule 76: Solemn Declaration by Interpreters and Translators

Before performing any duties, an interpreter or a translator shall solemnly declare to do so faithfully, independently, impartially and with full respect for the duty of confidentiality.

Rule 77: Contempt of the Tribunal

(A) The Tribunal in the exercise of its inherent power may hold in contempt those who knowingly and wilfully interfere with its administration of justice, including any person who

(i) being a witness before a Chamber, contumaciously refuses or fails to answer a question;

(ii) discloses information relating to those proceedings in knowing violation of an order of a Chamber;

(iii) without just excuse fails to comply with an order to attend before or produce documents before a Chamber;

(iv) threatens, intimidates, causes any injury or offers a bribe to, or otherwise interferes with, a witness who is giving, has given, or is about to give evidence in proceedings before a Chamber, or a potential witness; or

(v) threatens, intimidates, offers a bribe to, or otherwise seeks to coerce any other person, with the intention of preventing that other person from complying with an obligation under an order of a Judge or Chamber.

(B) Any incitement or attempt to commit any of the acts punishable under paragraph (A) is punishable as contempt of the Tribunal with the same penalties.

(C) When a Chamber has reason to believe that a person may be in contempt of the Tribunal, it may:

(i) direct the Prosecutor to investigate the matter with a view to the preparation and submission of an indictment for contempt;

(ii) where the Prosecutor, in the view of the Chamber, has a conflict of interest with respect to the relevant conduct, direct the Registrar to appoint an *amicus curiae* to investigate the matter and report back to the Chamber as to whether there are sufficient grounds for instigating contempt proceedings; or

(iii) initiate proceedings itself.

(D) If the Chamber considers that there are sufficient grounds to proceed against a person for contempt, the Chamber may:

(i) in circumstances described in paragraph (C) (i), direct the Prosecutor to prosecute the matter; or

(ii) in circumstances described in paragraph (C) (ii) or (iii), issue an order in lieu of an indictment and either direct *amicus curiae* to prosecute the matter or prosecute the matter itself.

(E) The Rules of Procedure and Evidence in Parts Four to Eight shall apply *mutatis mutandis* to proceedings under this Rule.

(F) Any person indicted for or charged with contempt shall, if that person satisfies the criteria for determination of indigence established by the Registrar, be assigned counsel in accordance with Rule 45.

(G) The maximum penalty that may be imposed on a person found to be in contempt of the Tribunal shall be a term of imprisonment not exceeding five years, or a fine not exceeding USD10,000, or both.

(H) Payment of a fine shall be made to the Registrar to be held in a separate account.

(I) If a counsel is found guilty of contempt of the Tribunal pursuant to this Rule, the Chamber making such finding may also determine that counsel is no longer eligible to represent a suspect or accused before the Tribunal or that such conduct amounts to misconduct of counsel pursuant to Rule 46, or both.

(J) Any decision rendered by a Trial Chamber under this Rule shall be subject to appeal. Notice of appeal shall be filed within fifteen days of filing of the impugned decision. Where such decision is rendered orally, the notice shall be filed within fifteen days of the oral decision, unless:

- (i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or
- (ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case the time-limit shall run from filing of the written decision.

(K) In the case of decisions under this Rule by the Appeals Chamber sitting as a Chamber of first instance, an appeal may be submitted in writing to the President within fifteen days of the filing of the impugned decision. Such appeal shall be decided by five different Judges as assigned by the President. Where the impugned decision is rendered orally, the appeal shall be filed within fifteen days of the oral decision, unless:

- (i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or
- (ii) the Appeals Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case the time-limit shall run from filing of the written decision.

Rule 78: Open Sessions

All proceedings before a Trial Chamber, other than deliberations of the Chamber, shall be held in public, unless otherwise provided.

Rule 79: Closed Sessions

(A) The Trial Chamber may order that the press and the public be excluded from all or part of the proceedings for reasons of:

(i) Public order or morality;

(ii) Safety, security or non-disclosure of the identity of a victim or witness as provided in Rule 75; or

(iii) The protection of the interests of justice.

(B) The Trial Chamber shall make public the reasons for its order.

Rule 80: Control of Proceedings

(A) The Trial Chamber may exclude a person from the proceedings in order to protect the right of the accused to a fair and public trial, or to maintain the dignity and decorum of the proceedings.

(B) The Trial Chamber may order the removal of an accused from the proceedings and continue the proceedings in his absence if he has persisted in disruptive conduct following a warning that he may be removed.

Rule 81: Records of Proceedings and Preservation of Evidence

(A) The Registrar shall cause to be made and preserve a full and accurate record of all proceedings, including audio recordings, transcripts and, when deemed necessary by the Trial Chamber, video recordings.

(B) The Trial Chamber may order the disclosure of all or part of the record of closed proceedings when the reasons for ordering the non disclosure no longer exist.

(C) The Registrar shall retain and preserve all physical evidence offered during the proceedings.

(D) Photography, video-recording or audio-recording of the trial, otherwise than by the Registry, may be authorised at the discretion of the Trial Chamber.

Section 2: Case Presentation

Rule 82: Joint and Separate Trials

(A) In joint trials, each accused shall be accorded the same rights as if he were being tried separately.

(B) The Trial Chamber may order that persons accused jointly under Rule 48 be tried separately if it considers it necessary in order to avoid a conflict of interests that might cause serious prejudice to an accused, or to protect the interests of justice.

Rule 82 *bis*: Trial in the Absence of Accused

If an accused refuses to appear before the Trial Chamber for trial, the Chamber may order that the trial proceed in the absence of the accused for so long as his refusal persists, provided that the Trial Chamber is satisfied that:

- (i) the accused has made his initial appearance under Rule 62;
- (ii) the Registrar has duly notified the accused that he is required to be present for trial;
- (iii) the interests of the accused are represented by counsel.

Rule 83: Instruments of Restraint

Instruments of restraint, such as handcuffs, shall not be used except as a precaution against escape during transfer or for security reasons, and shall be removed when the accused appears before a Chamber.

Rule 84: Opening Statements

Before presentation of evidence by the Prosecutor, each party may make an opening statement. The Defence may however elect to make its statement after the Prosecutor has concluded presentation of evidence and before the presentation of evidence for the defence.

Rule 85: Presentation of Evidence

(A) Each party is entitled to call witnesses and present evidence. Unless otherwise directed by the Trial Chamber in the interests of justice, evidence at the trial shall be presented in the following sequence:

- (i) Evidence for the prosecution;
- (ii) Evidence for the defence;
- (iii) Prosecution evidence in rebuttal;
- (iv) Defence evidence in rejoinder;
- (v) Evidence ordered by the Trial Chamber pursuant to Rule 98.
- (vi) Any relevant information that may assist the Trial Chamber in determining an appropriate sentence, if the accused is found guilty on one or more of the charges in the indictment.

(B) Examination-in-chief, cross-examination and re-examination shall be allowed in each case. It shall be for the party calling a witness to examine him in chief, but a Judge may at any stage put any question to the witness.

(C) The accused may, if he so desires, appear as a witness in his own defence.

Rule 86: Closing Arguments

(A) After the presentation of all the evidence, the Prosecutor may present a closing argument. Whether or not the Prosecutor does so, the Defence may make a closing argument. The Prosecutor may present a rebuttal argument to which the Defence may present a rejoinder.

(B) A party shall file a final trial brief with the Trial Chamber not later than five days prior to the day set for the presentation of that party's closing argument.

(C) The parties shall also address matters of sentencing in closing arguments.

Rule 87: Deliberations

(A) After presentation of closing arguments, the Presiding Judge shall declare the hearing closed, and the Trial Chamber shall deliberate in private. A finding of guilty may be reached only when a majority of the Trial Chamber is satisfied that guilt has been proved beyond reasonable doubt.

(B) The Trial Chamber shall vote separately on each count contained in the indictment. If two or more accused are tried together under Rule 48, separate findings shall be made as to each accused.

(C) If the Trial Chamber finds the accused guilty on one or more of the counts contained in the indictment, it shall impose a sentence in respect of each finding of guilt and indicate whether such sentences shall be served consecutively or concurrently, unless it decides to exercise its power to impose a single sentence reflecting the totality of the criminal conduct of the accused.

Rule 88: Judgement

(A) The judgement shall be pronounced in public, on a date of which notice shall have been given to the parties and counsel and at which they shall be entitled to be present.

(B) If the Trial Chamber finds the accused guilty of a crime and concludes from the evidence that unlawful taking of property by the accused was associated with it, it shall make a specific finding to that effect in its judgement. The Trial Chamber may order restitution as provided in Rule 105.

(C) The judgement shall be rendered by a majority of the Judges. It shall be accompanied or followed as soon as possible by a reasoned opinion in writing. Separate or dissenting opinions may be appended.

Section 3: Rules of Evidence

Rule 89: General Provisions

(A) The rules of evidence set forth in this Section shall govern the proceedings before the Chambers. The Chambers shall not be bound by national rules of evidence.

(B) In cases not otherwise provided for in this Section, a Chamber shall apply rules of evidence which will best favour a fair determination of the matter before it and are consonant with the spirit of the Statute and the general principles of law.

(C) A Chamber may admit any relevant evidence which it deems to have probative value.

(D) A Chamber may request verification of the authenticity of evidence obtained out of court.

Rule 90: Testimony of Witnesses

(A) Witnesses shall, in principle, be heard directly by the Chambers unless a Chamber has ordered that the witness be heard by means of a deposition as provided for in Rule 71.

(B) Every witness shall, before giving evidence, make the following solemn declaration: "I solemnly declare that I will speak the truth, the whole truth and nothing but the truth."

(C) A child who, in the opinion of the Chamber, does not understand the nature of a solemn declaration, may be permitted to testify without that formality, if the Chamber is of the opinion that the child is sufficiently mature to be able to report the facts of which the child had knowledge and understands the duty to tell the truth. A judgement, however, cannot be based on such testimony alone.

(D) A witness, other than an expert, who has not yet testified, shall not be present when the testimony of another witness is given. However, a witness who has heard the testimony of another witness shall not for that reason alone be disqualified from testifying.

(E) A witness may refuse to make any statement which might tend to incriminate him. The Chamber may, however, compel the witness to answer the question. Testimony compelled in this way shall not be used as evidence in a subsequent prosecution against the witness for any offence other than perjury.

(F) The Trial Chamber shall exercise control over the mode and order of interrogating witnesses and presenting evidence so as to:

(i) Make the interrogation and presentation effective for the ascertainment of the truth; and

(ii) Avoid needless consumption of time.

(G) (i) Cross-examination shall be limited to the subject-matter of the evidence-in-chief and matters affecting the credibility of the witness and, where the witness is able to give evidence relevant to the case for the cross-examining party, to the subject matter of the case.

(ii) In the cross-examination of a witness who is able to give evidence relevant to the case for the cross-examining party, counsel shall put to that witness the nature of the case of the party for whom that counsel appears which is in contradiction of the evidence given by the witness.

(iii) The Trial Chamber may, in the exercise of its discretion, permit enquiry into additional matters.

Rule 90 *bis*: Transfer of a Detained Witness

(A) Any detained person whose personal appearance as a witness has been requested by the Tribunal shall be transferred temporarily to the Detention Unit of the Tribunal, conditional on his return within the period decided by the Tribunal.

(B) The transfer order shall be issued by a Judge or Trial Chamber only after prior verification that the following conditions have been met:

(i) The presence of the detained witness is not required for any criminal proceedings in progress in the territory of the requested State during the period the witness is required by the Tribunal;

(ii) Transfer of the witness does not extend the period of his detention as foreseen by the requested State.

(C) The Registry shall transmit the order of transfer to the national authorities of the State on whose territory, or under whose jurisdiction or control, the witness is detained. Transfer shall be arranged by the national authorities concerned in liaison with the host country and the Registrar.

(D) The Registry shall ensure the proper conduct of the transfer, including the supervision of the witness in the Detention Unit of the Tribunal; it shall remain abreast of any changes which might occur regarding the conditions of detention provided for by the requested State and which may possibly affect the length of the detention of the witness in the Detention Unit and, as promptly as possible, shall inform the relevant Judge or Chamber.

(E) On expiration of the period decided by the Tribunal for the temporary transfer, the detained witness shall be remanded to the authorities of the requested State, unless the State, within that period, has transmitted an order of release of the witness, which shall take effect immediately.

(F) If, by the end of the period decided by the Tribunal, the presence of the detained witness continues to be necessary, a Judge or a Chamber may extend the period, on the same conditions stated in the Sub-Rule (B).

Rule 91: False Testimony under Solemn Declaration

(A) A Chamber, *proprio motu* or at the request of a party, may warn a witness of the duty to tell the truth and the consequences that may result from a failure to do so.

(B) If a Chamber has strong grounds for believing that a witness has knowingly and wilfully given false testimony, it may: (i) direct the Prosecutor to investigate the matter with a view to the preparation and submission of an indictment for false testimony; or

(ii) where the Prosecutor, in the view of the Chamber, has a conflict of interest with respect to the relevant conduct, direct the Registrar to appoint an *amicus curiae* to investigate the matter and report back to the Chamber as to whether there are sufficient grounds for instigating proceedings for false testimony.

(C) If the Chamber considers that there are sufficient grounds to proceed against a person for giving false testimony, the Chamber may:

(i) in circumstances described in paragraph (B) (i), direct the Prosecutor to prosecute the matter; or

(ii) in circumstances described in paragraph (B) (ii), issue an order in lieu of an indictment and direct *amicus curiae* to prosecute the matter.

(D) The Rules of Procedure and Evidence in Parts Four to Eight shall apply *mutatis mutandis* to proceedings under this Rule.

(E) Any person indicted for or charged with false testimony shall, if that person satisfies the criteria for determination of indigence established by the Registrar, be assigned counsel in accordance with Rule 45.

(F) No Judge who sat as a member of the Trial Chamber before which the witness appeared shall sit for the trial of the witness for false testimony.

(G) The maximum penalty for false testimony under solemn declaration shall be a fine of USD10,000 or a term of imprisonment of five years, or both. The payment of any fine imposed shall be paid to the Registrar to be held in the account referred to in Rule 77 (H).

(H) Paragraphs (B) to (G) apply *mutatis mutandis* to a person who knowingly and willingly makes a false statement in a written statement taken in accordance with Rule 92 *bis* which the person knows or has reason to know may be used as evidence in proceedings before the Tribunal.

(I) Any decision rendered by a Trial Chamber under this Rule shall be subject to appeal. Notice of appeal shall be filed within fifteen days of filing of the impugned decision. Where such decision is rendered orally, the notice shall be filed within fifteen days of the oral decision, unless:

(i) the party challenging the decision was not present or represented when the decision was pronounced, in which case the time-limit shall run from the date on which the challenging party is notified of the oral decision; or

(ii) the Trial Chamber has indicated that a written decision will follow, in which case the time-limit shall run from filing of the written decision.

Rule 92: Confessions

A confession by the accused given during questioning by the Prosecutor shall, provided the requirements of Rule 63 were strictly complied with, be presumed to have been free and voluntary unless the contrary is proved.

Rule 92 *bis*: Proof of Facts Other Than by Oral Evidence

(A) A Trial Chamber may admit, in whole or in part, the evidence of a witness in the form of a written statement in lieu of oral testimony which goes to proof of a matter other than the acts and conduct of the accused as charged in the indictment.

(i) Factors in favour of admitting evidence in the form of a written statement include, but are not limited to, circumstances in which the evidence in question:

(a) is of a cumulative nature, in that other witnesses will give or have given oral testimony of similar facts;

(b) relates to relevant historical, political or military background;

(c) consists of a general or statistical analysis of the ethnic composition of the population in the places to which the indictment relates;

(d) concerns the impact of crimes upon victims;

(e) relates to issues of the character of the accused; or

(f) relates to factors to be taken into account in determining sentence.

(ii) Factors against admitting evidence in the form of a written statement include whether:

(a) there is an overriding public interest in the evidence in question being presented orally;

(b) a party objecting can demonstrate that its nature and source renders it unreliable, or that its prejudicial effect outweighs its probative value; or

(c) there are any other factors which make it appropriate for the witness to attend for cross-examination.

(B) A written statement under this Rule shall be admissible if it attaches a declaration by the person making the written statement that the contents of the statement are true and correct to the best of that person's knowledge and belief and

(i) the declaration is witnessed by:

(a) a person authorised to witness such a declaration in accordance with the law and procedure of a State; or

(b) a Presiding Officer appointed by the Registrar of the Tribunal for that purpose; and

(ii) the person witnessing the declaration verifies in writing:

- (a) that the person making the statement is the person identified in the said statement;
 - (b) that the person making the statement stated that the contents of the written statement are, to the best of that person's knowledge and belief, true and correct;
 - (c) that the person making the statement was informed that if the content of the written statement is not true then he or she may be subject to proceedings for giving false testimony; and
 - (d) the date and place of the declaration. The declaration shall be attached to the written statement presented to the Trial Chamber.
- (C) A written statement not in the form prescribed by paragraph (B) may nevertheless be admissible if made by a person who has subsequently died, or by a person who can no longer with reasonable diligence be traced, or by a person who is by reason of bodily or mental condition unable to testify orally, if the Trial Chamber:
- (i) is so satisfied on a balance of probabilities; and
 - (ii) finds from the circumstances in which the statement was made and recorded that there are satisfactory *indicia* of its reliability.
- (D) A Chamber may admit a transcript of evidence given by a witness in proceedings before the Tribunal which goes to proof of a matter other than the acts and conduct of the accused.
- (E) Subject to any order of the Trial Chamber to the contrary, a party seeking to adduce a written statement or transcript shall give fourteen days notice to the opposing party, who may within seven days object. The Trial Chamber shall decide, after hearing the parties, whether to admit the statement or transcript in whole or in part and whether to require the witness to appear for cross-examination.

Rule 93: Evidence of Consistent Pattern of Conduct

(A) Evidence of a consistent pattern of conduct relevant to serious violations of international humanitarian law under the Statute may be admissible in the interests of justice.

(B) Acts tending to show such a pattern of conduct shall be disclosed by the Prosecutor to the Defence pursuant to Rule 66.

Rule 94: Judicial Notice

(A) A Trial Chamber shall not require proof of facts of common knowledge but shall take judicial notice thereof.

(B) At the request of a party or *proprio motu*, a Trial Chamber, after hearing the parties, may decide to take judicial notice of adjudicated facts or documentary evidence from other proceedings of the Tribunal relating to the matter at issue in the current proceedings.

Rule 94 bis: Testimony of Expert Witnesses

(A) Notwithstanding the provisions of Rule 66 (A) (ii), Rule 73 bis (B) (iv) (b) and Rule 73 ter (B) (iii) (b) of the present Rules, the full statement of any expert witness called by a party shall be disclosed to the opposing party as early as possible and shall be filed with the Trial Chamber not less than twenty-one days prior to the date on which the expert is expected to testify.

(B) Within fourteen days of filing of the statement of the expert witness, the opposing party shall file a notice to the Trial Chamber indicating whether:

(i) It accepts or does not accept the witness's qualification as an expert;

(ii) It accepts the expert witness statement; or

(iii) It wishes to cross-examine the expert witness.

(C) If the opposing party accepts the statement of the expert witness, the statement may be admitted into evidence by the Trial Chamber without calling the witness to testify in

person.

Rule 95: Exclusion of Evidence on the Grounds of the Means by Which It was Obtained

No evidence shall be admissible if obtained by methods which cast substantial doubt on its reliability or if its admission is antithetical to, and would seriously damage, the integrity of the proceedings.

Rule 96: Rules of Evidence in Cases of Sexual Assault

In cases of sexual assault:

- (i) Notwithstanding Rule 90(C), no corroboration of the victim's testimony shall be required;
- (ii) Consent shall not be allowed as a defence if the victim:
 - (a) Has been subjected to or threatened with or has had reason to fear violence, duress, detention or psychological oppression; or
 - (b) Reasonably believed that if the victim did not submit, another might be so subjected, threatened or put in fear.
- (iii) Before evidence of the victim's consent is admitted, the accused shall satisfy the Trial Chamber *in camera* that the evidence is relevant and credible;
- (iv) Prior sexual conduct of the victim shall not be admitted in evidence or as defence.

Rule 97: Lawyer-Client Privilege

(A) All communications between lawyer and client shall be regarded as privileged, and consequently disclosure cannot be ordered, unless:

- (i) The client consents to such disclosure; or

(ii) The client has voluntarily disclosed the content of the communication to a third party, and that third party then gives evidence of that disclosure.

(B) Nothing in this rule shall be interpreted as permitting the use of confidentiality between Counsel and Client to conceal the participation of Counsel in illegal practices such as fee-splitting with client.

Rule 98: Power of Chambers to Order Production of Additional Evidence

A Trial Chamber may *proprio motu* order either party to produce additional evidence. It may itself summon witnesses and order their attendance.

Rule 98 bis: Motion for Judgement of Acquittal

If after the close of the case for the prosecution, the Trial Chamber finds that the evidence is insufficient to sustain a conviction on one or more counts charged in the indictment, the Trial Chamber, on motion of an accused filed within seven days after the close of the Prosecutor's case-in-chief, unless the Chamber orders otherwise, or *proprio motu*, shall order the entry of judgement of acquittal in respect of those counts.

Section 4: Sentencing Procedure

Rule 99: Status of the Acquitted Person

(A) In case of acquittal, the accused shall be released immediately.

(B) If, at the time the judgement is pronounced, the Prosecutor advises the Trial Chamber in open court of his intention to file notice of appeal pursuant to Rule 108, the Trial Chamber may, at the request of the Prosecutor, issue a warrant for the arrest and further detention of the accused to take effect immediately.

Rule 100: Sentencing Procedure on a Guilty Plea

(A) If the Trial Chamber convicts the accused on a guilty plea, the Prosecutor and the Defence may submit any relevant information that may assist the Trial Chamber in determining an appropriate sentence.

(B) The sentence shall be pronounced in a judgement in public and in the presence of the convicted person, subject to Sub-Rule 102 (B).

Rule 101: Penalties

(A) A person convicted by the Tribunal may be sentenced to imprisonment for a fixed term or the remainder of his life.

(B) In determining the sentence, the Trial Chamber shall take into account the factors mentioned in Article 23 (2) of the Statute, as well as such factors as:

(i) Any aggravating circumstances;

(ii) Any mitigating circumstances including the substantial cooperation with the Prosecutor by the convicted person before or after conviction;

(iii) The general practice regarding prison sentences in the courts of Rwanda;

(iv) The extent to which any penalty imposed by a court of any State on the convicted person for the same act has already been served, as referred to in Article 9 (3) of the Statute.

(C) Credit shall be given to the convicted person for the period, if any, during which the convicted person was detained in custody pending his surrender to the Tribunal or pending trial or appeal.

Rule 102: Status of the Convicted Person

(A) Subject to the Trial Chamber's directions in terms of Rule 101, the sentence shall begin to run from the day it is pronounced under Rule 100 (B). However, as soon as notice of appeal is given, the

enforcement of the judgement shall thereupon be stayed until the decision on the appeal has been delivered, the convicted person meanwhile remaining in detention, as provided in Rule 64.

(B) If, by a previous decision of the Trial Chamber, the convicted person has been provisionally released, or is for any other reason at liberty, and he is not present when the judgement is pronounced, the Trial Chamber shall issue a warrant for his arrest. On arrest, he shall be notified of the conviction and sentence, and the procedure provided in Rule 103 shall be followed.

Rule 103: Place of Imprisonment

(A) Imprisonment shall be served in Rwanda or any State designated by the Tribunal from a list of States which have indicated their willingness to accept convicted persons for the serving of sentences. Prior to a decision on the place of imprisonment, the Chamber shall notify the Government of Rwanda.

(B) Transfer of the convicted person to that State shall be effected as soon as possible after the time limit for appeal has elapsed.

Rule 104: Supervision of Imprisonment

All sentences of imprisonment shall be served under the supervision of the Tribunal or a body designated by it.

Rule 105: Restitution of Property

(A) After a judgement of conviction containing a specific finding as provided in Rule 88 (B), the Trial Chamber shall, at the request of the Prosecutor, or may, at its own initiative, hold a special hearing to determine the matter of the restitution of the property or the proceeds thereof, and may in the meantime order such provisional measures for the preservation and protection of the property or proceeds as it considers appropriate.

(B) The determination may extend to such property or its proceeds, even in the hands of third parties not otherwise connected with the crime of which the convicted person has been found guilty.

(C) Such third parties shall be summoned before the Trial Chamber and be given an opportunity to justify their claim to the property or its proceeds.

(D) Should the Trial Chamber be able to determine the rightful owner on the balance of probabilities, it shall order the restitution either of the property or the proceeds or make such other order as it may deem appropriate.

(E) Should the Trial Chamber not be able to determine ownership, it shall notify the competent national authorities and request them so to determine.

(F) Upon notice from the national authorities that an affirmative determination has been made, the Trial Chamber shall order the restitution either of the property or the proceeds or make such other order as it may deem appropriate.

(G) The Registrar shall transmit to the competent national authorities any summonses, orders and requests issued by a Trial Chamber pursuant to Sub-Rules (C), (D), (E) and (F).

Rule 106: Compensation to Victims

(A) The Registrar shall transmit to the competent authorities of the States concerned the judgement finding the accused guilty of a crime which has caused injury to a victim.

(B) Pursuant to the relevant national legislation, a victim or persons claiming through him may bring an action in a national court or other competent body to obtain compensation.

(C) For the purposes of a claim made under Sub-Rule (B) the judgement of the Tribunal shall be final and binding as to the criminal responsibility of the convicted person for such injury.

Part Seven

APPELLATE PROCEEDINGS

Rule 107: General Provision

The Rules of Procedure and Evidence that govern proceedings in the Trial Chambers shall apply *mutatis mutandis* to proceedings in the Appeals Chamber.

Rule 107 bis: Practice Directions for the Appeals Chamber

The Presiding Judge of the Appeals Chamber may issue Practice Directions, in consultation with the President of the Tribunal, addressing detailed aspects of the conduct of proceedings before the Appeals Chamber.

Rule 108: Notice of Appeal

A party seeking to appeal a judgement or sentence shall, not more than thirty days from the date on which the judgement or the sentence was pronounced, file a notice of appeal, setting forth the grounds. The Appellant should also identify the order, decision or ruling challenged with specific reference to the date of its filing, and/or the transcript page, and indicate the substance of the alleged errors and the relief sought. The Appeals Chamber may, on good cause being shown by motion, authorise a variation of the grounds of appeal.

Rule 108 bis: Pre-Appeal Judge

(A) The Presiding Judge of the Appeals Chamber may designate from among its members a Judge responsible for the pre-hearing proceedings (the “Pre-Appeal Judge”).

(B) The Pre-Appeal Judge shall ensure that the proceedings are not unduly delayed and shall take any measures related to procedural matters, including the issuing of decisions, orders and directions with a view to preparing the case for a fair and expeditious hearing.

(C) The Pre-Appeal Judge shall record the points of agreement and disagreement between the parties on matters of law and fact. In this connection, he or she may order the parties to file further written submissions with the Pre-Appeal Judge or the Appeals Chamber.

(D) In order to perform his or her functions, the Pre-Appeal Judge may *proprio motu*, where appropriate; hear the parties without the convicted or acquitted person being present. The Pre-Appeal Judge may hear the parties in his or her office, in which case minutes of the meeting shall be taken by a representative of the Registry.

(E) A motion made in the course of the proceedings shall be determined before the hearing unless the Pre-Appeal Judge, for good cause, orders that it be deferred for determination by the Appeals Chamber. Failure by a party to raise objections or to make requests which can be made prior to the hearing shall constitute waiver thereof, but the Pre-Appeal Judge for good cause may grant relief from the waiver.

(F) The Pre-Appeal Judge shall keep the Appeals Chamber regularly informed, particularly where issues are in dispute and may refer such disputes to the Appeals Chamber.

(G) Upon a report of the Pre-Appeal Judge, the Appeals Chamber shall decide, should the case arise, on appropriate sanctions to be imposed on a party which fails to perform its obligations pursuant to the present Section of the Rules.

(H) The Appeals Chamber may *proprio motu* exercise any of the functions of the Pre-Appeal Judge.

Rule 109: Record on Appeal

(A) The record on appeal shall consist of the trial record, as certified by the Registrar.

(B) A certified true copy of the record on appeal shall be promptly transmitted to the Appeals Unit of the Appeals Chamber of the International Criminal Tribunal for Rwanda, located in The Hague.

Rule 110: List of Certified Documents to the Parties

The Registrar shall make available to the parties the list of documents constituting the record on appeal as certified by him and shall provide them with any of these documents on demand.

Rule 111: Appellant's Brief

(A) An Appellant's brief setting out all the arguments and authorities shall be filed within seventy-five days of filing of the notice of appeal pursuant to Rule 108. Where limited to sentencing, an Appellant's brief shall be filed within thirty days of filing of the notice of appeal pursuant to Rule 108.

(B) Where the Prosecutor is the Appellant, the Prosecutor shall make a declaration in the Appellant's brief that disclosure has been completed with respect to the material available to the Prosecutor at the time of filing the brief.

Rule 112: Respondent's Brief

(A) A Respondent's brief of argument and authorities shall be filed within forty days of filing of the Appellant's brief. Where limited to sentencing, a Respondent's brief shall be filed within thirty days of filing of the Appellant's brief.

(B) Where the Prosecutor is the Respondent, the Prosecutor shall make a declaration in the Respondent's brief that disclosure has been completed with respect to the material available to the Prosecutor at the time of filing the brief.

Rule 113: Brief in Reply

An Appellant may file a brief in reply within fifteen days of filing of the Respondent's brief. Where limited to sentencing, a brief in reply shall be filed within ten days of filing of the Respondent's brief.

Rule 114: Date of Hearing

After the expiry of the time-limits for filing the briefs provided for in Rules 111, 112 and 113, the Appeals Chamber shall set the date for the hearing and the Registrar shall notify the parties.

Rule 115: Additional Evidence

(A) A party may apply by motion to present additional evidence before the Appeals Chamber. Such motion shall clearly identify with precision the specific finding of fact made by the Trial Chamber to which the additional evidence is directed, and must be served on the other party and filed with the Registrar not later than thirty days from the date for filing of the brief in reply, unless good cause or, after the appeal hearing, cogent reasons are shown for a delay. Rebuttal material may be presented by any party affected by the motion. Parties are permitted to file supplemental briefs on the impact of the additional evidence within fifteen days of the expiry of the time limit set for the filing of rebuttal material, if no such material is filed, or if rebuttal material is filed, within fifteen days of the decision on the admissibility of that material.

(B) If the Appeals Chamber finds that the additional evidence was not available at trial and is relevant and credible, it will determine if it could have been a decisive factor in reaching the decision at trial. If it could have been such a factor, the Appeals Chamber will consider the additional evidence and any rebuttal material along with that already on the record to arrive at a final judgement in accordance with Rule 118.

(C) The Appeals Chamber may decide the motion prior to the appeal, or at the time of the hearing on appeal. It may decide the motion with or without an oral hearing.

(D) If several defendants are parties to the appeal, the additional evidence admitted on behalf of any one of them will be considered with respect to all of them, where relevant.

Rule 116: Extension of Time Limits

(A) The Appeals Chamber or the Pre-appeal Judge may grant a motion to extend a time limit upon a showing of good cause.

(B) Where the ability of the accused to make full answer and Defence depends on the availability of a decision in an official language other than that in which it was originally issued, that circumstance shall be taken into account as a good cause under the present Rule.

Rule 117: Expedited Appeals Procedure

(A) An appeal under Rule 72 or Rule 73 or an appeal from a decision rendered under Rule 11 *bis*, Rule 65, Rule 77 or Rule 91 shall be heard expeditiously on the basis of the original record of the Trial Chamber. Appeals may be determined entirely on the basis of written briefs.

(B) Rules 109 to 114 shall not apply to such appeals.

(C) The Presiding Judge, after consulting the members of the Appeals Chamber, may decide not to apply Rule 118 (D).

Rule 117 *ter*: Filing of the Appeal Documents

The notice of Appeal under Rule 108 and, where necessary, the briefs earmarked under Rules 111, 112, 113, 115 and 117 shall be filed, by the parties, either with the Registry or with an officer of the Registry specifically designated by the Registrar at the Appeals Unit of the Appeals Chamber of the International Criminal Tribunal for Rwanda, located in The Hague. Two similar records shall be kept: one at the Registry of the Tribunal and the other in The Hague. Depending on the place of filing, each record shall consist of the original documents or certified true copies thereof.

Rule 118: Judgement on Appeal

(A) The Appeals Chamber shall pronounce judgement on the basis of the record on appeal and on any additional evidence as has been presented to it.

(B) The judgement shall be rendered by a majority of the Judges. It shall be accompanied or followed as soon as possible by a reasoned opinion in writing, to which separate or dissenting opinions may be appended.

(C) In appropriate circumstances the Appeals Chamber may order that the accused be re tried before the Trial Chamber.

(D) The judgement shall be pronounced in public, on a date of which notice shall have been given to the parties and counsel and at which they shall be entitled to be present.

(E) The written judgement shall be filed and registered with the Registry or with an officer of the Registry specifically designated by the Registrar at the Appeals Unit of the Appeals Chamber of the International Criminal Tribunal for Rwanda, located in The Hague.

Rule 119: Status of the Accused Following Judgement on Appeal

(A) A sentence pronounced by the Appeals Chamber shall be enforced immediately.

(B) Where the accused is not present when the judgement is due to be delivered, either as having been acquitted on all charges or as a result of an order issued pursuant to Rule 65, or for any other reason, the Appeals Chamber may deliver its judgement in the absence of the accused and shall, unless it pronounces his acquittal, order his arrest or surrender to the Tribunal.

Part Eight

REVIEW PROCEEDINGS

Rule 120: Request for Review

(A) Where a new fact has been discovered which was not known to the moving party at the time of the proceedings before a Trial Chamber or the Appeals Chamber and could not have been discovered through the exercise of due diligence, the Defence or, within one year after the final judgement has been pronounced, the Prosecutor, may make a motion to that Chamber for review of the judgement. If, at the time of the request for review, any of the Judges who constituted the original Chamber are no longer Judges of the Tribunal, the President shall appoint a Judge or Judges in their place.

(B) Any brief in response to a request for review shall be filed within forty days of the filing of the request.

(C) Any brief in reply shall be filed within fifteen days after the filing of the response.

Rule 121: Preliminary Examination

If the Chamber constituted pursuant to Rule 120 agrees that the new fact, if it had been proven, could have been a decisive factor in reaching a decision, the Chamber shall review the judgement, and pronounce a further judgement after hearing the parties.

Rule 122: Appeals

The judgement of a Trial Chamber on review may be appealed in accordance with the provisions of Part Seven.

Rule 123: Return of the Case to the Trial Chamber

If the judgement to be reviewed is under appeal at the time the motion for review is filed, the Appeals Chamber may return the case to the Trial Chamber for disposition of the motion.

Part Nine

PARDON AND COMMUTATION OF SENTENCE

Rule 124: Notification by States

If, according to the law of a State in which a convicted person is imprisoned, he is eligible for pardon or commutation of sentence, the State shall, in accordance with Article 27 of the Statute, notify the Tribunal of such eligibility.

Rule 125: Determination by the President

The President shall, upon such notice, determine, in consultation with the members of the Bureau and any permanent Judges of the sentencing Chamber who remain Judges of the Tribunal and after notification to the Government of Rwanda, whether pardon or commutation is appropriate.

Rule 126: General Standards for Granting Pardon or Commutation

In determining whether pardon or commutation is appropriate, the President shall take into account, *inter alia*, the gravity of the crime or crimes for which the prisoner was convicted, the treatment of similarly-situated prisoners, the prisoner's demonstration of rehabilitation, as well as any substantial cooperation of the prisoner with the Prosecutor.

ANEXO D: SUMÁRIO DOS CASOS ANALISADOS NO CAPÍTULO 6
(ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL
INTERNACIONAL PARA RUANDA)

Réu: Jean-Paul Akayesu

Acusações	Condenações	Absoluções	Pena	Apelação
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)		Prisão perpétua	Sentença mantida na integralidade
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)	Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)		Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		Crimes de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)		

Crime contra a humanidade (tortura – art. 3º, f, ETPIR)	Crime contra a humanidade (tortura – art. 3º, f, ETPIR)			
Crime de guerra (tratamento cruel, art. 4º [a], ETPIR)		Crime de guerra (tratamento cruel, art. 4º [a], ETPIR)		
Crime contra a humanidade (estupro, art. 3º, g, ETPIR)	Crime contra a humanidade (estupro, art. 3º, g, ETPIR)			
Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)	Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)			
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		

Réu: Jean Kambanda

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Réu condenado por todas as acusações (confissão)	Não há	Prisão perpétua	Sentença mantida na integralidade
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)				
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)				
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)				

Réu: Ferdinand Nahimana

Acusações	Condenações	Absoluções	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Prisão perpétua	Afastada	30 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Afastada	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Mantida	
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Mantida	
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			Afastada	
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Afastada	

Réu: Jean-Bosco Barayagwiza

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		35 anos de prisão (reduzida pela Câmara de julgamento devido a fatos ocorridos durante a prisão)	Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	32 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)			
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	
Crimes contra a humanidade (exterminio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (exterminio – art. 3, b, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	

Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)			
Crime de guerra (pilhagem, art. 4º, f, ETPIR)		Crime de guerra (pilhagem, art. 4º, f, ETPIR)			

Réu: Hassan Ngeze

Acusações	Condenações	Absoluções	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Prisão perpétua	Reformada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	35 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Reformada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	

Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
--	--	--	--	---	--

Réu: Théoneste Bagosora

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Prisão perpétua	Ainda não proferida à data de entrega deste trabalho
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR). Afastada devido à condenação por genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			
Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3°, i, ETPIR)	Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3°, i, ETPIR)			
Crimes de guerra (homicídio, art. 4° [a], ETPIR)	Crimes de guerra (homicídio, art. 4° [a], ETPIR)			
Crimes de guerra (homicídio, art. 4° [a], ETPIR)	Crimes de guerra (homicídio, art. 4° [a], ETPIR)			

Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)	Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)			
---	---	--	--	--

Réu: Gratien Kalibigi

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Réu absolvido de todas as acusações			Ainda não proferida à data de entrega deste trabalho
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)				
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)				
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)				
Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)				
Crime de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)				
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)				

Réu: Aloys Ntabakuze

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Prisão perpétua	Ainda não proferida à data de entrega deste trabalho
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR). Afastada devido à condenação por genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)		Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			
Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)	Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)			
Crime de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)	Crime de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)			
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		

Réu: Anatole Nsengiyumva

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Prisão perpétua	Ainda não proferida à data de entrega deste trabalho
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR). Afastada devido à condenação por genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)		
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)		Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)	Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)		Crimes contra a humanidade (estupro, art. 3, g, ETPIR)		
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			
Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)	Crime contra a humanidade (outros atos inumanos, art. 3º, i, ETPIR)			
Crime de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)	Crime de guerra (homicídio, art. 4º [a], ETPIR)			
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		

GLOSSÁRIO (KINYARWANDA)

<i>Gacaca</i>	Espécie de grama, conhecida em Ruanda como “ <i>umucaca</i> ”, na qual, em tempos ancestrais, os anciões da tribo se sentavam para arbitrar disputas; usada hoje para designar as cortes locais comunitárias que julgam casos de genocídio.
<i>Impuzamugambi</i>	Aqueles que têm um mesmo objetivo.
<i>Interahamwe</i>	Aqueles que trabalham juntos.
<i>Inyenzi</i>	Baratas (termo pejorativo para “tutsi”).
<i>Kanguka</i>	Acorde.
<i>Kangura</i>	Acordar os outros.
<i>Nyumbakumi</i>	Chefe de bairro, responsável por um grupo de dez residências durante a “ <i>umuganda</i> ”.
<i>Rubanda nyamwinshi</i>	“Povo majoritário”. Expressão corrente usada pelos hutus para se denominar.
<i>Umuganda</i>	Mutirões comunitários obrigatórios (antiga prática colonial de trabalho).

MÓDOLO DE PAULA, Luiz Augusto. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. 2011. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
21	3-4	Em 1949, vieram a lume as quatro Convenções de Genebra sobre as vítimas de guerra	Em 1949, vieram a lume, sob o patrocínio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha , as quatro Convenções de Genebra sobre as vítimas de guerra
22	19	No período compreendido entre 15 de junho e 17 de julho de1998	No período compreendido entre 15 de junho e 17 de julho de 1998
61	15	a conspiração para (ou acordo com vista a) cometer genocídio	a conspiração para (ou acordo com vista a) ²⁰⁷ cometer genocídio
61	28		²⁰⁷ No Decreto Legislativo n. 2 de 1951, o termo usado é “conluio”.
70	9	a punição a eventuais violadores das normas dependiam	a punição a eventuais violadores das normas dependia
117	29-30	e que foi ocupado por Bagosora entre junho de 1992 a julho de 1994	e que foi ocupado por Bagosora entre junho de 1992 e julho de 1994
121	13-14	Ataque a refugiados de uma escola técnica em Nyanza, nos arredores de Kigali (11 de abril 1994)	Ataque a refugiados de uma escola técnica em Nyanza, nos arredores de Kigali (11 de abril de 1994)
124	25-26	o TPIR tem que se ater às provas produzidas e às suas próprias Regras de Procedimento e Evidência	o TPIR tem que se ater às provas produzidas e ao seu próprio Regulamento Processual
131	7	se deu apenas em18 de dezembro de 2008	se deu apenas em 18 de dezembro de 2008

Réu: Ferdinand Nahimana

Acusações	Condenações	Absoluções	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Prisão perpétua	Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR.	30 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPI, mas com relação a transmissões da RTLM posteriores a 06/04/1994.	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPI	

Crimes contra a humanidade (exterminio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (exterminio – art. 3, b, ETPIR)			Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPI, mas com relação a transmissões da RTLM posteriores a 06/04/1994.	
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			

Réu: Jean-Bosco Barayagwiza

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		35 anos de prisão (reduzida pela Câmara de julgamento devido a fatos ocorridos durante a prisão)	Afastada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	32 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)			
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Crimes contra a humanidade (exterminio art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (exterminio art. 3, b, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no	

				art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Reformada em parte a condenação do réu baseada no art. 6(3) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(1) do ETPIR	
Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)		Crime de guerra (ultrajes à dignidade pessoal, em especial estupro, tratamento humilhante e degradante e atentado ao pudor, art. 4º, e, ETPIR)			
Crime de guerra (pilhagem, art. 4º, f, ETPIR)		Crime de guerra (pilhagem, art. 4º, f, ETPIR)			

Réu: Hassan Ngeze

Acusações	Condenações	Absolvições	Pena	Apelação	Pena
Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)	Conspiração (ou acordo com vista) a cometer genocídio (art. 2[3], b, ETPIR)		Prisão perpétua	Reformada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do ETPIR	35 anos de prisão
Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)	Genocídio (art. 2[3], a, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)	Incitamento público e direto ao genocídio (art. 2 [3], c, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Cumplicidade em genocídio (art. 2[3], e, ETPIR)		Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (perseguição, art. 3, h, ETPIR)			Reformada a condenação do réu baseada no art. 6(1) do ETPIR. Mantida a condenação pelo art. 6(3) do	

				ETPIR	
Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)	Crimes contra a humanidade (extermínio – art. 3, b, ETPIR)			Afastada parte dos fundamentos, com a condenação mantida pela existência de outros fatos criminosos	
Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)		Crimes contra a humanidade (homicídio, art. 3 [a], ETPIR)			